

GEOGRAFIAS E GEOGRAFICIDADES: ESCOLHAS, TRAJETÓRIAS E REFLEXÕES

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

REITOR

Angelo Roberto Antonioli

VICE-REITOR

Iara Maria Campelo Lima

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

COORDENADOR DO PROGRAMA EDITORIAL

Péricles Morais de Andrade Júnior

COORDENADORA GRÁFICA

Germana Gonçalves de Araújo

CONSELHO EDITORIAL DA EDITORA UFS

Carla Patrícia Hernandez Alves Ribeiro César

Cristina de Almeida Valença Cunha Barroso

Fabiana Oliveira da Silva

Germana Gonçalves de Araújo

Jacqueline Rego da Silva Rodrigues

Joaquim Tavares da Conceição

Luís Américo Bonfim

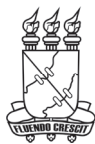
Martha Suzana Cabral Nunes

Péricles Morais de Andrade Júnior (Presidente)

Ricardo Nascimento Abreu

Sueli Maria da Silva Pereira

Yzila Liziane Farias Maia de Araújo



UFS



Editora UFS

Cidade Universitária "Prof. José Aloísio de Campos"

CEP 49.100-000 – São Cristóvão – SE.

Telefone: 3194-6922/6923. e-mail: editora.ufs@gmail.com

www.editora.ufs.br

Este livro, ou parte dele, não pode ser reproduzido por qualquer meio sem autorização escrita da Editora.

Este livro segue as normas do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, adotado no Brasil em 2009.

SÔNIA DE SOUZA MENDONÇA MENEZES
JOSEFA ELIANE SANTANA DE SIQUEIRA PINTO
ORGANIZAÇÃO

GEOGRAFIAS E GEOGRAFICIDADES: **ESCOLHAS, TRAJETÓRIAS E REFLEXÕES**



Editora UFS
São Cristóvão
2020

Copyright by organizadores

Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, com finalidade de comercialização ou aproveitamento de lucros ou vantagens, com observância da Lei de regência. Poderá ser reproduzido texto, entre aspas, desde que haja expressa marcação do nome da autora, título da obra, editora, edição e paginação.

A violação dos direitos de autor (Lei nº 9.619/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código penal.

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Adilma Menezes

CAPA | ILUSTRAÇÃO DE CAPA

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Fxxx

Geografias e geograficidades: escolhas, trajetórias e reflexões -
/ organizadores: Sônia de Souza Mendonça Menezes,
Josefa Eliane Santana de Siqueira Pinto . – São Cristóvão, SE:
Editora UFS, 2020.

398 p. : il.

ISBN: 978-85-7822-xxxx

1. Geografia – Filosofia. 2. Geografia – Discursos, ensaios e conferências. I.

CDU 910.1

AGRADECIMENTO

À Coordenação de
Aperfeiçoamento
de Pessoal de Nível
Superior – CAPES e a
Fundação de Apoio à
Pesquisa do Estado de
Sergipe – FAPITEC/SE
pelos recursos des-
tinados ao fomento
ao Projeto Programa
de Estímulo ao Au-
mento da Efetividade
dos Programas de
Pós-Graduação em
Sergipe (PROEF) que
viabilizou a realização
do Seminário 35 Anos
do PPGeo.



SUMÁRIO

9 APRESENTAÇÃO

Parte 01 A EPISTEMOLOGIA DA GEOGRAFIA NA FORMAÇÃO DOS GRUPOS DE PESQUISA

17 Epistemologia e Ontologia como estruturantes na formação dos Grupos de Pesquisa de Geografia Agrária

Alexandrina Luz Conceição

53 Grupos de pesquisa em geografia: fronts, limites e desafios

José Borzacchiello da Silva

Parte 02 O OLHAR E A MEMÓRIA DA E SOBRE O CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

75 A Saga do PPGEO: breve relato como contribuição à memória da Pós-Graduação em Geografia da UFS

Vera Lúcia Alves França

89 A presença da Geografia Cultural na Pós-Graduação em Geografia –NPPGEO – Universidade Federal de Sergipe

Maria GERALDA de Almeida

111 Geografizando entre Referências, Permanências e Ressignificações

Maria Augusta Mundim Vargas

Parte 03 PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO, DINÂMICAS TERRITORIAIS E AMBIENTAIS

- 141** Reflexões sobre soberania, segurança alimentar nutricional e alterações dos hábitos alimentares diante da oferta das “imitações” de alimentos”
Rafaela dos Santos e Sônia de Souza Mendonça Menezes

- 169** Reprimarização e Produção do Espaço Agrário Sergipano pelo Monocultivo do Milho
Ana Paula Almeida Silva e Marleide Maria Santos Sergio

- 193** A Dinâmica da Apropriação Capitalista da Terra e da Água e a Atualidade das Categorias Marxistas no Debate da Questão Agrária
Christiane Senhorinha Soares Campos, Leandro S. Santos, Jorge Edson Santos

Parte 04 DINÂMICAS TERRITORIAIS E DESENVOLVIMENTO

- 225** Financeirização da Habitação no Brasil
Vanilza da Costa Andrade e Ana Rocha dos Santos

- 255** Acumulação Capitalista e Exploração do Trabalho: A Pobreza como Expressão da “Questão Social”
Rafaela Santos Paz e Josefa de Lisboa Santos

- 277** Ordenamento Territorial do Litoral Nordestino
José Wellington Carvalho Vilar, Priscila Pereira Santos, Carla Norma Correia dos Santos, Eduina Bezerra França

- 311** Sistemas de Transporte Urbano e Violência no Trânsito em Aracaju/SE
Nelson Fernandes Felipe Junior

Parte 05 DINÂMICA AMBIENTAL

- 341** O Clima do Semiárido: Diversidade, Caminhos e Desafios de Análise
Josefa Eliane Santana de Siqueira Pinto, Elayne Mirele Sabino de França, Ricardo Claudio Silva Santos

- 365** Conflitos Socioambientais em Áreas de Proteção Ambiental: Notas Geográficas
Fagner Santos de Oliveira e Márcia Eliane Silva Carvalho

- 383** Sobre os autores



APRESENTAÇÃO

O Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal de Sergipe vem qualificando pesquisadores e produzindo conhecimentos na sua atual área de concentração, Produção do Espaço Agrário e Dinâmicas Territoriais. O Programa mostra seu compromisso com as demandas de produção de conhecimentos que coadunam com as mudanças sociais contemporâneas, na perspectiva das suas três linhas de pesquisa: Produção do espaço agrário; Dinâmicas territoriais e desenvolvimento; Dinâmica ambiental. O PPGEO contribui para a formação de pesquisadores que produzem uma geografia qualificada sobre o estado de Sergipe, o nordeste, o Brasil, sem perder de vista sua inserção no espaço-mundo. Consolida-se pelo trabalho interno que tem realizado para o aperfeiçoamento de sua proposta, a ampliação de oferta das disciplinas, asseguradas pelos docentes do quadro per-

manente, com a presença de convidados de outras IES, parceiras brasileiras e estrangeiras em diversas atividades. Além da formação de intercâmbios, projetos de pesquisas em parcerias com IES brasileiras e estrangeiras. Ganha particular importância sua filiação ao Conselho latino Americano de Ciências Sociais (CLACSO). A criação desses intercâmbios com instituições e organizações da sociedade visa a troca de experiências na pesquisa, no ensino e na extensão, além da socialização de conhecimentos, com vistas a corroborar com o papel social da Universidade, qual seja o de responder às demandas da sociedade.

O Programa dispõe de 08 grupos de pesquisa, envolvendo seus docentes e discentes, além de estudantes da graduação e pesquisadores da IES, não credenciados ao PPG e de outras instituições de pesquisa. São eles: Sociedade & Cultura; Transformações no Mundo Rural (GEPRU); Estado, Capital, Trabalho e Políticas de Reordenamento Territorial (GPECT); Geoecologia e Planejamento Territorial (GEOPLAN); Relação Sociedade-Natureza e Produção do Espaço Geográfico (PROGEO); Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Alimentos e Manifestações Culturais (GRUPAM), Dinâmica Ambiental e Geomorfologia (DAGEO) Núcleo de Estudos sobre Transportes (NETRANS). Os pesquisadores envolvidos nos grupos atuam junto aos 06 laboratórios do Programa e dos dois Departamentos de Geografia da UFS: o Laboratório de Estudos Agrários (LEA), o Laboratório de Estudos Regionais, O Laboratório de Estudos Culturais, o Laboratório de Geoecologia e Planejamento Territorial (GEOPLAN); além dos Laboratórios de Estudos Rurais e Urbanos (LABERUR) e de Estudos Ambientais (DAGEO) e Laboratório de Formação Profissional do Departamento de Geografia do campus São Cristóvão; Laboratório de Ensino do Departamento de Geografia do Campus Itabaiana.

Ao longo de sua trajetória o PPGEIO tem contribuído para a formação de núcleos de pesquisadores em diferentes instituições

de ensino superior onde estão presentes os nossos egressos, destacando o Programa, como um dos mais importantes centros de formação de recursos humanos e de produção de pesquisas geográficas do Nordeste.

Após 35 anos de criação e funcionamento, em 2018 o PPGEIO reuniu a comunidade geográfica para celebrar uma história de intenso trabalho, voltado para a pesquisa e produção do conhecimento geográfico. Esse foi um momento fundamental para congrega gerações de profissionais, reunidos no evento que contou com a participação de docentes, discentes e egressos, para socializar suas pesquisas, para além de discutir as questões da atualidade que impõem desafios para os geógrafos em suas análises e perspectivas. Foram realizadas mesas redondas as quais reuniram docentes e ex-colaboradores do Programa e apresentações de pesquisas realizadas e em andamento pelos discentes.

A coletânea de artigos que compõem essa obra concretiza o processo de colaboração e diálogo entre docentes que atuaram no Programa inseridos em outras IES, docentes permanentes e colaboradores do PPGEIO palestrantes no referido evento, assim como resultados de pesquisas e pesquisas em andamento reunindo docentes e discentes.

Na primeira sessão, contemplamos textos proferidos na mesa redonda intitulada: A Epistemologia da Geografia e os Grupos de Pesquisa. O capítulo 01 apresentamos os textos elaborado pela Profa Dra Alexandrina Luz Conceição e no capítulo 02 o artigo do Prof. Dr. José Borzachiello da Silva que retratam a citada temática.

Na segunda sessão, apresentamos os textos pronunciadas na mesa redonda intitulada: **O olhar e a memória da e sobre o curso de Pós-graduação em Geografia**. O capítulo 03 A Saga do PPGEIO: breve relato como contribuição à memória da Pós-Graduação em Geografia da UFS relatado pela Profa Dra Vera Lúcia Alves França; O capítulo 04 aborda A presença da Geografia Cultural na Pós-

-Graduação em Geografia – NPPGEO – Universidade Federal de Sergipe, pronunciado pela Profa Dra Maria Geralda de Almeida e o capítulo 05 Geografizando entre Referências, Permanências e Ressignificações elaborado pela Profa Dra Maria Augusta Mundim Vargas.

Na terceira sessão docentes e discentes do PPGEIO contemplam os leitores com resultados de pesquisas concretizadas e em andamento nas linhas de pesquisa: Produção do Espaço Agrário, Dinâmicas Territoriais e Desenvolvimento e Dinâmica Ambiental.

Na linha de pesquisa Produção do Espaço Agrário, o capítulo 06 intitulado: Reflexões sobre soberania e segurança alimentar nutricional e alterações dos hábitos alimentares diante da oferta de produtos industrializado nova versão de “alimentos”, elaborados pela Msc Rafaela dos Santos e a Profa Dra Sônia de Souza Mendonça Menezes; já o capítulo 07 retrata a Reprimarização e Produção do Espaço Agrário Sergipano pelo Monocultivo do Milho uma contribuição da mestrandia Ana Paula Almeida Silva e da Profa Dra Marleide Maria Santos Sérgio; o capítulo 08 apresenta A Dinâmica da Apropriação Capitalista da Terra e da Água e a Atualidade das Categorias Marxistas no Debate da Questão Agrária – organizado pela Profa Dra Christiane Senhorinha Soares Campos, o mestrando Leandro Sacramento Santos e o Msc Jorge Edson Santos.

Inseridos na linha de pesquisa Dinâmicas Territoriais e Desenvolvimento, a Dra Vanilza da Costa Andrade e a Profa Dra Ana Rocha dos Santos brindam com o capítulo 09 intitulado: Geografia Financeirização da Habitação no Brasil. O capítulo 10 aborda a temática da Acumulação Capitalista e Exploração do Trabalho: A Pobreza como Expressão da “Questão Social” - uma contribuição da Msc Rafaela Santos Paz e da Profa Dra Josefa de Lisboa Santos. Já o capítulo 11 os autores o Prof. Dr. José Wellington Carvalho Vilar, a doutoranda Priscila Pereira Santos, a Dra Carla Norma Correia dos Santos e a Msc Eduina Bezerra França apresentam o artigo in-

titulado Ordenamento Territorial do Litoral Nordestino. E, o Prof. Dr. Nelson Fernandes Felipe exhibe o artigo intitulado: Sistemas de Transporte Urbano e Violência no Trânsito em Aracaju/SE.

Na linha de pesquisa Dinâmica Ambiental contamos com o artigo o clima do semiárido: diversidade, caminhos e desafios de análise, organizado pela Profa Dra Josefa Eliane Santana de Siqueira Pinto, a doutoranda Elaynne Mirele Sabino de França, e o Msc. Riclaudio Silva Santos. E o artigo Conflitos Socioambientais em Áreas de Proteção Ambiental: Notas Geográficas, organizado pelo mestrando Fagner Santos de Oliveira e a Profa Dra Márcia Eliane Silva Carvalho.

Novembro de 2019

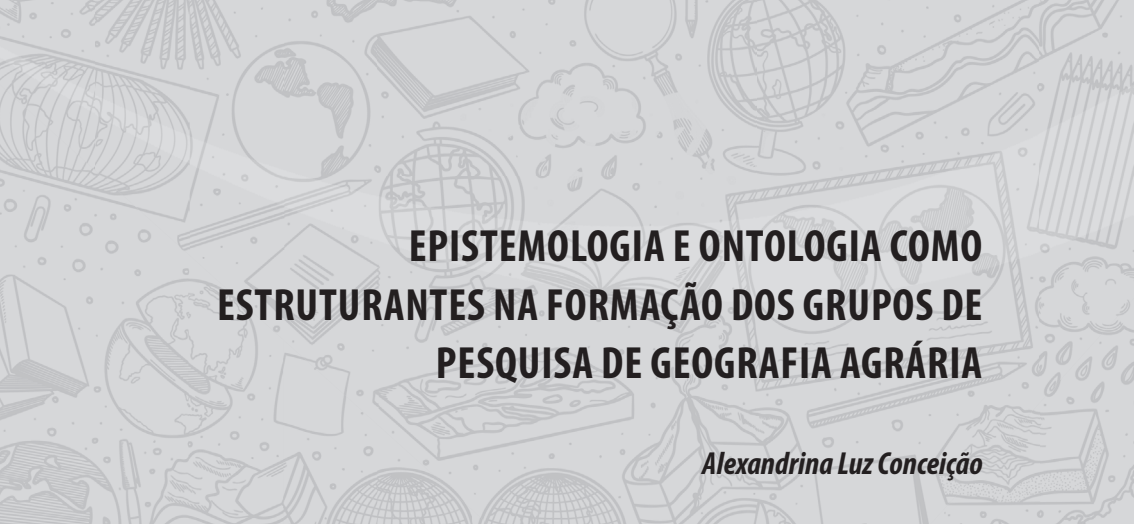
Sônia de Souza Mendonça Menezes

Josefa Eliane Santana de Siqueira Pinto

Organizadoras

PARTE 01

A EPISTEMOLOGIA DA GEOGRAFIA NA FORMAÇÃO DOS GRUPOS DE PESQUISA



EPISTEMOLOGIA E ONTOLOGIA COMO ESTRUTURANTES NA FORMAÇÃO DOS GRUPOS DE PESQUISA DE GEOGRAFIA AGRÁRIA

Alexandrina Luz Conceição

*Não podemos nunca estar 'depois da teoria', no
sentido em que não pode haver vida humana
reflexiva sem ela (EAGLETON, 2005, p. 297).*

1. Introdução

A temática em questão resulta de reflexões desenvolvidas durante a comemoração dos 35 anos do PPGEIO/UFS. Mesa instigante e provocante, cuja temática expressa a urgente necessidade de trazeremos reflexões que possam balizar os Cursos de Pós Graduação de Geografia, no que pese sobremodo os Grupos de Pesquisa em torno da temática Agrária. Nesta dimensão, saúdo aos participantes dessa Mesa que assumem comigo a responsabilidade desse debate, cuja ênfase, como eu compreendo, está no entendimento da condição epistemológica e/ou ontológica dos princípios fundan-

tes da constituição e formação dos Grupos de Pesquisa da Geografia Agrária. Entendo que é exatamente nessa posição estruturante que se estabelece a leitura de sociedade e consequentemente das travas de sua transformação social/histórica/política/geopolítica.

Ressalto que a minha escrita está norteada tendo como ponto de partida a reflexão das leituras dominantes dos/nos Grupos de Pesquisas de Geografia Agrária. Infelizmente, não há possibilidade, nesse texto, de deter-me sobre as especificidades que permeiam os estudos e pesquisas do espaço rural. Destaco a riqueza de material que pode ser encontrado em face da pluralidade de reflexões que vêm sendo desenvolvidas, nos tempos atuais, nos cursos de Pós-Graduação de Geografia no Brasil.

Nessa caminhada, após pesquisa realizada para a produção da minha fala nessa Mesa, faço a seguinte observação: nos dias atuais, é possível afirmar que, não há aparentemente um pensamento hegemônico dominante nos Grupos de Pesquisa existentes, fato comum nas décadas de 1980, 1990, hoje, o que se observa é uma pluralidade de concepções “teóricas”, e uma gama de diversidade de Grupos voltados à questão do campo/rural. É mister destacar que, nos últimos quinze anos, houve um crescimento de quantidade de Grupos de Pesquisa na Pós-Graduação de Geografia, possivelmente, devido à obrigatoriedade da inserção do/a professor/a para submissão de seu projeto de pesquisa via instituições CAPES, CNPq e nas Fundações de Pesquisa.

Ao realizar estudos para identificar a linha de análise de cada grupo através dos programas e planos de curso de professores, senti certa dificuldade de nominá-los, fato que atribuo à complexidade que se apresentam com forte individualização. O que pode levar aos questionamentos: Será que, o medo de se assumir uma postura unívoca não limita a própria posição de escolha do objeto de pesquisa? O ‘estar na moda’ torna-se um precedente do pesquisador? O que, paradoxalmente, pode significar uma preservação

de uma individualidade? Questões que não me atenho a responder nesse texto, mas que podem ter algum significante que conduza a outras reflexões.

Com certa atenção observa-se que, de certa forma, alguns/as pesquisadores (as) terminam, embora com perfis individualizados, sendo absorvidos, em/e nas redes das quais fazem parte, o que implica, contraditoriamente, ao que afirmei no parágrafo anterior?. Há um dominante hegemônico? Ou realmente, esconde-se no discurso da individuação marcas de uma estrutura semântica que revela que há um pensar hegemônico e dominante em rede? Lembro-me de um velho ditado: “o que cair na rede é peixe!”.

É importante ressaltar que em grande parte dos Programas de Pós-Graduação, nos quais há a disciplina Geografia Agrária e/ou similares, se de um lado há uma pluralidade de conceitos expostos nos Programas de Cursos, como se houvesse uma única forma de pensar no Programa, paradoxalmente pode-se encontrar vários Grupos que estão agregados em um Programa, e, entretanto, cada qual possui uma estrutura analítica distinta. Por outro lado em um mesmo Programa pode-se identificar diferenciados Grupos de Pesquisa, com distintos direcionamentos epistemológicos, e que, no entanto resguardam uma única estrutura pensante. O que indica uma suposta divisibilidade do indivisível e ou a unicidade do divisível. Dividir para unificar, unificar para dividir.

Em face de complexidade de análise, resolvi assumir, como estratégica procedimental, investigar o corpo analítico dos Programas de Curso, através dos objetivos pedagógicos propostos. Nessa direção, identifica-se que há dominância de uma linha analítica, mesmo nos sobretexos de divergências analíticas. É importante também observar que em um único Grupo de Pesquisa, no seu todo, pode ser identificada a presença de pesquisadores, pesquisadoras com distintas posições teóricas. Observa-se ainda que, pesquisadores e pesquisadoras da “questão agrária” e/

ou similares, em geral, direcionam suas pesquisas sem a preocupação de apresentar tecidos de fundamentação teórica, priorizando-se a interpretação direta de um dado empírico, e apresentar uma simples leitura interpretativa de significados semânticos: rural, campo, território, periferia, relações de pertencimento, ou apenas dando destaque a preocupação da localização (extensão), com ênfase ao estudo do lugar/local/região/nação. O que indica em alguns casos uma opção analítica de escolhas de paradigmas como estruturantes do conhecimento, sustentada em uma leitura de viés estruturalista.

2. Tecendo os Fios de Ariadne

A partir da década de 1980 a concepção estruturalista foi essencial para a consolidação do plano das ideias, nas ciências humanas em geral. E especificamente nos anos de 1990 no Brasil, nessa direção tem sido construído o discurso da descontinuidade da história. Esta negação está sustentada na defesa do que se estabeleceu a partir de Gaston Bachelard da concepção de “ruptura epistemológica”, posta como a negação da ciência, dos pressupostos cognitivos anteriores, o que implica na concepção fragmentária e não evolucionista da história da ciência. Do estatuto das descontinuidades dos fatos históricos, da crítica ao que identificam de história linear.

Ao se eleger Thomas Kuhn (na defesa da estrutura paradigmática)¹, e Gaston Bachelard sob o prisma das “rupturas epistemo-

1 A publicação do livro *Estrutura das Revoluções Científicas*, nos anos de 1960, marcou fortemente o pensamento social científico. O pensamento de Thomas S. Kuhn foi o elo estruturante da negação do modelo formalista e da aproximação da ciência ao enfoque histórico-sociológico. Entretanto na noção de paradigma científico, paradoxalmente, foram tecidos fios aparentemente invisíveis que congelaram de certa forma às ciências humanas ao status metodológico das ciências exatas.

lógicas”², geógrafos (as) tem assumido a retirada de disciplinas escolares dos Programas Departamentais, na crítica ao que denominavam de conteúdos estruturados a partir de totalidades³. Negando-se a metateoria assumem disciplinas por temáticas conjunturais, fragmentárias. O que tem levado a estrutura ensino-aprendizagem, ao que eu denomino de ‘colcha de retalhos’. Um conjunto de textos muitas vezes desconectados, colocados na defesa da diversidade e pluralidade de concepções analíticas. Contudo, o que se pode observar, muitas vezes, é que, há planos de cursos que apresentam uma grande gama de textos, sem ter o mínimo de conexões analíticas, não chegam sequer a constituir um todo, soma de partes, mas fragmentos, conteúdos desconectados.

Não se parte de uma proposta metodológica. No discurso da negação do método, assume-se muitas vezes um agrupamento de textos, por opção de autores, em nome de uma opção da diversidade e neutralidade epistemológica. Muitas vezes não há sequer a consciência de que ao se negar a estrutura de uma concepção teórica metodológica, se assume uma concepção positivista. Não há clareza de posição do discurso, não há distinção. Em geral, o fundamento teórico está solidificado em uma visão estruturalista, ou pós-estruturalista voltada à crítica da modernidade, e em seu bojo, a crítica da razão iluminista, em oposição a todas as formas de metanarrativas (sobremodo do marxismo, do freudismo). Da negação do real como produção histórica, assumindo o plano do indivíduo, priorizando o empírico.

2 No livro sobre Considerações sobre o Marxismo Ocidental, Perry Anderson destaca a grande influência que Bachelard exercerá nos intelectuais, enfatiza o papel que teve a obra de Gaston Bachelard, em destaque no marxismo ocidental, para o autor, a leitura de Bachelard “[...] além de inspirar Althusser, era admirado por Lefebvre, Sartre e Marcuse.” 2004, p. 78

3 A crítica ao conceito da categoria totalidade está implícita na negação ao pensamento marxiano, como desenvolveremos no texto em estudo. É importante destacar que a análise marxiana parte da categoria da totalidade concreta tendo como pressuposto o trabalho como categoria fundante.

De certa forma, em algumas situações podemos ser comparados como Bubos no Paraíso⁴, intelectuais profissionais de negócios? Intelectuais que “passaram a ver suas carreiras em termos capitalistas, como nichos de mercados”, que competem por atenção e que consideram “as ideias como armas, mas estão agora mais inclinados a considerar suas ideias como propriedade” (BROOKS, 2002, p. 143).

Os intelectuais demonstram-se perdidos na ausência de garantias de certezas epistemológicas que deem conta da realidade concreta, ou seja, de paradigmas que definam concretudes em tempo de flexibilidades. Cada vez mais desaparece a imagem do intelectual comprometido com as mudanças sociais, com a luta de classe, o intelectual militante. Ideologizamos valores de troca. Nosso conhecimento e nossa prática tornam-se mercadorias descartáveis. É preciso dar conta de um novo. O que se observa é que para dar conta da forma, negamos o conteúdo. O conhecimento é desprendido do método, há o esvaziamento da teoria; por conseguinte, a morte do método.

Estamos condenados como Sísifo⁵ a subir e descer a montanha sem esperança de nos libertarmos de uma culpa que temos assumido, em conformação, sem perspectiva de mudanças? O pecado original da Geografia? O pecado da sua institucionalização enquanto ciência da modernidade que se funda no discurso da defesa do Estado Moderno e da determinação da natureza!? Por termos

4 Na leitura de David Brooks. Bubos' no Paraíso: A nova classe alta e como chegou lá. Tradução de Ryta Vinadre, Rio de Janeiro: Ed: Rocco, 2002.

5 Referência ao livro de Albert Camus. “O Trabalho de Sísifo”. Camus estabelece a analogia da explicação da condição humana com o Mito de Sísifo. Sísifo um simples camponês tentou enganar a Zeus e este o condenou ao castigo de subir uma grande montanha carregando uma rocha, que rola a cada subida, tendo que o mesmo descer novamente para trazê-la de volta ao cume da montanha. Em metáfora, o autor compara a condição humana no capitalismo a ser condenada a seguir a rotina do trabalho diário contínuo e cansativo, sem liberdade de escolhas.

sido modernos? Ao amarrarmos e vendarmos nossos olhos para nos afastarmos dos cânticos maviosos da história, da universalidade, da totalidade, entretanto permanecemos escravos da força linear das catilinárias de Cícero?⁶

E assim vamos descartando cada abordagem como se tratasse de um pensamento e contexto histórico positivista linear: fomos positivistas, fomos darwinistas, fomos neo-positivistas, fomos marxistas, fomos humanistas, e o que fica afinal no hoje? O que somos? Engaiolados e engessados no enganador imediatismo do ter, somos aprisionados na condição do SER HUMANO e passamos a nos negar. Vivemos tempos sombrios da negação, de ideias e ideais, de projetos de construções sociais, de perspectivas, de esperanças.

Para os subjetivistas, o importante é negar o homogêneo posto em todas as abordagens e assumirmos o mais novo: A Pluralidade de abordagens. A pluralidade de métodos para enfim assumirmos o campo da liberdade, da diversidade e da autoafirmação.

O Grande Inquiridor de Dostoievski dizia: O segredo da existência do homem não é só viver, mas ter algo pelo qual viver [...] Hoje o Grande Inquiridor diria que os Bubos estão escravizados por seu desejo insaciável de liberdade e diversidade. [...] O resultado final do pluralismo, diria ele, é um eterno movimento em torno da busca de mais e mais ideias mal fundamentadas, e nenhuma delas responde às questões essenciais. (BROOKS, 2005, p. 227).

Da negação da neutralidade positivista, afirmamo-nos como sujeitos neutros, sem ser neutros - o sujeito lacaniano da Escuta?

6 Refiro-me à alusão dos quatro discursos pronunciados por Cícero cônsul romano de Marco Túlio (63 a. C.), contra a Conspiração Catilinária. O conjunto dos discursos de Cícero contra Catilina fica celebrizado sob o nome de “Catilinárias”, e foram usadas por muito tempo como uma das principais formas de ensino de argumentação em todo o mundo.

Não se parte de uma proposta metodológica. No discurso da negação do método científico se assume muitas vezes um agrupamento de textos, por opção de autores, em nome de uma opção da diversidade e neutralidade epistemológica. Muitas vezes não há sequer a consciência de que ao se negar a estrutura de uma concepção teórica metodológica, se assume uma concepção positivista. Não há clareza de posição do discurso, não há distinção. Em geral, o fundamento teórico está solidificado em uma visão estruturalista, ou pós-estruturalista voltada à crítica da modernidade, e, em seu bojo, a crítica da razão iluminista, em oposição a todas as formas de metanarrativas (sobremodo do marxismo, do freudismo). Da negação do real como produção histórica, assume-se o plano do indivíduo, priorizando o empírico. Para Carlos Nelson Coutinho, “As categorias do humanismo, do historicismo e da razão dialética são os únicos instrumentos capazes de fundar cientificamente a ética e a ontologia” (2010, p. 30). As proposições epistemológicas, ao recusar a ontologia, não há como compreender a realidade objetiva.

A episteme fora do critério referente do seu valor racional, ou as suas formas objetivas, se enraíza na positividade. O que deve aparecer no espaço do saber são as configurações que deram lugar às formas diversas do conhecimento empírico. Conhecimento como episteme, discursos como saberes. Nessa dimensão a Epistemologia contrapõe-se a Ontologia. É mister salientar que, os marxistas assumem a dimensão da ontologia do Ser, analisando a realidade a partir da dimensão da totalidade concreta. “[...] para a correta compreensão do marxismo, a historicidade do ser, enquanto característica fundamental constitui o ponto de partida ontológico para a correta compreensão de todos os problemas”. (LUKÁCS, 2018, p. 86). Nesse caso, a negação da leitura por episteme, é a negação da leitura do real. O depoimento não se constitui uma narrativa de representação, mas um discurso da constatação do real. As

forças produtivas aparecem separadas dos indivíduos, o homem é visto como um ser genérico, natural, supra-histórico, o não ser social historicamente determinado.

Em geral os estudos e as proposta dos pesquisadores e das pesquisadoras da geografia agrária tem como pano de fundo colocar no lixo toda construção teórica/prática do marxismo; embora muitas vezes, essa crítica possa estar ausente. Ou melhor utilizando a própria terminologia da teoria da emancipação de Boaventura de Sousa Santos; o ausente para opor-se ao presente.

Nessa direção o que se observa hoje é que, os estudos do campo/rural/agrário estão colocados a partir do debate dos paradigmas, ou mesmo como discursos e práticas dos saberes. Esses estão fundamentados em três vertentes:

1. Quem define o saber/é o lugar da fala (indivíduo como representação).
2. Quem define o conceito é o sujeito de quem se fala, busca-se recuperar os conflitos – mas sempre em uma leitura categorial.
3. A multivariiedade de epistemes.

Na Vertente um: Quem define o saber/é o lugar da fala, há o afastamento do princípio da geografia clássica - o princípio de extensão. O real, não é posto como dado, (ou mesmo considerando o à priori kantiano), mas como uma construção de nossa capacidade de nomear as coisas do mundo. Dá-se ao sujeito o lugar da fala, do qual se fala. Muitas vezes abandonando o lugar de onde se fala.

Na Vertente dois: Quem define o conceito é o sujeito de quem se fala. A leitura da episteme se dá a partir da história do modo de vida (a força da antropologia, da etnografia como construção dos discursos). O narrador/depoente/ é o que sofre a ação. Centraliza suas pesquisas nos conceitos chave de: território, territorialidades, espaços culturais, como vivências, sentimento de pertencimento

no reconhecimento dos lugares, das imaginações e representações. Parte-se do princípio de que é pelo conhecimento das representações das pessoas, que é possível dar valor ao lugar. Os territórios são considerados não apenas como um quadro material, mas como também portadores de ideologias, de representações simbólicas.

Na Vertente três: multivariiedade de epistemes, pode até ser identificada a presença de leituras marxistas, porém essas leituras se apresentam não como fundamento filosófico, mas como categorias paradigmáticas, discursos de saberes.

Não há domínio de uma única episteme. Nessa rede de grupos, identificam-se posições isoladas, leituras, nos intertextos, de citações como, os de Rosa Luxemburgo, Antonio Gramsci, David Harvey, Karl Kautsky. O mais interessante é que em geral, essas leituras são postas para negar uma “suposta” análise de Karl Marx sobre o campo. De forma geral tem como proposta o entendimento de que: Quem define o conceito é o sujeito de quem se fala (vertente dois). Busca-se recuperar os conflitos, mas sempre a partir de uma leitura categorial, partindo de paradigmas como explicativa do real. Em alguns casos congela-se uma visão de generalidade. Nessa dimensão quem define o real é a episteme. A análise é construída no discurso da representação, sob o ‘carro chefe’ de um conceito/paradigmático: camponês, campesinato, agricultor familiar.

Nega-se a totalidade como definidora das relações sociais de produção. As relações são aprisionadas no lugar. São relações fragmentárias e a concepção vai depender da formação epistemológica. Nessa dimensão reveste-se também o discurso, embora na contracorrente da dimensão da leitura da episteme do paradigma da agricultura familiar. Nessa vertente, a leitura do campo é analisada a partir de epistemes que defendem o discurso do desenvolvimento como categoria dominante, para a solução da pobreza do campo. O progresso, o avanço da produção, a produtividade é condição do agricultor familiar para sua emancipação.

É importante observar que essa análise é compreendida como interpretação totalizante e não de totalidade. E mesmo quando aparentemente está sustentada em leituras de autores e autoras marxistas, afasta-se da leitura ontológica do ser, preocupa-se com a dimensão do vir a ser. Grande parte dos seus estudiosos fundamentam suas análises, como afirmamos anteriormente, na leitura de marxistas na crítica da visão evolucionista, mecanicista, sob forte influência da sociologia rural. Nesse bojo nega-se o materialismo histórico dialético como fundamento de práxis.

As palavras-chaves que autodefinem como categorias analíticas, destacam-se: agricultura familiar; desenvolvimento rural; desenvolvimento territorial; políticas públicas; políticas de reordenamentos territoriais; agroindústrias; arranjos territoriais produtivos, latifúndio; entre outras.

Do outro lado do *front*, sob o paradigma da crítica a essa vertente, temos estudiosos/pesquisadores que sustentam as suas epistemes nas seguintes categorias/paradigmáticas, a partir das palavras chave definidoras analíticas: camponês, campesinato, agricultura camponesa, produção familiar, agroecologia, comunidades tradicionais, economia solidária, conflitos fundiários, movimentos sociais, reforma agrária, luta pela terra, território/territorialidade, políticas públicas, entre outras. Seus discursos se contrapõem a partir do fundamento da crítica ao modelo de desenvolvimento – o agronegócio, que se expressa como negação da existência camponesa.

3. Ponto de Partida: ontologia versus epistemologia

Um ser que não seja ele próprio objeto para um terceiro ser não tem nenhuma essência para o seu objeto [...] (LUKÁCS, 2018, 578).

Os pós-modernos substituem a preocupação ontológica pela epistemológica, tornando “o real como uma tessitura de linguagens, um jogo discursivo.” (RODRIGUES, 2006, p. 83). Há casos que centram o debate epistemológico na categoria “desenvolvimento”, questionando: qual projeto? qual modelo? Nessa direção, as categorias Estado, capital e modo de produção estão presentes na leitura e escrita, mas elas são postas não como estruturantes ontológicos, afastam-se da opção do método do materialismo histórico dialético, da análise das contradições, do entendimento do Estado e trabalho; ou mesmo Estado e capital, que são compreendidas como conceitos, e não como unidades contraditórias; ou seja, como mediações centrais para a expropriação do trabalho no processo de acumulação, produção do capital.

O que, muitas vezes, conforme concepção epistemológica, o que as aproximam, na diversidade dos discursos dos saberes, é a categoria central - Estado. O que se identifica nos discursos é a presença do Estado como razão/desrazão; no seu caráter emancipatório para os “subalternos”, “colonizados”, etc. – que se caracteriza como funcional ao real. Os *Subaltern Studies* nasceram na Índia, os *Postcolonial Studies* nos Estados Unidos, na Inglaterra e na Austrália, e não por acaso que o conceito de colonialidade do poder tenha nascido na América Latina, em particular na América Andina, (CAHEN E BRAGA, 2018, p. 19). Na leitura desses autores, o tema pós-colonial só ocorreu no Brasil, a partir de 2011⁷ -2012⁸, e não ocorrerá no eixo acadêmico hegemônico Rio-São Paulo-Brasília, mas em Pernambuco e Rio Grande do Sul. Os estudos pós-

7 A Revista de Estudos Antiutilitaristas e Póscoloniais (REALIS) foi fundada em janeiro de 2011. Revista associada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco – PPGS/UFPE.

8 Em Pernambuco se dá com o colóquio “Pré-ALAS” da Asociación Latinoamericana de Sociología em novembro de 2012 e na Universidade Federal do Rio Grande do Sul com o tema Sociedade, Conhecimento e Colonialidade: Olhares sobre América Latina.

-coloniais entram no Brasil a partir dos estudos literários e nas ciências sociais, nesta a vertente que acabou predominando foi a teoria da colonialidade proposta por Boaventura de Sousa Santos sobre as “epistemologias do Sul”.

Pode-se afirmar que já nos encontramos bem à margem do pós-colonial uma vez que é possível questionar o parentesco entre a teoria da colonialidade ou da epistemologia do Sul com o pós-colonial ‘clássico’. Aliás, essa situação é (ou pelo menos foi até há pouco) parcialmente a mesma para toda a América Latina (ibidem, 2018, p.13).

Atualmente tem crescido grupos dessa vertente, que tem se aproximado da crítica à leitura de centralidade, assumindo a episteme da arqueologia do saber, pela defesa da geografia como espaços sociais de práticas de saberes. Nessa dimensão, há grande influência das leituras de Boaventura de Souza Santos, em destaque, sua Teoria da Emancipação – Teoria da Episteme do Sul, que consiste no que ele denomina da crítica à subalternização da hierarquia das relações capitalistas imperiais do Norte Global – o eixo da colonização epistêmica de matriz colonial, identificado como pensamento abissal, que se baseia em linhas imaginárias que divide o mundo (Norte, Sul), que compreende uma relação imperial global etnorracial, de um suposto controle de um monopólio universal de um saber hegemônico cultural, político, econômico.

Para Boaventura Sousa Santos, o século XXI exige alternativas epistêmicas emergentes, um pensamento pós-abissal. O pensamento pós-abissal denominado como ecologia dos saberes, consiste na ruptura com os modelos ocidentais, na recuperação das epistemologias do Sul, dos saberes e práticas que não as do Norte, considerando as diversidades da América Latina, da África dos contextos europeus.

Cahen e Braga (2018) fazem uma crítica contundente à ideia da permanência de uma produção contemporânea de subalternidade, do que pode ainda advir dessa herança, do quanto à colonização destruiu os conhecimentos populares, provocando os “epistemicídios”. E afirmam:

Não seria uma essencialização do “Sul” ou mesmo dos ‘Suis’, como se as epistemes fossem idênticas segundo as comunidades culturais, as classes sociais e a natureza dos Estados em toda a periferia capitalista pós-colonial? Epistemologia de quem, nessas sociedades extremamente desiguais do ‘Sul’? Afinal, não seria construir, mesmo em nome do Sul, mais um Oriente? (ibidem, p. 24)

Boaventura de Sousa Santos não se propõe elaborar uma teoria geral, para ele nenhuma teoria geral é capaz de dar conta da complexidade do mundo. A realidade deve ser vista como um campo de possibilidades, a existência não esgota as possibilidades da existência. Santos propõe uma sociologia das ausências, cujas bases são as ecologias dos saberes em contraposição ao que ele chama de razão proléptica (fundada na concepção de tempo linear, progresso, desenvolvimento, crescimento econômico). Diversidade em contraposição a totalidade, ao universalismo abstrato e a uma teoria geral. Propõe construir concepções novas e plurais de emancipação social, ou seja, objetiva criar constelações de saberes e de práticas. Considera o autor, a dimensão ontológica passa pelo sentido, de que cada saber existe dentro de uma diversidade de saberes, e não se pode compreender um saber sozinho sem se referir aos outros saberes. É uma espécie de contra-epistemologia (SANTOS, 2010).

Nessa dimensão assume-se a geografia como ciência das práticas e dos saberes espaciais: A Geografia dos Saberes espaciais. O saber como espaço do político. Saberes como negação da identi-

dade – questão problema. Em alguns casos há a negação da cultura como definidor, na medida em que esta se define como presença, como definidora do lugar.

Entende-se que, o lugar da fala, muitas vezes, está fora do lugar, uma vez que há uma inversão do real. Parte-se do problema e ação, de propostas de ações indenitárias. Na dimensão da descontextualização é explícita a negação da história. As ações são compreendidas como princípios individuais que se definem tanto no campo do corpo, como expressão de um coletivo indenitário: Questões problemas: gênero – étnica – juventude, camponeses, indígenas, mulheres, etc.

Nessa direção estão às teses: pós-colonial, pós-colonial, decolonial. É importante ressaltar que há diferenças de posições epistemológicas entre essas teses. Indico um texto bastante didático de Larissa Rosevics. A referente autora argumenta que a escola de pensamento pós-colonialista não tem uma matriz única. Conforme a autora “Enquanto os pós-coloniais se aproximavam das correntes pós-modernas e pós-estruturalistas, os decoloniais voltaram-se para um projeto semelhante aos dos teóricos críticos de esquerda” (ROSEVICS, 2017, p. 189). A epistemologia decolonial ocorre como crítica aos pós-coloniais pelo uso majoritário de autores europeus, considerada como uma traição aos estudos subalternos de rompimento com a tradição eurocêntrica de pensamento.

Destaca-se no pensamento decolonial, Anibal Quijano,

[...] que apresenta seu conceito de colonialidade de poder, entendida como a maneira como a dominação das potências centrais em relação às periféricas está estruturada, através de uma diferença étnica/racial/de gênero/de classe, que hierarquiza o dominador em relação ao dominado, com o objetivo de controlar o trabalho, os recursos e os produtos em prol do capital e do mercado mundial (ROSEVICS, 2017, p. 189-190).

Em homenagem do falecimento (maio de 2018), de Anibal Quijano, Pedro Brandão⁹ enfatiza o diferente da epistemologia de Quijano na ideia da decolonialidade:

O salto teórico de Quijano é exatamente permitir a articulação das dimensões transversais do étnico e do econômico. Nesse sentido, Quijano propõe uma inseparabilidade entre a exploração capitalista e a racialização como modelo constitutivo do capitalismo que se fundamentou na colonização das Américas (2018, p. s/n).

Na crítica ao discurso posto como centralizante, universal, totalizante, europeizante, a partir da fala dos subalternos, assume-se a epistemologia como estruturante nas suas análises, na negação da ciência e da ontologia marxiana. No viés da ontologia, o depoimento não se constitui uma narrativa de representação, mas como discurso da constatação do real - o real concreto, conforme leitura crítica reflexiva de Karl Marx. Enquanto na dimensão epistemológica examina-se o conhecimento percebido e seu funcionamento, na perspectiva subjetiva, fragmentária, a ontologia analisa a realidade, em movimento contraditório. Em oposição, e em negação ao Discurso Como Saberes, os marxianos ao assumirem a totalidade concreta como definidora da realidade negam a fragmentação; a leitura por episteme; a negação de paradigmas, como representações e manifestações fenomênicas que são reduzidas a uma questão do conhecimento abstrato.

9 [https://brasilem5.org/2018/06/05/anibal-quijano-e-a-colonialidade-do-poder/Entre os diversos estudos de Anibal Quijano, indica-se: Quijano, Anibal. Colonialidade, poder, globalização e democracia. *Novos Rumos*, São Paulo, ano 17, n. 37, 2002, p. 4-29;](https://brasilem5.org/2018/06/05/anibal-quijano-e-a-colonialidade-do-poder/Entre%20os%20diversos%20estudos%20de%20Anibal%20Quijano,%20indica-se:%20Quijano,%20Anibal.%20Colonialidade,%20poder,%20globaliza%C3%A7%C3%A3o%20e%20democracia.%20Novos%20Rumos,%20S%C3%A3o%20Paulo,%20ano%2017,%20n.%2037,%202002,%20p.%204-29;)

4. A Enunciação da “morte” da Teoria

Nos anos de 1980 e 1990, a teoria cultural assume uma rejeição da ideia de política global, da negação da universalidade, do progresso, da história. Falar em capitalismo era “totalizante” ou “economístico”. Passa-se a falar em gênero e etnicidade, cresce um tipo de antiteoria.

Para os pós-colonialistas, as categorias analíticas assumidas pela esquerda marxista como noção de classe, exploração capitalista, conduz a um agravante erro teórico e prático. Desde o seu início, nos anos de 1970, suas análises se concentram na negação da universalidade. A teoria pós-colonial sustenta seus fundamentos na crítica a ideia de nacionalidade, para os pós-colonialistas, “se aqueles estados-nação haviam falhado parcialmente, incapazes de se pôr em bons termos com o afluente mundo capitalista, então olhar além da nação parecia significar olhar além da classe também” (EAGLETON, 2005, p. 24).

Mudando o foco de classe e de nação para etnicidade, incorporam a política de identidade, colocando a questão étnica como questão cultural. Conforme reflexão de Eagleton (2005), se a ideia da nação indicava o deslocamento do conflito de classe, também serviu para moldá-la, como se colonialismo e pós-colonialismo, por ter sido moldado em termos nacionais não fossem em si mesmos questões de classe. Para Lukacs (2018, p. 578), “A prioridade do ontológico ante o mero conhecimento não se refere, apenas ao ser em geral, mas a objetividade objetiva no seu todo é, em sua estrutura e dinâmica concretas, em seu ser-precisamente - assim, ontologicamente da mais elevada importância”.

Na ontologia, a leitura do real deve ser analisada na concepção do materialismo histórico e dialético, a partir das contradições, das relações sociais e de produção, materialmente determinantes – a luta de classe. As classes sociais são, portanto, as categorias fundantes, elas expressam formas de ser.

Por outro lado, a dissolução da luta de classe, despolitiza a questão do pós-colonialismo, enfatizando o papel da cultura (EAGLETON, 2005). Nesse sentido, propõe a cultura no lugar das análises globalizantes. A ideia do capitalismo é posta como globalizante, que reduz a ideia das dinâmicas locais, de descontinuidades, de rupturas e de processo histórico. Para Lukacs (2018, p. 578), “A prioridade do ontológico ante o mero conhecimento não se refere, portanto, apenas ao ser em geral, mas a objetividade objetiva no seu todo é, em sua estrutura e dinâmica concretas, em seu ser-precisamente - assim, ontologicamente da mais elevada importância”.

Na ontologia, a leitura do real deve ser analisada na concepção do materialismo histórico e dialético, a partir das contradições, das relações sociais e de produção, materialmente determinantes. Para os pós-colonialistas as classes sociais são expressões de um contexto particular (CHIBBER, 2014). “Al sobrevalorar las particularidades culturales y assimilar el universalismo a uma forma de eurocentrismo imperialista, las teorías poscoloniales arrojan, apresuradamente, las herramientas de análisis marxistas al desván de las cosas obsoletas” (CHIBBER, 2014, p. 1). Para a teoria pós-colonialistas, o universalismo eurocêntrico dos marxistas ignora a heterogeneidade do mundo social, sendo necessário dar lugar ao fragmentário, ao marginal, às práticas, conforme as especificidades geográficas.

Nas últimas décadas, a teoria pós-colonial tem assumido um caráter dominante na academia, por grande grupo de intelectuais, apresentando uma forte crítica ao marxismo em relação a sua reflexão analítica entre o mundo ocidental e o mundo não ocidental, partindo do princípio de que as categorias ocidentais não podem ser aplicadas às sociedades pós-coloniais. Seu ponto de convergência é a crítica intensiva aos marxistas.

A partir do conceito de cultura, nega-se a equivalência de nação e se defende o princípio da diferença, enfatizado por Foucault e

Derrida, e fundamentado em Nietzsche, defendem que o mundo é feito por diferenças. Tudo é peculiarmente diferente. O que anunciam então é a negação do Sujeito no seu perfil revolucionário, do coletivo, e se assume o discurso da natureza coisificada, naturalizada, embora paradoxalmente identificada de social.

Em entrevista a Joan Birch, Vivek Chibber¹⁰ afirma que o pós-colonialismo é uma perspectiva conceitual que busca analisar como o mundo ocidental dominante constrói lugares e pessoas como subalternos (minorias). Essa construção envolve relações históricas de poder colocadas como relações entre o «Primeiro» e o «Terceiro Mundo», conhecidos por Norte e Sul Global. Na atualidade, essa abordagem levou à exclusão das minorias como processos ligados a um tipo de colonialismo contemporâneo.

Para seus defensores, a aplicabilidade de categorias como capital, democracia, liberalismo, racionalidade e objetividade, assumidas pelo marxismo, estão erradas, são eurocêtricas, e partem do impulso colonial e imperial do ocidente. Ao analisarem as relações históricas sociais pela lógica do capital, universalizam as relações de forma hegemônica, sem advir para as diferenças.

Em entrevista da Jacobin por Jonah Birch, Vivek Chibber afirma:

As diferenças distintas de práticas culturais não significam a negação da teoria. “Isso não é dizer que diferenças culturais desaparecerão; é dizer que essas diferenças não importam para a disseminação do capitalismo, contanto que os agentes obedeçam à compulsão que lhe inscreve sua posição nas estruturas capitalistas”. [...] “as pessoas carreguem suas culturas e práticas locais quando elas estão resistindo ao capitalismo, ou quando elas resistem a vários agentes do

10 BIRCH, Joan. (Entrevista da Jacobin por Jonah Birch - estudante de pós-graduação em sociologia pela Universidade de Nova York a Vivek Chibber. Tradução: Gabriel Landi Fazzio, <https://lavrapalavra.com/2015/12/01/a-teoria-pos-colonial-e-o-espectro-do-capital/>).

capital”. Mas é uma coisa bastante distinta dizer que não há aí nenhuma aspiração universal, ou nenhum interesse universal, que as pessoas devam ter.

Quando os teóricos subalternos erguem esse gigantesco muro separando o Oriente do Ocidente, e quando insistem que os agentes Orientais não são movidos pelo mesmo tipo de preocupações que os agentes Ocidentais, o que eles estão fazendo é endossar o tipo de essencialismo que as autoridades coloniais usavam para justificar sua depredação no século XIX. É o mesmo tipo de essencialismo que os chauvinistas dos EUA utilizaram quando bombardearam o Vietnã ou quando eles atacam o Oriente Médio.

Segundo Foucault, o autor do discurso não se encontra no sujeito, nem no enunciado, mas nas formulações discursivas. Assume-se assim a semiologização – tudo é discurso. Lembremos que Foucault tinha uma completa aversão à palavra dialética, e afirmava:

Não aceito a dialética. Não e não! [...] Desde que se pronuncia se começa a aceitar [...] Se repito, de modo permanente, que existem processos como a luta, o combate, os mecanismos antagonistas, é porque encontramos esses processos na realidade. E não são processos dialéticos (idem, *ibid.*, p. 260, na Tese p. 154).

O que afirma é que no lugar onde se desenrolam as relações do poder e saber há a autonomia em recusar as estruturas universais, das lutas globais e radicais. Posição essa enfatizada por Boaventura de Sousa Santos e tão apreciada por parte de geógrafas e geógrafos, que o tem como o mais alto referencial, colocando-o “como o representante da derrocada da teoria crítica, de qualquer saída totalizante”.

Entendo que, ao assumir a crítica de François Lyotard endossada na ênfase das práticas discursivas do saber e poder de Foucault,

com forte antropologização das relações dos sujeitos, contraditoriamente muitos terminam aprisionados ao discurso do contra-discurso, no qual emerge o homem desistoricizado, dissocializado, internalizado e aprisionado ao lugar.

O pensamento pós-moderno de fim-da-história não antevê um futuro para nós muito diferente do presente, perspectiva que ele curiosamente vê como motivo de comemoração. Mas há de fato a possibilidade de um futuro desses entre vários, e ele se chama fascismo (EAGLETON, 1998, 130).

Como abordagem metodológica, é trazida do passado das catacumbas a hermenêutica, como ato de fé, para dar conta do mais novo. O marxismo é reduzido a uma sociologia vulgar e mecanicista, de inspiração neokantiana ou comteana – e/ou a um historicismo subjetivista. Ao rejeitar-se o fundamento ontológico do marxismo da leitura da concepção materialista da natureza, busca-se apenas as estruturas mais complexas da economia mercantil, afastando-se do enfoque filosófico de problemas decisivos, como o da relação entre teoria e prática, entre sujeito e objeto.

Para Rodrigues¹¹, Michael Foucault apresentou a proposta teórica-política dominante no último quartel do século XX de clara perspectiva neo-irracionalista, que constitui o pós-modernismo. Fundamentado na crítica habermasiana, Rodrigues afirma que Foucault embora não confesso um pós-moderno, a lógica de sua obra e os fundamentos de sua análise são compatíveis com as teses pós-modernas, contribuindo de maneira substantiva para preparar o solo do edifício teórico e político da cultura pós-moderna, antecipando uma certa “metodologia” ou concepção de mundo pós-moderna, fundando um positivismo pelo avesso, negando o

11 Tese defendida no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006. (ver referência bibliográfica)

historicismo, o humanismo, a redução do sentido histórico, com ênfase ao pressentimos. Seu sistema filosófico lhe dá o status de ter sido um pensador proto pós-moderno.

Embora crítico à razão moderna, a sua obra tem uma proposição regressiva. Na reflexão de Rodrigues (2006), embora Foucault tenha sido um pensador proto pós-moderno, não foi um pensador tipicamente pós-moderno. “A condição aparentemente paradoxal entre condenação e acolhimento revela muito o próprio estilo filosófico de Foucault: sua escolha constantemente transgressiva, sua posição a meio do caminho, sua postura de fronteiras” (RODRIGUES, 2006, p. 147). Porém,

[...] diferentemente do conjunto de defensores da pós-modernidade, não há em seu pensamento uma proposição clara da constituição de um novo paradigma, nem também uma proclamação aberta do sujeito descentrado. Contudo, sua obra prenuncia todos os traços antiontológicos do pós-modernismo: o neo-irracionalismo, a semiologização do real, o deslocamento do sujeito moderno, centrado e autônomo, a política transgressiva (RODRIGUES, 2006, p. 164).

5 No caminho há uma pedra... Há uma pedra no meio do caminho

Não se pretende, neste texto, estabelecer conteúdos que deem conta das distintas visões apresentadas, mas chamar a atenção face ao acatamento da determinação de uma “nova” concepção como substituta de Outra, “velha” concepção!... O que pretendo chamar atenção é da necessidade do aprofundamento teórico sobre as diferentes versões. A preocupação está na perda contínua da teoria como condução da reflexão da realidade, fato, hoje, muito comum na academia.

Afirmo que, a maioria dos geógrafos e geógrafas tem assumido em/no silenciamento às teorias pós-modernas, sem, sequer ter a

consciência que sua estrutura fundante não é plural, é monolítica. Ao assumir a abordagem do metarelatório em contraposição à metateoria, a objetividade científica, da negação dos princípios ontológicos estruturantes, em defesa de um discurso da negação ao homogêneo, enfatiza-se a defesa da indeterminação, do fragmentário, do efêmero, da defesa da descontinuidade, da desconstrução, sob a afirmativa da necessária pluralidade, diversidade, do direito do diferente na dimensão da subjetivação, do discurso do UM – Identidade.

As abordagens geográficas utilizadas intensificam-se na crítica ao marxismo como discurso do homogêneo, e se assume a crítica de François Lyotard, endossada na ênfase das práticas discursivas do saber e poder de Foucault, com forte antropologização das relações dos sujeitos. Entretanto, muitos terminam aprisionados ao discurso do contradiscurso no qual emerge o homem desistoricizado, dessocializado, internalizado e aprisionado no lugar.

Ana Fani Carlos há alguns anos, tem insistido na crítica, ao ilhamento da pesquisa no campo do empírico, ao estrito estudo de caso. A sua perspectiva é da construção de uma metageografia como caminho teórico-metodológico de superação do estado de crise, pelo qual anda a geografia. Compreende a autora, que esse caminho é necessário como forma de buscar o aprofundamento dos seus fundamentos, enquanto ciência social do necessário retorno à filosofia. Entende que: “O ponto de partida, já anunciado, é o entendimento da produção do espaço como momento da construção da humanidade do homem, revelando-se como espaço-tempo da atividade que produz o homem e o mundo” (CARLOS, 2016, p. 147). Condições objetivas e subjetivas que se situam na prática, uma prática de crises e cisões vividas. O que significa o deslocamento da análise do campo da epistemologia para o da práxis. Argumenta na sua proposta clamando a necessidade da atitude crítica e da reflexão radical para a compreensão da totalidade,

como única possibilidade da superação da crise da geografia. A totalidade é assumida como categoria necessária para a superação da fragmentação, do cotidiano como encerramento da compreensão da realidade que revela o esvaziamento e o enfraquecimento das relações sociais. “A radicalidade exige a construção de um projeto de *sociedade nova*, fundada numa ciência renovada [...]” (CARLOS, 2016, p.150).

Não se pode negar que o pós-modernismo na sua crítica, as metarrativas e metateorias possibilitam as complexidades e nuances de interesses, culturas, lugares etc., no reconhecimento das múltiplas formas de alteridade.

Mas o pós-modernismo, com sua ênfase na efemeridade da *jouissance*, sua insistência na impenetrabilidade do outro, sua concentração antes no texto do que na obra, sua inclinação pela desconstrução que beira o niilismo, sua preferência pela estética, em vez da ética, leva as coisas longe demais. Ele as conduz para além do ponto em que acaba a política coerente (HARVEY, 2007, p. 111/112).

Talvez possamos afirmar que o discurso das Geografias Pós-Modernas, ao negarem o discurso da totalidade, no que implica analisar as contradições do capital, no seu caráter autofágico do trabalho, abstêm-se da discussão sobre a mercadoria e sobre o valor, enfatizando a cultura como conceito, e não a produção social humana, insistindo na subjetivação do indivíduo e do lugar.

Ao se assumir a práxis, o objeto da geografia é a própria realidade social. Trata-se de encarar o espaço como ele o é: espaço como um fato social, um fator social e uma instância social. Conforme Milton Santos¹², para desmistificar o espaço, precisamos levar em

12 Refiro-me à análise do autor realizada no seu livro Por Uma Geografia Nova.

conta dois dados essenciais: A paisagem (lugar da reificação) e a sociedade total (formação social que anima o espaço), fazendo a crítica à visão reducionista, economicista – que vê o espaço como uma estrutura subordinada ao econômico.

Chamo atenção à importância de observar que, em geral, o geógrafo e a geógrafa estão presos a uma epistemologia antropológica e afastados da teoria, da autorreflexão como fundamento da abordagem de cultura. Valho-me ao que Terry Eagleton expõe em seu livro: *Depois da Teoria*. As ideias da cultura mudam com o mundo, nos seus contextos históricos. “Até as teorias mais rarefeitas tem uma raiz na realidade histórica. Veja, por exemplo, a hermenêutica, a ciência ou arte da interpretação” (EAGLETON, 2005, p. 43). A autorreflexão crítica é o que conhecemos como teoria. Pensadores culturais como Barthes, Lacan, Foucault e Derrida ao assumirem o estruturalismo cercaram a ética e a política e as varreram fora da história (ANDERSON, 2014).

A leitura estruturalista é a negação da centralidade histórica e dos conceitos de classe. Segundo Thompson (1981), no momento em que parecíamos prontos para novos avanços no campo do materialismo histórico, fomos subitamente atacados pela retaguarda por uma ideologia burguesa que pretendia ser mais marxista do que Marx. “O ataque de Louis Althusser ao ‘historicismo’ esboroou-se em pó e toda a empresa do materialismo desabou em ruínas em sua volta”, reduzindo a teoria comunista a posturas ideológicas esvaziadas de qualquer caráter revolucionário (ibidem, p. 194).

Na perspectiva de Thompson, “o absurdo de Althusser está no modo idealista de suas construções teóricas”. Fascinado pelo idealismo teórico, compreende Althusser que, a história a partir do determinismo econômico. Na leitura de Thompson, a existência da realidade material, e da existência de um mundo externo material da realidade social é sempre, em última instância, econômica. Fato comprovado na própria obra madura de Karl Marx (THOMPSON, 1981, p. 204).

Na contramão a leitura estruturalista, o Grupo de Pesquisa ao optar por assumir a concepção teórico-metodológica dos estudos marxianos, afasta-se do entendimento da epistemologia como estruturante de análise e assume a ontologia. A orientação do pensamento marxiano é de natureza ontológica e não epistemológica. Objetiva-se ter como preocupação a análise concreta do real, de uma situação concreta. “O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto unidade da diversidade” (MARX, 2011, p. 54). O concreto aparece não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo.

Parece ser correto começarmos pelo real e pelo concreto, pelo pressuposto efetivo, e, portanto, no caso da economia, por exemplo, começarmos pela população, que é o fundamento e o sujeito do ato social de produção como tudo. Considerado de maneira mais rigorosa, entretanto, isto se mostra falso. A população é uma abstração quando deixo de fora, por exemplo, as classes das quais é constituída (id, ibidem)

As classes constituem uma abstração se não levarmos em conta os elementos: trabalho assalariado e capital, que pressupõem relações de troca, divisão do trabalho. Na leitura marxiana as categorias são históricas e transitórias, determinações de existência, portanto determinação de uma determinada sociedade. É preciso apreender a realidade, na sua concreticidade, na sua totalidade, ir além da aparência fenomênica, imediata e empírica (por onde necessariamente se inicia o conhecimento).

Considera Karl Marx que o modo de produção da vida material condiciona o processo em geral da vida social, do político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, é o seu ser social que determina sua consciência. Em certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da

sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes. Com a transformação da base econômica, toda a superestrutura se transforma com maior ou menor rapidez.

Totalidade é a categoria central da realidade. Totalidade, necessariamente envolve as dimensões culturais e simbólicas, a objetividade e a subjetividade. Nesse sentido, o trabalho é a categoria fundante, condição ontológica do Ser social, do Ser sócio-histórico.

[...] o trabalho é a categoria central, no qual se mostram todas as outras determinações [...] trabalho criador de valores de uso, [...] condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana. Pelo trabalho surge uma dupla transformação, o próprio ser humano que trabalha se transforma pelo seu trabalho (LÚKÁCS, 2018, p. 563)

Em sua Tese de doutorado: O Trabalho nas Fissuras da Crítica Geográfica, Sócrates Menezes afirma, que o trabalho como categoria de análise social foi inserido na crítica do movimento de renovação da Geografia no Brasil, em específico, a Geografia intitulada de Crítica, nas perspectivas denominadas como geografias do trabalho. Entretanto, o trabalho não foi tomado em sua totalidade dialética contraditória, este foi tomado como cristalização de valor para subsidiar a leitura do espaço, de instrumentalização do território, em uma interpretação concreticista. A dialética tendeu mais a ser um instrumento de conciliação teórica do que uma crítica social. A crítica geográfica, nessa perspectiva, apresenta fissuras no interior de suas próprias formulações, fissuras que tendem a se desenvolver como autocontradição, deixando incompleta sua efetividade como crítica social emancipatória.

Observo que nos finais do século XIX e início do século XX, a geografia incorporou na sua episteme alicerçada no seu pecado

original do Projeto Nação, o homem cidadão, o homem cidadão do espaço e o homem do espaço do cidadão. No século XXI, esse homem assume a identidade de cidadão – cidadão do mundo – mas que fala a partir da aldeia em contraposição a globalização.

O caminho da emancipação humana, aponta Marx (2010), é o caminho do encontro entre o homem individual real que recuperou o cidadão abstrato-formal e que se tornou, um ente genérico, indivíduo e na sua vida empírica, no seu trabalho, na qualidade de homem individual; quando suas forças próprias equivalerem às forças sociais, sem separar estas nas formas da força política. Se o projeto emancipatório da modernidade está preso aos limites e possibilidades postas pelo hiato entre a emancipação política e a emancipação humana, na Pós-Modernidade a recusa da totalidade, da teoria (do seu valor heurístico), da valorização da dimensão da aparência, da negação do tempo da autorreflexão, desloca-se qualquer possibilidade de um projeto social da práxis. Dá-se uma semiologização da realidade social – tudo é discurso, em que se cristaliza a entronização ao ecletismo, a pluralidade metodológica – o relativismo – a dissolução da ideia da verdade, convertendo a ciência num jogo de linguagem.

Conforme pressuposto da leitura de Mikhail Bakhtin, todo texto é tecido polifonicamente por fios dialógicos de vozes que polemizam entre si, que se complementam ou que respondem umas às outras. O contexto do discurso depende do tempo histórico, da posição social e do relacionamento pessoal dos parceiros envolvidos na comunicação. Compreendendo que as formas de enunciação se apoiam sobre as formas da comunicação verbal, e são determinadas pelas relações de produção e estrutura sócio-política, logo, a natureza do enunciado é social e não individual – é produto da interação social, e não existe fora de um contexto social (BAKHTIN, 1992; 1995). Cada enunciado é um elo de uma cadeia complexa de outros enunciados anteriores, imanentes dele mesmo, ou do ou-

tro, ao qual seu enunciado está vinculado por alguma relação. A geografia é escrita na história.

As palavras deslocadas do contexto histórico assumem significados ideológicos e apologeticos, ocultando os antagonismos estruturais na sociedade capitalista. A tendência é uma leitura acrítica, uma hipostasia. O homem enquanto ser uno, único, é o responsável pelas reivificações.

No que pese à leitura do pensamento geográfico, sua descontextualização, em tempo linear, cronológico impossibilita identificar o cronotopo, identificando as contradições na sua unidade dialética. A análise tempo-espacial só é possível ser capturada na polifonia do discurso. Todo discurso é denso, não há neutralidade. Todo discurso tem no seu enunciado a posição de uma classe social, este é feito em nome de uma classe social, cada fala é carregada no plano do poder do real e do simbólico, e se apresentam como produtores de discursos desiguais (CONCEIÇÃO, 2012).

6 Reflexões Finais Necessárias: a perda da teoria e suas consequências

Embora devido, a minha própria postura analítica eu dê ênfase a uma leitura analítica destacando a ontologia do Ser, como estruturante necessária nos estudos do campo/rural, explicito que a minha angústia ecoa, não por definição da escolha de um método, mas pela banalização que tem assumido o silenciamento do debate teórico, o descaso da teoria, colocando a nu a própria condição do humano.

A ausência de um embasamento teórico tem sido fato comum no cotidiano da academia, é muito comum observarmos a angústia de estudantes de geografia perdidos no entendimento do que é e como pensar a partir das categorias geográficas. Fala-se de categorias como se fosse uma simples questão de escolha pessoal.

Quantas vezes ouvimos alunos e ou professores dizerem: - Qual e/ou quais categorias eu vou utilizar na minha pesquisa? Não se tem noção de que, ao se privilegiar uma categoria, é definida uma forma de pensar o mundo, de se pensar a sociedade, ou seja, da própria condição de SER. Fala-se das categorias geográficas: natureza, espaço, paisagem, lugar, região, ambiente, território, sem a clareza do seu uso. Esta situação remete ao entendimento de que há uma ausência do conhecimento filosófico na formação do ensino de geografia.

Tal afirmativa se sustenta no entendimento de que a grande maioria dos que estudam geografia apreendem seus conteúdos de forma compartimentalizada. Estamos vivenciando a Geografia dos Paradoxos capturada pelo mercado. O conhecimento geográfico sobre o mundo está limitado na circularidade dos usos e abusos das suas categorias analíticas. Descontextualizadas, estas se desprendem do real na tentativa de dar conta de uma cientificidade, abstraindo-se das condições e contradições da realidade.

Pensar e fazer Geografia pressupõe o domínio da interdisciplinaridade. A teoria geográfica só pode ser apreendida a partir da totalidade. Toda sua construção teórica tem seu aporte teórico-metodológico em outras ciências, principalmente na filosofia, antropologia, na sociologia, na etnografia, embora na sua especificidade os conceitos que a norteiam sejam distintos das outras ciências, entretanto, assim como cada uma destas, a geografia tem suas categorias analíticas específicas que foram e são construídas a partir de estruturas teóricas epistemológicas, da qual o pensar filosófico o constitui. Entretanto, o que se constata é a separação entre conteúdo e forma/aparência e essência.

Por fim, uma última preocupação. Grande parte dos geógrafos e geógrafas que tem elegido a hermenêutica, em contraposição radical ao método dialético, antes de apresentar uma leitura epistemológica coerente, muitas vezes, caem na lógica positivista

de pensar, aferindo leituras controversas ao próprio método de escolha. Destaco que, a hermenêutica, respaldada nos escritos de Hans Georg Gadamer, tem sido intensamente chamada como o mais novo contraponto para a abordagem geográfica. Observa-se, em apresentações de eventos, em desenvolvimento e resultados de pesquisa, em alguns casos um certo gozo no campo do desejo de ser um foucaultiano/nietzschiano, na certeza de enfim ter encontrado a alternativa radical para a abordagem geográfica em contraposição ao marxismo.

Recomendo aos que têm interesse, ler um excelente artigo de Ernildo Stein: “Dialética e Hermenêutica: Uma controvérsia sobre o método em Filosofia.” Stein defende a tese de que há um universo comum do pensamento crítico-dialético e da hermenêutica filosófica. Para o autor:

O método dialético e o método hermenêutico, o primeiro partindo da oposição e o segundo da mediação, constituem momentos necessários na produção de racionalidade e desta maneira operam indissolivelmente como elementos de uma unidade (STEIN, 2013, p. 25).

Entretanto, o que se pode observar na grande maioria dos trabalhos de geografia é que, ao recorrer à hermenêutica como “método”, fundamentados em Gadamer, utiliza-se uma abordagem sistêmica, tipológica, um sistema de regras técnicas de interpretação. O que me preocupa é a ausência da autorreflexão crítica. Sem a crítica, a teoria se converte em um discurso ideológico.

Robert Kurz afirma que o fim da teoria é caminho da sociedade sem reflexão, segundo este, no final do século 20, depois do conceito de desenvolvimento perder seu fascínio, a pós-modernidade no momento em que o totalitarismo do dinheiro domina a realidade, assumiu o discurso da negação do conceito das “grandes narrativas” ou “grandes teorias”, repudiando os “grandes concei-

tos” em troca da categoria da indeterminação. A crise da realidade é recalcada pela pós-modernidade tentando substituir a crítica social. A teoria crítica da sociedade é considerada como obsoleta, totalitária, sem considerar o conjunto da sociedade. A teoria social é substituída pelo jogo intelectual descompromissado - a inteligência reflexiva, em geral, chega ao fim. A contradição social passa a ser banida do pensamento. “As gerações pós-modernas já não compreendem os conceitos de reflexão que em poucos anos lhes passaram a soar tão alheios quanto o culto dos mortos do antigo Egito. Eles são o que são e mais nada” (KURZ, 2000, s/n).

Na lógica dialética, teoria e prática é uma relação interdependente, em que uma não existe sem a outra. A teoria é uma reflexão que se faz do contexto concreto, da experiência do investigador com a realidade que ele está inserido. Negando o caráter da neutralidade científica, a teoria crítica contrapõe-se à ideia da negação, da interferência do pensar humano no objeto de análise. Na leitura marxiana, práxis compreende o sentido do sujeito, suas ações, sua consciência política revolucionária; neste pensar, só se pode aferir o termo práxis às ações objetivas dos sujeitos revolucionários. A práxis deve ser entendida como transformação objetiva do processo social, ela não é meramente contemplativa, mas uma construção de vontades coletivas. O homem comum precisa sair do senso comum e assumir uma consciência reflexiva.

Para os teóricos críticos, não há uma razão pura, nem uma razão prática, ou estética. A teoria e a prática é um par dialético e contraditório que permite ler a realidade, na medida, em que está inscrito sobre esta o poder de transformá-la.

Epílogo

István Mészáros inicia o Capítulo I do livro *O Desafio e o Fardo do Tempo Histórico* afirmando: “Indivíduo nenhum e nenhuma

forma concebível de sociedade hoje ou no futuro podem evitar as determinações objetivas e o correspondente fardo do tempo histórico, bem como a responsabilidade que necessariamente emerge de ambos” (MÉSZÁROS, 2007, p. 33).

Não se trata de criações para evitar conflitos de classe, e de acreditarmos em um processo emancipatório por um capitalismo humano, um capitalismo esclarecido na perspectiva de um progresso social consolidado na conquista da “cidadania” e da solidariedade dos povos para a realização do bem estar. Essa fantasia é necessária para a perpetuação da extração das horas de trabalho. Não há limite de lucro. “O que há de decisivo não é a relação historicamente mutável entre trabalhadores de “macacão” e de “gravata”, mas o confronto fundamental e socialmente intransponível entre capital e trabalho”, (MÉSZÁROS, 2007, p. 71).¹³

Os filósofos apenas interpretaram de diversos modos o mundo; o que importa é transformá-lo¹⁴ para não continuar sendo “*o fiel criado de Zeus*”.

Referências

ANDERSON, Perry. **Considerações sobre o Marxismo Ocidental**: nas trilhas do materialismo histórico. Tradução Isa Tavares. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

BAKHTIN, Mikhail, (Volochinov). **Marxismo e Filosofia da Linguagem**: Problemas Fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem. 7ª ed. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1995.

BAKHTIN, Mikhail, (Volochinov). **Estética da Criação Verbal**. Tradução Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

13 Karl Marx, X/ Teses sobre Feuerbach.

14 11ª Tese de Feuerbach.

BROOKS, David. **Bubos' no Paraíso**: A nova classe alta e como chegou lá. Tradução de Ryta Vinadre. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 2002.

CAHEN, Michel & BRAGA, Ruy. **Preâmbulo: Anticolonial, pós(-)colonial, decolonial**: e depois? In CAHEN, Michel & BRAGA, Ruy (org). Para além do pós (-) colonial, São Paulo: Alameda, 2018, p. 9-32.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A Condição Espacial**. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

CHIBBER, Vivek. **As zonas errôneas das teorias pós-coloniais**: os novos assassinos de Marx, (Título original: Más ala del “culturalismo”, *el “regreso” de la geografía – Las Zonas Erroneas de las Teorias Poscoloniales: Los nuevos asesinos de Marx*, Edición Nro 179 – Mayo de 2014. In: <http://almocodashoras.blogspot.com.br/2014/06/as-zonas-erroneas-das-teorias-pos.html>

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **A Natureza Social do Discurso Geográfico**. São Paulo: Terra Livre/AGB, ano 28, Vol. 2, n.39, Jul-dez/2012.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O Estruturalismo e a Miséria da Razão**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.

EAGLETON, Terry. **Depois da Teoria**: um olhar sobre os Estudos Culturais e o pós-modernismo. Tradução de Maria Lúcia Oliveira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2005.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. Tradução: Adail Ubirajara Sobral; Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Editora Loyola, 2007.

KURZ, Roberto. **O Fim da Teoria**: A caminho da sociedade sem reflexão. In: www.obeco-online.org/rkurz53.htm

LUKÁCS, Georg. **Prolegômenos para a Ontologia do Ser Social: obras de Georg Lukács**, volume 13/Georg Lukács; [traduzido por Sérgio Lessa e revisado por Mariana Andrade]. Maceió: Coletivo Veredas, 2018.

MARX, Karl. **Gundrisse: Manuscritos econômicos de 1857-1858**. Esboços da crítica econômica política, trad. Mario Duayer; Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro; Ed. UFRJ, 2011.

MARX, Karl, MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. In: Revista Crítica de Ciências Sociais {Online}, 80/2008, colocado online no dia 01 de outubro 2012, criado a 17 de julho 2018. URL: <http://journals.openedition.org/rccs/689>

MENEZES, Sócrates Oliveira. *O Trabalho nas Fissuras da Crítica Geográfica*. Tese de Doutorado defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Área do Conhecimento. Geografia Humana., 2015.

MÉSZÁROS, István. **O Desafio e o Fardo do Tempo Histórico**. Tradução Ana Cotrim e Vera Cotrim, São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

RODRIGUES, Mavi. **Michel Foucault sem espelhos**: um pensador proto pós-moderno. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Serviço Social, 2006.

ROSEVICS, Larissa. **Do Pós-Colonial à Decolonialidade**. In: *Diálogos Internacionais: reflexões críticas do mundo contemporâneo*. Glauber Carvalho; Larissa Rosevics (orgs), Rio de Janeiro: Perse, 2017. p. 187-189 (1ª publicação individualizada, em 2014).

SANTOS, Boaventura de Souza. Para Além do Pensamento Abissal das Linhas Globais a uma ecologia dos saberes. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, p. 21 a 72, 2007.

SANTOS, Milton. **Por Uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, 2010. (1ª publicação. 1978).

STEIN, Ernildo. **Dialética e Hermenêutica**: Uma controvérsia sobre o método em Filosofia, In: faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/article/viewFile/2087/2381

THOMPSON, E. P. **A Miséria da Teoria. Rio de Janeiro: ou um Planetário de erros**. Zahar, 1981. In: <https://pt.scribd.com/document/347456589/THOMPSON-E-P-A-miseria-da-teoria-pdf>.

José Borzacchiello da Silva

Participar de evento dessa envergadura emociona-me. Constatar o acumulado no presente, resgatar o passado e projetar o fu-

turo, considerando o simbolismo da comemoração, remete-me a tempos pretéritos de meus primeiros contatos com um grupo ativo, simpático e entusiasmado. O anseio de mudar, transformar alentava nossos sonhos, remetia à organização de reuniões científicas, discussões políticas. Buscávamos todos inserir a Geografia num patamar mais elevado. Foram muitos os pioneiros, vários aqui presentes, preocupados em aprofundar a discussão política contida na experiência de formação de professores e técnicos, inserindo o papel da geografia no contexto da realidade política do país.

Era urgente discutir conceitos, avaliar livros e textos, participar de eventos nacionais e internacionais, aprofundar o conteúdo político das práticas científicas, pedagógicas e administrativas. Era emergente qualificar quadros e isso o PPGEU da UFSE fez muito bem. Mestrado e doutorado de seus professores, criação da pós-graduação, instalação de laboratórios especializados, intensificação das atividades de extensão e dos trabalhos de campo, maior aproximação com a realidade de Sergipe, estado em acelerado processo de transformação – crescimento das cidades, avanço da agricultura irrigada, aumento exponencial do turismo. Foram muitas as reuniões, acaloradas discussões, intensa distribuição de tarefas, visitas insistentes a órgãos oficiais, muita espera em gabinetes, organização, mobilização de coordenadores e professores com suas pautas de reivindicações.

O fortalecimento dos setores de ensino e pesquisa conduziu à extensão universitária, o coroamento do processo de formação. A criação da pós-graduação permite maior envolvimento com a pesquisa e o Departamento amplia sua área de atuação atraindo alunos de diferentes localidades do Nordeste e do país, além de sua forte inserção em Sergipe. A pós-graduação abre novos horizontes e os pesquisadores envolvidos em suas pesquisas, estudam, inovam, interpretam e analisam diferentes realidades. A constante renovação teórica e a adoção de diferentes metodologias de pesqui-

sa permitem avanços consideráveis. A geografia sergipana desde há muito tem sido protagonista ou coadjuvante de avanços significativos que caracterizam a geografia brasileira contemporânea.

A maturidade da equipe se traduziu na mudança de qualidade da formação acadêmica o que resultou nos esforços para o aprimoramento do Programa. São muitas as suas particularidades criadas ao longo de uma história diferenciada em relação ao conjunto da pós-graduação em geografia, no Brasil. O PPGeo abriu novos horizontes, atuou ativamente para consolidação do campo epistemológico da Geografia. É sabido que para vencer foram muitos os grupos e líderes que se sucederam nesses 35 anos que garantem hoje o alcance da maturidade. Minha homenagem aos que se dedicaram e tiveram capacidade científica e gerencial para trazer aos nossos dias um curso que contribui de maneira significativa na formação qualificada de recursos humanos. A melhor comemoração que podemos fazer, neste ano de 2018 é brindar e renovar o compromisso com o futuro apostando numa geografia cada vez mais comprometida com as lutas sociais na construção de uma sociedade mais justa.

2. Abordando o tema proposto

Volto-me agora ao tema sugerido para discussão nessa mesa-redonda enfocando “A epistemologia da Geografia na formação dos grupos de pesquisa”

Intitulei minha fala “Grupos de Pesquisa em Geografia: fronts, limites e desafios” e início fazendo uma advertência e peço precauções, pois os grupos de pesquisa vivem um contexto de apreensão em relação aos recursos necessários para o cumprimento das atividades programadas. Em tempos de censura nas reflexões acadêmicas discutir os pressupostos da descolonização da ciência nos países do SUL é premente e pode incomodar. Qualquer enfo-

que sobre a atual política nacional de fomento à pesquisa impõe a discussão de tema da descolonização ou decolonial conforme os autores¹. Aviso de antemão que infelizmente, por questão de formação minha fala contém forte teor de ciência colonizada na seleção dos conceitos. Reconheço que o ideal seria construir conceitos pautados na realidade dos países do SUL na tentativa de torná-los mais aplicados na construção do conhecimento.

Discutir a partir desta perspectiva me impôs a busca de ações lidas por mim como de conteúdo emancipatório e tentativa de elaboração de novas linguagens capazes de expressar o novo em diferentes manifestações das artes e da ciência. Nesse processo me deparei com eventos nacionais que expressavam busca de novos perfis. A Semana da Arte Moderna de 1922², o Movimento Modernista na arquitetura brasileira projetaram os nomes de Oscar Niemeyer³, Lúcio Costa⁴, Reidy⁵ e evidenciaram a ousadia da forma e das linhas de suas principais obras. (MEC, Pampulha, Pedregulho, Brasília).

1 Ver: MIGNOLO, Walter. Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003; QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: Lander, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americana, p. 227-278. Buenos Aires: Clacso, 2005; SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENEZES, Maria Paula (Orgs.). Epistemologias do Sul, p. 23-72. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

2 A **Semana de Arte Moderna** foi uma manifestação artístico-cultural que ocorreu em São Paulo durante os dias 11 a 18 de fevereiro de 1922. Um grupo de artistas vanguardistas anunciaram com suas artes os anseios de renovação social e artística no país.

3 O arquiteto Oscar Ribeiro de Almeida Niemeyer Soares Filho (1907-2012), ganhou reconhecimento mundial pelas linhas inovadoras de suas obras. Projetou vários edifícios públicos para Brasília.

4 Lúcio Costa (1902-1998) arquiteto e urbanista ficou conhecido internacionalmente depois que projetou o Plano Piloto de Brasília.

5 Affonso Eduardo Reidy (1909-1964) arquiteto e autor do projeto do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro. Ganhou notoriedade por sua dedicação aos projetos habitacionais, especialmente, o Conjunto Habitacional Pedregulho, de 1946

Como não se lembrar do movimento do Cinema Novo com seu expoente que foi Glauber Rocha⁶. Na literatura Clarice Lispector⁷ com uma vasta obra revolucionária a linguagem e hoje é o nome mais internacional de nossas letras. Seu último romance “A Hora da Estrela” é uma excepcional leitura de nossa percepção enquanto sujeitos sociais. Sua protagonista, Macabéia revela uma geografia da solidão e da ausência no tocante à noção de existência.

3. A Geografia insiste em colocar novos desafios

Repensar os conceitos básicos da geografia a partir das especificidades brasileiras, abre um amplo leque de discussão, particularmente a observação mais atenta de práticas tradicionais do campo, dentre elas as de forte influência indígena como a *queimada* e a partir dela discutir os conceitos de espaço, território e lugar, cotejando com os fundamentos das práticas mais modernas ligadas ao agronegócio. Essa correlação enseja entender a emergência de problemas socioambientais pretéritos e contemporâneos, avaliando, inclusive, a dimensão de seus impactos. Da mesma forma, pautado nas raízes do povoamento do país discutir a vida gregária e comunitária a partir da experiência da habitação indígena, a *oca*, presente na territorialidade dos primeiros habitantes do país, observando, pesquisando o caráter coletivo de sua construção. Como ler a *oca* com o instrumental teórico e metodológico da geografia? O mesmo se aplica no caso do livro Casa Grande e Senzala, de Gilberto Freire e a partir dele discutir a dialética dos

6 Glauber de Andrade Rocha (1939-1981) cineasta e ator um dos líderes do movimento do cinema novo no Brasil. Deus e o Diabo na Terra do Sol (1964), Terra em Transe (1967) e O Dragão da Maldade contra o Santo Guerreiro (1969) são seus filmes mais famosos.

7 Clarice Lispector (1920-1977) autora de vários livros é considerada uma das escritoras brasileiras mais importantes do século XX.

lugares, bem como de outras obras voltadas à interpretação e análise de nossa condição de povo, de país, de nação. Por exemplo, poderíamos discutir o Brasil fronteiriço em o “Tempo e o Vento” de Érico Veríssimo, e, a partir do livro, vislumbrar a possibilidade de interpretação dos conceitos de Paisagem e de Região nesta obra de dimensões épicas, sobre o processo de formação do Rio Grande do Sul. Esses percursos e questões colocam os geógrafos diante de muitos desafios face a tarefa de aprofundar seus estudos objetivando descolonizar a ciência geográfica, buscando, quando for possível, formas autônomas e autóctones de pesquisa.

O indiano Dipesh Chakrabarty, da Universidade de Chicago escreveu no ano 2000 o livro chamado *Provincializando a Europa* [*Provincializing Europe*, editado pela Princeton University Press]⁸, sem tradução para o português.

“O argumento básico está no título: a Europa é uma paróquia. Só que essa paróquia se mundializou, a partir de um longo processo histórico associado ao colonialismo. E passamos a acreditar que nela estaria alguma espécie de grande verdade. Muito se perde diante do fato de que as estruturas para conhecer o ‘outro’ estão marcadas pela experiência de uma província, de uma paróquia específica, que é a Europa. É preciso universalizar o vocabulário de categorias de análise de modo que o mundo seja mais polifônico”.

8 VER: Fonte: Cláudio Pinheiro, DESCOLONIZAÇÃO DO PENSAMENTO, Ciência Hoje, Agosto de 2018 | edição n. 346 – IN: <http://cienciahoje.org.br/artigo/descolonizacao-do-pensamento/> - Visita em 18.01.2019

4. Os Grupos de Pesquisa

Para a PRPPG da UFES⁹ Grupo de Pesquisa é a denominação atribuída ao grupo de pesquisadores e estudantes que se organizam em torno de uma ou mais linhas de pesquisa de uma área do conhecimento, com o objetivo de desenvolver pesquisa científica. Há o envolvimento profissional e permanente com atividades de pesquisa no qual o trabalho se organiza em torno de linhas comuns de pesquisa e que, em algum grau, compartilha instalações e equipamentos.

No ambiente científico é consenso que os Grupos de Pesquisa são as unidades básicas para o planejamento e o acompanhamento das atividades de pesquisa e define-se por abrangerem linhas de investigação definidas no interior de uma área de conhecimento e sua constituição se apresenta em termos organizativos em torno de uma liderança e dos demais participantes do grupo. A liderança é exercida na maioria das vezes pelo pesquisador principal, reconhecido pela sua capacidade de propor, inovar e conduzir um grupo em torno de um tema. Dependendo do tema e da duração da pesquisa a liderança passa por processo de substituição e, na maioria das vezes o substituto é escolhido entre os Participantes, ou seja, outros pesquisadores, estudantes, técnicos.

A temática em torno da qual o grupo de pesquisa se debruça é fundamental para manter a motivação de seus participantes. Quanto à abrangência ela pode ser Geral ou Específica.

Nas instituições, especialmente, nas universidades, institutos de pesquisa, laboratórios de grandes empresas as atividades de pesquisa podem ser desenvolvidas de forma individual ou integradas.

9 Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação da UFES, IN: <http://www.prppg.ufes.br/grupos-de-pesquisa-cnpqufes> - Visita em 17.01.2019

Os grupos de pesquisa devem ser previamente cadastrados e submetidos às normas éticas e científicas que regulam as atividades inerentes às temáticas pesquisadas. A efetiva participação em Grupos de Pesquisa resulta no aperfeiçoamento e qualificação de seus membros. Nesse tocante são muitas as condições de desenvolvimento das investigações sob a égide do tempo e do espaço.

Quanto às características do grupo é muito importante identificar o líder que pode ser um pesquisador isolado em determinada área do conhecimento ou isolado em sua localidade. Cabe considerar que esse isolamento resultará em estudos com maior dificuldade de integração com outros grupos de pesquisa.

O diálogo científico é fundamental. Para os geógrafos a consciência desenvolvida no interior da categoria de que espaço em si, enquanto conceito é o mais interdisciplinar dos objetos concretos, facilita o desenvolvimento de grupos de pesquisa. A necessidade do diálogo com outras áreas do saber é condição para tornar a geografia uma metadisciplina, em busca da superação de suas clássicas dicotomias. Daí a necessidade da integração posto que um grupo de pesquisa atuante que se articula e de preferência, se estrutura em rede.

Tratando-se de grupos de pesquisas da área geográfica, a interdisciplinaridade está presente desde os primórdios da institucionalização da geografia no Brasil.

No tocante aos limites, fronteiras e sombreamentos com que a ciência se depara, constata-se que o conhecimento específico sozinho não é suficiente para entender a complexidade dos fenômenos estudados. Não deve ser negligenciado que uma disciplina é em si mesma, uma área do conhecimento. Nesta direção, em busca da superação das dicotomias Santos (1978, p.2)¹⁰ num ato

10 SANTOS, M. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec, 1978. p.2.

pioneiro elege o espaço como matéria prima do geógrafo e afirma no seu livro “Por uma geografia nova” que

[...] desde a fundação do que historicamente se chama geografia científica, no fim do século XIX, jamais nos foi possível construir um conjunto de proposições baseados num sistema comum e entrelaçado por uma lógica interna. Se a geografia não foi capaz de ultrapassar esta deficiência, é porque esteve sempre muito mais preocupada com uma discussão narcísia em torno da geografia como disciplina ao invés de preocupar-se com a geografia como objeto. Sempre, e ainda hoje, se discute muito mais sobre a geografia do que sobre o espaço, que é o objeto da ciência geográfica.

Milton Santos dá pistas reflexivas na perspectiva do pensamento decolonial. Suas formulações encontram eco nas discussões fundadas nos pressupostos que as respostas às questões formuladas pelo Norte não garantem respostas condizentes com as necessidades do Sul. Em seu livro “A cidade nos países subdesenvolvidos”¹¹ e no “O trabalho do Geógrafo no terceiro mundo”¹² Milton Santos fornece elementos para leituras na direção Sul/Norte, isso nos idos de 1960, no contexto da Guerra Fria, momento conturbado do pós Segunda Guerra, quando Estados Unidos e a extinta União Soviética estabeleciam estratégias na disputa de uma hegemonia mundial.

Uma retrospectiva em torno da obra de Milton Santos revela a adequação de suas formulações que anunciavam fatos, dados, situações e processos até então não discutidos. Sua obra mostra-se sincronizada com as efemérides do mundo global e destaca a

11 SANTOS, Milton. **A cidade nos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira S.A., 1965.

12 SANTOS, M. **O trabalho do Geógrafo no terceiro mundo**. São Paulo: Hucitec. 1978.

necessidade do SUL assumir seu protagonismo na produção científica atribuindo à geografia importante papel na interpretação de uma realidade que nos mostrava tão distante do chamado desenvolvimento alcançado pelos países do NORTE.

Nessa direção é interessante conhecer o Projeto ALICE¹³, expressão de grande conquista na busca da emancipação. O projeto ALICE, Espelhos Estranhos, Lições imprevistas: Definindo para a Europa um novo modo de partilhar as experiências do Mundo, é herdeiro do projeto Reinvenção da Emancipação Social, coordenado por Boaventura de Sousa Santos entre 1999 e 2001. Esse projeto partiu da consciência do esgotamento da capacidade das ciências sociais para renovarem e inovarem. Apostando no caminho da reinvenção da emancipação social, ia já ao encontro do que hoje designamos por Epistemologias do Sul ao promover o conhecimento de saberes e práticas invisibilizados. Os estudos publicados centram-se no tema da “globalização contra-hegemónica” e incidem sobre iniciativas, organizações e movimentos em seis países – África do Sul, Brasil, Colômbia, Índia, Moçambique e Portugal – e em seis domínios sociais – democracia participativa; sistemas alternativos de produção; multiculturalismo emancipativo; justiça e cidadanias: biodiversidade e conhecimentos rivais e direitos de propriedade intelectual; novo internacionalismo operário.”

Das primeiras formulações de Milton Santos aos avanços do projeto Alice, um longo percurso foi vencido. Há muito que avançar e essa provocação motiva geógrafos que cada vez mais se organizam em grupos de pesquisa, apostando no aprimoramento da ciência geográfica e na interlocução com outras áreas do conhecimento. A relação Norte/Sul/Norte é fundamental para o desenvol-

13 <http://alice.ces.uc.pt/en/index.php/about/where-does-alice-come-from/?lang=pt>
– visita em 05.01.2019

vimento da ciência. No caso da Geografia é interessante destacar a experiência de Bernard Kayser ao traçar seu itinerário intelectual fazendo referência ao papel que o trabalho sobre o Brasil desempenhou na sua formação disse:

“Se eu não houvesse ‘trabalhado no Brasil, eu não teria, no que concerne ao Terceiro Mundo, esta doutrina intuitiva que me permitiu alguns cursos e artigos, muitas vezes contra a corrente (em desacordo) das opiniões e análises comuns’”.¹⁴ O conhecido e renomado geógrafo francês já tinha experiência de trabalho em grupo de pesquisa. É um dos autores do famoso livro *Geografia Ativa*, sob a coordenação do Professor Pierre George, e publicado no Brasil em 1966 pela DIFEL, de São Paulo.

Esse pressuposto teórico é essencial para o geógrafo participar cada vez mais em grupos de pesquisa em torno de temática única ou similar, e em diferentes redes.

5 As Redes de Pesquisa

Os primeiros grupos se estruturaram nas Instituições de Ensino Superior, em Laboratórios e Departamentos e Agências oficiais de Pesquisa. As conquistas das áreas técnicas especialmente ligadas às TIC – Tecnologias da Informação e Comunicação colocaram os ganhos do mundo digital e o alcance do espaço informacional a serviço da ciência e da tecnologia. A pesquisa geográfica contemporânea está atenta a velocidade da produção de novas técnicas. Objetos, instrumentos e empresas inovam com rapidez seus computadores, ampliam a velocidade da internet. Microsoft, Google, Sun, Samsung, Facebook, WhatsApp, georeferenciamento são nomes incluídos nos ambientes contemporâneos de pesquisa com suas

14 Ver em SILVA, José Borzacchiello da. **França e a Escola Brasileira de Geografia**. Fortaleza: Editora UFC, 2012, p. 101

revoluções tecnológicas impondo a revisão de conceitos, teorias, metodologias e de materiais (imagens, fotografias, literatura, documentos).

As REDES e os meios de divulgação científica na área da geografia tornaram a circulação das informações mais rápidas e seguras. As entidades tradicionais da categoria como a Associação dos Geógrafos Brasileiros - AGB e Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia - ANPEGE, continuam em plena atividade exercendo o papel histórico de congregar seus associados em congressos, encontros, seminários, jornadas, reuniões a exemplo dos seguintes eventos: ENAMPEGE, ENG, SIMPURB, ENGA, SINGA, SBGFA, SIMEGER, dentre outros.

O conhecimento novo ou mesmo os revisitados são veiculados em Anais, Periódicos, Livros, Rádios e TVs educativas e outros meios. Os indexadores classificam a produção científica dos periódicos. As agências de fomento como CAPES, CNPq avaliam o desempenho dos programas de pós-graduação e de seus pesquisadores nas diferentes áreas do conhecimento.

5.1 A produção do conhecimento

Conhecimento e Mercado: cartas, patentes, ou seja: “você inventou uma nova tecnologia, seja para produto ou processo, pode buscar o direito a uma patente. A patente também vale para melhorias no uso ou fabricação de objetos de uso prático, como utensílios e ferramentas. Ela pode ser uma Patente de Invenção (PI) ou Patente de Modelo de Utilidade (MU)”.¹⁵

As Redes de Pesquisa por suas vez “visam impulsionar a criação do conhecimento e o processo de inovação resultantes do inter-

15 <http://www.inpi.gov.br/menu-servicos/patente> - Visita em 15/10/2018

câmbio de informações e, sobretudo, da junção de competências de grupos que unem esforços na busca de metas comuns, podendo ou não haver compartilhamento de instalações.”¹⁶

As redes constituem a forma mais avançada de pesquisa. Nesses tempos de progresso técnico e operacional representam avanço significativo em várias áreas do conhecimento. A geografia acompanhou esse movimento que segundo DANTAS e SILVA (2018, p. 5) “No período atual os horizontes se ampliam, não implicando mais na necessidade de deslocamento do pesquisador. Da idéia de acervo migramos à de banco de dados, a tornar possível disponibilizar volume impensável de informações e consoante à consolidação de novos centros de pesquisa na escala nacional. Remete-se, nestes termos, à existência de uma produção científica associada a uma pós-graduação consolidada, principalmente no último decênio, e a veicular um volume de estudos mais do que significativo e a escapar à capacidade de apreensão (deslocamento e conhecimento) de uma pessoa, por mais preparada que seja.”¹⁷

Para exemplificar as conquistas de grupos de pesquisa foram selecionados três exemplos de Grupos e Redes de Pesquisa que atuam no Brasil em conformidade com os ditames contemporâneos no que tange aos avanços e conquistas no processo de produção do conhecimento – RECIME, NEER e OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. As redes de pesquisa surgem como possibilidades

16 http://lattes.cnpq.br/web/dgp/glossario;jsessionid=NFFCRxKrXvRHRLg3pl-kuaIR. undefined?p_p_id=54_INSTANCE_QoMcDQ9EVoSc&p_p_lifecycle=0&p_p_state=normal&p_p_mode=view&p_p_col_id=column-3&p_p_col_count=1&_54_INSTANCE_QoMcDQ9EVoSc_struts_action=%2Fwiki_display%2Fview&_54_INSTANCE_QoMcDQ9EVoSc_nodeName=Main&_54_INSTANCE_QoMcDQ9EVoSc_title=Redes+de+Pesquisa Visita em 07.01.2019

17 DANTAS, Eustógio Wanderley Correia et SILVA, José Borzacchiello da, « Brazilian urban geography: from a diachronic analysis to the most cited works in the last decade », *Confins* [En ligne], 38 | 2018, mis en ligne le 23 décembre 2018, consulté le 29 décembre 2018. URL: <http://journals.openedition.org/confins/16375> - Visita em 07.01.2019

de desenvolvimento de formas inovadoras de análise, com capacidade e condições de construir uma estrutura conceitual explicativa de situações e processos.

5.2 RECIME - Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias¹⁸

Trata-se de uma rede consolidada que envolve pesquisadores de várias universidades brasileiras e de outros países da América do Sul. Consulta ao sítio da conhecida rede mostra que os objetivos da pesquisa atual são:

- Possibilitar a consolidação de uma rede de pesquisadores sobre cidades médias que já vem realizando pesquisas em conjunto, com o intuito de atribuir conteúdo conceitual à expressão cidades médias, por meio de estudos de cidades que desempenham papéis de intermediação nas redes urbanas;
- Aprofundar as pesquisas sobre “cidades médias” em diferentes regiões brasileiras para avaliar os elementos que as identificam e aqueles que caracterizam suas especificidades, de modo a propiciar melhor espectro comparativo para compreensão da diversidade regional brasileira;
- Aprofundar a análise dos recortes temáticos a partir da amplitude de dados que estarão disponíveis no Portal (PGI), possibilitando uma melhor leitura sobre o conjunto das cidades estudadas;
- Verificar a relação entre a reestruturação produtiva e a localização industrial em cidades médias, a partir das características e variáveis que nos possibilitam compreender o período atual;

18 <http://www.recime.org/equipes> - Visita em 07.01.2019

- Reconhecer os processos e a dinâmica de evolução do espaço agrícola, a (re)produção dos espaços urbanos não metropolitanos, as novas relações campo-cidade promovidas pela reestruturação produtiva da agropecuária e a formação das Regiões Produtivas Agrícolas, nós importantes de gestão das redes agroindustriais globalizadas;
- Compreender as relações regionais de cidades médias que compõem o recorte territorial da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe), analisando como elas desempenham papéis de comando e estabelecem fluxos em diversas escalas com outras cidades;
- Discutir e analisar as lógicas espaciais de produção e organização das cidades médias brasileiras, a partir de processos de centralização, descentralização e (re)centralização, diante dos processos de reestruturação em diferentes escalas;
- Contribuir para a compreensão do processo de urbanização contemporâneo nas cidades médias, a partir do estudo das atuais formas de produção da moradia, mediante a análise das interfaces entre a cidade derivada das políticas públicas de desenvolvimento urbano e habitacional, a cidade produzida pelo mercado imobiliário e a cidade que vem sendo construída pelos setores informais;
- Analisar os processos de reestruturação urbana, considerando as funções das cidades médias, seus papéis regionais na rede urbana, assim como sua articulação em circuitos e redes que extrapolam a escala regional, para âmbitos nacionais e, inclusive, globais, avaliando em que medida mudanças recentes têm desdobramento na estruturas de seus espaços urbanos, bem como em suas morfologias urbanas;
- Analisar e modelar os padrões espaciais de expansão urbana em cidades médias, mediante o uso de Sistemas de

Informação Geográfica e ferramentas geomáticas, procurando identificar e analisar os fatores explicativos do crescimento urbano dessas cidades, incluindo para tal, parâmetros demográficos, sociais, econômicos, físicos e de ordem normativa.

Em sítio anterior aparecem de forma detalhada os fundamentos que sustentam a rede RECIME. A organização do trabalho científico em rede de pesquisa voltada ao estudo das cidades médias vem oferecendo condições para que grupos de pesquisa que trabalhavam pontualmente, realizando investigações científicas que interessam ao tema, pudessem se articular, estabelecendo:

a) um diálogo que é mais amplo, do ponto de vista das possibilidades de se verificar as identidades e a diferenças que entre essas cidades, nas diferentes regiões brasileiras e entre elas e dois outros países latinoamericanos - Argentina e Chile; b) uma reflexão que procura o aprofundamento teórico-conceitual de modo a se superar a fragilidade da noção de cidades médias. As repercussões deste trabalho poderão ser sentidas, de modo mais claro, quando se finalizar a pesquisa Cidades médias: agentes econômicos, reestruturação urbana e regional, que vem estudando treze cidades brasileiras, duas argentinas e duas chilenas.

Além da produção bibliográfica já realizada por diferentes membros da equipe, destacam-se três livros com os resultados de pesquisa conjunta realizada pela rede: Cidades médias: espaços em transição Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional: Passo Fundo e Mossoró, Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional: Tandil e Uberlândia Todos pela Editora Expressão Popular.¹⁹

¹⁹http://prope.unesp.br/grupos_pesquisa/grupo_detalhado.php?id_grupo=0330706CJT5EMV -Visita em 24/10/2018

5.3 NEER - Núcleo de Estudos em Espaço e Representações

É outro grupo de pesquisa composto por pesquisadores de várias universidades brasileiras. Segundo as informações do sítio da rede, “O NEER busca ampliar e aprofundar a abordagem cultural na Geografia, focando nas questões relacionadas aos estudos sobre o espaço e suas representações, entendendo as representações como uma ampla mediação, que permitem agregar o social e o cultural, abarcando também a temática do ensino de geografia no Brasil. Propõe-se uma rede não formal e não hierarquizada, de caráter interinstitucional, que congregue núcleos, grupos, e projetos de pesquisa, além de Programas de Pós-graduação e pesquisadores isolados. O NEER articula, no momento, projetos e grupos de pesquisa de vinte (20) universidades brasileiras (UFRGS, UFSM, FURG, ULBRA-RS; PUC-MG, UFU-MG; UFAM-AM; UFBA, UNEB-BA; UERJ, UFF-RJ; UFMS-MS; UFG-GO; UFPR, UEPG-PR; UNIR-RO; UFPB-PB; UFMT-MT; UFCE-CE; UFTO-TO), com as seguintes temáticas/ abordagens: Nova Geografia Cultural; Geografia Humanista; Estudos de Percepção e Cognição em Geografia; Geografia das Representações; Geografia Social; Geografia da Religião; Geografia Escolar: Representações e Ensino; Teoria e Método na Geografia Cultural e Social. O NEER busca ampliar e aprofundar a abordagem cultural na Geografia, focando nas questões relacionadas aos estudos sobre o espaço e suas representações, entendendo as representações como uma ampla mediação, que permitem agregar o social e o cultural, abarcando também a temática do ensino de geografia no Brasil. Propõe-se uma rede não formal e não hierarquizada, de caráter interinstitucional, que congregue núcleos, grupos, e projetos de pesquisa, além de Programas de Pós-graduação e pesquisadores isolados”.²⁰

20 <http://neer.com.br/> - Visita em 07.01.2019

5.4 Observatório das Metrópoles

Constitui um grupo que funciona como um *instituto virtual*, reunindo hoje 159 pesquisadores (dos quais 97 principais) e 59 instituições dos campos universitário (programas de pós-graduação), governamental (fundações estaduais e prefeitura) e não-governamental, sob a coordenação geral do IPPUR - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Forma um Instituto em Rede sobre o tema das metrópoles brasileiras e os desafios do desenvolvimento. Trata-se de projeto inovador em razão da articulação entre sociedade civil, academia e poder público, por utilizar uma metodologia unificada de pesquisa, monitoramento e intervenção e, ainda, por explorarmos uma mesma base de dados. As Instituições reunidas hoje no Observatório das Metrópoles vêm trabalhando de maneira sistemática sobre 14 metrópoles e uma aglomeração urbana: Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia, Recife, Salvador, Natal, Fortaleza, Belém, Santos, Vitória, Brasília e a aglomeração urbana de Maringá

A produção de resultados comparáveis tem nos permitido a identificação de tendências convergentes e divergentes entre as metrópoles, geradas pelos efeitos das transformações econômicas, sociais, institucionais e tecnológicas por que passa a sociedade brasileira nos últimos 20 anos. Acreditamos que o conhecimento gerado, embora refira-se especificamente às 12 regiões mencionadas, assegura uma compreensão mais ampla a respeito dos impactos das transformações sobre as grandes cidades brasileiras, permitindo confrontar os resultados alcançados com as tendências apontadas pelas pesquisas internacionais.

No ano de 2016, a Rede Observatório das Metrópoles concluiu o primeiro edital vinculado ao Programa Institutos Nacionais de

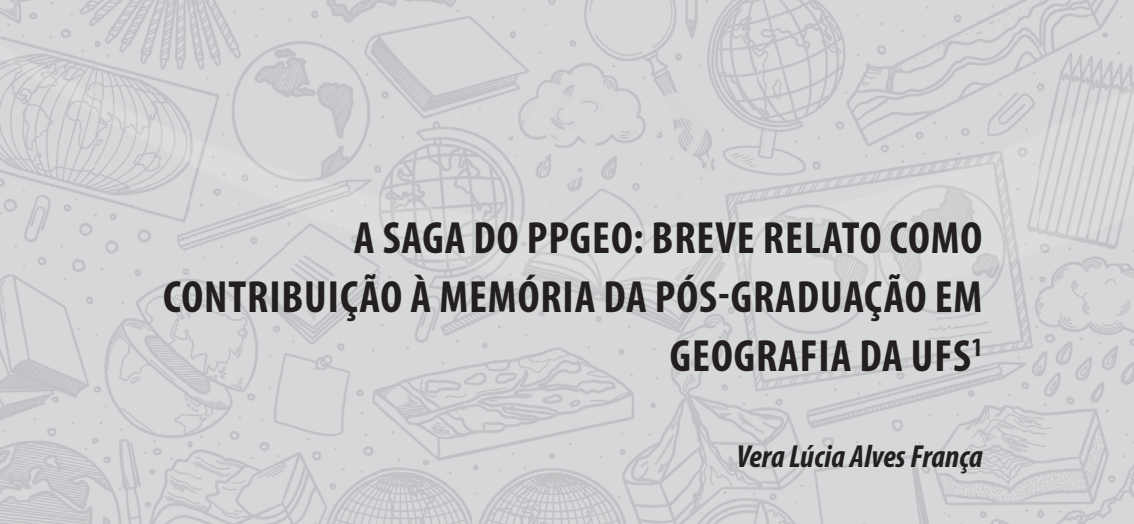
Ciência e Tecnologia (INCT), e apresentou um relatório final com os resultados do período que atestam o compromisso dos nossos pesquisadores com a produção de conhecimento relacionada à temática urbana e metropolitana: foram cerca de 150 livros produzidos, mais de 700 artigos publicados em periódicos indexados, e mais a formação como pesquisadores de 300 alunos de pós-graduação — nos níveis de pós-doutorado, doutorado e mestrado — vinculados às nossas pesquisas.

Para fechar o texto, lembramos que os grupos de pesquisa assumem destaque na produção geográfica brasileira. Eles inovam, interpretam e elucidam diferentes temas, contribuindo com o desenvolvimento científico nacional. É sempre bom lembrar CAPEL(1999. P.20 e 21)²¹, quando diz que “a existência de uma comunidade científica especializada modela o pensamento de seus integrantes e, com o tempo, origina o que se tem denominado *estilos de pensamento*, que determinam a eleição dos problemas científicos, as perguntas que são feitas, guiam as observações, estabelecem as regras para se trabalhar e ainda predeterminam o vocabulário que se há de utilizar. O que em muitas disciplinas científicas se denominou de ponto de vista, talvez não seja mais que uma aplicação do estilo próprio de pensar da comunidade”.

21 CAPEL, Horácio, O nascimento da ciência moderna e a América. Maringá: Editora da Universidade Estadual de Maringá, 1999. P; 20 e 21

PARTE 02

**O OLHAR E A
MEMÓRIA DA E
SOBRE O CURSO DE
PÓS-GRADUAÇÃO
EM GEOGRAFIA**



A SAGA DO PPGeo: BREVE RELATO COMO CONTRIBUIÇÃO À MEMÓRIA DA PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UFS¹

Vera Lúcia Alves França

O Departamento de Geografia da Universidade Federal de Sergipe sempre se caracterizou pelo seu dinamismo e inovação. Ainda na década de 1970 introduziu nas suas atividades a pesquisa, trabalhos acerca do Estado de Sergipe. Dentre esses trabalhos destacam-se a Organização Espacial do Estado de Sergipe e o Atlas de Sergipe, documentos até hoje consultados por pesquisadores e estudiosos. Esses estudos foram “sementes” para outros que se seguiram, extrapolando o Estado de Sergipe e alcançando o Nordeste, e se constituíram em experiência para a instalação da Pós-graduação. No final da mesma década, o Departamento ofereceu o seu primeiro curso de Pósgraduação *latu sensu*, voltado para o Planejamento, entretanto o fez de forma esporádica.

¹ Artigo proferido na Mesa Redonda: O olhar e a memória da e sobre o curso de Pós-Graduação em Geografia e publicado na Revista Geonordeste edição 02/2018.

Na instituição, no início da década de 1980, havia um movimento para a criação de Cursos de Pós-graduação, tendo em vista a chegada de novos mestres e doutores que desejavam se integrar às pesquisas e à oferta de cursos para Estudos Avançados. Entretanto, os Departamentos ainda não tinham um corpo de professores qualificados capazes de sustentar um curso de forma independente. Como pesquisadora ligada ao Laboratório de Estudos Rurais, do Departamento de Geografia, tive oportunidade de assistir a muitas das discussões dos professores com o intuito de organizar o Curso de Pós-graduação em Geografia. Portanto, sou testemunha ocular desde os primórdios até os dias atuais, vivenciando muitas experiências como aluna, professora e coordenadora, assistindo às dificuldades, anseios e vitórias.

A solução encontrada foi a formação de Núcleos de Pós-graduação, independentes dos Departamentos e ligados à Pró-reitoria de Pós-graduação, recém-criada. Coube a Professora Gizelda Moraes, então pró-reitora de Pós-graduação, a condução desse processo, resultando na criação de quatro Núcleos: Geografia, Fisiologia, Educação e Estuários e Manguezais. Esses Núcleos contavam com a participação de professores de diferentes Departamentos, a partir das temáticas tratadas e ofertavam Curso de Especialização, mas, com o objetivo de, posteriormente, ofertar Cursos strito sensu, o que ocorreu com os Núcleos de Geografia e Educação. Assim, no segundo semestre de 1983, foram instalados os primeiros cursos de Pós-graduação, ofertados em caráter regular.

O Departamento de Geografia, sob a liderança dos professores José Alexandre Felizola Diniz e Adelci Figueiredo Santos, criou o Núcleo de Pós-graduação em Geografia e organizou o Curso de Especialização em Geografia da Agricultura tendo em vista a presença de cinco doutores (José Alexandre Felizola Diniz, Adelci Figueiredo, Dieter Heidmann, Emmanuel Franco e Vânia Fonseca), além de professores mestres como Cecília Pereira Martins, Tereza

Souza Cruz e Hosana de Sousa que passaram a integrar o Núcleo. Além disso, foram convidados professores pertencentes a outros Departamentos, a exemplo José Ibarê Dantas, Josué Modesto, João Américo, Ivanete Rocha e Neuza Sales. Também foram convidados professores de outras instituições como Manuel Correia de Andrade, da UFPE, Barbara Christinne, Sylvio Carlos Silva e Sônia Leão, da UFBA, além do Agrônomo Carlos França de Moraes, da antiga EMATER. A professora visitante Maria Geralda Almeida também se integrou a esse grupo, permanecendo até os dias atuais. A coordenação do Núcleo ficou a cargo do Prof. Dr. Jose Alexandre Feli-zola Diniz.

De início, foi criada uma secretaria da Pós-graduação que funcionava numa sala do Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH). Na matriz curricular, havia a oferta de disciplinas comuns para todos os Cursos, o que possibilitou o congraçamento entre os alunos e a formação de discussões interdisciplinares muito ricas. Essas aulas eram ofertadas no Auditório do CCBS. No caso da Geografia, as aulas eram ministradas na sala de reunião do CECH, tendo em vista a exiguidade de espaço, o que não interferiu na qualidade do curso. Era tudo muito simples, sem ventilador ou ar condicionado, mas com muito desejo de acertar e oferecer o melhor do ponto de vista da ciência. Foi uma experiência muito enriquecedora!

Para a primeira turma do Curso de Geografia da Agricultura foram aprovadas 5 alunas: Ana Virginia Costa de Menezes, Lilian de Lins Wanderley, Maria Augusta Mundim Vargas, Rute Santana Reis e Vera Lucia Alves França, além de outras em caráter de matrícula especial, por disciplina isolada, a exemplo de Adélia Moreira Pessoa.

Coube ao Professor Manuel Correia de Andrade proferir a aula inaugural do Curso de Geografia, dentro da disciplina História do Pensamento Geográfico, apresentando o pensamento de Alexan-

der Von Humboldt, baseado no livro *Cosmos*. Essa disciplina era ofertada por quatro professores que tratavam das diversas correntes teóricas da Geografia e exigia a elaboração de quatro trabalhos, tendo a duração de um ano. Bem pesada e bem proveitosa... Tivemos que ler 34 textos além de um livro, dentro de uma bibliografia de 84 títulos. Ufa!!!

Em 1984, foi criada a Revista Geonordeste, destinada a divulgar os trabalhos científicos de pesquisadores e estudantes, se constituindo no primeiro periódico da Geografia nordestina, sendo seu diretor Prof. Dieter Heidmann. Logo a Revista recebeu financiamento do CNPq, o que garantia a sua publicação, entretanto, perdeu essa chancela resultando em fases difíceis e com interrupção da sua regularidade. Com grande esforço, a revista foi recuperada e se mantém até os dias atuais, em formato digital, tendo como Editor o Prof. Dr. José Wellington Vilar que faz um trabalho excelente.

Dentre os trabalhos de monografia elaborados na Especialização, um destaque para o estudo realizado por Maria Edvalci Silva que fez um trabalho exaustivo sobre a Feira de Itabaiana e Centralidade Urbana, apresentando excelentes resultados.

Em 1985, a Universidade fez um esforço para aproveitar a experiência dos Núcleos e criou os primeiros Cursos de Pós-graduação *stricto sensu*, sendo a Geografia a primeira a instalar o seu curso cuja área de concentração era Organização do Espaço Rural no Mundo Subdesenvolvido, com duas linhas de pesquisa: Mudanças no Espaço Agrário e Relação Campo Cidade, sob a coordenação do Prof. Dr. Dieter Heidmann.

A seleção foi feita aproveitando os alunos do Curso de Especialização que estavam em fase de conclusão. A primeira turma foi formada por três alunas (Lilian de Lins Wanderley, Maria Augusta Mundim Vargas e Vera Lúcia Alves França) que, em 1988, concluíram os seus cursos, o que foi motivo de satisfação tendo em vista que àquela época era comum as pessoas cursarem as disciplinas

e não apresentarem a dissertação. Em alguns cursos brasileiros, o percentual de alunos que não concluíam os cursos de Pós-graduação alcançava 80% do total. Esse fato foi registrado também na UFS, uma vez que alguns professores fizeram as disciplinas, mas abandonaram na segunda parte quando deveriam apresentar suas dissertações e teses.

Essa situação levou a CAPES a abrir uma discussão em eventos para sanar esse problema, sendo a criação do Programa PIBIC, uma estratégia para preparar melhor os alunos na Graduação para o desenvolvimento de pesquisas e de elaboração de textos, com resultados bem positivos. Nós, do então NPGEIO, tivemos a oportunidade de participar de mesa redonda em evento nacional, em Rio Claro, em que essa temática foi discutida, buscando estratégias para reduzir o abandono dos Cursos, no momento de sua culminância. Hoje, sabe-se que os níveis de desistência são bem menores.

Com a instalação do Mestrado, o Núcleo passou a ampliar suas ações e passou oferecer seminários e cursos contando com a presença de professores de outras instituições nacionais e internacionais, através de parcerias. Assim, professores como Roberto Lobato Correa (UFRJ), Maria Beatriz Soares Pontes (UNESP), Antonio Olívio Ceron (UNESP), Livia de Oliveira (UNESP), José Borzachiello (UFCE), Milton Santos (USP), Mauricio de Almeida Abreu (UFRJ), Maria do Carmo Galvão (UFRJ), Raymond Pebayle (França), Carles Carreras (Barcelona), Silvana Levy (México), Janet e Robert Townsend (Inglaterra), Paul Claval (França), entre tantos outros, contribuíram com sua excelência para a consolidação do NPGEIO. Esse intercâmbio continua, através de convênios com instituições nacionais e internacionais, com a vinda de professores para participar de disciplinas, seminários, pesquisas e eventos, garantindo relações internacionais com outros cursos similares.

Com Raymond Pebayle, o grupo de alunos fez um trabalho de campo para estudar a rizicultura no Baixo São Francisco, ficando

ele impressionado por ter encontrado famílias utilizando técnicas bem tradicionais que o mesmo tinha presenciado na China, no golfo de Tonquim. A Professora Silvana Levy também acompanhou os alunos num trabalho de campo pelo estuário e manguezal do Piauí/Real, no sul do Estado. Nesse trabalho de campo, um destaque foi dado às condições do manguezal, ainda bem exuberante, à pesca estuarina e à concentração da terra. Nesse dia, a professora foi fotografar a paisagem e derrubou sua máquina em pleno rio, nas proximidades do povoado Crasto, em Santa Luzia do Itanhhy, onde a Universidade tinha um Campus avançado.

Tive a felicidade de ser a primeira a apresentar a dissertação de Mestrado, realizada em 19 de julho de 1988. Foi uma verdadeira festa na instituição, com divulgação na imprensa, presença do Reitor e de grande número de convidados e significou a vitória de um grupo que ousou uma empreitada bem difícil para aquela época. A Reitoria providenciou um pequeno auditório que foi inaugurado nesse dia. Quando cheguei no auditório o encontrei lotado, tremi nas bases. Depois da abertura da sessão pelo Reitor, Prof. Eduardo Garcia, e da apresentação pelo orientador, Prof. José Alexandre Felizola Diniz, quando me foi passada a palavra e liguei o retroprojektor, a luz queimou. Toda apresentação estava em transparências, foi uma aflição, mas tive que continuar sem apoio mesmo. Quando a outra lâmpada chegou, já estava concluindo, foi um sufoco!

Em 1987, a realização do Encontro Nacional de Geografia Agrária (ENGA), na Barra dos Coqueiros trouxe grande visibilidade para o Núcleo, sendo muito positivo. Aliás, o prof. Alexandre Diniz foi um dos idealizadores do evento que teve a sua primeira edição, em 1977, em Salgado/SE. Nesse evento, ENGA ano 10, já foram apresentados trabalhos dos alunos do Núcleo. A partir de então, nesse evento, sempre é grande a participação de alunos e professores do NPGEQ/PPGEQ que já coordenou a realização de outras edições, com muito sucesso e aceitação pela comunidade científica.

A formação de grupo de pesquisa sobre Campesinato, sob a coordenação do Prof. José Alexandre Felizola Diniz, resultou numa dinâmica intensa para o Curso, culminando com diversos estudos e dissertações que geraram a publicação de livros, com apresentação dos resultados.

O Curso de Mestrado sempre teve um grande número de alunos do próprio estado de Sergipe, entretanto, logo ganhou alunos de outros Estados da federação tendo um alcance regional e depois se estendendo para Estados mais longínquos. A área de concentração do curso atrai muitos alunos tendo em vista a possibilidade de realizar estudos agrários, sendo o único curso centrado nessa área. Alunos procedentes da Bahia, Alagoas, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraíba, Ceará, Maranhão, Piauí, Acre, Amazonas, Rondônia, Mato Grosso, Goiás, Rio Grande do Sul, entre outros estados, contribuíram para a diversidade de temáticas e de estudos regionais. Esta situação demonstra o alcance do Curso, devidamente inserido no contexto regional. Prof. Sylvio Carlos costumava dizer que Sergipe era o Estado mais estudado por Km², tendo em vista o grande número de dissertações e de estudos a partir das linhas de pesquisa do Curso, o que, de fato, se constitui num ganho para o conhecimento.

Ao longo do percurso, muitas dificuldades foram enfrentadas tendo em vista a aposentadoria de professores ou mesmo de decisões que não foram positivas, como a oferta de disciplinas concentradas, esvaziando o Núcleo, tendo em vista que os alunos se faziam presentes apenas no período de realização dos cursos. Esta situação foi revertida, posteriormente. Ademais, a dificuldade de bolsas de estudo inviabilizava a permanência de alunos em Aracaju, especialmente de outros Estados, ocorrendo desistências, essa foi uma das razões para essa oferta concentrada.

No final da década de 1980, a inexistência de Curso de Doutorado em Geografia, no Nordeste, fez com que se abrisse a discussão

sobre a possibilidade de oferta de um curso. Mais uma vez se destaca o papel de prof. Alexandre Diniz que estimulou os contatos para viabilizar a participação da UFPE, da UFBA e da UFS, evitando a migração para o Sudeste. As discussões se prolongaram, com reuniões nas sedes dos Programas, entretanto, esbarraram em dificuldades para a oferta de disciplinas, exigindo a migração dos alunos o que encareceria o programa e, sobretudo, para a titulação. Essa ideia foi posta de lado e a inquietude do corpo docente do NPGEQ gerou nova possibilidade de realizar um Doutorado Interinstitucional e, para tanto, foram feitas tratativas com a UNESP/Rio Claro, com a qual havia intensa parceria tendo em vista que vários professores da UFS tinham estudado lá, assim como com a CAPES. Esse Doutorado interinstitucional foi instalado no segundo semestre de 1992 e tinha como objetivo atender à demanda do Norte e Nordeste e que reforçaria os Departamentos com pessoal mais qualificado.

A representação da Geografia da CAPES entendeu a magnitude do projeto e deu todo o apoio financeiro, até como uma forma experimental. Assim, foram ofertadas três turmas o que resultou na formação de 17 doutores de diversos estados nordestinos (Alagoas, Bahia, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Sergipe, além de uma aluna do Rio Grande do Sul que tinha vindo fazer Mestrado e se incorporou ao Doutorado). Somente uma aluna não conseguiu concluir o curso em decorrência de sérios problemas de saúde.

A realização desse curso enriqueceu bastante o Núcleo, com a troca de experiência com professores de Rio Claro, a exemplo de Antonio Olívio Ceron, Lívia de Oliveira, Miguel Cesar Sanchez, Sylvio Carlos Bray, Silvana Pintaui, Beatriz Pontes, Vera Mariza, entre outros que vinham ofertar disciplinas e faziam também orientação. Alguns professores do NPGEQ se cadastraram junto ao Programa de Rio Claro e orientaram vários alunos (José Alexandre Felizola Diniz, Barbara Christine Newting Silva, Sylvio Carlos Bandeira de

Melo e Adelci Figueiredo Santos). O Convênio previa que os alunos deveriam cursar uma disciplina em Rio Claro, assim como participar de eventos, fazer uma intensa revisão bibliográfica, além de defender sua tese em Rio Claro. Cada orientador definia tarefas para seus orientandos que deveriam ser realizados em Rio Claro ou em outras Universidades, a exemplo da USP, UNICAMP, UFRJ, UFPE, entre outras, tendo em vista que a Biblioteca da UFS tinha poucos títulos na área de Geografia, além de ser a oportunidade de dialogar com outros professores que tratavam das temáticas referentes aos projetos.

Este Curso na modalidade interinstitucional fortaleceu os diversos Programas com a qualificação dos docentes, possibilitando a formação de novos cursos. Os frutos desse esforço sempre foram reconhecidos e contribuíram para o fortalecimento do Departamento de Geografia e do próprio NPGeo, que tiveram os seus quadros mais qualificados, resultando na ampliação de novas vagas e, também, nas instituições de origem dos alunos. Além disso, foi a base para que a CAPES desenvolvesse a modalidade de Doutorado e Mestrados interinstitucionais que passaram a ser realizados em diversas instituições pelo país afora, como estratégia de qualificação de professores e de fortalecimento de cursos em fase de consolidação.

Após viver a experiência como Coordenadora da Pós-graduação da UFS, tive oportunidade de coordenar dois Cursos de Mestrado, dentro dessa modalidade, um deles na área de Odontologia, entre a UFS e a UFRN, e o outro entre os Cursos de Direito da UFS e da UNIT e a Universidade Federal do Ceará, ambos com efeitos benéficos para os Departamentos envolvidos preocupados com a qualificação docente e com excelentes resultados.

Com um corpo docente antenado com os problemas da Pós-graduação, o NPGeo também participou das discussões para a criação de uma associação que congregasse os cursos de Pós-graduação

em Geografia que estavam em fase de expansão. De fato, uma associação através da qual se buscasse novas estratégias comuns para a melhoria dos cursos e de financiamento. Professor José Alexandre Felizola Diniz teve intensa participação nessas discussões que culminaram, em 1994, com a instalação da Associação Nacional de Pós-graduação em Geografia (ANPEGE), em Florianópolis.

A primeira diretoria da ANPEGE teve como seu presidente o Prof. Dr. Milton Santos, sendo sediada em São Paulo. Como uma forma de reconhecimento pelo empenho do NPGE na construção da associação, a diretoria resolveu que o primeiro Encontro Nacional da ANPEGE, em 1996, seria sediado em Aracaju, tendo sido organizado pelo NPGE e pela Diretoria da Associação. A temática do Encontro foi “Território Brasileiro e Globalização” e congregou professores e alunos dos diversos cursos existentes no país. Na sessão de abertura foi feita a outorga do título de Doutor Honoris Causa ao Professor Milton Santos, numa cerimônia que contou com a presença dos membros dos Conselhos Superiores da UFS, muito concorrida e bonita. Professor Alexandre Diniz pronunciou discurso bem filosófico de saudação ao homenageado que encantou a todos. No encerramento do evento, foi realizado um jantar com apresentação de expressões culturais sergipanas como a Banda de Pifano, de Riachão do Dantas, e a Batucada de Estância e a turma caiu na dança. Foi um sucesso! A organização desse evento foi trabalhosa e desgastante tendo em vista a exiguidade de recursos e a demora para recebê-los, entretanto, tudo saiu muito organizado, contribuindo para a consolidação do NPGE, junto à comunidade geográfica.

Outro evento importante para o NPGE foi a abertura do ano letivo de 1997, quando o prof. Manuel Correia de Andrade recebeu o título de Doutor Honoris Causa e proferiu a Aula Magna discorrendo sobre o Território Brasileiro. Desta feita, coube a mim a saudação ao homenageado.

Naquele mesmo ano, a primeira turma do Doutorado Interinstitucional defende suas teses, consolidando o NPGEO e ampliando as perspectivas do Curso.

Por ocasião dos 15 anos de vida do Núcleo, em 1998, foi organizado um evento comemorativo intitulado Geografia 2001, com o objetivo de discutir os novos rumos da Geografia diante da globalização e do Terceiro Milênio que se aproximava. Este evento contou com a participação de grande número de professores e alunos de todos os cantos do país, com discussões de alto nível e dele resultou um livro com o mesmo título.

Fortalecido pela presença de novos doutores, em 2001, foi feito um esforço para a oferta de Doutorado, com apresentação de projeto a CAPES. O projeto exigia que fossem feitas mudanças no Programa que modificou sua área de Concentração para Organização e Dinâmica dos Espaços Agrário e Regional, assim como a definição de novas linhas de pesquisa e a formação de grupos de pesquisas. Assim foram definidas três linhas de pesquisa: Produção e Organização no Espaço Agrário, Análise Regional e Dinâmica Ambiental. Dentre as linhas de pesquisa destaco Análise Regional que abriu a possibilidade de ampliar novas temáticas facilitando a integração de novos alunos e, conseqüentemente, resultando em maior inserção regional do Programa. Assim, temas como áreas metropolitanas, turismo, redes, saúde, educação e desenvolvimento regional passaram a ser estudados, com grande contribuição para o conhecimento do Nordeste. Ao longo daquele ano, foi realizado um evento sobre a temática da nova área de concentração, sendo os resultados dos trabalhos apresentados em um livro.

A fim de atender uma demanda da sociedade e contando com a aquiescência da CAPES, em 2001, foi adicionada nova área de Concentração do Núcleo: Formas e Processos Tradicionais de Ocupação Territorial, em parceria com o Museu Arqueológico de Xingó e a Prefeitura de Canindé de São Francisco. Para tanto, o Núcleo

contou com a parceria do Museu Nacional, Universidade Federal de Pernambuco e da Universidade de São Paulo, através dos seus professores que ofereciam disciplinas e orientaram os alunos. Era uma necessidade de qualificação de pessoal, para atender às demandas regionais. Nessa nova área, foram titulados 15 alunos sendo que alguns deles foram trabalhar no Museu Arqueológico de Xingó e em outras instituições no Nordeste. Dentre as dissertações, uma se destaca pelas contribuições acerca da chegada do homem nas Américas e no Nordeste brasileiro. Foi o trabalho do aluno Almir Sousa Vieira Junior, intitulado Contribuição ao Estudo Craniométrico e Radioscópico do Homem de Xingó. Após cinco anos, essa área foi extinta, mas proporcionou condições para a abertura do curso de Arqueologia da Universidade, no Campus de Laranjeiras.

A inclusão dessa área gerou muitos problemas para o NPGeo, tendo em vista que com a mudança de Coordenação da Área de Geografia da CAPES, ocorreu nova forma de entendimento resultando em reflexos na avaliação.

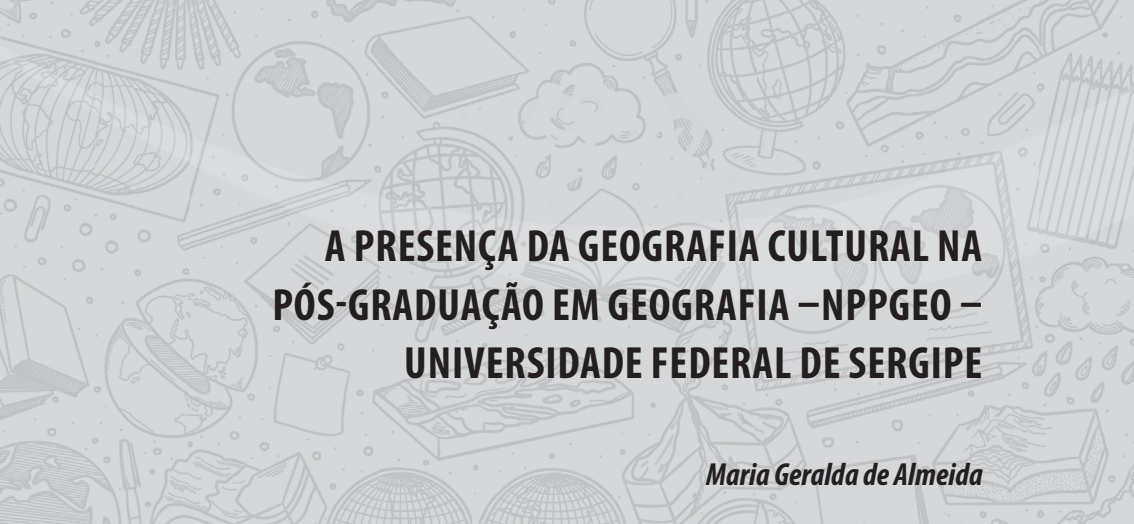
Em 2015, a fim de se ajustar as novas demandas, o NPGeo altera mais uma vez sua área de concentração passando para Produção do Espaço Agrário e Dinâmicas Territoriais, com as linhas de pesquisa Produção do Espaço Agrário, Dinâmicas Territoriais, além de Dinâmica Ambiental. Recentemente, houve alteração na denominação dos Cursos, deixando de ser Núcleo e passando a condição de Programa de Pós Graduação (PPGeo).

Atualmente, o Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGeo) conta com 22 docentes, sendo destes, 6 colaboradores para o atendimento de um corpo discente formado por 47 doutorandos e 30 mestrandos.

A cada dia, constata-se que a dinâmica do PPGeo se acentua, através da atuação dos seus grupos de pesquisas que realizam estudos, pesquisas e eventos, envolvendo seus docentes e discentes.

tes e contribuindo para a Geografia brasileira. Atualmente, cinco grupos de pesquisa atuam no Programa: Estado, Capital, Trabalho e as Políticas de Reordenamentos Territoriais, Sociedade e Cultura, Geoecologia e Planejamento Territorial (GEOPLAN), Relação Sociedade Natureza e Produção do Espaço Geográfico, Transformações no Mundo Rural e Dinâmica Rural e Regional, Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Alimentos e Manifestações Tradicionais (GRUPAM).

A inserção dos egressos nas atividades laborais em diversas instituições como professores, pesquisadores e gestores demonstram a relevância do Programa que tem contribuído para o surgimento de novos cursos e fortalecimento dos já existentes. No ano em curso, o Programa completou 35 anos, realizando evento científico muito significativo trazendo professores que discutiram temáticas atuais, as dificuldades a enfrentar nesse momento de forte crise brasileira, mas que, também, lembraram as lutas, dificuldades e, sobretudo, as conquistas que animam e reforçam o fazer geográfico cotidiano. Tenho muita satisfação de vivido esta história que tanto engrandece a Geografia sergipana.



A PRESENÇA DA GEOGRAFIA CULTURAL NA PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA –NPPGEO – UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Maria Geralda de Almeida

1. Introdução

A Pós-Graduação em Geografia na UFS completa 35 anos, o que significa uma larga experiência e contribuição na formação de mestres e doutores atuantes em diversas universidades brasileiras.

A Geografia, como ciência ampliou-se em seus processos teóricos e metodológicos alargando as leituras e interpretações espaciais. O geógrafo na contemporaneidade, sobretudo aquele adepto da abordagem da geografia cultural, é convidado a valorizar as diferenças e a diversidade, procurando explicar, interpretar as realidades concretas, as atividades mentais e as representações que são da imaginação. As geografias plurais explicam como representações de “outros” lugares e paisagens veiculam estereótipos particulares sobre os indivíduos, natureza e cultura. Elas incluem as “geografias imaginativas”, citadas por Edward Said, que refletem

os preconceitos, a visão de mundo, um valor figurativo atribuído ao lugar e uma particular poética das coisas. A Pós-Graduação deve estar atenta a esse perfil e demanda por geografias plurais ao criar condições para fortalecer as linhas de pesquisa e efetuar a inclusão de docentes que possibilitem essa leitura.

O propósito deste texto é destacar a presença da geografia cultural no processo de maturidade metodológica dos pós-graduandos em Geografia na Universidade Federal de Sergipe. Além disso, dar a visibilidade que essa abordagem adquiriu entre os geógrafos atuantes daquele Núcleo de Programa da Pós-Graduação.

Como procedimento recorri aos *sites* dos bancos de dissertações e teses dos cursos de pós-graduação em geografia. Esclareço que considero como pertencentes à abordagem da geografia cultural as teses e dissertações que tinham como palavras-chave: formas simbólicas, cultura, representações, lugar, território, espaço vivido, territorialidades, festas, paisagem cultural, literatura e geografia, identidade territorial, região cultural, religião, gênero, imagens, música, alimentação e gastronomia, práticas culturais, imaginário espacial e reflexões teóricas sobre a geografia cultural.

2. Breves reflexões sobre Geografia Humanista Cultural

Na opinião de Vallega (2003), a geografia cultural atual pode ser resumida em duas grandes vertentes de construção do conhecimento. A primeira é a geografia cultural tradicional, respaldada no estruturalismo, e que está bem representada pela Escola de Berkeley. A segunda vertente ganha mais consistência a partir dos anos 1980 e corresponderia ao que Claval (2008) denomina “a nova geografia cultural”. Corrêa (2008) prefere a expressão “geografia cultural renovada”. Essa renovação ocorreu mais no âmbito da escala.

A mudança de escala permitiu estudar sutilezas da cultura impressa no espaço e renunciar a configuração de grandes teorias

gerais ou de sínteses ambiciosas. Para Jackson (1995), com a nova geografia cultural, houve uma aproximação dos estudos culturais de Raymond Williams, Clifford Geertz e Claude Lévi-Strauss, rompendo, assim, com as fontes utilizadas pela geração de Sauer. Enquanto a primeira tem sua base epistemológica no estruturalismo e faz uso de métodos analíticos que lhe dão uma natureza homogênea, a segunda demonstra uma diversidade em que se distinguem três abordagens mais evidentes: semiótica, espiritualista e eclética.

A geografia cultural tradicional, geralmente, é caracterizada pela persistência no interesse por alguns temas como: modo de vida e uso dos recursos naturais por um dado grupo social como indígenas, quilombolas, marisqueiras entre outros; também, pela difusão territorial das manifestações culturais; as regiões ou territórios culturais homogêneos e as especificidades culturais de territórios singulares.

No Brasil, esses temas, considerados específicos da geografia cultural tradicional, persistem. Eles atraem o interesse principalmente de geógrafos herdeiros de uma influência francesa, e alguns temas têm mesmo ganhado relevância, a despeito da rápida urbanização, dos processos de apropriação do espaço urbano, das transformações da sociedade brasileira e do crescimento das cidades, megalópoles, do novo espaço rural, do agronegócio, da agroindústria. Diria que eles fazem um contraponto com as mudanças socioespaciais decorrentes da rápida modernização e desenhavam férteis campos de interesse para a Geografia. Nos anos 1990, a Conferência do Rio da Unced– Conferência das Nações Unidas para o Ambiente e Desenvolvimento (1992) – propiciou o debate e uma tomada de posição sobre a diversidade biológica, a biodiversidade e, paralelamente, a diversidade cultural. Colocados em evidência, associou-se a diversidade cultural com a compreensão de que há, ainda, a existência de comunidades singulares, como as já citadas.

Acrescem-se os seringueiros, extratores de castanha e de babaçu, vazanteiros, que, em escala ampla, são os povos da floresta, caatingueiros e geraizeiros, dotados de tecnologia pouco avançada, paralela à existência de uma sociedade marcada pelo avanço do meio tecnocientífico informacional moderno. Para compreender essas comunidades, elas devem ser lidas no contexto de áreas culturais, com uma mesma fisionomia cultural, procedimento adotado pelos seguidores do Sauer. A pesquisa sobre áreas culturais encontra-se, pois, com motivações. Paralelamente, pode-se acrescentar que as atuais discussões sobre grupos étnicos e as reivindicações por reconhecimento tangenciam as bordas da geopolítica, as quais não estão distantes das possibilidades de interpretações pela geografia cultural com base estruturalista.

Nessa mesma vertente da leitura estruturalista, ainda destacaria os estudos sobre o componente religioso das culturas, isto é, as influências exercidas pelas religiões sobre os costumes de um dado grupo social, os sistemas alimentares e comportamentos sociais. Também eles têm cunho geopolítico.

No caso da abordagem semiótica, a geografia cultural tem privilegiado a relação entre signo e significado, isto é, a compreensão e a imaginação que cercam esses dois elementos. Considerando que o símbolo é um tipo de signo e o signo é objeto da semiótica, essa última é a base teórica referencial para a geografia cultural explorar as conotações simbólicas dos lugares, dos espaços e dos valores que eles possuem.

Na perspectiva da semiótica, assume-se que a cultura é um objeto autônomo na indagação sobre a realidade. A cultura é a criação de símbolos atribuídos a lugares e a espaços. Ela é vista como um universo de símbolos, e os símbolos atribuídos aos lugares e aos espaços devem constituir-se, ou pelo menos devem ser concebidos, como objetos de indagação geográfica.

Os geógrafos franceses adeptos da geografia cultural mostraram-se pouco interessados pela análise espacial, levando em conta a semiótica. Maior atenção ela obteve por parte dos geógrafos anglo-saxônicos, sobretudo aqueles influenciados pelas tendências do pós-modernismo, como, por exemplo, Denis Cosgrove (1998), com seus estudos sobre paisagem urbana.

Já em um estudo do meio rural, os geógrafos culturalistas, com base na semiótica, procuram identificar os símbolos que a história da comunidade local atribuiu aos lugares, levando em conta seu usufruto e os valores que são associados aos símbolos. A ênfase dos estruturalistas, para a explicação, seria buscada, preferencialmente, sobre o gênero de vida, a percepção e uso dos recursos naturais.

Na Itália de modo geral, na geografia cultural aflorou uma outra tendência, o espiritualismo, cujo propósito foi deslegitimar o racionalismo como único procedimento de construção do conhecimento. Essa corrente situa a consciência humana no centro do mundo, valorizando o sujeito. Na Geografia, o espiritualismo se articula com vários movimentos, leituras e, principalmente, com os modos de considerar a paisagem pelo viés da sensibilidade, mesmo que seja somente pelos aspectos estéticos. Pelo fato de essa abordagem ser recente, ela é vista como promissora para, posteriormente, abrir novas vias na pesquisa de valores espirituais que as culturas atribuíram aos lugares.

Segundo Andreotti (apud VALLEGA, 2003), a geografia alemã, na obra de Georg L. Krieg, influenciada pelo romantismo no século XIX, já apresentava evidências do espiritualismo. A busca do potencial expressivo é realizada pelo testemunho poético, literário, figurativo, meios pelos quais o contexto geográfico ganha sentido. A pesquisa e a representação da estrutura estética interna da realidade territorial tornam, assim, o objetivo da geografia cultural na perspectiva espiritualista.

Claval (2008) destaca uma vivência religiosa para um estudo do interior no presente e no futuro, por parte dos geógrafos. Um

futuro que é apresentado em termos de ética, redenção e de pecado. Aqueles geógrafos que enveredam por essa dimensão espiritual descobrem a ideia de um outro mundo para dar sentido à existência humana. Nesse sentido, a geografia torna-se sensível à representação artística, daquela poética àquela das artes figurativas, ao sagrado. Um recuo ao estruturalismo é a característica maior dessa vertente.

No caso da abordagem eclética, a geografia cultural, por sua peculiaridade, engloba um amplo espectro de elementos e ideias geográficas. Eles formam um rico mosaico de temas de pouca coerência metodológica. Os estudos tornam-se, necessariamente, mais interdisciplinares.

Aspectos novos são vinculados à paisagem, como cultura e pobreza, cultura e gênero, cultura e política, cultura e racismo. Paul Claval (1995), protagonista principal dessa abordagem, em seu livro *La géographie culturelle*, assume essa abordagem. Ele defende a cultura como um produto da história e uma realidade superior. Recomenda evitar o uso de critérios absolutos. É no exame da paisagem que o movimento eclético demonstra sua mais eloquente expressão. É lá onde se encontram ideias próprias, seja sobre a abordagem estruturalista (a paisagem como complexo de formas materiais), seja sobre a abordagem semiótica (a paisagem como conjunto de símbolos que ligam os lugares), seja ainda sobre a abordagem espiritual (valores estéticos).

Os geógrafos britânicos Kay Anderson, Mona Domosh, Steve Pile e Nigel Thrift publicaram o *Handbook of cultural geography* (2003), ilustrativo da abordagem eclética da chamada “virada cultural da geografia”. Os artigos mostram o potencial do enfoque cultural e sua liberdade para tratar temas susceptíveis de serem estudados pela geografia e de apreciar a diversidade cultural do planeta. Para esses autores, as definições devem ser abertas tanto quanto o espaço. Eles definem a geografia cultural como

Um estilo de pensamento que reúne uma ampla variedade de questionamentos e de maneiras de respondê-los [...] o cultural modificou o geográfico, tornando possível estudar cada vez mais “coisas”, porém, também, submetendo cada vez mais coisas a um exame atento. Pode-se afirmar que se trata da democratização do entendimento, da possibilidade de mirar o mundo pelas diferenças que coexistem nele e de aprender dele (ANDERSON et al., 2003,p.xix, apud CHRISTLIEB, 2006,p.229).

O pós-colonialismo emerge como um novo enfoque nas geografias culturais, cujos expoentes são os geógrafos portugueses José Ramiro Pimenta, João Sarmento e Ana Francisca de Azevedo (2007). Com a problemática cultural, o pós-colonialismo, nas últimas décadas do século XX, propôs rediscutir as categorias da diferença e da alteridade. Associado aos estudos literários e culturais já mencionados, o paradigma pós-colonial parte de uma reflexão sobre a experiência de colonização, a desconstrução, a contraposição, a transcendência das presenças e dos legados culturais e ideológicos do imperialismo, conforme afirmam Pimenta, Sarmento e Azevedo (2007, p.11). Saindo das instâncias de produção do conhecimento local, as geografias pós-coloniais são geografias corporizadas, localizadas num tempo e em um lugar específicos e encontram-se implicadas em programas políticos concretos.

No Brasil ganhou alento a expressão decolonialidade. Diversos autores analisam como o mundo colonizado é construído discursivamente por meio do olhar do colonizador, e como o colonizado se constrói tendo por base o discurso do colonizador(pós-coloniais).Enfim, concluída a colonização, a colonialidade permanece vigente como esquema de pensamento que legitima as diferenças entre sociedades, sujeitos e conhecimentos. Emerge, portanto, a necessidade de decolonizar a epistemologia latino-americana e os seus cânones, na maior parte de origem europeia.

Central ao projeto político-acadêmico da decolonialidade é o reconhecimento de múltiplas e heterogêneas diferenças coloniais, assim como as múltiplas e heterogêneas reações das populações e dos sujeitos subalternizados à colonialidade do poder. Os decoloniais buscam a emancipação de todos os tipos de dominação e opressão, em um diálogo interdisciplinar entre a economia, a política e a cultura. Eles consideram outras experiências e articulações operando inclusive no presente.

Em resumo, enquanto os pós-coloniais se aproximavam das correntes pós-modernas e pós-estruturalistas, os decoloniais voltaram-se para um projeto semelhante aos dos teóricos críticos de esquerda. Ou seja, assim como os teóricos críticos de esquerda, os decoloniais buscam a emancipação de todos os tipos de dominação e opressão, em um diálogo interdisciplinar entre a economia, a política e a cultura. Cita-se nessa linha o geógrafo Porto-Gonçalves(2005).

Pode-se concluir que a geografia cultural tem um notável avanço e enriquecimento teórico sobretudo incorporando uma dimensão política e mais crítica em sua análise. Examinando as correntes, nota-se que houve influências marcantes do positivismo e do estruturalismo e, posteriormente, do pós-estruturalismo e pós-modernismo em suas diversas vertentes.

3. Os horizontes da geografia humanista cultural no Brasil

A pós-graduação em geografia no Brasil teve uma rápida expansão, já alcançando 67 cursos em 2018. Cresce a oferta de novos cursos, de criativas linhas de pesquisa. Nesse contexto, inúmeros artigos, dissertações e livros, principalmente nos últimos oito anos, contribuem para dar visibilidade à existência da geografia humanista cultural e reforçam essa ascensão vertiginosa mencionada.

O número de comunicações que se classificam ou se consideram como de geografia cultural nos eventos da Associação Brasi-

leira de Geografia (AGB) e da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia (ANPEGE), nos últimos dez anos, espanta os organizadores. Para ilustrar, somente no VII Encontro Nacional da ANPEGE, em 2007, em Niterói, RJ, 60 trabalhos foram considerados como dessa abordagem, igualando àqueles da Geografia Urbana e superando a Geografia Agrária (37 trabalhos) e a Geografia do Ensino (21 trabalhos). Já no XII Encontro Nacional da ANPEGE, em 2017, em Porto Alegre, RS, 205 trabalhos foram considerados como dessa abordagem, sendo que da Geografia Urbana foram 144 trabalhos, da Agrária 98 e 138 trabalhos da Geografia do Ensino, consideradas como áreas tradicionais de interesse da Geografia.

Esse crescimento se deve a diversos fatores, dentre eles, destacam-se: o maior contato de brasileiros com geógrafos estrangeiros que adotam essa abordagem; o crescimento da pós-graduação e de linhas de pesquisa tratando de culturas em suas várias facetas e especializações nos programas de pós-graduação; a existência de professores e pesquisadores que assumem a adoção desse enfoque; o diálogo mais frequente entre a Geografia e a Antropologia, as Ciências Sociais e a História, entre outras.

Pode-se afirmar que, desde o início da década de 1990, os estudos com abordagem na geografia humanista cultural têm sido fecundos com as representações de “outros” lugares e paisagens. Sem dúvida, são ricos e desafiadores os cenários futuros para aqueles que estão investigando os mundos culturais.

Corrêa e Rosendahl (2008), pioneiros na divulgação da geografia cultural no Brasil, avaliam que o desenvolvimento dessa abordagem no país foi tardio, por várias razões.

De fato, em um artigo que escrevi em 1993, sobre a geografia cultural francesa, (ALMEIDA, 1993), já insinuávamos, como uma explicação para a pouca filiação dos geógrafos brasileiros nessa abordagem, a matriz da geografia cultural, baseada nas

características dos princípios filosóficos da geografia humanista. A abordagem humanista, nitidamente neopositivista, não teve eco entre os geógrafos brasileiros, visto que, nas palavras de Costa (1980, p. 77), “o dogmatismo de esquerda insiste em firmar a geografia crítica como a única abordagem possível de interpretar a realidade”. A despeito do reducionismo, ser marxista ou adotar a geografia crítica prevaleceu e afastou os geógrafos do risco de serem considerados positivistas se adotassem outra abordagem.

Também, deve-se considerar que, para isso, contribuiu a Geografia da USP e UNESP-Rio Claro. Essas instituições enfatizavam a concepção de que a verdadeira revolução na metodologia da geografia moderna só chegava com a crítica radical e geoteorética, respectivamente. Cada instituição adotava seja o materialismo histórico e dialético seja a geografia aplicada e geoteorética. Ora, essa postura intimidou que outras correntes teóricas e metodológicas, na própria USP, pudessem emergir naquele período. Todavia, possibilitou que, em outras instituições de ensino, surgissem contracorrentes e o movimento de novas vias para o conhecimento geográfico, como o humanismo, a abordagem da geografia cultural já na década de 1990. Elas se fortaleceram após 2000 e na USP depois de 2006. Os Quadros 1 e 2, mais à frente, representam e são reflexos dessas posturas institucionais.

Cabe ressaltar que se agrega a isso o surgimento de grupos de pesquisa e/ou de redes concomitantes à expansão da pós-graduação em geografia no Brasil. Desde 1993, o Núcleo de Pesquisas sobre Espaço e Cultura (NEPEC), da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), possui uma rede de pesquisadores de diversas instituições de ensino consolidados por quase duas décadas por Zeny Rosendahl e Roberto Lobato Corrêa (UFRJ). O NEPEC publica uma revista, a *Espaço e Cultura*, e a série de livros *Geografia Cultural*.

Cabe ressaltar que o periódico está em hiato desde o número 39, de 2016. Já a série de livros teve sua última publicação em 2013, com os dois volumes de *Geografia Cultural: uma antologia*, valorizando autores clássicos estrangeiros.

Em 1999, iniciou-se, na Universidade Federal de Goiás, o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Turismo e Cultura, que, posteriormente, mudou para Estudos e Pesquisas sobre Espaço e Dinâmicas Culturais (EPEC), abraçando temas diversos. Três linhas de pesquisas se destacam: Espaço, Sujeito e Existência (Dona Alzira); Geografia Cultural: Territórios e Identidades; Turismo, Cultura e Cerrado. Atualmente os núcleos diluem-se em Grupos de Leitura, e os docentes e orientandos dedicam-se a pesquisas que abordam o Cerrado e modo de vida, mobilidade urbana, turismo, manifestações festivas, mulheres, grupos étnicos e comunidades Quilombolas, no Laboratório de Estudos das Dinâmicas Territoriais – Laboter. Vários livros já foram produzidos desde sua criação. Os mais recentes são: *Território de tradições e de Festas* (ALMEIDA, 2018a); *O território e a comunidade Kalunga: quilombolas em diferentes olhares* (ALMEIDA, 2015); *É Geografia, é Paul Claval* (ALMEIDA; ARRAIS, 2013); *Espaço, sujeito e existência* (CHAVEIRO; CASTORINO; BORGES, 2016); *Uma ponte ao mundo: cartografias existenciais da pessoa com deficiência e o mundo do trabalho* (CHAVEIRO; VASCONCELOS, 2018) e o mais recente (ALMEIDA, 2018b), *Geografia cultural: um modo de ver*.

Ainda na UFG, no mesmo instituto, foi criado, em janeiro de 2008, pelo professor Alex Rats, o Laboratório de Gênero e Estudos Etnorraciais e Espacialidades – Lagente. No CNPq vincula-se ao grupo de pesquisa Espacialidades e Identidades Étnicas, Raciais, de Gênero e Sexuais e possui os seguintes eixos: Espaço e diferença: espacialidades e identidades étnicas, raciais, de gênero e sexuais; Áfricas, diásporas e educação; Escritas e inscrições no espaço: literatura e artes do corpo em perspectiva interseccional.

A partir de 2004, o Núcleo de Estudos em Espaço e Representações (NEER), sediado na Universidade Federal do Paraná, passa a ter um papel aglutinador importante entre os pesquisadores desse tema de aproximadamente 22 instituições. Vários eventos promovidos pelo NEER já ocorreram, e as publicações de livros vinculadas a eles se sucedem desde 2007.

O Grupo de Pesquisa Geografia Humanista Cultural é sediado na Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense e foi organizado em 2008 com a coordenação de Werther Holzer (UFF) e Livia de Oliveira (Unesp-RC). Os membros do grupo dedicam-se a várias linhas de pesquisa, como: matrizes da geografia humanista cultural, geografia e arte, lugar, paisagem e experiência. Em 2011, foi criada a revista eletrônica *Geograficidade*, com o intuito de divulgar as pesquisas na área. Já está no seu oitavo ano e com vinte edições publicadas.

No Nordeste do país existem geógrafos que se destacam na abordagem da geografia humanista cultural, como na UFPE, com Caio Augusto Amorim Maciel, na UFRN, com Alessandro Dozena, na UFPB, com Maria de Fatima Rodrigues, e na UFC, com Christian Dennys Monteiro de Oliveira. Porém, é em instituições das regiões Sul e Sudeste do país que se verifica maior número de defesas de dissertações e teses com essa abordagem (Quadros 1 e 2).

Se examinarmos a ascensão tida na pós-graduação em Geografia, com base na produção, em alguns cursos, a situação é a seguinte:

Quadro1- Número de dissertações defendidas por instituição com abordagem na Geografia Cultural - 2000 a 2016

	2000	2002	2004	2006	2008	2010	2012	2014	2016	TOTAL
UFPR ¹	-	1	4	6	5	-	1	6	1	24
USP*	-	1	-	3	6	-	5	2	6	23
UFS ³	-	1	-	3	-	1	3	3	3	14
UNESP-PP*	-	-	-	1	-	-	1	-	-	2
UFG*	-	5	5	5	12	1	7	2	3	30
UFF*	1	4	3	10	1	4	1	-	-	24
UFSC*	-	5	4	8	-	1	2	1	3	24
UNESP-RC*	-	-	2	2	3	-	3	1	-	11
UERJ ²	-	-	-	5	-	-	2	1	6	14
UFU*	-	-	2	3	-	-	-	1	2	8
UFRJ*	2	-	1	4	2	-	2	3	-	14
FURG ²	-	-	-	-	-	1	-	-	2	3
UEC ²	-	-	-	-	-	4	2	2	-	8
UEL ²	-	-	-	-	-	1	3	3	-	7
UEM ²	-	-	-	-	-	4	-	1	-	5
UEPG ²	-	-	-	-	-	-	2	4	4	10
UFES ²	-	-	-	-	-	-	-	5	2	7
UFGD ²	-	-	-	-	-	2	4	1	1	8
UFJF ²	-	-	-	-	-	-	-	3	2	5
UFMS ²	-	-	-	-	-	-	-	2	2	4
UFPA ²	-	-	-	-	-	5	2	3	-	10
UFPE ²	-	-	-	-	-	-	-	2	1	3
UFPEL ²	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
UFSM ²	-	-	-	-	-	1	4	3	1	9
UNB ²	-	-	-	-	-	2	1	5	1	9
TOTAL	3	17	21	50	29	27	45	54	41	287

Fonte: (*) banco de teses e dissertações dos programas de pós-graduação

¹ Linha de pesquisa: território, cultura e representação. Documento comemorativo de 10 anos da pós-graduação em Geografia.

² Banco de teses e dissertações e currículos lattes de alguns professores.

³ Catálogo de dissertações e teses de 1988-2016. Currículo lattes de professores.

(-) Não disponível

A análise do quadro revela um maior crescimento a partir do ano 2003, com uma certa regularidade mantida desde então. UFG,

UFSC, UFF e UFPR lideram nos números mais expressivos. Volto a lembrar que a obrigatoriedade da existência de um banco de teses e dissertações nos cursos de pós-graduação existe após o ano de 2006. Por isso, poucas instituições possuem informações disponíveis ou completas na internet em períodos anteriores.

No caso do doutorado, a situação não é diferente, conforme se verifica no Quadro 2, porém são as universidades do Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo a se destacarem nas teses defendidas.

Quadro 2- Número de Teses de Doutorado defendidas por instituições com a abordagem na geografia cultural – 2000 a 2016

	2000	2002	2004	2006	2008	2012	2014	2016	TOTAL
UFPR ¹	-	-	-	-	-	2	6	6	14
USP*	1	-	-	2	2	2	4	3	14
UFS ³	-	-	1	-	-	-	2	1	4
UNESP-PP*	-	-	1	-	-	5	3	-	9
UFG*	-	-	-	-	-	5	1	5	11
UFF*	-	2	-	3	1	3	3	-	12
UFSC*	-	-	2	1	-	-	1	-	4
UNESP-RC*	-	-	-	4	-	5	-	-	9
UFRJ*	3	3	2	1	2	2	1	-	14
UFU*	-	-	-	-	-	-	1	2	3
UEC ²	-	-	-	-	-	2	-	-	2
UEM ²	-	-	-	-	-	2	1	1	4
UEPG ²	-	-	-	-	-	-	-	1	1
UFGD ²	-	-	-	-	-	-	-	1	1
UFPE ²	-	-	-	-	-	2	1	1	4
UNB ²	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	4	5	6	11	5	30	24	21	106

Fonte: (*) banco de teses e dissertações dos programas de pós-graduação

¹ Linha de pesquisa: Território, Cultura e Representação. Documento comemorativo de 10 anos da pós-graduação em Geografia.

² Banco de teses e dissertações e currículos lattes de alguns professores.

³ Catálogo de dissertações e teses de 1988-2016. Currículo lattes de professores.

(-) Não disponível

Algumas instituições criaram o doutorado mais recentemente, com defesas registradas no Banco de Dados desde 2012, o que resulta em uma disparidade na produção entre os diversos cursos. Outras ainda não efetuaram os registros das teses nos bancos. A despeito da precariedade dos dados presentemente é o que se tem disponível para efetuar análises sobre a produção de teses e dissertações nas instituições de ensino superior no Brasil.

4. A geografia Humanista Cultural em Sergipe

A Pós-Graduação em Geografia, em Sergipe, originou de uma concepção do professor geógrafo José Alexandre Filizola Diniz. O professor Alexandre tinha uma estreita relação com a Unesp-Rio Claro, cujos geógrafos eram entusiasmados com a geografia quantitativa e a geografia aplicada. Embora também fizesse uso destas geografias que o distinguiam entre seus pares no cenário geográfico brasileiro, o professor Alexandre valorizou sobremaneira no corpo docente da Pós-Graduação a presença de profissionais que aportassem uma diversidade de métodos, teorias e leituras no entendimento espacial.

Assim, convidou o professor Heinz Dieter Heidmann, que adotava a geografia crítica e método dialético, em 1984, para compor o quadro docente do Departamento de Geografia e Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, e eu, como bolsista da UFS, em 1985, recém-doutora em Geografia Tropical pela Université de Bordeaux III, França. Também integrava o corpo docente a professora Barbara-Christine Neutwiges Silva, cartógrafa formada na Alemanha, Sílvia Bandeira Filho, da Universidade Federal da Bahia, e a professora Sônia Leão, também daquela instituição, com larga experiência em planejamento regional na secretaria estadual baiana.

No período de 1985 a 1987, quando permaneci em Aracaju, dois professores estrangeiros também tiveram passagem no então Núcleo de Pós-Graduação: Paul Claval, da Université de Paris IV, para ministrar conferência e encontros com os pós-graduandos (1986), e a professora Silvana Levy, da UNAM, México, com uma permanência de três meses no Programa. O professor Claval reconhecidamente como seguidor da geografia cultural e a professora Silvana explorando os estudos geográficos com a abordagem humanista. Ambos mostraram que o espaço se prestava a outras leituras e interpretações, abrindo novos horizontes para a pós-graduação desenvolvida em Sergipe. Em tal contexto surgiram as dissertações e teses com abordagens culturalistas e humanistas.

Na Universidade Federal de Sergipe dois núcleos se destacam. O mais antigo é o da professora Maria Augusta Mundim Vargas, que coordena, vinculado à Pós-Graduação em Geografia, o Grupo Sociedade e Cultura. No livro *Práticas e vivências com a geografia cultural* (2016), o Grupo assume os balizamentos de uma geografia qualitativa integrada com a quantitativa. E na publicação, em 2018, do livro *Tempos e espaços da pesquisa qualitativa*, organizado com Daniele Luciano Santos, traz á lume textos exploradores de procedimentos que contribuem para uma geografia mais subjetiva. O Grupo Sociedade e Cultura periodicamente organiza e realiza os eventos Ciclo de Palestras, o Seminário Tempos e Espaços da Pesquisa Qualitativa e, em parceria com o governo do Estado de Sergipe, o Simpósio do Encontro Cultural de Laranjeiras e a Jornada de Estudos Arthur Bispo do Rosário.

O outro grupo tem a liderança de Sônia Souza Mendonça Menezes, o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Alimentos e Manifestações Tradicionais (Grupam). Suas pesquisas versam sobre comercialização de alimentos tradicionais e comidas típicas nas feiras de diversas cidades sergipanas, com investigações sobre “tradição, geração de renda e reprodução de grupos familiares”. Publicou *Queijo*

artesanal: configurações territoriais – experiências escalares do global ao local: o caso de Sergipe (2015), e mais recentemente na organização, juntamente com Fabiana Thomé da Cruz, do livro *Estreitando o diálogo entre alimentos, tradição, cultura e consumo* (2017).

Graças à atuação desses grupos, a produção de teses e dissertações (Quadro 3) cresce. Porém, gostaria de destacar aquelas primeiras dissertações, na década de 1990, que tiveram minha orientação e as considero pioneiras nessa abordagem. Naquela ocasião iniciava tal abordagem naquele Programa, e, de modo geral eram escassas as publicações no Brasil valendo-se, principalmente, *do Região-Espaço vivido* do Armand Frémont (1980) e, *Por uma geografia do poder*, do Claude Raffestin (1993). O cerne do fazer a geografia cultural encontrava-se na vivência e experiência de campo trazendo estes elementos para análises baseando-se naqueles autores.

Quadro 3 – UFS: dissertações com temas da geografia cultural desde a década de 1990

Dissertação	Autora	Orientadora
1996		
Lutando pela Terra: Abrindo Mão de um Poder Alternativo	Neilza Barreto Oliveira	Maria GERALDA de Almeida
Reorganização do Espaço Agrário e (Des)Territorialização das Relações Tradicionais	Celia Regina Batista dos Santos	Maria GERALDA de Almeida
1998		
Seca, Fome e Saques: Relações Perigosas	Márcia Caldas Soares	Maria GERALDA de Almeida
Identidade Familiar e Territorialidades em Itabaiana	Francisco de Assis Santos	Maria GERALDA de Almeida
Então Eu Penso que as Coisas São como Haverá de Ser: o Cotidiano dos Pequenos Citricultores de Sergipe	Gleideston Rodrigues dos Santos	Maria GERALDA de Almeida
1999		
As Intermediações Comerciais na Empasa – Campo Grande: Produção de Espaço, Redes e Consolidação dos Territórios	Hélio de Oliveira Nascimento	Maria GERALDA de Almeida
2005		
Apreensão da Paisagem a Partir do Turismo na Chapada Diamantina, Bahia	Andrecksia Viana Oliveira Sampaio	Vera Lucia Alves Franca

Dissertação	Autora	Orientadora
2006		
Farinhada: Construção Simbólica na Reprodução da Agricultura Familiar	Maryane Meneses Silveira	Maria Augusta Mundim Vargas
2009		
Percepção e Orientação da Morte nas Paisagens Arqueológicas de São Cristóvão e Laranjeiras, SE	Solimar Guindo Messias Bonjardim	Maria Augusta Mundim Vargas
A Sustentabilidade das Relações Sócio-Espaciais em Comunidades Litorâneas, Sergipe	Roseane Cristina Santos Gomes	Maria Augusta Mundim Vargas
2010		
Desvelando o rio Pardo: as Marcas de uma Paisagem Ribeirinha	Nádia Cristina Moraes Sampaio Gobira	Maria Augusta Mundim Vargas
O Território da Convivência e Seus Processos Emancipatórios e de Res-significação do Semi-Árido Brasileiro	Luzineide Dourado Carvalho	Maria Geralda de Almeida
2014		
O Sentido de Ser Pescador: Signos e Marcas no Povoado Pedreiras – São Cristóvão, SE	Ronilse Pereira de Aquino Torres	Maria Augusta Mundim Vargas
Entre Janelas e Camarotes: o Sagrado e o Profano na Festa do Bom Jesus dos Navegantes de Penedo, AL	Esmeraldo Victor Cavalcante Guimarães	Maria Augusta Mundim Vargas
Território e Identidade na Construção da Socioespacialidade do Povoado Sapé	Aline Honório Araújo da Silva Gomes	Maria Augusta Mundim Vargas
2016		
Campo da Fé: Território e Territorialidades dos Peregrinos Sergipanos na Jornada Mundial da Juventude, Rio de Janeiro, 2013	Eliete Furtado Cecílio e Silva	Maria Augusta Mundim Vargas
Limites e Fronteiras no Processo de Emancipação do Povoado São José em Japarutuba, SE	César Augusto França Ribeiro	Maria Augusta Mundim Vargas
Sons, Cores e Cheiros nas Feiras de Lagarto, SE: uma Análise para Além dos Aspectos Econômicos	Vanessa Modesto dos Santos	Sônia de Souza M. Menezes
2017		
Os Territórios dos Maracatus do Povoado Brejão, Brejo Grande, SE, Brasil	Edivaldo Alves de Oliveira	Maria Augusta Mundim Vargas
Redes, Teias e Laços na Produção de Fogos: Tradição e Ressignificação em Estância, SE	Robertta de Jesus Gomes	Sônia de Souza M. Menezes
2018		
Limites e Fronteiras: Perspectivas Emancipatórias no Povoado São José da Caatinga em Japarutuba, SE	César Augusto França Ribeiro	Maria Augusta Mundim Vargas
As Socioespacialidades e Ressignificações das Cavalgadas, Itaporanga d'Ajuda, SE	Daniele Luciano Santos	Maria Augusta Mundim Vargas
Socioespacialidades da Comunidade Tradicional Pisa-Pólvora em Estância, SE	Luan Lacerda Ramos	Maria Augusta Mundim Vargas

Quadro 4 - UFS: teses com temas da geografia cultural

Teses	Autora	Orientadora
2006		
O Território da Convivência e Seus Processos Emancipatórios e de Ressignificação do Semi-Árido Brasileiro	Luzineide Dourado Carvalho	Maria GERALDA de Almeida
A Região Cacaueira da Bahia: uma Abordagem Fenomenológica	Lurdes Bertol Rocha	Barbara-Christine-Nentwig Silva
2009		
Sertão se Traz na Alma? Território/Lugar Sertão nas Filigramas da Memória e das Representações Sociais	Geisa Flores Mendes	Maria GERALDA de Almeida
A Força dos Laços de Proximidade na Tradição e Inovação no/do Território das fabriquetas de queijo	Sônia de Souza Mendonça Menezes	Maria GERALDA de Almeida
2012		
Mobilidade e Fronteira Étnica: Índio e Negro no Processo de Formação Territorial do Litoral Sul Paraibano	Amanda Christinne Nascimento Marques	Maria GERALDA de Almeida
2014		
Sob o Domínio da Cruz: a Construção de um Território e Patrimônio Cultural em Sergipe	Solimar Guindo Messias	Maria GERALDA de Almeida
Viver e Pertencer: Identidades e Territórios nos Assentamentos Rurais de Sergipe	Aucéia Matos Dourado	Maria Augusta Mundim Vargas
2015		
Entre Águas e Gentes: Vivências e (In)Visibilidades nos Territórios do Litoral de Sergipe	Rodrigo Herles dos Santos	Maria Augusta Mundim Vargas
2016		
Arruando Vejo Homens, Rio, Pedra& Cal: a Desrepatrimonialização do Sítio Histórico Tombado de Penedo, AL	Daniella Pereira de Souza Silva	Maria Augusta Mundim Vargas
2018		
Tramas Territoriais de Tessituras Multidimensionais em Comunidades Quilombolas na Paraíba	Maria Salomé Lopes Fredrich	Maria Augusta Mundim Vargas

Analisando os quadros com as orientações de dissertações e teses, conclui-se que poucos são os professores orientadores nessa linha de abordagem porém, a produção é expressiva. Além disso, verificou-se que os temas que geraram os trabalhos acadêmicos são profícuos e diversos com focos em paisagens, lugares e territórios. Revelam sem dúvida uma contribuição significativa nessa abordagem.

5. Últimas Palavras

Abre-se, nas últimas três décadas, um amplo leque de itinerários para leituras e investigações nas manifestações geográficas da cultura e das culturas. Torna-se frequente referir-se a geografia humanista cultural ou às vezes à geografia sociocultural. Pelas raízes e vínculos com a percepção, a representação e fenomenologia elas se assemelham na abordagem e se confundem. Porém, não cabe aqui esta discussão. Essa amplidão das ofertas justifica a diversidade de leituras e de temas existentes na geografia brasileira. A Universidade Federal de Sergipe, com 35 anos de Pós-Graduação em Geografia, teve a abordagem da Geografia Humanista e Cultural nos últimos 25 anos, revelando fôlego e contribuição a essa abordagem.

Ressalta-se que a presença e o dinamismo das docentes citadas com destaques nas orientações de teses e dissertações fortaleceram a geografia cultural em diversos estados do Nordeste, posto terem formado docentes que atuam em outros estados. As relações permanecem nos frequentes eventos científicos promovidos no PNPGE.O, certamente, marca presença na geografia brasileira.

Abram alas, porque a geografia cultural chegou e vai ficar.

Referências

- ALMEIDA, M. G. **Território de tradições e de festas**. 1. ed. Curitiba: Ed. UFPR, 2018a.
- ALMEIDA, M. G. **Geografia cultural: um modo de ver**. 1. ed. Goiânia: Gráfica UFG, 2018b.
- ALMEIDA, M. G. **O território e a comunidade Kalunga: quilombolas em diversos olhares**. 1. ed. Goiânia: Gráfica UFG, 2015.
- ALMEIDA, M. G.; ARRAIS, T. P. A. (Org.). **É geografia, é Paul Claval**. 1. ed. Goiânia: Ed. UFG, 2013.
- ALMEIDA, M. G. Aportes teóricos e os percursos epistemológicos da geo-

grafia cultural. **GEONORDESTE**, ano XIX, n.1, p. 33-54, 2008.

ALMEIDA, M. G. Geografia cultural, geógrafos culturalistas: uma leitura francesa. **GEOSUL**, n.15, p. 40-52, 1993.

AZEVEDO, A. F. Geografias pós-coloniais: contestação e renegociação dos mundos culturais num presente pós-colonial. In: PIMENTA, J. R.; SARMENTO, J. AZEVEDO, A. F. **Geografias pós-coloniais: ensaios de geografia cultural**. Porto: Figueirinhas, 2007. p. 31-70.

CLAVAL, P. **La géographie culturelle**. Nathan: Paris, 1995.

CLAVAL, P. Uma ou algumas abordagem(ns) cultural(is) na geografia humana! In: SERPA, Â. (Org.). **Espaços culturais: vivências, imaginações e representações**. Salvador: Ed. UFBA, 2008. p.13-29.

CHAVEIRO, E. F.; VASCONCELLOS, L. C. F. (Org.). **Uma ponte ao mundo: cartografias existenciais da pessoa com deficiência e o mundo do trabalho**. 1. ed. Goiânia: Kelps, 2018.

CHAVEIRO, E. F.; CASTORINO, A. B.; BORGES, R. M. R. (Org.). **Espaço, sujeito e existência**. 1. ed. Goiânia: Ed. PUC Goiás, 2016.

CHRISTLIEB, F. F. Geografia cultural. In: HIERNAUX, D.; LINDÓN, A. (Dir.). **Tratado de Geografia Humana**. Barcelona: Anthropodos. Editorial México: UNAM, 2006. p. 220-253.

CORREA, R. L.; ROSENDAHL, Z. A geografia cultural brasileira: uma avaliação preliminar. **Revista da ANPEGE**, v.4, p. 89-108, 2008.

COSGROVE, D. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998. p. 92-123.

COSTA, R. H. Filosofia, geografia e crise da modernidade. **Terra Livre**, v. 7, p. 63-92, 1990.

FRÉMONT, A. **A Região, espaço vivido**. Coimbra: Livraria Almedina, 1980.

JACKSON, P. **Maps of meaning: an introduction to cultural geography**. New York: Routledge, 1995.

MENEZES, S. S. M. **Queijo artesanal: configurações territoriais: experiências escalares do global ao local: o caso de Sergipe**. 1. ed. São Cristóvão: Ed. UFS, 2015.

MENEZES, S. S. M.; CRUZ, F. T. (Org.). **Estreitando o diálogo entre alimentos, tradição, cultura e consumo**. 1. ed. São Cristóvão: Ed. UFS, 2017.

PIMENTA, J. R.; SARMENTO, J.; AZEVEDO, A. **Geografias pós-coloniais: ensaio de geografia cultural**. Porto: Edições Figueirinhas, 2007.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Apresentação. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RAFFESTN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo. Editora Ática S.A. 1993.

VALLEGA, A. **Geografia culturale: luoghi, spazi, simboli**. Torino: UTET Università, 2003.

VARGAS, M. A. M. **Atlas das celebrações: as festas dos ciclos junino e natalino em Goiás e Sergipe**. 1. ed. Aracaju: Instituto Banese, 2016.

VARGAS, M. A. M.; SANTOS, L. S. (Org.). **Tempos e espaços da pesquisa qualitativa**. Aracaju: Criação, 2018.

Maria Augusta Mundim Vargas

A pretensão desse texto é expor as referências da produção geográfica que demarcam significativamente minhas experiências e vivências para e com mestres, colegas e discentes “de dentro, de

fora e do entorno” do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe. Intencionalmente, resgato o texto produzido há exatos cinco anos, quando das comemorações do trigésimo ano de institucionalização desse Programa.

Àquela época, também atendendo ao convite da coordenação, procurei registrar o início do curso de especialização em “Organização do espaço rural no mundo subdesenvolvido”, que resultou na criação do Mestrado e, eu, integrante da primeira turma do primeiro curso de pós-graduação da Universidade. A narrativa do texto foi conduzida pela memória tendo sido privilegiadas minhas lembranças e, com elas, afetos com mestres, com descobertas e com a ambiência acadêmica¹.

O período dessa formação correspondeu aos anos de 1983 à 1988 e constituiu um divisor em minha vida, tanto que decidi me retirar da carreira técnica com atuação em órgãos de meio ambiente desde 1975 e optar pelos caminhos acadêmicos. Tal informação justifica-se pelo entendimento de que o Mestrado, para mim, e apercebo para a maioria de alunos de meu convívio, é o mergulho, o salto, o deslumbramento, as descobertas epistêmicas e as escolhas teórico-metodológicas. O Doutorado, acrescento, é solidão, no sentido de que o tema, os caminhos, as escolhas e os diálogos com autores e orientador dependem da vontade e interesse de cada um. Ou seja, as buscas e os encontros retratam os interesses do sujeito que se propõe a esse nível de formação, mais explicitamente dialógica do que no Mestrado em que se espera reflexão entre autores e o objeto de estudo.

Nesse texto desvelo-me um pouco mais pela intenção de apresentar uma discussão analítica da Geografia que produzi pelas orientações e pesquisas realizadas no período de 2002 a 2018, as quais são introduzidas linear e quantitativamente pelos Quadros 1 e 2. Eles

1 Por esse motivo homenageio e dedico o texto aos professores José Alexandre Felizola Diniz e Dieter Heidemann, este último, meu orientador.

contextualizam o chão literalmente físico da produção que procuro tecer considerações no corpo do texto. Sua produção foi conduzida pelo levantamento das palavras-chave e das referências registradas nos estudos que orientei, acrescida pelo diálogo com alguns autores fundantes e clássicos que nortearam os métodos e procedimentos.

Antes, porém uma ressalva. Entre 1995 a 2015 atuei no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente - Prode-ma, onde pude produzir Geografia numa ambiência interdisciplinar coorientando (4), orientando (18) e participando de pesquisas (4). Soma-se, portanto, quarenta orientações e nove pesquisas nesses dois Programas. A atuação no Prodema não está computada nos quadros mas, os conteúdos e autores tratados nas partes desse texto são em grande medida, coincidentes com aqueles discutidos e norteadores da produção e orientações aí exercidas.

Os quadros traduzem o mapeamento de ações, atuações e reflexões na e com a Geografia. A formação de mestres brinda-nos com mais gentes e de doutores com encontros mais duradouros. Entre um e outro, mereci todos os desafios humanos, temáticos e teórico-metodológicos que se presentificaram. Mereci e sou grata por estarem em minha formação.

Breve, as orientações na área de Agrária distinguem pela singularidade: pluriatividade, reforma agrária de mercado, farinha e identidades em assentamentos rurais. As duas primeiras chegaram por circunstâncias do Programa que me fizeram assumi-las com o encontro de pessoas compromissadas com a Geografia e com a realidade do lugar rural onde nasceram e para onde se compromissaram estudar, melhor compreender e neles, melhor atuar. A farinha foi abraçada após a conclusão de pesquisa sobre a dimensão cultural do sertão sergipano e proporcionou descobertas de teias de vizinhança, gestos de solidariedade e cantos de trabalho específicos e singulares. O estudo sobre as identidades nos assentamentos rurais faz consolidar o território e as territorialidades

como pauta de discussão do grupo de estudo com permanente contribuição de autores de diversas conotações e abordagens²; traz os múltiplos territórios e identidades como produção, demarca a primeira e até então única abordagem cultural sobre os sujeitos dos assentamentos rurais de Sergipe (Quadro 1).

Quadro 1. Dissertações, teses e pesquisas concluídas no PPGEQ/UFS – 2002-2018

Ano	Mestrado	Doutorado	Pesquisa*	Área de concentração		
				Agraria	Ambiental	Regional
2002	1				1	
2003	1		1	1		
2004			1			
2005						
2006	3			1	1	1
2007		1				1
2008						
2009	1		1			1
2010	1		1		1	
2011	1				1	
2012	1		1	1		
2013	2				1	1
2014	3					3
2015		1		1		
2016	1	1				2
2017	1	1				2
2018	2	1				3
TOTAIS	18	5	5	4	5	14

Fonte: CNPq/Plataforma Lattes, dez/2018. Org.: Vargas, Maria Augusta Mundim.

(*) Refere-se ao ano de início da pesquisa

As orientações na área de estudos Regionais se principiam em decorrência da já anunciada pesquisa sobre dimensão cultural e se avolumam ao assumirmos os estudos sobre as expressões e manifestações culturais ocorrentes em Sergipe o que estampa o rebatimento imediato no quantitativo após 2013.

2 O Grupo de Pesquisa Sociedade e Cultura é formalizado em 2004 e, desde então, prioriza as discussões e estudos de questões teóricas e metodológicas que envolvem o território, bem como a formação acadêmica em todos os seus níveis da graduação ao doutorado; pela extensão, o ensino e a pesquisa.

Quanto a área Ambiental, essa permanece como impressa no DNA. Embora o registro compute cinco orientações, assevero que impulsionada pelo olhar relacional entre sociedade e natureza, as questões ambientais, sejam temáticas ou teóricas, estão presentes no trato com as ruralidades, com as pequenas comunidades, bem como com as festas e manifestações culturais, justificando, assim, sua permanência mesmo que transversal, nas áreas de Agrária e Regional.

As pesquisas foram e são assumidas com propósitos extra curriculares mas todas, sem exceção, consubstanciaram, no sentido de fortalecer e consolidar, a formação de graduados, mestres e doutores. O que se pode afirmar é que não ocorreu um divisor de águas que conduzisse de forma visível, minhas produções para a Geografia Humanista e para as abordagens culturais. Surgiram sim, demarcando desafios, interesses e compromissos com o universo extra curricular que nos mostra, como afirmado por Denis Cosgrove (1998), que a Geografia esta em toda parte!

Em movimento com a Geografia, destaco o encontro com Maria Geralda de Almeida como parceira na realização de uma grandiosa pesquisam com o sertão e ribeirinhos das águas do rio São Francisco e seus afluentes das terras de Sergipe, ocorrida entre 1998 e 2000. Esse foi, também, o período em que concluí a tese de doutorado “O Baixo São Francisco revisitado”, quando pude rever e visitar lugares e gentes e, ainda, iniciar minha prática pedagógica no PPGEIO ministrando as disciplinas Ecologia e Agricultura e, Cartografia Geográfica³. Outro

3 Rever e visitar como ampliação das questões da “natureza sertaneja” postas na dissertação de mestrado. Na montagem da disciplina Ecologia e Agricultura destaco a forte influência das consequências na academia das discussões preparatórias e pós Conferência Mundial para o Desenvolvimento Sustentavel, realizada no Rio de janeiro em 1992 e, sinalizo como referentes os seguintes autores: KAISER (1990); ACOT (1992) e VEIGA (1991). No preparo e condução da disciplina Cartografia Geográfica contei com a experiência já acumulada na ministração de Cartografia Sistemática e Cartografia Temática na graduação, mas sobretudo, com os ensinamentos de Yves Gervaise, José Alexandre Felizola Diniz e Barbara Christine Netwing Silva.

marco de destaque deu-se com a realização do “Inventário cultural dos oito territórios de planejamento de Sergipe” (2009), que possibilitou adentrar em todos os 75 municípios e em centenas de povoados, prefeituras, secretarias, casas, quintais e roças. Com esse estudo, pude produzir um roteiro de entrevista, consulta e observação que resultou em um “caderno do pesquisador”, utilizado e adaptado em outras pesquisas e orientações sobre festas populares, manifestações e expressões tradicionais, mas, sobretudo, por constituir instrumentos demonstrativos de rigor com os procedimentos metodológicos dos estudos acadêmicos que venho orientando.

Por esses motivos, o Quadro 2 estampa uma linha demarcatória que distingue a produção voltada para o conjunto de categorias e conceitos associados à Geografia Humanista das demais “Geografias”.

Quadro 2. Palavras-chave das dissertações e teses – 2002-2018

Conjunto de palavras-chave		Aplicações (Qt.)
1	Territorialidades; multiterritorialidades; redes; dimensões simbólicas, materiais, políticas; sociespacialidades; materialidades; representação social.	18
2	Cultura; patrimonialização; patrimônio; tradição; manifestação tradicional; manifestação ressignificada; peregrinos; pesca artesanal; festa; farinha; cavalgada; maracatu; barco-de-fogo.	17
3	Território; território identitário; identidade	12
4	Sustentabilidade; ecoturismo; zoneamento ambiental; unidade de conservação; bacia hidrográfica.	08
5	Agricultura familiar; pluriatividade; pequena comunidade; assentamento rural; reforma agrária.	08
6	Espaço rural; organização espacial; desenvolvimento social e econômico; espaço sagrado; espaço profano.	06
7	Percepção; percepção ambiental; atitudes; percepção da morte.	05
8	Paisagem; paisagem arqueológica.	04
9	Lugar	02
10	Etnogeografia	01
	48 palavras-chave	81 citações

Fonte: CNPq/Plataforma Lattes, dez/2018. Org.: Vargas, Maria Augusta Mundim.

Os conjuntos de palavras-chave constituídos pelos itens 1, 2 e 3 estão posicionados, sobretudo, na Área Regional (Quadro 2), correspondentes, em sua maioria, aos estudos decorrentes do mergulho nas expressões e nos fenômenos culturais e alinhados aos métodos dialético e fenomenológico.

Essas premissas fizeram-se necessárias para que as partes do texto sejam entendidas. Seguem à Apresentação, indicações e sinalizações da produção apresentada nos quadros, porem expostas pela leitura daqueles que contribuíram para o meu continuo aprendizado de conhecer e fazer conhecer a conflituosa relação sociedade-natureza, bem como os territórios e as territorialidades. Ou seja, uma exposição breve, parcial, sob a parcialidade de um olhar e entrecortada por incursões pessoais, mas que deve ser considerada pelo esforço em mostrar referências, permanências e ressignificações geográficas.

2. Sociedade, Natureza: indagações, inserções, reflexões

*O caráter destrutivo não vive do sentimento de que a vida
vale a pena ser vivida,
e sim de que o suicídio não compensa.*

Walter Benjamim

A dualidade sociedade-natureza foi e ainda permanece motivadora e condutora de estudos acadêmicos em diversas áreas de estudo. Tanto no Prodema quanto no PPGEQ, a dualidade surge nas questões das pesquisas, posicionada no papel do estado, na atuação de políticas públicas, no uso de tecnologias, principalmente. São identificadas em estudos voltados para o desenvolvimento de metodologias de avaliação de impactos, zoneamentos ambientais, preservação e qualidade de vida que contribuem com reflexões, principalmente sobre a paisagem, percepção do meio e desenvolvimento social.

Observa-se uma linha tênue entre a denuncia e os impactos, bem como uma clara reação ao modelo mecanicista do pensamento positivista dominante nas instâncias da sociedade e nas instituições de ensino e pesquisa. Ora, a externalização da natureza na evolução da relação homem-meio ocorrida nos primórdios da Idade Moderna rompe, em verdade, com o significado de desenvolvimento, tal como desvelamento e conhecimento da utilidade das leis da natureza com vistas a melhorias da vida humana. O rebatimento dessa ruptura na Geografia traduziu a visão materialista da oposição homem-meio, espírito-matéria, sujeito-objeto demarcado cientificamente por Descartes (1596-1650), no pragmatismo do pensamento positivista que, por sua vez, traduziu a natureza como algo exterior ao homem e, ainda, como um recurso com valor de uso e troca. A natureza é, pois, tida como um meio para se alcançar um fim, o desenvolvimento (RUSSELL, 1983).

No entanto, o desenvolvimento da sociedade, seja sob os aspectos qualitativos, quantitativos, estruturais e conjunturais, perpassa pela evolução da relação sociedade-natureza e, óbvio, o desenvolvimento não é equitativo e tampouco distributivo. A sociedade é a produtora de sua organização mostrando-se normatizada, estratificada e, conseqüentemente, apresenta-se heterogênea. Nesse contexto, é desnaturalizada posto que fornecedora de recursos cujo uso seja imbuído de valor e de conhecimento sobre seus processos, reservas, condições, limites, etc..

A compreensão da segunda natureza advinda do materialismo histórico elucidada o trabalho como elemento central na relação do homem com a natureza e principia um fecundo caminho de produção na Geografia. Para Marx (2004) o trabalho seria alienado uma vez que estaria separado do produtor – o trabalhador, como resultado do trabalho (leia-se produto realizado) e, como produção, ou seja, produz para os outros. A consequência desse processo resulta na alienação do próprio trabalhador, pois se é por meio

do trabalho que ele se realiza, sem o trabalho, ele deixa de ser o que é e perde sua essência. Dessa forma, ocorre o estranhamento do homem pelo homem e, como ele demonstra, ocorre a alienação para as demais pessoas. A segunda natureza, portanto desnaturalizada é fruto das relações sociais⁴.

A incorporação da sustentabilidade (substantivo) e do desenvolvimento sustentável (adjetivo) nos modelos teóricos e metodológicos da academia também provocou debates entre correntes de pensamento e uma significativa produção geográfica sobre delimitação de processos socioambientais, condições e limites do meio ambiente e da relação da sociedade com o seu meio. A demonstração de fatos novos, a complementação de conhecimentos sobre diversos temas e a relação entre fenômenos ambientais foram incorporadas na produção geográfica, tendo como marcos a realização das conferências mundiais sobre meio ambiente e direitos humanos (1972) e sobre o meio ambiente e desenvolvimento sustentável (1992), sendo essa, realizada no Brasil.

Não há como deixar de trazer o contexto mundial em que essas questões foram debatidas e estudadas nesse período sem pontuar a situação de exceção política vigente no Brasil. Vivenciávamos os direitos de expressão cassados pelo regime militar instalado desde 1964 e, a produção acadêmica direcionada para a implantação de polos de desenvolvimento regional em todas as áreas. Tal condução é explicitada, por exemplo, na posição de franca abertura ao “desenvolvimento a qualquer preço” dos delegados brasileiros na Reunião de 1972 e na propaganda do governo de Goiás pelo *slogan*: “Traga sua poluição para Goiás”. Isso demonstra nosso distanciamento com relação aos direitos humanos nos idos da década de 1970 com atitudes contrárias ao desenvolvimento humano e à qualidade de

4 A esse respeito ver também MARX; ENGELS (2003)

vida clamada pelos movimentos sociais e tão debatida nas academias. Por outro lado, a realização da conferência de 1992 no Rio de Janeiro – a Rio 92, coincidiu com a abertura política e foi muito importante como marco de avanços legais e institucionais de conservação de ambientes, de proteção de povos tradicionais como índios e quilombolas e, fundamentalmente, de defesa dos direitos humanos, com ênfase, nas crianças, nas mulheres e nas minorias.

O fato é que a realidade heterogênea passa a ser estudada (também) à luz da (in)sustentabilidade, estampando as diferenças e a pluralidade das sociedades em diferentes graus de *status* político, social, cultural, econômico, de reservas naturais, dentre outros. E, nos estudos que orientei nesses tempos pós Rio 92, na efervescência das discussões sobre sustentabilidade, destaco como referência e mantendo-me na Geografia, as contribuições de Milton Santos e Carlos Walter Porto Gonçalves.

Em Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional, Milton Santos (1994) levou-nos a questionar se a natureza coisificada, dominada, transformada e tecnicizada seria, ainda, considerada natural. Ele demonstrou que o que a natureza tem de natural é a inexorável condição de objeto de dominação, transformação e tecnicização. É interessante assinalar que em 1992, Milton Santos publica artigo intitulado “1992: a redescoberta da natureza”. Nele estão impressas a estrutura do livro acima referenciado, pois ele baliza que com a presença do homem sobre a terra, a Natureza está sempre sendo descoberta; discorre sobre a natureza amiga e a natureza hostil e afirma: “mediante a tecnociência, a natureza artificializada alcança seu estágio supremo onde a natureza e o homem tornam-se reciprocamente hostis”.

Nesse encadeamento, eu assinalava com ênfase aos meus orientandos os direcionamentos da última parte do artigo, lia-se suas considerações finais, com o subtítulo “a universidade e a

ordem atual das coisas”. O mestre Milton Santos adverte sobre as ameaças que as instituições de ensino e pesquisa comprometidas com a busca do conhecimento poderiam estar vivenciando frente à sobredeterminação do “cientismo”, ou seja, “num mundo em que o papel das tecnociências se torna avassalador”. Para ele, isso “ilustra os riscos que corremos, como a necessidade de, em todas as áreas dos saber, agir com heroísmo, se desejamos poder continuar a perseguir a verdade” (p.106).

O que está assinalado não é novo e tampouco revolucionário, pois como resultante, temos a consciência da alienação da investigação e da produção científica, bem como a inexorável condição da natureza como recurso a ser conhecido, explorado e dominado. E assim, permaneço insistente para com a lucidez, o discernimento, a imaginação e a criatividade como quem persevera em pensar nossa realidade de uma forma diferente.

Esse é o desafio de pensar de forma diferente e de afastar o “esquartejamento” do conhecimento (já tão compartimentado!), tal qual nos coloca Carlos Walter Porto Gonçalves em sua obra “Os (des) caminhos do meio ambiente” (1989). Nesse texto, ele nos presenteia com uma leitura da obra “La methode” de Edgard Morin e nos convida a reorganizar nossa forma de ver e interpretar a complexa relação sociedade-natureza.

À época dessa produção vivenciávamos uma crise nomeada de forma múltipla como crise econômica, crise populacional, crise política, crise ambiental, crise tecnológica, etc., que em todas as suas vertentes, foram tratadas e abordadas de maneira diferenciada sob perspectivas teóricas, éticas e políticas. Carlos Walter Porto Gonçalves reúne essas abordagens em sua obra, produz uma Geografia crítica com coerência e densidade teórica e metodologicamente propositiva. Para ele, infelizmente, a concepção atomístico-individualista do paradigma mecanicista concebeu a evolução tomando como princípio fundamental a

mutação genética. No entanto, a eco-evolução está marcada por inúmeras mutações ecológicas, isto é, reestruturações novas sob o efeito de perturbações a longo e a curto prazos: subversões, emersões, enrugamentos, elevações, erosões, migrações, tropicalizações, glaciações, desertificações, surgimento de novas espécies, dentre outras.

Ele explicita que a concepção atomizada da evolução tem como princípio de sobrevivência a seleção “natural” das espécies. E que não considera que essa seleção é inseparável duma integração ecossistêmica, pois “não vê que as condições de seleção se modificam em função da evolução dos ecossistemas que produz novas regras de integração e novos critérios de seleção (EDGAR MORIN, *apud* GONÇALVES, 1989, p. 71). Continua desvelando que são apenas retroações e novas interrelações que “selecionam” os indivíduos e as espécies. Estas, também, elegem ecossistemas como é o caso das migrações de pássaros e outros animais que se deslocam sazonalmente para outros ecossistemas. No dizer de Edgar Morin,

A exigência do outro é a dependência de si não só em relação ao outro, mas também em relação ao processo eco-organizacional, isto é, o plurianel onde o *autos* adquire e assume e assume a sua dupla identidade “egoísta” e a sua identidade ecológica. Onde, em suma, o “egoísmo” produz “generosidade”. Deste modo, toda autonomia é dependente [...] Em suma, é a aliança entre espontaneidade e não espontaneidade que permite a espontaneidade enriquecer-se e desenvolver-se (*idem*, p.72).

Essas colocações nos levam a considerar a comunhão de ideias de Milton Santos e Carlos Walter Porto Gonçalves (e Edgar Morin, 1981) no que se refere à necessidade de superar as duas concepções de natureza dominantes na sociedade ocidental: ou a natureza é o lugar onde todos lutam contra todos, onde impera a “lei

da selva” ou, a natureza é o lugar da bondade e da harmonia. Ora, a natureza não é nem um *caos*, nem tampouco um *cosmos* organizado. Ela é, na oportuna expressão de Edgar Morin um *caosmos*.

É nesse sentido que venho exercitando e procurando romper com o pensamento simplificador e excludente; que afirmo a complexidade como visão de mundo colocando sempre que pertinente e necessário (isto para afastar o pensar e agir simplificador e excludente), as seguintes questões: Qual natureza nos fornece meios (natural, social, político, etc.) como sustentáculo de nossa produção e reprodução enquanto seres biológicos e sociais? Pode ser uma questão básica e até primaria para alguns, mas jamais desnecessária para muitos. A permanente construção de que fala Edgar Morin deve assentar-se sobre relações homem-meio ou sociedade-natureza? Assim posta, estaríamos encadeando uma discussão semântica? O caminho seria, então, refletir e experienciar sobre as nuances do caráter destrutivo como colocado por Walter Benjamin⁵? Afinal, a natureza é o homem tomando consciência de si próprio⁶?

3. Territórios e territorialidades

Tudo que é sólido desmancha no ar.

Marshall Berman⁷

Retomamos o Quadro 2, inspirador desse subtítulo, para assinalar e ratificar o encadeamento e não, a distinção entre os con-

5 Como colocado na citação da sessão: “ o caráter destrutivo não vive do sentimento de que a vida vale a pena ser vivida e sim, de que o suicídio não compensa” BENJAMIN (1995, p. 237)

6 Elisée Reclus In: ANDRADE (1985)

7 Colocação de Karl Marx de que tudo que é sólido e estável se evapora, adaptado por BERMAN (1987)

juntos de palavras-chave. A preponderância numérica das categorias território, territorialidade e cultura dá-se como consequência da possibilidade de reviver a Geografia dos fenômenos humanos religando-a com a Geografia dos fenômenos físicos; em consequência das vivências e reflexões iniciadas nos idos de 1995 com o campo e o aguçamento do olhar para a realização da tese. É processo. É evolução. É encadeamento.

Entre a discussão do físico e do humano na Geografia é notório que a física quântica pôs por terra a noção de sólido, não dos elementos sólidos, mas das ideias sólidas! Ela sinalizou para um novo modelo embasado na existência de inter-relações, tornando impraticável entender o mundo e a natureza e a natureza das coisas pelos modelos de Descartes e Newton, em que o todo era o resultado/somatório das partes. Sua negação, ou melhor, não aceitação, não foi e ainda não é uma página virada na história da produção científica e, por esse motivo, tenho como demarcatórios de meu ritual de passagem um leque de autores filósofos, sociólogos, físicos, economistas, biólogos, historiadores e outros da literatura que foram e tem sido significativamente marcantes.

Nos anos que se aproximaram da virada do milênio alguns autores não geógrafos compareceram expressivos, instigando-nos geografizar em diálogos, compreensões e apreensões “do” e “com” o espaço social. São eles Martin Heidegger (2006), Leonardo Boff (1999), Enrique Leff (2000; 2001), Dominique Bourg (1993), Pascal Acot (1992), Fritjof Capra (2002), Umberto Eco (1995), Jose Saragamo (1995), Leonardo Victor (1996) Ignacy Sachs (1985, 2008).

Cada um deles e em associação a tantos outros, foram demarcatórios mas, em conjunto, possibilitaram-se incorporar à leitura do espaço sentimentos, significados e sentidos; à visão suceder olhar e enxergar; atentar ao cuidar e aos cuidados do observar ao teorizar; incorporar práxis aos conceitos; observar as práticas culturais dos lugares sem necessariamente generaliza-las; entender que singula-

ridade não é isolamento e sim caminho de teias e redes; desvelar conexões ocultas é também um exercício de método; que ser tão sertão e tão ribeirinho é tão significativo como ser-no-mundo⁸.

Abordar outras fontes, outras disciplinas e outros olhares é prazeroso, sobretudo quando nos apercebemos que a diversidade de olhares dos textos acarretam em humildade acadêmica, no sentido que Umberto Eco nos coloca com relação às intenções de quem lê ao se desbravar um texto, pois devemos buscar neles (nos textos) aquilo que o autor queria dizer; aquilo que ele diz, independentemente de suas intenções e, aquilo que o destinatário (ou seja, o leitor) encontra no que diz respeito aos seus próprios sistemas de significação, seus desejos, pulsões e arbítrios (1995, p. 6-7). Foi significativo, para mim, encontrar geógrafos nas referências, por exemplo, de Victor Leonardi e de Pascal Acot.

Victor Leonardi *op.cit.* traz nas tessituras de sua história nos sertões do Brasil, contribuições de Aziz Nacib Ab´Saber, Pierre Mombeig e Orlando Valverde de forma a alinhar os espaços geoeconômicos do Brasil. Já Pascal Acot introduz Alexander Von Humboldt (*Essai sur la géographie des plantes*, 1805; *Cosmos*, 1845), Karl Ritter (*Géographie générale comparée*, 1836) e Friedrich Ratzel (*Le sol, la société et l'état*, 1898), para contextualizar a história da ecologia com os enfoques de cada época (no caso, os geógrafos contribuíram na constituição/institucionalização da ecologia) e, ao término da obra, “costurar” com o pensamento de seu tempo, a década de 1990.

Para Pascal Acot, a história e o seu sentido é impregnada de métodos de pesquisa que refletem as teorias e, “teorização em história sempre se efetua num pano de fundo conceitual que utiliza a idéia de um sentido de história”. E, nesse sentido, ele assevera que

8 Aqui refiro-me especificamente sobre minhas entradas no sertão sergipano.

o limiar do século XXI mostra “os contornos extraordinariamente nítidos de uma aspiração comum a cada homem: existir como ser responsável no movimento histórico da sociedade” (p.181 e 192).

Movimento e tempo, movimento com o tempo; tempo e espaço... O que muda para se atestar uma mudança e o que muda para se observar uma transformação? Milton Santos publica em 2000 “Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal” e eu me pergunto, sempre, como ele estaria conduzindo hoje (2018/2019) a interpretação da “alucinante” compressão espaço-tempo? Em sala de aula eu o chamo (e clamo para a leitura de sua obra) de “papai”. Um dos motivos que eu o considero pai está a vontade de ler abordagens de outros autores em decorrência da leitura de seus textos.

Dentre os autores não geógrafos que acessei Fritjof Capra (2002), constituiu um encontro ímpar, aberto ao diálogo para que eu fortalecesse em mim o entendimento de uma Geografia plural e não dicotômica, de uma Geografia diversa e não apenas causalista⁹, distinta daquela que pautou minha formação e mais próxima da percepção de que os conceitos/categorias foram se alterando na história do pensamento. Em movimento, as categorias fundantes – espaço, região, paisagem, território e lugar, vem se mantendo iluminadas por diferentes métodos.

Em movimento, muitos autores foram acessados e outros revisitados com destaque para David Harvey (1992), Thomas Samuel Khun (1997), Zygmunt Bauman (2000); Boaventura de Souza Santos (1997), Eric Dardel ([1952, 1990], 2011)¹⁰; Livia de Oliveira

9 Com a leitura de Capra, destaco O ponto de mutação, A teia da vida e Conexões ocultas, fui instigada a ler Humberto Maturana e Francisco Varela (1987 com a produção de The tree of knowledge); Lyn Margulis (1997 autora de Microcosmos) e James Lovelock (1991, com a produção de Healing Gaia).

10 Primeiro acesso por uma cópia em francês, posteriormente pela tradução de Wether Holzer (2011).

(1977,1978); Maurice Merleau-Ponty (1996); Yi-Fu Tuan (1980, 1983). Com eles promoveram-se encontros, questionamentos, desvelamento de teorias e métodos da natureza e da sociedade.

As várias perspectivas, o sentido e valor da coerência teórico-metodológica sobredeterminam diálogos ríspidos entre esse ou aquele método. Afinal, esse ou aquele paradigma são fruto de consensos (Khun, 1997) que mesmo com revoluções, as dimensões biológicas e sociais apresentam padrão evolutivo em rede, o que talvez, tenha conduzido Capra (2002) a sinalizar para “Conexões ocultas” e a “inextrincável” ligação da teia da vida por redes complexas. É isso que Fritjof Capra afirma ao término do texto, tal como Pascal Acot *op. cit.* intitula o epílogo de sua obra de “o sentimento das coisas” e, tal como Milton Santos¹¹ observa a coexistência de dois sistemas em rota de coalisão: o sistema do mercado global que se reproduz pelo lucro, elevando a riqueza e o poder das elites e, o sistema das redes ecológicas de fluxos energéticos e materiais. Entretanto, Capra conclui:

[...]os valores humanos podem mudar; não são leis naturais [...] o grande desafio do século XXI é de mudança do sistema de valores que está por trás da economia global, de modo a torna-lo compatível com as exigências da dignidade humana e de sustentabilidade ecológica. Com efeito, vimos que esse processo de remodelação da globalização já começou (p. 268).

É nesse sentido que observo sua “busca” para a construção/formatação de uma nova teoria que seja capaz de explicar a realidade em curso, como apontada por Khun *op. cit.* Todavia, Capra é assertivo com relação ao sentido das coisas.

11 As “conexões” se mostram. O pensamento de Capra pode ser “lido” como próximo da ontologia do espaço de Milton Santos que distingue o espaço geográfico das relações cotidianas e horizontais do espaço vertical das relações financeiras globais.

Por outro lado, a teoria da complexidade também nos diz que esses pontos de instabilidade podem desencadear não uma mudança inovadora, mas um simples colapso das estruturas existentes. Nesse caso, qual a esperança que podemos ter para o futuro da humanidade? [...] Vaclav Havel transforma a pergunta numa meditação sobre a esperança em si: ‘compreendo-a acima de tudo como um estado da mente, não um estado do mundo [...] (a esperança) não é a convicção de que as coisas vão dar certo, mas a certeza de que as coisas têm sentido, como quer que venham a terminar’ (p.273).

Em busca, a compressão do tempo-espaço alcança Marshall Berman (1987) de que “tudo que é sólido desmancha no ar” e alcança o pensamento de Harvey (1992) para observar os rebatimentos espaciais ocasionados pela redução do tempo de giro do capital, assim como do tempo de produção. A solidez ou “modernidade pesada ou sólida” é substituída por uma “modernidade líquida” que, segundo Bauman (1999) faz com que o espaço perca o valor estratégico¹².

Ora, se se observa na esfera da produção econômica uma sobre-determinação do tempo, o significado do espaço adquire importância para as leituras e compreensões de fenômenos e atitudes decorrentes de intencionalidades, sentimentos, sentidos de poder, querer e pertencer. É portanto, na virada para o novo século que observamos os movimentos de identidade territorial traduzidos pela exposição e demarcação de territórios de hábitos, costumes e dialetos como um construto material, simbólico e político¹³. E, é nesse período que observo minha inflexão para a observação do espaço pela percepção do meio com Livia de Oliveira, Eric Dardel e

12 Em conexão David Harvey publica mais tarde, *Espaços de Esperança*, ainda instigado pelas mudanças e transformações espaciais.

13 Cita-se dentre as leituras e as vivências na França, as obras de Michel Foucault

Yi-fu Tuan *op. cit.*, pela experiência com Merleau-Ponty *op. cit.*, ou seja, pelas relações constitutivas e construtivas do território estabelecidas pelos atores sociais pois, “são eles (os atores sociais) que produzem o território partindo da realidade inicial dada, que é o espaço” (RAFFESTIN, 1993, p.7).

Foi, portanto, nos movimentos em que imperaram questionamentos, diálogos e buscas sobre a relação sociedade-natureza, sociedade e seu espaço que acordamos com Haesbaert (2005, p. 87), no que diz respeito à validade de conceitos e teorias somente quando se colocam como referentes a “uma determinada problemática, a uma questão”.

Assim, é pela paisagem que os espaços de vivência e convivência são observados com falas de lavadeiras, de ribeirinhos, de comunidades. O lugar é apreendido como fração do espaço com significação social dada pelo uso ou pelo trabalho ou ainda pelo sentimento de pertença. Os fenômenos estudados são desvelados principalmente, pela percepção que as pessoas (os sujeitos da pesquisa) pensam sobre seus lugares. Aqui uma ressalva de referência que de forma significativa perpassou discussões e metodologias dos estudos: o texto “Paisagem marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural de Augustin Berque (1998)¹⁴.

(1979), Paul Allières (1980) e Roger Brunet (1990); Carlos Rodrigues Brandão (1995); Robin George Collingwood (1986); Michel Collot (1986). Mais recente, estão presentes, Valter do Carmo Cruz (2007); Manoel Castells (2008); Paulo Cesar da Costa Gomes (2013); Benhur Pinós da Costa –org. (2010); Marcelo Lopes de Souza (2013); Rogerio Haesbaert (2016), dentre outros.

14 Augustin Berque é citado pela facilidade de absorção de seu construto, mas vale destacar a presença marcante na condução teórica metodológica, de Paul Claval (2002, 2003); Denis Cosgrove (1998, 2003); Joel Bonnemaïson (2002). Mais recente, a presença Eduardo Marandola Jr. com destaque para “Qual espaço do lugar”, (2014) em cuja terceira parte trás aproximações fenomenológicas e existências, com autores que discutem O pensamento do lugar em Heidegger (Ligia Saramago), Corporeidade e lugar (Eguimar Felício Chaveiro), Mundo e lugar (Wether Holzer) e, o seu artigo: Lugar enquanto circunstancialidade.

Para Berque (1998), a paisagem demonstra a relação entre espaço e natureza e, ao tecer crítica sobre a análise positivista da paisagem propõe um construto analítico que contempla a paisagem como uma relação coletiva que é operada e transformada pela sociedade e que pode ser estudada pelos desdobramentos conceituais de paisagem marca e de paisagem matriz. A primeira exprime a marca da civilização e a segunda constitui seus esquemas de percepção, de concepção e de ação, em síntese, a cultura. Este esquema é de grande valia para a análise que se propõe compreender sobre a paisagem e o sujeito que nela habita, opera e a transforma.

O território, as territorialidades, as identidades, as dimensões simbólicas, materiais e políticas são colocadas como categorias de análise dos estudos sobre manifestações e expressões culturais, com destaque para os fazeres artesanais, dentre eles a pesca em comunidades costeiras tradicionais, as festas populares, as manifestações e expressões que se ressignificam como as farinhadas, os maracatus, as cavalgadas; as identidades são observadas pela herança, por pertencer àquilo que dá sentido pela alteridade e até mesmo pelo devir.

O caminho metodológico desses, como da maioria dos estudos norteados pelas questões dos territórios, das territorialidades e das identidades é explicitado pela proximidade do sujeito com o objeto de estudo. O pesquisador se coloca como quem se propõe a estudar, delimita o que vai estudar e dá, assim, inteireza ao fenômeno estudado.

É fato que as territorialidades são abordadas pela ênfase ao conceito de lugar com encaixe à abordagem cultural/culturalista delimitada por Sposito (2005), mas também, pela compreensão expressa por Raffestin (*op. cit.* p. 47), de que os códigos culturais são atravessados pelos códigos econômicos e políticos, aportando nossos estudos na esfera da interpretação das sócio-espacialidades pela apropriação e produção do espaço nos assentamentos,

nos espaços urbanos tombados/preservados e, nos territórios da igreja católica produzidos pela apropriação social do espaço, leia-se, pela apropriação política, econômica e cultural¹⁵.

Como não retomar a noção de rizoma dada por Gilles Deleuze e Felix Guattari¹⁶ e deixar de acolher a interpretação de Rogério Haesbaert (2002) para tratar os agenciamentos formadores dos territórios expostos entre práticas tradicionais e movimentos emancipatórios de comunidades; entre o cotidiano e o devir dos produtores de barco de fogo?

Como discutir as identidades desconhecendo Clifford Geertz (1989), Maura Penna (1992) e Manuel Castells (1999)? Como pretender discuti-las pelo simbólico e pela pertença sem adentrar na produção de Maria Geralda de Almeida com os múltiplos entrelaçamentos de nossas geografias dos sertões e das festas?

Territórios do cotidiano, territórios das festas, territórios do devir...; muitos territórios tanto quanto são muitas as “prisões que os homens constroem para si”, como asseverado por Raffestin *op.cit.* Territórios que se constroem socialmente em tempos e espaços tão diferenciados e que se significam culturalmente pela imaterialidade, pelo simbolismo, pela pertença, pela percepção. As territorialidades, as multiterritorialidades acompanham os caminhos dos territórios conceitual e metodologicamente pelos textos que se desdobram em lugares e em paisagens, aproximando o leitor do vivido e da experiência do pesquisador com o que pesquisa: o que vê, o que olha e o que enxerga. Em movimento distinto das décadas anteriores, tenho dedicado (e sugerido) leituras de geógrafos brasileiros, mantendo a curiosidade e o interesse pela leitura

15 As produções recentes do grupo de pesquisa Sociedade e Cultura retratam essas abordagens. Ver VARGAS *et. al.* (2015); VARGAS; SANTOS (2018)

16 Ver em Mil Platôs – capitalismo e esquizofrenia vol. 1, “Introdução: rizoma”, tradução de Aurelio Guerra Neto (1995)

e compreensão do “outro”, no caso, uma Geografia brasileira que pulsa diversa.¹⁷

4. Considerações finais

O fechamento desse texto trás claras evidências de que a exposição das referências, das permanências e das ressignificações foi incompleta. Uma delas é a percepção de que fui mais explícita com o passado recente; que a década de 1990 tenha sido mais exposta, explicada e justificada do que as heranças, o presente e as perspectivas futuras. Se for possível ratificar ausências e sinalizações afirmando de que no momento dedico-me às leituras dos geógrafos brasileiros contemporâneos, peço compreensão aos mestres, colegas e discentes, por não tê-los inserido. Especialmente, peço compreensão aos meus orientandos por não ter introduzido seus textos o que me fez pensar numa coletânea, quiçá para a comemoração dos quarenta anos do Programa?!

Daí espera-se que o texto tenha sido apreendido pelas conjecturas – pelas evidências incompletas, pelas fundamentações subjetivas, pelas especulações e suposições expostas, pois fiz um exercício de tradução de caminhos e percursos geográficos em suas sínteses demarcatórias. Procurei trazer o que permanece no espaço, o que referenda o homem e seu meio e, o que ressignifica nosso olhar para o mundo.

Dentre as referências apercebe-se uma postura dialógica com o que aprendi e apreendi vivenciando o contexto acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal

17 Nesses novos tempos, destaco a leitura de COUTO (2003), LIMA (2014), LOPES (2014), MENEZES (2016), SILVA (2012, 2016); RODRIGUES (2017), ALMEIDA (2018); KOZEL (2018), CONCEIÇÃO (2017), MELO E SOUZA (2014), RAMOS FILHO (2016), SAQUET (2015), PORTO-GONÇALVES (2017).

de Sergipe, sem o qual os sentidos da Geografia não se enraizariam de maneira tão valorosa em meus caminhos. Permanece o sentido verdadeiro de que não se produz uníssono e de que não se revelam verdades, pois “a verdadeira filosofia é reaprender a ver o mundo” (Merleau-Ponty, 1996, p.19).

E, reaprendendo, mais do que conjecturas, expus os caminhos trilhados em sintonia com aproximações teórico-metodológicas em movimento com os de fora, os de dentro e os do entorno do Programa. Portanto, concentrei-me aqui no fazer geografia que permanece Geografia, nossas referências, permanências e ressignificações geográficas sob a parcialidade de um olhar que se faz e se refaz.

Referências

- ACOT, Pascal. **História da ecologia**. Rio de Janeiro: Campos, 1990.
- ALLIÈS, Paul. **L'invention du territoire**. Grenoble: Presses Universitaire de Grenoble, 1980.
- ALMEIDA, Maria Geralda de. **Geografia Cultural** - Um modo de ver. Goiânia: Gráfica UFG, 2018.
- ALMEIDA, Maria Geralda de. **Territórios de tradições e de festas** (org) Curitiba: Ed. UFPR, 2018.
- ANDRADE, Manuel Correia de (org.) **Elisée Reclus: Geografia**. São Paulo: Ática, 1985.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Tradução de Plínio Dentzein. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed. 1999.
- BENJAMIN, Walter. O caráter destrutivo. In: **Obras escolhidas II**. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORREA, Lobato; ROSENDAHL, Zeny. **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano, compaixão pela terra**. 10 ed. São Paulo: Vozes, 1999.

BONNEMAISON, Joel. Viagem em torno do território In: CORREA, R. Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (Org) **Geografia Cultural: um século**. Rio de Janeiro: Editora da Uerj, 2002, p.83-131.

BOURG, Dominique. **Les sentiments de la nature**. Paris: Ed. La Découverte. Collection Cahiers Libres, 1993.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A Partilha da Vida**. São Paulo: Geic/Cabral Editora, 1995.

BRUNET, Roger. **Le territoire dans les turbulences**. Montpellier: Géographiques Reclus, 1990.

CAPRA, Fritjof. **As conexões ocultas**. São Paulo: Cultrix, 2002.

CASTELLS, Manoel. **O poder da identidade**. Tradução Klauss B. Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CLAVAL, Paul. A volta do cultural na geografia In: **Mercator**, Revista de Geografia da UFC. ano 1, n. 1, 2002, p. 19-29.

CLAVAL, Paul. A contribuição francesa ao desenvolvimento da abordagem cultural na Geografia In: CORREA, R. L.; ROSENDAHL, Zeny. **Introdução à Geografia cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 147-166.

COLLINGWOOD, R. G. **Ciência e Filosofia: a ideia de natureza**. Lisboa: Presença, 1986.

COLLOT, Michel. Points de vue sur la perceptions des paysages In: **L'espace géographique** 15 (3), 1986, p. 211-217.

CONCEIÇÃO, Alexandrina L.. Produção do Espaço e Conflitos Territoriais: expropriação da terra e exploração da natureza. In: SUERTEGARAY, D. M. A.; SILVA, C. A. da; PIRES, C. L. Z.; PAULA, C. Q. de. (Org.). **Produção do Espaço e Conflitos Territoriais: expropriação da terra e exploração da natureza**. Rio de Janeiro: Consequências, 2017.

COSGROVE, Denis E. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas In: CORREA, R. Lobato; ROSENDAHL, Zeny. **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998.

COSGROVE, Denis E. Em direção a uma geografia cultural radical In: CORREA, R. L. ; ROSENDAHL, Zeny. **Introdução à Geografia cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 103-134.

CORREA, R. L. Denis Cosgrove – a paisagem e as imagens In: **Espaço e Cultura**, UERJ, Rio de Janeiro, n. 29, jan/jun, 2011, p. 7-21.

COSTA, Benhur P. da; PEREIRA, Silvia R.; SOUZA, Edson B. C. de. **Teorias e práticas territoriais: análises espaço-temporais**. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2010.

COUTO, Mia. **Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra**. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

CRUZ, Valter C. Itinerários teóricos sobre a relação entre território e identidade In: BEZERRA, A. C. A. et. Al. (org.) **Itinerários Geográficos**. Niterói (RJ):Euf., 2007, p.13-35.

DARDEL, Eric. [1952] L’homme et la Terre: nature de la réalité géographique, Éditions du CTHS, 1990. _____. HOLZER, Wether, **O homem e a natureza-** natureza da realidade geográfica. São Paulo: Perspectiva, 2011.

DELEUZE, F; GUATTARI, G. **Mil platôs – capitalismo e esquizofrenia**. Vol.1, Tradução (coord.) Ana Lucia de Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

ECO, Umberto. **Os limites da interpretação**. São Paulo: Perspectiva, 1995.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

GOMES, P. C. da C. **O Lugar do Olhar**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

HAESBAERT, Rogério. A desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari In: **Revista de Pós-graduação em Geografia da UFF**. V. 4, n.7, 2002.

HAESBAERT, Rogério. As armadilhas do território In **Território: modo de pensar e usar**. Fortaleza: UFC, 2016, p.19-41.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. Tradução Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Ed. Loyola, 1992.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. São Paulo: Vozes, 2006.

KAISER, Bernard. **La renaissance rurale – sociologie des campagnes du monde occidental**. Paris: Colins, 1990.

KOZEL, Salette. **Mapas mentais** – dialogismo e representações. Curitiba: Appis, 2018.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. 5 ed. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1997.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.

LEFF, Enrique. Saber ambiental. Petropolis (RJ):Vozes, 2000.

LEONARDI, Victor. **Entre árvores e esquecimentos**: história social nos sertões do Brasil. Brasília: Paralelo15/UNB, 1996.

LIMA, Ismar (org.) Etnodesenvolvimento e gestão territorial. Curitiba: Ed. CRV, 2014.

LOPES, J. Rogério. **Festas e religiosidades populares** - estudos antropológicos sobre agenciamentos, reflexividades e fluxos identitários. Porto Alegre: Cirkula, 2014.

MARANDOLA Jr., Eduardo; OLIVEIRA, Livia, HOLZER, Whether (org). **Qual espaço do lugar**. São Paulo: Perspectiva, 2014.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, K.; ENGELS, F. **O manifesto do partido comunista**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

MELO E SOUZA, Rosemeri. Vertentes Ideológicas de Apropriação dos Sentidos de Natureza no Discurso Ambientalista Brasileiro. In: MENDES, G.; Luna, J,N; SOARES, M, J, N. (Org.). **Diálogos Teóricos e Práticos com a Pesquisa**. São Paulo: Vila Rica, 2014.

MENEZES, Sônia; FAGUNDES, Rita; FAGUNDES, Andhressa. **Cultura, tradições e segurança alimentar** - comunidade de Sítio Alto, Simão Dias, Sergipe. Aracaju: J. Andrade, 2016.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MORIN, Edgard. **La methode**: t. 1, La nature de la nature. Paris: Seuil, 1981.

OLIVEIRA, Livia. Percepção da paisagem Geográfica: Piaget, Gibson e Tuan. Geografia, São Paulo, v.2, n.3, 1977.

OLIVEIRA, Livia. **Estudo metodológico e cognitivo do mapa**. São Paulo: Instituto de Geografia/USP, 1978.

PENA, Maura. **O que faz ser nordestino**: identidades sociais, interesses e o “escândalo” Erundina. São Paulo: Cortez, 1992.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. **Os (des) caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 1989.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia, encruzilhada civilizatória: tensões territoriais em curso**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva; MITIDIEIRO JUNIOR, Marco Antônio; SANTOS, Laiany R. S. (Org.). **Questão Agrária e Conflitos Territoriais**. São Paulo: Outras Expressões, 2016.

RELPH, Edward. As bases fenomenológicas da Geografia. **Geografia**, v.7, n.4, 1979, p. 1-25.

RODRIGUES, M. Fátima F. (org) **A terra que assegura a vida aos alimentos sem agrotóxicos**. Curitiba: Appis, 2017.

RODRIGUES, M. Fátima F. ; MARQUES, Amanda C. N. (org) **A Geografia dos povos tradicionais – marcos legais e construções sociais**. João Pessoa: Ed. UFPB, 2018.

RUSSELL, Bertrand. **História da filosofia ocidental**. 3 vol. Brasília; UNB, 1983.

SACHS, Ignacy. **Espaços, tempos e estratégias de desenvolvimento**. São Paulo: Vertice, 1986.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento – incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SANTOS, Milton. 1992: a redescoberta da natureza In: Estudos Avançados, v., 6, n. 14, São Paulo, Jan/abr, 1992, p. 95-106. Line version ISSN 1806-9592. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-401419920000100007>.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Record, 2000.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Por uma Geografia das Territorialidades e das Temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial**. 2 ed. Rio de Janeiro: Consequências, 2015.

SARAMAGO, José. Ensaio sobre a Cegueira. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

SILVA, J.B. da; SILVA, C. N. M.; DANTAS, E. W.C. (org) **Território: modo de pensar e usar**. Fortaleza: Ed. UFC, 2016.

SILVA, J. B. da. **França e a escola brasileira de Geografia: verso e reverso**. Fortaleza: Ed. UFC, 2012.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SOUZA SANTOS, Boaventura. **Pela mão de Alice**. 6. ed. Porto(Pt): Ed. Afrontamento, 1997.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar- a perspectiva da experiência**. Tradução Lívia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.

VARGAS, M. A. M.; DOURADO, A. M.; SANTOS, R. H. dos. **Práticas e vivências com a Geografia cultural**. Aracaju: Edise, 2015.

VARGAS, M. Augusta M.; SANTOS, Daniele L. **Tempos e espaços da pesquisa qualitativa**. Aracaju: Criação Editora, 2018.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento agrícola – uma visão histórica**. São Paulo: Hucitec, 1991.

PARTE 03

**PRODUÇÃO DO
ESPAÇO AGRÁRIO,
DINÂMICAS
TERRITORIAIS E
AMBIENTAIS**

Sônia de Souza Mendonça Menezes

1 Este artigo está fundamentado nas discussões da Dissertação de Mestrado intitulada: “Comida de casa, comida da escola; as contribuições do PNAE na preservação dos hábitos alimentares em Coruripe, Alagoas”, defendida em 28/02/2019, no Programa de Pós-Graduação em Geografia- PPGEO/UFS sob a orientação da Profa^a Dra Sônia de Souza Mendonça Menezes.

Em diferentes escalas espaciais e temporais, os grupos humanos diferenciam as práticas produtivas, as formas de conservação, preparação e degustação dos alimentos. Em outros termos, o ato de se alimentar, além de ser uma necessidade para a manutenção da vida, torna-se um imperativo que distingue os grupos humanos, uma vez que se trata de um elemento que perpassa as esferas sociocultural, histórica, econômica e política (ARNAIZ, 2005). Tal reflexão coaduna com a de Carneiro (2005, p. 72) ao afirmar que,

O costume alimentar pode revelar de uma civilização desde a sua eficiência produtiva e reprodutiva, na obtenção, conservação e transporte dos gêneros de primeira necessidade e os de luxo, até a natureza de suas representações políticas, religiosas e estéticas. Os critérios morais, a organização da vida cotidiana, o sistema de parentesco, os tabus religiosos, entre outros aspectos, podem estar relacionados com os costumes alimentares.

De acordo com o autor, isso implica afirmar que ao alimento é agregado valores culturais, de modo que os comensais se identificam e concebiam interações inter e intra grupos socioculturais, e, além de distinguir, a partilha dos alimentos classifica os comensais. Imbuídos desses valores, os alimentos transformam-se em comida (WOORTMANN, 1978), sendo a diferença entre essas categorias, o processo de transformação dos primeiros ao serem imbricados de valores culturais. Woortmann (1985, p. 1) acrescenta que “[...]em qualquer sociedade, os alimentos são, não apenas comidos, mas também pensados. Em outros termos, a comida possui um significado – ela ‘fala’ de algo mais que nutrientes”. Para o autor, a comida e a maneira de comer, revela o sujeito. Ela revela também o tempo e o espaço em que vivem os comensais, ou seja, ela configura uma linguagem.

O alimento é comum a todos os seres que se nutrem, porém, a comida, diferentemente, é comum àqueles capazes de diferencia-

rem-se dos outros animais por meio da cultura. Nesse sentido, o alimento está associado aos nutrientes, e a comida vincula-se às classificações referentes ao sabor, à sustança², às proibições, às datas comemorativas. Há comida para enfermo, criança, parturiente; comida que não pode ser misturada com outra, ou seja, a distinção entre essas duas categorias dá-se também na dimensão simbólica. Todavia, os hábitos alimentares não se limitam ao conjunto de valores e significados no campo cultural, mas incluem disponibilidade de alimentos e a estrutura social na qual os grupos humanos estão inseridos.

Socialmente, o homem se organiza de diferentes modos para a prática de produção, comercialização e consumo de comidas, o que envolve: o ato da comensalidade, as escolhas dos alimentos, suas classificações e maneiras diversas de degustá-los. Essas práticas, escolhas e classificações, expressam parte dos valores culturais de qualquer grupo social, como apresentado por Amon e Menasche (2008, p. 15).

A alimentação demanda atividades de seleção e combinação (de ingredientes, modos de preparo, costumes de ingestão, formas de descarte etc.), que manifestam escolhas que uma comunidade faz, concepções que um grupo social tem e, assim, expressam uma cultura. O que se come, com quem se come, quando, como e onde se come, são definidos na cultura.

As autoras ressaltam a comida e o ato de se alimentar configuram uma linguagem que pode ser utilizada para compreender as diferentes culturas, modos de vida. Assim, os sistemas produtivos, as maneiras de transformar e consumir os alimentos conformam

2 Esse termo refere-se à comida com valor nutritivo significativo, que dá vigor e que sacia por horas; coloquialmente sinônimo de comida forte.

territorialidades imbuídas na identidade territorial, uma vez que aprofundam as relações que se estabelecem entre o homem e o meio apropriado por ele, ou seja, um vínculo entre os seres humanos e a comida adquirida por meio da apropriação da terra é estabelecido, fortalecendo o sentimento de pertencimento ao território.

Mudanças sociais ocorridas nos diferentes tempos e espaços rebatem nos hábitos alimentares, dentre elas, a urbanização, a industrialização e a revolução verde. Esses acontecimentos históricos incentivaram a inserção da mulher no mercado de trabalho, provocaram a massificação dos alimentos industrializados e as facilidades em acessá-los. Além disso, os avanços nos meios de transportes, o aperfeiçoamento de técnicas de conservação e cocção, a invenção de utensílios domésticos também promoveram a inclusão de novos alimentos ao cotidiano dos grupos humanos e transformaram as relações entre comensais e entre estes com o próprio alimento (ORTIGOZA, 1997). Esses fatores, contribuíram para a formação de novos hábitos alimentares e/ou para a ressignificação dos já existentes.

As transformações advindas das inovações tecnológicas, característica da era globalizada, intensificam o intercâmbio cultural e a distribuição em escala planetária de alimentos, contribuindo para a padronização alimentar. Nessa conjuntura, os atores favorecidos são as corporações transnacionais que englobam o mercado de produção, circulação e consumo. A produção de alimentos tem alcançado elevados patamares, para o quê empregam tecnologia de ponta, máquinas, insumos químicos para corrigir o solo e combater pragas, etc. Nessa cadeia, os preços dos alimentos são estabelecidos com o propósito de angariar lucro. A circulação é realizada constantemente para todos os espaços, as redes de distribuição varejista dominam amplos territórios. No entanto, parte da população mundial permanece em condição de subnutridos, embora

a alimentação saudável seja um direito instituído desde 1948 na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Além da escassez de alimentos, o que provocou fome e desnutrição no início do século XX, a obesidade no final dos anos 1990 e outros problemas relativos ao consumo excessivo de alimentos industrializados tornaram-se preocupações nos meios acadêmico e político, culminando na criação do conceito de “segurança alimentar”. No Brasil, o direito à alimentação adequada foi incrementado nas políticas públicas de combate às desigualdades sociais, nas ações de segurança e soberania alimentar, atreladas aos ministérios da saúde e da educação.

As pesquisas ainda evidenciam que mesmo com o aumento da produção alimentar, a fome e a subnutrição permanecem, além da ampliação nos casos de obesidade, diabetes, hipertensão. Diante dessa conjuntura, pesquisadores de diversos campos científicos têm abordado com frequência a questão da soberania e segurança alimentar nutricional. Esses termos conjugaram ao longo das décadas, diretrizes que apresentam avanço no sentido das discussões sobre sistemas agroalimentares sustentáveis. Porém, conflitos são acirrados entre sistemas produtivos divergentes, sobretudo, entre aquele dito como hegemônico que produz em larga escala e com amplo alcance, mercadoria ou imitação de alimentos e aqueles produzidos em escalas locais ou regionais, principalmente advindos da agricultora familiar.

O termo “imitação de alimentos” é posto do lado contrário ao de “comida de verdade”. O primeiro, pautado naquilo que Ploeg (2008) faz referência ao tratar de alimentos que passam por drásticas transformações, tidos como “não-alimentos” e, sem nexos com lugares nem produtores, “não-produtos”. Por sua vez, “comida de verdade”, refere-se aos alimentos *in natura*, produzidos para abastecer mercados locais, considerados sustentáveis e mais próximos da pauta defendida pela soberania alimentar.

As reflexões traçadas neste artigo têm por objetivo compreender as mudanças que ocorrem ao longo dos anos, seja no campo da produção, armazenamento e distribuição de alimentos, seja no campo do consumo, a começar pelas escolhas na aquisição que perpassam as cozinhas e os momentos de comensalidade, e podem tanto valorizar hábitos alimentares locais quanto inserir novos alimentos aos hábitos já existentes.

1. Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional: reaproximação da produção e consumo da comida de “verdade”

A história da alimentação está intrinsecamente relacionada ao desenvolvimento socioeconômico e cultural da humanidade, e seu estudo serve para oferecer informações e reconstruir as especialidades de cada território em dado tempo (CARNEIRO, 2005). Ao longo de sua trajetória, o binômio produção/consumo foi considerado importante determinante das mudanças dos hábitos alimentares. Arrolados a ele, estão a disponibilidade de matéria-prima, a predisposição climática e do solo, o aumento da população, eventos marcantes na história da humanidade, como guerras e epidemias, e os avanços tecnológicos, dentre os quais podemos citar as melhorias dos meios de transporte e comunicação (ORTIGOZA, 2008).

Zaneti (2012) enfatiza que o sedentarismo do *Homo herectus* proporcionou saciedade das necessidades básicas para a sobrevivência da espécie, dentre elas a alimentação. Na Pré-História, antes do domínio da agricultura, os homens coletavam em bando o necessário para viver, como frutas, folhas e sementes. Contudo, com a prática agrícola sendo desenvolvida por meio da domesticação de animais e o cultivo de plantas, passou a fixar-se em determinados espaços. Seria essa uma das primeiras, senão a primeira, situação de mudança de hábitos alimentares dos seres humanos.

Na Antiguidade, período que se estende entre o início da agricultura até o século IV d.C., várias mudanças ocorreram em torno dos principais cultivares, influenciadas pelas características regionais, mas também pela evolução das técnicas de plantio, de seleção de sementes, da utilização de esterco para adubação e da técnica de pousio para o preparo do solo (BOARETTO, 2009). Nesse ínterim, percebe-se as distinções de hábitos alimentares, como assevera Zaneti (2012, p. 43), “[...] com o passar do tempo, na transição da pré-história à idade antiga, com a estruturação do homem em sociedade e territórios físicos e culturais, começou-se a perceber o início da cultura e tradição alimentar dos povos [...]”.

Do século V ao século XV, foram inúmeras as mudanças acerca da produção e do consumo alimentar em decorrência do crescimento da população mundial, ampliação das áreas urbanas, evolução de técnicas agropecuárias e conservação dos alimentos. Os movimentos migratórios proporcionaram intercâmbios de alimentos entre diversos territórios. No início da Idade Moderna (sec. XV – XVIII), a substituição do sistema de produção feudal pelo capitalista, a intensificação do comércio, o papel do Estado na formulação de regras para o abastecimento de alimentos e o intercâmbio comercial iniciado foram fatores que influenciaram de maneira direta a produção e a circulação de alimentos, e consequentemente provocaram mudanças nos hábitos alimentares (BOARETTO, 2009).

Em período posterior, durante a transição da primeira para segunda fase da Revolução Industrial, acentuou-se a acumulação de capital com a substituição de recursos como ferro, carvão e energia a vapor por aço, produtos químicos, eletricidade e petróleo, conformando o que Coca (2016)³ identificou como primeiro regi-

3 Baseando-se em autores como Holt Giménez; Shattuck (2011); Bernstein (2011); McMichael (2009).

me alimentar global. Esse regime ocorreu de 1870 a 1930 e caracterizou-se pelo controle europeu sobre o fluxo de alimentos ao importar das colônias produtos primários como carnes e trigo. Dessa maneira, as colônias permaneceram desempenhando função de produtoras de bens primários, tendo o poderio político-econômico limitado aos grandes proprietários de terras que as destinavam para monoculturas.

Na contemporaneidade, passados três quartos do século XX, a Revolução Verde, isto é, o pacote tecnológico revertido em tecnologias para o campo, como máquinas, fertilizantes e aditivos químicos, intensificou a produção de alimentos. Esse período coincide com o segundo regime alimentar global, que teve os EUA como protagonistas na elaboração do modelo de desenvolvimento para o campo (COCA, 2016). O discurso argumentativo para a mecanização do campo pautou-se na necessidade da produção em larga escala, suficiente para suprir a demanda populacional cada vez mais crescente, mas, como assevera Carneiro (2005), o aumento da produção não significa facilidade de acesso.

Os aumentos dos volumes de produção de grãos no mercado mundial não têm trazido um aumento da acessibilidade a esses alimentos por parte da maioria da população do planeta. A estranheza maior é o que mais choca a qualquer um que estude a história da alimentação humana certamente é o da subsistência da fome e da subnutrição nos dias atuais, em que a produção de alimentos é a maior de todos os tempos e os meios técnicos de transportá-los e conservá-los são os mais eficientes já conquistados (p.75).

Certamente, as inovações tecnológicas não alcançaram homogeneamente e a um só tempo todos os espaços do globo, embora os avanços implementados nos meios de transportes tenham permitido alcance planetário desses produtos. Entretanto, a produção

alimentar não é o cerne da problemática chamada fome, que continua a assolar parte significativa da população mundial. Apesar da massificação dos alimentos industrializados e da consequente redução de preços, a acessibilidade aos produtos não foi garantida para toda a população mundial, como apontou a autora. Segundo a FAO et al. (2018), uma em cada nove pessoas está subalimentada, e a projeção de 2017 foi de 821 milhões de indivíduos nessa condição. No contexto brasileiro, são cerca de 5 milhões de pessoas.

Esses dados reafirmam os estudos realizados por Josué de Castro (1984) na década de 1930, nos quais diagnosticou a fome e a subnutrição no Brasil e apontou questões socioculturais como entraves para tais problemáticas. Embora o relatório da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) tenha indicado as adversidades climáticas como principal fator da vulnerabilidade para insegurança alimentar no período 2016-2017 (FAO et al, 2018), podemos pressupor que os impactos iniciados com a Revolução Verde, como o desemprego no campo devido à substituição do trabalho manual pelo uso de máquinas e a apropriação de terras de pequenos produtores, frente à necessidade de concentração de terras para produção de monoculturas que fornecem matérias-primas para produção de alimentos ultra processados, tenham influenciado na permanência da fome e subnutrição no país.

Segundo Coca (2016) o terceiro regime alimentar global teve marco inicial em 1980 e vigora atualmente. Chamado de regime alimentar corporativista, apresenta como uma de suas características a internacionalização do mercado mundial de alimentos perante o neoliberalismo. Isso significa dizer que, além da influência dos organismos internacionais, como a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário internacional (FMI), que legitimam, por meio de ações regulatórias, a ideologia do Estado mínimo, grandes corporações como a de processadores alimentícios, como a Nestlé, empresas de insumos,

como a Monsanto, comerciantes de *commodities*, como a Cargill, e varejistas, como o Wal-Mart, assumem o controle da produção e circulação dos produtos alimentícios. De acordo com o referido autor,

Um dos principais resultados dessa crescente influência das grandes corporações varejistas no mercado de alimentos tem sido a padronização da dieta alimentar em escala mundial. Com isso, o terceiro regime alimentar tem se caracterizado pela substituição dos produtos in natura por produtos processados, os quais são ricos em gorduras, carboidratos, açúcares e sódios. (COCA, 2016, p. 45)

O consumo exacerbado de gorduras e carboidratos possibilitados pela indústria alimentar moderna tem provocado problemas como obesidade, diabetes e hipertensão. Hernández (2005), enfatiza que a produção hiperespecializada de alimentos contribuiu para redução da variedade das dietas alimentares regionais, ocorrendo a homogeneização do padrão do consumo com ênfase em alimentos ricos em gorduras e açúcares. Além da praticidade, o preço, constitui um dos fatores que influenciam na escolha por alimentos que contribuem para tais enfermidades. Por ser menos custosos, mais baratos em relação aos alimentos nutritivos e frescos, as famílias com renda escassa os elegem para compor o cardápio (FAO et al, 2018).

Roberts (2009), ao analisar a produção alimentar em escala mundial em *O Fim dos Alimentos*, além de associar a ingestão de alimentos que conformam a dieta moderna aos problemas de saúde, também relaciona o uso de tecnologias que asseguram a produtividade à degradação dos sistemas naturais de produção. A preocupação que o autor expõe em relação à demanda alimentar das futuras gerações é pertinente, uma vez que a massificação dos alimentos industrializados, além de não aniquilar a fome no mundo, corrobora com outros problemas sociais e com a degradação ambiental. As florestas são alvos de ações predatórias, os solos e

as águas são contaminadas, direitos trabalhistas, sufocados, trabalhadores e alimentos, envenenados. Com o agravante de que parte da produção se torna biocombustível.

Chamando de pacote agroquímico, Bombardi (2017) associa o aumento do uso dos agrotóxicos à transformação de alguns alimentos (cana, milho e soja) em combustíveis que, além de reduzir a diversificação alimentar, são cultivares que ocupam grandes extensões de terras. Estes e outros problemas, configuram o que Brandão (1981, p.153) chamou de “combinações inadequadas entre pessoas com a natureza em prol do modelo alimentar hegemônico” que, além de não estar destinado à alimentação propriamente dito, promove a fragilidade e a asfixia de sistemas alimentares baseados em técnicas de cultivo e manejo do solo mais eficazes no sentido da produção de alimentos para autoconsumo e para abastecimento de cadeias curtas de comercialização.

A continuidade do quadro esboçado por Josué de Castro ainda nas primeiras décadas do século XX, afora os demais problemas citados, têm sido argumentos para se buscar alternativas. Certamente, a demanda real não é por produção de alimentos, mas por oportunidades de acessar alimentação saudável e pelo direito à Soberania e à Segurança alimentar.

Em 1990, o conceito de segurança alimentar emerge nas discussões sobre a problemática da fome e subnutrição, finalmente tida como problema social causado pela maneira desigual de distribuição de renda, como ressaltou Josué de Castro décadas antes. Dessa forma, os governos teriam de tratá-la sob a égide do artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, elaborar e implementar políticas públicas que assegurassem o acesso da população ao alimento.

Conforme mostrou Jalil (2009) numa revisão do histórico do termo segurança alimentar, a diminuição dos estoques mundiais de alimentos e elevação nos preços desses produtos, foram fatores que acirraram as desigualdades sociais ao longo das décadas, dian-

te disso, a FAO organizou a Conferência Mundial sobre Alimentação em 1974, da qual resultou na Declaração Universal sobre Erradicação da Fome e Desnutrição, um consenso sobre a necessidade de assegurar a disponibilidade de alimentos suficiente para toda a população mundial, porém o foco permaneceu na quantidade e controle da estabilidade dos preços, isso convergiu com o discurso do paradigma da Revolução Verde, sobre o aumento da produção com o objetivo de combater a fome.

A partir da década de 1980 o conceito incorporou ao debate questões de saúde, qualidade, cultura e ambiental. Esse passo foi importante no sentido de garantia da sobrevivência das populações (STEDILE; CARVALHO, 2011), mas insuficiente para resolver os problemas gerados pelo sistema alimentar dominante. Em contraposição, 1996, lança-se mão do conceito de soberania alimentar, reivindicado pela Via Campesina⁴, no contexto da Cúpula Mundial sobre a Alimentação (CMA), realizada em Roma pela FAO (BELIK, 2003; STEDILE, CARVALHO, 2011). A soberania alimentar diz respeito à autonomia que os povos (agricultores familiares, indígenas, quilombolas, pescadores, extrativistas) devem ter ao definir e organizarem seus sistemas de produção, de modo a garantir o respeito a suas culturas e bens da natureza (FAO, OPAS, 2017).

4 A Via Campesina é uma rede internacional de movimentos sociais que data de 1993 e que despontou como ator transnacional significativo em 1996, durante a Assembleia Global sobre Segurança Alimentar (AGFA), realizada pela FAO, em Quebec, Canadá, tendo conquistado a atenção do público em geral, durante o antológico encontro da OMC realizado em Seattle, em 1999. (DESMARAIS, 2003a; EDELMAN, 2003). A estrutura atual da rede de movimentos sociais está subdividida em oito diferentes regiões, assim: África, América do Norte, América do Sul, leste e sudeste da Ásia, Sul da Ásia, América Central, Cuba-Caribe e Europa. Atualmente, a Via Campesina, congrega 182 organizações, 81 países e mais de 200 milhões de camponeses. Dentre estes constam pequenos proprietários, sem-terra, pastores, indígenas, mulheres e despejados por barragens. No Brasil, a Via é composta pela Comissão Pastoral da Terra (CPT); Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB); Movimento de Atingidos por Barragens (MAB); Movimento de Mulheres Camponesas (MMC); Movimento de Pequenos Agricultores (MPA); Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Pastoral da Juventude Rural (PJR). (<https://viacampesina.org/en/who-are-we>, acesso em maio/2019).

Importante ressaltar que a proposta da soberania alimentar surge no seio das demandas criadas e mantidas pelo sistema hegemônico de produção, mas, são sentidas pelos grupos sociais mais vulneráveis. Está associada a políticas públicas que devem ser implementadas em escala local, com os agricultores familiares, indígenas, pescadores sendo estes, os sujeitos protagonistas no processo de transformação. No modelo proposta a alcançar pela soberania alimentar, o alimento é tido como um direito humano, não como uma mercadoria.

Novas discussões nos campos político, econômico, socioambiental e cultural começam a surgir em torno da alimentação saudável e de qualidade, provenientes de sistemas produtivos locais e regionais alternativos. Em parte, essas discussões são motivadas pelos problemas que a produção e a ingestão de alimentos industrializados têm provocado à saúde e ao meio ambiente. Para Triches e Werkhausen (2017), trata-se de mudança de paradigma que se revela contra o movimento da chamada padronização alimentar.

No passado, a comida era o resultado de trocas adequadas entre pessoas e entre elas com a natureza. No entanto, a relação atual entre produção e consumo, produtor e consumidor é marcada por desconfiança. O produtor não reconhece nem a si e nem o fruto do seu trabalho no alimento que produz. Por seu turno, o consumidor, não raro, desconhece a composição do alimento que, até chegar à mesa, percorre longos caminhos. Dessa maneira, o alimento perde valor identitário e deixa de ser elemento que conforma territorialidades dos grupos humanos. Ploeg (2008) disserta sobre impérios alimentares e assevera que parte do que consumimos como alimentos são na verdade “imitação” ou “não-produto”.

No mundo criado e estruturado pelos impérios alimentares, tudo perde sua identidade. Os produtos alimentícios já não são produzidos num determinado lugar, por determinadas

pessoas, num determinado momento e depois levados através de circuitos mais ou menos conhecidos, ou pelo menos que podem se conhecer, até aos consumidores. Os alimentos estão se tornando numa espécie de “não-produtos”, cuja origem já não importa, nem tão pouco sua viagem ao longo do tempo e do espaço (PLOEG, 2008, p. 127).

Os nexos estranhos promovidos pela produção massiva de alimentos em prol da geração de lucro para empresas nacionais e transnacionais solapam hábitos alimentares locais e fragilizam a relação entre a comida e a identidade cultural de determinado grupo social, distanciando-os. Dessa maneira, a comida desconectada do território onde foi produzida e do seu produtor simboliza não-lugares, torna-se destituída de identidade e deixa de fazer parte das territorialidades locais (PLOEG, 2008). Percorrer o caminho contrário com o intuito de redescobrir as origens dos alimentos e revalorizar quem os produzem nos direciona à reconexão entre produção e consumo, como asseveram Menache (2010) e Rau (2016).

Reconectar implica em valorizar hábitos alimentares que constituem a identidade cultural e territorial dos grupos sociais, é saborear o tomate plantado e colhido no quintal em vez de usar molhos e temperos prontos comprados em supermercados. É importante frisar, como o fez Rau (2016), que esse retorno ao passado não se configura em abandonar tecnologias modernas, mas reduzir as distâncias entre a produção e o consumo de alimentos.

Evidencia-se conflitos envolvendo alimentos produzidos em escala local, aqueles oriundos da produção dos agricultores familiares e os alimentos industrializados especialmente projetados para gerar lucros às corporações que dominam esse mercado. Os primeiros tendem a fortalecer a relação entre o homem e seu território, uma vez que o vínculo que o ser humano estabelece com

ele (o território) se dá por meio da tríade terra-trabalho-comida (WOORTMANN, 1978). Os segundos provocam um distanciamento entre os comensais e suas raízes culturais, identitárias, enfraquecendo o vínculo com a terra.

Os agricultores familiares produzem para sustentar a família, a produção representa um modo de vida, a comida posta à mesa torna-se o elo entre a família e a terra, conformando o território, utiliza-se dos saberes adquirido de gerações passadas para o fazer cotidiano no campo. Por sua vez, a produção do agronegócio, agroexportadora, vinculada às grandes corporações, não produzem comida, produzem alimentos destituído de identidade, produzem mercadorias.

Ao estudar as relações identitárias e territoriais estabelecidas na produção de alimentos por agricultores familiares no Sertão Sergipano, Menezes (2009) corrobora essa perspectiva. Para a autora, a produção tradicional de queijos ajusta-se aos valores arraigados na cultura local e regional e legitimam material e simbolicamente o território dos sertanejos ante a expansão da produção industrializada. Podemos associar essas relações à produção familiar de alimentos, que se confirma em territorialidade, resiste diante da padronização dos alimentos e continua enraizada nos hábitos alimentares das comunidades.

De acordo com Canesqui (2005, p. 36), os alimentos representam no interior de cada grupo, aspectos econômicos, religiosos, geográficos e de saúde. Para a autora “o modo de alimentar sempre ultrapassa o ato de comer em si e se articula com outras dimensões sociais e com a identidade”. Assim, podemos afirmar que os hábitos alimentares são reflexos das relações entre o sujeito e o ambiente, ou seja, são territorialidades que conformam o território. A influência mútua entre território e identidade sinaliza a dinâmica inerente às suas construções que se dão por meio das territorialidades. Almeida (2017, p. 7) define territorialidade como

“[...] conjuntos de práticas cotidianas – sociais, econômicas e culturais – e de relações simbólicas e materiais que são estabelecidas entre sujeitos e o território”.

As mudanças que ocorrem ao longo dos anos, seja no campo da produção, armazenamento e distribuição de alimentos, seja no campo do consumo, a começar pelas escolhas na aquisição, perpassam as cozinhas e os momentos de comensalidade, e podem tanto valorizar hábitos alimentares locais quanto inserir novos alimentos aos hábitos já existentes. Posto isso, e segundo Almeida (2008), o território apresenta uma diversidade de combinações possíveis advindas das experiências individuais e coletivas que manifestam na sociedade, inclusive os hábitos alimentares, tema a ser discutido na sequência.

2. Hábitos alimentares: territorialidade que permanece, resiste, ressignifica ou transforma-se?

Os hábitos, dentre eles os alimentares, constituem parte integrante de todo um sistema socialmente construído por meio de territorialidades praticadas ao longo de uma trajetória histórica de determinado grupo social. São compostos por estilos, escolhas e gostos que são internalizados e incorporados por indivíduos, consciente e inconscientemente, diante de diversos condicionantes que configuram um território, ou seja, são resultantes daquilo que Bourdieu (2007) define como *habitus*⁵.

5 Bourdieu (1989) define *habitus* como sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, isto é, como princípio que gera e estrutura as práticas e as representações que podem ser objetivamente ‘regulamentadas’ e ‘reguladas’ sem que por isso sejam o produto da obediência de regras, objetivamente adaptadas a um fim. O autor retoma esse conceito para destacar o caráter criador, ativo e inventivo que os agentes (indivíduos) têm sobre o *habitus*, que está sempre em construção e é “um sistema de disposição aberto, que é incessantemente confrontado por experiências novas e, assim, incessantemente afetado por elas” (BOURDIEU, 1992, p. 108).

O *habitus* é produto das relações humanas e se estrutura, ou seja, se orienta para estruturar (orientar) as práticas futuras. Como princípio gerador das práticas culturais, ou seja, como produto e produtor dessas práticas, distingue os grupos humanos. Todavia, para ser constituído tem-se em consideração, dentre outros, o capital cultural herdado pela família e aquele transmitido no seio das instituições sociais, dentre elas, a escola.

Como expressão simbólica do *habitus*, o gosto ou as preferências manifestadas por meio das práticas de consumo estão na origem dos sistemas de classificações que distinguem o mundo social e cria estilos de vida, produtos sistemáticos do *habitus*. Estes são produzidos em condições diferentes de existência (BOURDIEU, 2007), pressupondo sistemas de diferenciação em que afirmam as identidades sociais. Setton (2002, p.61) defende que é possível compreender, por meio da concepção de *habitus*, como as identidades sociais se estabelecem por ser este “[...] uma matriz cultural que predispõe os indivíduos a fazerem suas escolhas”.

Segundo Woortmann (2013), essa matriz se apresenta como uma via de mão dupla por viabilizar interações entre indivíduos e o corpo social, ou seja, as instituições sociais interferem nos processos de internalização dos hábitos, assim como os sujeitos individualmente, influenciam a sociedade, criam novas demandas. Dessa feita, assevera Woortmann (2013, p. 20), “conjugando a tradição e a modernidade, o *habitus* forma os hábitos”.

O primeiro termo, *habitus*, assegura uma continuidade de práticas inculcadas em grupos de indivíduos que as herdam e as transferem em forma de saber, conhecimento, para novas gerações que, ao internalizá-las, as põe em prática alterando-as ou ressignificando-as sob novas influências. Isso quer dizer que, ao mesmo tempo em que o sistema de disposições traz em si um princípio de continuidade e regularidade, também apresenta um princípio de transformação, ressignificação.

Por sua vez, os hábitos, nesse caso os alimentares, estão inseridos em um conjunto de práticas e valores simbólicos expressos não só naquilo que é consumido habitualmente, mas envolve de maneira geral o que Klaas Woortmann (1978, p. 42) assevera nos seguintes termos: “[...] Hábitos alimentares dependem, de um lado [...] da produção de alimentos e a possibilidade de consumir alimentos em função da posição de indivíduos e grupos no processo produtivo”. Ou seja, da disponibilidade dos alimentos e das condições de acessá-los que pode ser direto da natureza (extração, plantio, criação) ou por meio do mercado (aquisição pela compra ou troca). O autor acrescenta que a constituição de hábitos alimentares

[...] varia de cultura a cultura precisamente por ser a alimentação um fenômeno cultural. Hábitos alimentares possuem conteúdos simbólicos e cognitivos, relativos a classificações sociais, à percepção do organismo humano e das relações entre este e as substâncias ingeridas. Dependem, então de critérios classificatórios, a começar pela própria definição de “alimento” (WOORTMANN, 1978, p. 42).

É importante frisar que a conformação de escolhas, referências e classificações que orientam os hábitos alimentares não se dá espontaneamente, e não se trata de regras predeterminadas de um jogo, porque são construções históricas em um campo de disputas de valores e julgamentos e refletem diferentes pontos de vista – aqueles que permanecem como mais adequados à coletividade, resultado de um consenso, tornam-se dominantes e são naturalizados, incorporados, até que sejam confrontados por novos valores e julgamentos. Para Ortiz (1983, p. 24), esse consenso se fundamenta “no desconhecimento, pelos agentes, de que o mundo social é um espaço de conflitos, de concorrência entre grupos com interesses distintos”.

A conformação das disposições que orientam as preferências (gostos) e as práticas que constituem material e simbolicamente as marcas que os grupos humanos imprimem no território são engendradas por instituições como a família e a escola que, segundo Pellerano e Gimenes-Minasse (2015), representam interesses individuais e coletivos. Porém, é mister considerar que essas instituições, mesmo tradicionais, estão inseridas em contextos marcados pela modernidade.

Nenhuma prática social se estabelece fora de um plano espacial, advoga-se que o mesmo princípio diferenciador que influencia as identidades sociais imprime sua marca na produção de espaços que também são diferenciados, por serem apropriações de grupos de indivíduos que apresentam determinado *habitus*. Em correlação direta com as práticas sociais que passam permanentemente pelo crivo das permanências e rupturas e por estar permeado de relações de poder (conflitivas e consensuais), esse plano espacial torna-se território.

O território é produto resultante das vivências (práticas) numa dimensão material, mas também das preferências (gostos), baseados em valores, crenças, classificações, numa dimensão subjetiva, simbólica. Em certa medida, os hábitos alimentares, desde os sistemas produtivos até o consumo mediado pela comensalidade, são exemplificações dessa afirmativa.

Assim, tipos de alimentos classificados como próprios para consumo, as maneiras de prepará-los, os horários das refeições, os momentos especiais de comensalidade, as restrições alimentares etc. também conformam territorialidades, ou seja, conjuntos de práticas particulares a cada grupo que formam seus hábitos alimentares que, por sua vez, representam as dimensões material e simbólica atribuídas aos alimentos e à culinária de dado território.

O território se constitui nas práticas alicerçadas e ressignificadas pelos grupos sociais. Mais que isso, ele é percebido por meio

do sentimento de pertencer a ele. Outrossim, é reconhecido como produto das relações historicamente estabelecidas entre homens e seus espaços vividos. Tais espaços são demarcados por elementos representativos que constituem quadros culturais e identitários dos grupos humanos. Novamente, salienta-se que hábitos alimentares são definidos aqui para além de ingestão repetitiva de alimentos em atendimento às necessidades nutricionais. Comungamos das ideias de Klotz-Silva, Prado e Seixas (2017, p. 1077), que, ancorados em Bourdieu, afirmam que “por meio da produção e do consumo de alimentos, sempre simbolizados, pessoas e sociedades julgam e são julgadas por si mesmas e pelo outro, e nessas práticas materializam-se também valores sobre si e sobre outrem”. Logo, questiona-se: quem legitima esses julgamentos, quem classifica os alimentos como comestíveis, quem lhes atribui valor de troca? Pensar em quem pode ou não julgar, classificar, valorizar nos direciona para as relações de poder que circundam todas as instâncias da sociedade e se materializam no discurso.

As distinções socioculturais refletidas nos hábitos alimentares expressam anseios, crenças, afetos, carências, constrangimentos entre grupos coletivos quando estes produzem e/ou consomem a comida que lhes representa culturalmente. A comida, tem a função diferenciadora que sinaliza as relações de poder entre grupos ou classes sociais, mas também entre indivíduos pertencentes ao mesmo grupo, uma vez que refletem as estruturas sociais assentadas na acumulação de capital (material e simbólico) (BOURDIEU, 1989). Em outras palavras, os hábitos alimentares marcam as fronteiras entre grupos sociais, indicando suas diferenças, porém, podem ser alterados, ao passo que um alimento pode ser inserido ou excluído, ou seu juízo de valor, modificado.

Uma exemplificação para a proposição acima é o caso da carne bovina como um elemento diferenciador de classes sociais (MENEZES, 2013). Um senhor, pescador, morador de uma comu-

nidade de pescadores, ao relatar sua história de vida, assegurou que décadas atrás, se alguém comprasse um quilo de carne com osso (considerada carne de segunda), teria que explicar para o patrão de onde saíra o dinheiro, pois pobre não tinha o “direito” de consumi-la. Por sua vez, comia-se peixe em todas as refeições, um alimento vulgarizado, pois todos ali podiam consumir – porque serem pescadores. Nessas circunstâncias, a carne representava status, pois na comunidade de pescadores, quem a consumia se diferenciava dentro o grupo a que pertencia, e se assemelhava àquele considerado superior. Atualmente, o discurso pautado na medicina atribui ao peixe a chancela de alimento saudável, que passa a ser consumido inclusive por pessoas das diferentes classes sociais. Assim, o peixe valorizou-se e tomou em determinados lugares o posto da carne, que se popularizou e perdeu em alguns territórios parte do valor que tinha outrora.

Entre os grupos sociais, o consumo de carne bovina já não reflete tamanha diferenciação por estar mais acessível, e o consumo, popularizado. Contudo, na referida comunidade de pescadores, esse alimento ainda é um objeto de distinção entre os indivíduos, por ser o peixe consumido cotidianamente. Além da carne, as tipificações de pesca (pesca individual ou coletiva), do pescado (peixe de primeira ou de segunda) e a maneira de adquiri-lo (peixe pescado ou comprado) também atendem à função de distinção. As relações estabelecidas nesse espaço vivido, nesse território, são ancoradas por meio dessas diferenciações e valores que refletem as relações de poder.

Diante do exemplo, podemos perceber que essas relações modificam-se ao longo do tempo. Nesse caso, a mudança se deu por questões de condições de acesso à carne, que por sua vez está relacionada ao poder de compra. Portanto, concordamos com Klaas Woortmann (1978) e concluímos que a condição de acesso aos alimentos é uma variável que influencia o valor atribuído ao ali-

mento e ao comensal e tende a caracterizar determinado hábito alimentar.

Nas sociedades rurais, onde os hábitos alimentares se estabelecem associados à produção de alimentos para autoconsumo, é comum produtos alimentícios oriundos de outros territórios serem objeto de desejo. Logo, esses alimentos são valorizados, e o seu consumo, relacionado à posse de recursos financeiros. Portanto, o alimento diferente daqueles consumidos cotidianamente distingue as pessoas das comunidades, ou seja, o intercâmbio alimentar pode provocar alteração de hábitos alimentares, o que se percebe é que as alterações acontecem, assim como se observa a resistência de hábitos alimentares que estão arraigados e servem como âncoras à manutenção da identidade territorial.

Nessa inversão de valores relacionadas ao consumo dos alimentos obtidos por meio da compra, constatamos o avanço dos produtos industrializados representados pelos *fast foods*, no seu movimento crescente de se apropriar de espaços antes pertencentes aos alimentos tradicionais locais ou regionais, que ocupam as mesas das famílias em todos os continentes (DEMETERCO 2015). Porém, para além de ocupar as mesas, esse movimento de apropriação envolve todo o processo de produção e circulação desses alimentos, a começar pelas transformações que ocorreram no espaço rural em um contexto de produção direcionada ao mercado global iniciado com a chamada Revolução Verde.

Montanari (2008) aponta as mudanças ocorridas com o advento da indústria alimentícia, e o afastamento entre o processo de produção e o consumidor incute a necessidade do reconhecimento do alimento tradicional como meio de identificar-se diante da mundialização da alimentação, ao território e ao grupo ao qual pertence.

3. Reflexões finais

As transformações advindas das inovações tecnológicas, característica da era globalizada, intensificam o intercâmbio cultural e a distribuição em escala planetária dos alimentos industrializados, contribuindo para a padronização alimentar. Nessa conjuntura, os atores favorecidos são as corporações nacionais e transnacionais que englobam o mercado de produção, circulação e consumo alimentar.

A produção de alimentos tem alcançado elevados patamares, para o quê, empregam tecnologia de ponta, máquinas, insumos químicos para corrigir o solo e combater pragas, etc. Nessa cadeia, os preços dos alimentos são estabelecidos com o propósito de angariar lucro. A circulação é realizada constantemente para todos os espaços, as redes de distribuição varejista dominam amplos territórios. No entanto, parte da população mundial permanece em condição de subnutridos, embora a alimentação saudável seja um direito instituído desde 1948 na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Além da escassez de alimentos ou a dificuldade de acessá-los, o que provoca fome e subnutrição, atualmente, outros problemas de saúde como a obesidade e a hipertensão relativos ao consumo excessivo de alimentos industrializados, assim como problemas ambientais relativos aos sistemas produtivos intensivos, tornaram-se preocupações nos meios acadêmico e político.

Neste contexto, a respeito da soberania e segurança alimentar nutricional faz-se necessário estruturar as discussões a partir da literatura que retrate as dimensões das relações interestaduais e o debate nos territórios fundamentados na lógica capitalista alicerçada nos discursos da promoção da produção de alimentos em decorrência da demanda do mercado consumidor. Assegura-se que a expansão da produção de produtos alimentícios, proporcionaria a erradicação da fome, e, a inserção do paradigma

da Revolução Verde, o aumento da oferta de alimentos, contudo, constata-se que essa lógica produtivista estabelecida pelo citado paradigma não erradicou a fome, mas, concentrou o domínio das corporações nas diferentes escalas e, modificou as formas de produção, circulação e os hábitos alimentares.

Referências

ALMEIDA, Maria Geralda de. Uma leitura etnográfica do Brasil sertanejo. In: SERPA, A., org. **Espaços culturais**: vivências, imaginações e representações [online]. Salvador: EDUFBA, 2008, pp. 313-336. ISBN 978- 85-232-1189-9. Available from SciELO Books

ALMEIDA, Maria Geralda de. Para além das crenças sobre alimentos, comidas e sabores da natureza. **Mercator**, Fortaleza, v. 16, e16006, 2017.

AMON, Denise; MENASCHE, Renata. Comida como Narrativa da Memória Social. **Revista Sociedade e Cultura**, v.11, n.1, jan/jun. 2008, pp. 13-21.

ARNAIZ, Mabel Garcia. Em direção a uma Nova Ordem Alimentar? In: CANESQUI, ANA Maria e GARCIA, Rosa Wanda Diez (org). **Antropologia e nutrição: um diálogo possível** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de atenção à saúde. Departamento de atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2. ed. Brasília, Ministério da Saúde, 2014.

BELIK, Walter. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Saúde e Sociedade** v.12, n.1, p.12-20, jan-jun 2003.

BOARETTO, Antonio Enedi. A evolução da população mundial, da oferta de alimentos e das ciências agrárias. **Revista Ceres**. Vol. 56(4), pp.513-526, 2009.

BOMBARDI, Larissa Mies. **Geografia do uso de agrotóxicos no Brasil e conexões com a União Europeia**. São Paulo, FFLCH – UPS, 2017.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Editora Bertrand Brasil, 1989.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Plantar, colher, comer**: um, estudo sobre o campesinato goiano. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.

CANESQUI, Ana Maria; GARCIA, Rosa Wanda Diez. Uma Introdução à Reflexão sobre a Abordagem Sociocultural da Alimentação. In: CANESQUI, Ana Maria; GARCIA, Rosa Wanda Diez (orgs). **Antropologia e nutrição: um diálogo possível** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005. ISBN 857541-055-5.

CARNEIRO, Henrique S. Comida e sociedade: significados sociais na história da alimentação. In: **História: questões & debates**, Curitiba, n. 42, p. 71-80, 2005. Editora UFPR.

CASTRO, Josué (1908-1973). Geografia da fome o dilema brasileiro: pão ou aço. Rio de Janeiro. Edições Antares, 10ª ed. Revisada. 1984.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **A soberania alimentar através do Estado e da sociedade civil: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no Brasil e a rede Farm to Cafeteria Canada (F2CC), no Canadá**. Tese (Doutorado em Geografia), FTC Unesp - Presidente Prudente, 2016.

DEMETERCO, Solange Maria da Silva. Sabor e saber: livros de cozinha, arte culinária e hábitos alimentares. Curitiba: 1902 – 1950. **Rev. História Helikon**, Curitiba, v.2, n.4, p.62-77, 2º semestre/2015.

FAO, FIDA, UNICEF, PMA y OMS. 2018. **El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo**. Fomentando la resiliencia climática en aras de la seguridad alimentaria y la nutrición. FAO, Roma, 2018.

JALIL, Laeticia Medeiros. **Mulheres e soberania alimentar: a luta para a transformação do meio rural brasileiro**. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, UFRRJ 2009. 198 f.

KLOTZ-SILVA, Juliana, PRADO, Shirley Donizete e SEIXAS, Cristiane Marques. A força do “hábito alimentar”: referências conceituais para o campo da Alimentação e Nutrição. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 27 [4], 2017.

MENASCHE, Renata. Campo e cidade, comida e imaginário: Percepções do rural à mesa. **RURIS**, vol. 3 nº 2, ago, 2009 – fev 2010.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. **A força dos laços de proximidade na tradição e inovação no/do Território Sergipano das Fabriquetas de Queijo**. 2009. 359f. Tese (Doutorado em Geografia) – Núcleo de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2009.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. Comida de ontem, comida de hoje. O que mudou na alimentação das comunidades tradicionais sertanejas? **OLAM – Ciência e Tecnologia** –, Ano 13, v. 1, n. 2, p.31-58, jul/dez. 2013.

MONTANARI, Massimo. **Comida como cultura**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008.

ORTIGOZA, Silvia Aparecida Guarnieri. O fast food e a mundialização do gosto. **Cadernos de Debate**, UNICAMP. Vol. V / 1997 p.21-45.

ORTIGOZA, Silvia Aparecida Guarnieri. Alimentação e saúde: as novas relações espaço-tempo e suas implicações nos hábitos de consumo de alimentos. **Revista RA'E GA**, Curitiba, n. 15, p. 83-93, 2008. Editora UFPR.

ORTIZ, Renata. **Pierre Bourdieu: Sociologia**. Tradução: Paula Monteiro e Alicia Auzmendi. São Paulo, Ática, 1983.

PELLERANO, Joana Angélica e GIMENES-MINASSE, Maria Henriqueta Sperandio Garcia Gimenes-Minasse. “Low carb, high fat”: comensalidade e sociabilidade em tempos de dietas restritivas. **Demetra**: 10 (3), 2015, p 493-506.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e impérios alimentares lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Tradução Rita Pereira. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

RAU, Raquel. **Modos de comer, modos de viver: um olhar sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar e suas interfaces com a cultura e o desenvolvimento local a partir de famílias rurais pomeranas de São Lourenço do Sul**. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas. UFRGS.2016, 194p.

ROBERTS. PAUL. **O fim dos Alimentos**. Tradução Ana Gibson. Rio de Janeiro, Elsevier, 2009.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**, Nº 20, 2002

STEDILE, João Pedro; CARVALHO, Horácio Martins de. Soberania Alimentar: Uma Necessidade dos Povos. **Portal EcoDebate**, 2011. Disponível em www.ecodebate.com.br. Acesso em dezembro de 2018.

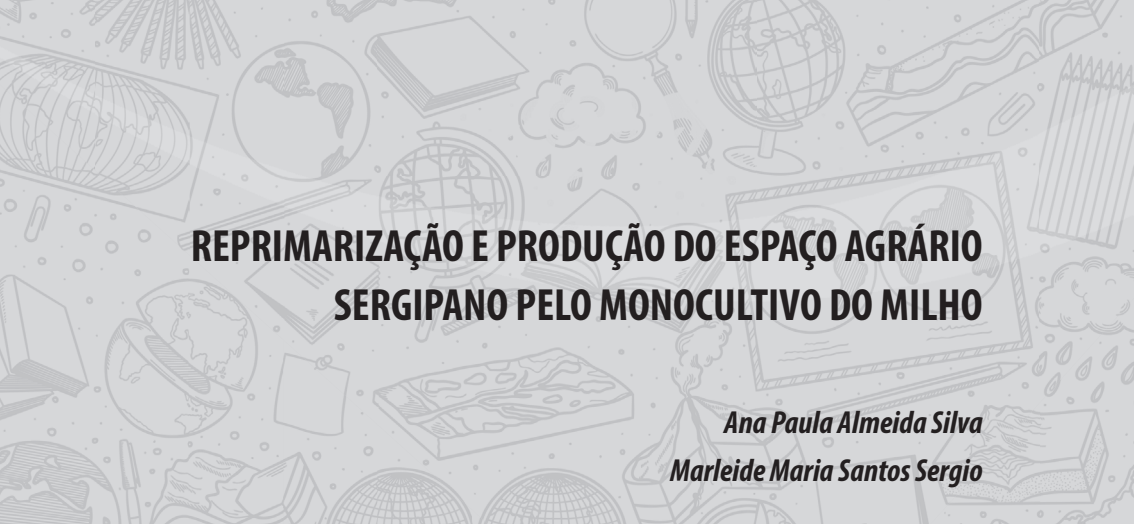
TRICHES, Rozane Márcia e WERKHAUSEN, Angélica. O Programa de Alimentação Escolar como política de valorização da cultura alimentar. In: MENEZES, Sonia de Souza Mendonça e Cruz, Fabiana Thomé da (orgs). **Estreitando o diálogo entre alimentos, tradição, cultura e consumo**. São Cristóvão: Editora UFS, 2017, 220p.

WOORTMANN, K. **Hábitos e ideologia alimentares em grupos de baixa renda**. Relatório final de pesquisa. Brasília: Universidade de Brasília, 1978. (Mimeo)

WOORTMANN, K. **A comida, a família e a construção do gênero feminino**. Série Antropologia n° 50. Brasília-DF, 1985.

WOORTMANN, E. Fensterseifer. Comida como Linguagem. In **Habitus**: Revista do Instituto de Pré-História e Antropologia da PUC de Goiás. Goiânia, vol. 11, n° 1. jan/jun 2013.

ZANETI, Tainá Bacellar. **Das panelas das nossas avós aos restaurantes de alta gastronomia**: os processos sociais de valorização de produtos agroalimentares tradicionais. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília, 2012, 176 p.



REPRIMARIZAÇÃO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO SERGIPANO PELO MONOCULTIVO DO MILHO

Ana Paula Almeida Silva

Marleide Maria Santos Sergio

1. Introdução

As relações de produção que se desdobram no espaço agrário brasileiro podem ser entendidas a partir do *Ornitorrinco* refletido na obra de Francisco de Oliveira. A evolução das técnicas produtivas, aprofundou as desigualdades no campo, assumindo um caráter irracional na produção da natureza.

Esse processo decorre das relações de acumulação capitalista no campo, que mesmo com as tentativas na busca pelo desenvolvimento econômico, baseadas em um modelo produtivo que se reflete como moderno, o exemplo do agronegócio, ainda mantém as relações assimétricas primitivas, concernentes ao atraso, um processo que possui intrinsecamente uma má formação em sua estrutura. O documentário *À Sombra de um Delírio Verde* mostra as formas primitivas o qual estão inseridas a agricultura moder-

na no campo brasileiro; de um lado as extensas áreas de terras dominadas pelo monocultivo da cana-de-açúcar, concomitante a submissão do território de vida das populações nativas, marginalizadas à reserva de mão de obra pauperizada. Esta realidade singulariza a continuidade do padrão primitivo de acumulação permeado da máscara do moderno, simulacro do agronegócio, e as relações de produção territorializadas no espaço agrário brasileiro contemporâneo.

A produção da natureza corresponde a complexidade do capital e suas relações de dominação e expropriação. Deste modo, o campo brasileiro em particular é subserviente a acumulação de capital. Por isso, a produção do espaço se realiza mediante a materialização das formas e conteúdos espaciais inerentes a este fenômeno histórico. Os novos processos que se configuram no espaço agrário, devem ser compreendidos na escala de geração de mais-valor. Por certo, a forma de desenvolvimento hegemônico, o agronegócio, domina as esferas de produção no campo, vinculadas aos grupos que possuem poder econômico.

As relações de desenvolvimento e os conteúdos atrelados à relação sociedade natureza, produzem novas metamorfoses na produção do espaço agrário. Nos últimos anos o avanço do agronegócio na construção de novos territórios, via escalada do capital no campo, aprofundou a exploração da natureza. A especialização produtiva em commodities, a uniformização dos cultivos pela predominância de monoculturas, promove a tendência à reprimarização da economia brasileira nos primeiros anos do século XXI. De modo que, o avanço do capital sobre as relações de produção do espaço agrário concentra terras, subordina a produção camponesa, submete os recursos naturais com maior intensidade a égide hegemônica do capital na construção das teias necessárias à sua circulação.

Este panorama de avanço das relações capitalistas de produção, se estende por todo o território brasileiro. Em Sergipe o estado tem viabilizado as condições para o avanço do capital por meio de políticas públicas sobre a atividade agropecuária. Os novos investimentos pautados na especialização produtiva dos principais cultivos agrícolas consubstancia a tendência a uma forma de desenvolvimento econômico direcionada ao agronegócio. Assim, as principais culturas que recebem investimentos são a cana-de-açúcar, a laranja e a produção de milho.

Nesta locomotiva de investimentos direcionados à reprodução do capital mediante o financiamento do Estado, é sobretudo na produção de milho que repercute os maiores desdobramentos no cenário produtivo agrário. Esta cultura se alarga pelas terras de alguns municípios sergipanos, compreendendo a maior área plantada por um monocultivo no estado. A produção de milho desenvolve-se assim em grandes, médias e pequenas propriedades de terras sendo produzida com intenso uso do pacote de agroquímicos e se territorializa formando uma mancha produtiva sobre o espaço. Esse movimento de expansão concentra-se nas áreas do Oeste sergipano, nos municípios de Carira, Simão Dias, Frei Paulo e Pinhão bem como, avança em direção ao Centro Sul e para as áreas do Sertão, sobretudo no município de Nossa Senhora da Glória.

Sergipe assim, nos últimos anos assume expressão no contexto de produção de milho no Nordeste. Segundo os levantamentos do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE), em 2018, ocorreu uma elevação na produção de milho nessa região, especialmente no estado de Sergipe, onde registrou-se um crescimento de 462, 9%, sendo o estado onde houve maior crescimento na referida região. Desse modo, o avanço do monocultivo do milho assume centralidade para a compreensão das vicissitudes que estão intrínsecas à territorialização desse cultivo agrícola,

que se espacializa no campo sergipano, consubstanciando as relações produtivas formatadas no âmbito do agronegócio¹.

Neste contexto, ao se espacializar pelo Sertão do estado o monocultivo do milho é fundamentado mediante a retórica do desenvolvimento rural como uma forma de promover a modernização das relações de produção no espaço agrário, constituindo uma aposta a superação da pobreza. Assevera-se que o processo de produção de milho modifica as relações socioespaciais dos sujeitos com a terra, inserindo novos elementos pautados na lógica agrícola de mercado que se estabelecem por meio do discurso de desenvolvimento econômico.

Por isto, as reflexões tecidas neste trabalho se propõem a entender a produção do espaço, via o movimento de reprimarização da economia, com acentuação da tendência a especialização produtiva de monocultivos no campo, apresentando as dinâmicas inseridas no contexto de produção do espaço agrário de Sergipe, com a territorialização da produção de milho nas áreas do Sertão a exemplo do município de Nossa Senhora da Glória, SE. As discussões e análises, partem de pesquisa bibliográfica, trabalhos de campo, leitura de textos, fichamentos em livros, dissertações, teses, artigos.

2. Produção do espaço e reprimarização da economia

As transformações nas formas e conteúdos espaciais, consubstanciam a produção do espaço que se realiza em um movimento contínuo na relação sociedade natureza. As reconfigurações e

1 Refere-se a uma cadeia produtiva associada a formação de uma empresa agropecuária, que controla todo o processo produtivo, da produção a comercialização. Campos (2011) analisa que o agronegócio deve ser compreendido como uma complexa articulação de capitais direta e indiretamente vinculados com os processos produtivos agropecuários, que se consolidam no contexto neoliberal sob a hegemonia de grupos multinacionais em aliança com o latifúndio e o Estado.

dinâmicas relacionadas ao espaço agrário compreendem as vicissitudes do capital em sua expansão pelo espaço geográfico. De forma que, o campo e suas relações de produção são produzidos pelos determinantes econômicos, políticos e sociais, fundados na sociabilidade capitalista.

Por isto, “o espaço como produção emerge da história da relação do homem com a natureza, processo no qual o homem se produz como ser genérico numa natureza apropriada e condição de nova produção” (CARLOS, 2011, p. 64). Para a autora o espaço é uma realidade real, concreta, possui materialidade e representação. Lefebvre (2006, p. 39) teoriza que “a prática espacial de uma sociedade secreta seu espaço; ela o põe e o supõe, numa interação dialética: ela o produz lenta e seguramente, dominando-o e dele se apropriando”. Assim, para se analisar a prática espacial de uma sociedade se descobre decifrando seu espaço. Na concepção do autor o espaço é dialético, produto, produtor, suporte das relações econômicas e sociais, sendo resultado das forças produtivas.

Desse modo, a sociedade produz o espaço, se apropria, ou seja, organiza para seus fins. Smith (1984, p. 130) conceitua o espaço geográfico como “a totalidade das relações espaciais organizadas, num grau maior ou menor dentro de padrões identificáveis, que adequadamente constituem a expressão da estrutura e do desenvolvimento do modo de produção”. Assim, o espaço geográfico é resultado das forças produtivas que definem as práticas sociais dos sujeitos.

Nesse contexto, as atividades de produção sobre o espaço estão relacionadas a um tempo histórico, o qual é determinado pelas condições materiais desenvolvidas pelos homens. “A produção se define com características comuns em diferentes épocas, fundadas em relações reais que se desenvolvem no bojo de um movimento real e, em cada momento dessa história, em suas particularidades” (CARLOS, 2011, p. 28). Também nesse sentido, Smith (1984, p. 70)

destaca que a produção, “é a relação material básica entre os seres humanos e a natureza”. O processo de evolução agrícola, faz parte dessa relação de transformação da natureza pelo homem, sendo vários os momentos de modificações que os processos ligados à produção da terra sofreram.

Foi aos poucos que as sociedades desenvolveram habilidades, aperfeiçoaram instrumentos que permitiram realizar a domesticação de plantas e o cultivo dos primeiros alimentos mediante a aplicação de novos conhecimentos técnicos que modificaram as relações sociais no trato com a terra. E dessa forma, lentamente construiu-se novas dimensões materiais no espaço de acordo com a evolução técnica estabelecida em cada modo de produção. Neste movimento, a produção do espaço se faz a partir de rupturas, de transformações que contribuem para a materialização de formas e conteúdos necessários aos interesses de cada sociedade em seu processo de produção/ reprodução.

Assim, a produção do espaço agrário em sua historicidade agrega as práticas sociais dos sujeitos em seu processo de transformação da natureza, que se apresenta em um movimento crescente de desenvolvimento das forças produtivas e aperfeiçoamento técnico. Na atualidade as técnicas agrícolas, aplicadas ao cultivo dos solos para a produção de alimentos, necessários a reprodução da sociedade, estão sujeitas à submissão dos processos inerentes à geração de mais- valor, ou seja, de riquezas. Nessa conjuntura, o campo enquanto espaço de produção de alimentos assume o fundamento da mercadoria que transforma consigo os sentidos da produção determinada pelo mercado.

Nesta análise a produção do espaço é entendida pela totalidade, cujo objetivo é desvelar a essência, materializada nos fenômenos inerentes a concretude do espaço produzido, pela monocultura do milho e as relações socioespaciais estabelecidas concernentes aos interesses do capital. Assim, o campo brasileiro tem agregado

dinâmicas produtivas que aumentam a vulnerabilidade externa diante do padrão de inserção comercial baseado na produção de produtos de baixa intensidade tecnológica.

A acentuação da produção de bens primários, em algumas economias, estão relacionadas ao fenômeno da reprimarização, pausada no incremento da produtividade e na especialização agrícola de produtos primários. Entende-se nestas reflexões que o contexto de reprimarização das economias é a continuidade da prática imperialista, para acumulação de mais-valor, compreendendo o circuito de reprodução do capital em seu movimento histórico.

A mercantilização da natureza de forma mais intensa e acelerada tornou-se fundamental para acumulação de riquezas, sobretudo nas áreas subdesenvolvidas a exemplo da América Latina. Ressalta-se que o processo de exploração dos recursos como a terra neste espaço perpassa diferentes ciclos econômicos da acumulação capitalista. Esses ciclos estão imersos nas entrelinhas da dominação e exploração exercida mediante o sistema primário agroexportador. A intensificação da produção de matérias-primas, produtos de baixo valor agregado nos países periféricos², em detrimento de produtos industriais na atualidade, é conceituada como reprimarização. Esta dinâmica é uma reconfiguração das condições de acumulação, processo em movimento desde as formas primitivas de constituição do capital.

As relações socioespaciais engendradas no âmbito da agricultura dos países em desenvolvimento, situa-se nas formas históricas e desiguais de exploração do capital. Permanece a estrutura do modelo de produção agroexportador construída a partir de fundamentos como: monocultura, trabalho escravo e plantation. Esta forma de produção se desenvolveu no contexto da colonização

2 Utiliza-se esta denominação para se referir aos países que ainda não alcançaram as condições econômicas, sociais do grupo de países denominados de desenvolvidos.

européia, sendo estruturada nos liames das relações assimétricas, processo necessário à reprodução do capital. Sabe-se que o modelo de produção agroexportador está intrínseco à formação do modo de produção capitalista, sendo primordial a construção das relações desiguais necessárias nos territórios colonizados para o enriquecimento das metrópoles através da apropriação de riquezas minerais e matérias- primas.

[...] a formação de colônias, no período de vigorosa expansão capitalista, é um componente estrutural, mediante o qual os espaços assim conquistados transformaram-se na reserva de “acumulação primitiva” do sistema, que vai contribuir seja diretamente para a acumulação, mediante a apropriação do excedente produzido nas colônias, seja pela oferta de produtos primários, que vai contribuir para baixar o custo relativo de reprodução da força de trabalho (OLIVEIRA, 2008, p. 109).

Assim, o processo de formação territorial dos países periféricos em sua grande maioria está alicerçado na imposição de transferência geográfica de valor, que para Moraes (2000), é possibilitada pela espacialidade diferencial necessária à reprodução ampliada do sistema na economia- mundo capitalista. Prada Alcoreza (2012, p. 158) afirma que:

Los países de la periferia del sistema capitalista son convertidos en reserva de recursos naturales, productores y exportadores de materias primas. La división internacional del trabajo les asigna esta tarea, reduciéndolos a países que transfieren valores, que constantemente sufren de des- acumulación relativa y de despojamiento de sus recursos naturales y económicos, debido a la constante reaparición de la acumulación originaria de capital de la potencia hegemónica.

Assim, a transferência geográfica de valor, a partir de produtos primários a exemplo de matérias - primas, compreende uma relação histórica dos espaços desiguais construídos pelo capital, que são continuamente aprofundados pela Divisão Internacional do Trabalho - DIT, mantendo a base das economias denominadas de periféricas no cenário econômico mundial como produtoras e exportadoras de bens primários. Oliveira (2008) analisa que os países não industriais do sistema, continuará por muito tempo dentro da divisão do trabalho o papel de produtor de matérias-primas e produtos agrícolas. Para Moraes (2000, p. 47) “A economia mundo capitalista sempre operou com a distinção complementar e hierárquica de funções entre áreas, com os mecanismos de intercâmbio desigual entre espaços constituindo um elemento essencial de alimentação da expansão de sua gênese”. O autor discute, que a desigualdade geográfica básica opera, inicialmente por meio da especialização produtiva dos lugares com certas funções e relações algumas estritas ao centro e outras direcionadas à periferia. Essa dinâmica faz parte das entrelinhas do modelo agroexportador que em seu movimento reformula-se para atender o desenvolvimento desigual inerente ao capital.

Nesse contexto, a reprimarização, compreende um novo ciclo de acumulação que se realiza no cenário atual das economias de base agrárias. Guilherme Delgado (2010) situa que é nos anos 2000, que ocorrerá o boom das commodities no Brasil. Entre as razões para este movimento está o crescimento do mercado chinês, além de um conjunto de políticas internas que vai proporcionar um relançamento de uma peculiar estratégia de acumulação na agropecuária, o agronegócio. Este estímulo vai partir pelo crédito rural, concomitante a valorização do preço das terras. Nas reflexões do autor a inserção primária promove a exacerbada valorização da renda fundiária, pressão sobre a superexploração dos recursos naturais e do trabalho humano. Assim, a especialização primária

gera como rebatimentos no espaço agrário a concentração de terras diante dos interesses monopolistas de grupos econômicos e a alta valorização da renda decorrente do retorno rápido de ganhos com a especialização na produção de determinados produtos.

Nas palavras de Delgado (2010, p. 121) há uma dupla pressão por obtenção de ganhos de produtividade com recursos naturais.

De um lado a incorporação de novas áreas ao espaço econômico explorado, atual e potencialmente. Nestes novos territórios, a expansão agrícola se inicia adotando pacote tecnológico pré-existente, e exercendo um consumo crescente de recursos naturais como solos, água, biodiversidade, florestas nativas, luminosidade, condições climáticas. De outro lado, nas zonas de agricultura já consolidada, haverá certamente pressão crescente por aumento de produtividade do trabalho mediante intensificação do pacote tecnológico agroquímico, com consequências ambientais também predatórias sobre o meio ambiente.

Entende-se assim, que este modelo de desenvolvimento agrário, cuja, pauta é a especialização primária, gera diversos desdobramentos nas relações de produção no campo. O crescimento das áreas de terras destinadas às monoculturas, e a difusão de pacotes tecnológicos, são formas agressivas impostas à natureza de forma acelerada, o que resulta em problemas como a exploração do trabalho humano nestas áreas, além dos impactos de cunho ambiental, os quais se aprofundam com a utilização em demasia de insumos químicos nas culturas agrícolas. Com isso, ocorre um comprometimento da própria reprodução da natureza e do homem, diante das estratégias agrícolas ligadas a especialização produtiva primária.

Medeiros (2016) considera que o processo de reprimarização obedece a demanda internacional por produtos primários, aliada

a uma política econômica nacional que beneficia a instauração desmedida de capital estrangeiro e o favorecimento de pequenos grupos oligárquicos. O autor analisa que esse processo “aprofunda o extrativismo, a degradação ambiental, a flexibilização das normas ambientais e aumento de conflitos entre o investimento em infraestrutura e as sociedades tradicionais, sob a prerrogativa de um modelo de crescimento sustentável” (p. 12).

Desse modo, a tendência de exportação de produtos primários crescente, beneficia diretamente os que detêm o monopólio financeiro e o controle biotecnológico como bancos e corporações. Ao mesmo tempo que gera divisas a curto prazo, a especialização produtiva em bens primários torna-se um limite ao desenvolvimento. Favareto (2017) argumenta sobre as consequências indesejadas da especialização em exportação de commodities que envolve aspectos produtivos e relativos à estrutura das classes sociais, mesmo com o caráter atrativo de se obter rendas a curto prazo.

Assim, ocorre uma acentuação na dependência com a produção de produtos primários, se aprofundando as relações de trocas assimétricas no mercado mundial. Este processo se configura em toda a América Latina, onde os países tendem a exportar cada vez mais produtos de origem primária. Isto compreende o processo de transferência de riquezas que se aprofunda no contexto da DIT na sociedade capitalista atual. Neste contexto, a reprimarização da economia coaduna ao avanço do agronegócio no campo brasileiro. Este é controlado por grupos econômicos, latifundiários que detêm a posse do poder econômico; compreende uma ideologia veiculada nas mídias aparecendo como solução de desenvolvimento econômico para o país. Por certo, o agronegócio representa a perspectiva de uma classe, a burguesia agrária. Esta constrói diferentes discursos a respeito deste modelo de produção agrícola, a exemplo de promover o desenvolvimento, a produção de alimentos, o avanço tecnológico.

Com isso, o agronegócio se torna o modelo de desenvolvimento predominante no campo brasileiro. Mendonça (2010, p. 192), argumenta que este modelo não é novo, tendo sua origem no sistema de plantation, com a presença de grandes propriedades utilizadas na produção para exportação, passando por diferentes fases ao longo da acumulação capitalista no Brasil, “esse modelo passou por adaptações e modificações tecnológicas, aumentando a produtividade e intensificando a exploração da terra e dos trabalhadores”.

Deste modo, ao avançar no campo brasileiro, o agronegócio tem como fundamento a injustiça nas relações que impõem a produção do espaço agrário. A injustiça se estabelece na concentração de terras, exploração de trabalho, expropriação de populações, saberes, envenenamento da natureza, mortes no campo. Outrossim, o agronegócio se caracteriza pela insustentabilidade, desigualdades, que se formam nos mais diferentes contextos diante de sua concretude, direcionada à reprodução de capital.

3. A submissão do cultivo do milho ao capital em Sergipe

As relações de produção no espaço agrário sergipano tem passado por constantes metamorfoses nos últimos anos relacionadas à territorialização do capital³ sob determinadas produções, o que resulta na subordinação das relações camponesas de produção ao capital. Neste movimento que se acentua na primeira década do

3 Ariovaldo Umbelino de Oliveira analisa esse conceito a partir de dois processos: a territorialização do capital quando esse se apropria da terra tornando propriedade privada e a monopolização da produção atrelada a determinação do que produzir em uma área. O autor esclarece que a monopolização do território se dá através das empresas de comercialização ou processamento industrial da produção agropecuária, que não produzem diretamente no campo, porém, controlam através de mecanismos de subordinação, a produção dos camponeses e dos capitalistas produtores do campo (OLIVEIRA, 2015).

século XXI, o cultivo do milho foi transformado em um monocultivo com a produção determinada pelos ditames do mercado. Deste modo há uma tendência a inserção do cultivo do milho aos parâmetros de produção do agronegócio.

Alexandrina Luz Conceição (2011, p.2) ao apresentar o panorama da expansão do agronegócio no campo sergipano situa que no período de 1970- 1995, foram verificadas mudanças significativas no uso da terra com a expansão da atividade agropecuária em Sergipe e ocupação da fronteira agrícola. A autora aponta que o governo federal possui um papel importante na atração de investimentos privados para o agronegócio. Assevera que “o modelo do agronegócio tem contribuído para a baixa qualidade da alimentação, principalmente pela expansão da monocultura com uso cada vez maior de agrotóxicos e recentemente na produção de alimentos transgênicos”.

Deste modo, nos últimos anos Sergipe tem recebido diversos investimentos que consolidam a territorialização da cadeia produtiva ligada ao agronegócio. A expansão de monocultivos, a exemplo do milho coloca Sergipe como um dos maiores produtores de grãos e forragem deste cereal no Nordeste. A espacialização da monocultura do milho, é efetivada pelo Estado, que promove as políticas públicas, direcionadas à expansão da cadeia produtiva do milho, cana-de-açúcar, laranja e também da pecuária. A nova lógica de produção se insere nos liames do desenvolvimento rural que assume o discurso da pobreza para implementar ações pautadas de acordo com as potencialidades de cada território.

Para Monte Negro Gómez (2006, p. 37) “o desenvolvimento cada vez mais reforça e aprimora seu viés de controle social. A reprodução do capital que comporta o desenvolvimento se garante através de hábeis estratégias de mascaramento que ocultam seus verdadeiros objetivos”. Nesse movimento as políticas de desenvolvimento rural sobre a agricultura, estabelecem as condi-

ções para a territorialização do capital, via projeto de acumulação do agronegócio que por sua vez, transforma as formas de produção do espaço agrário, para subordinar a produção camponesa, determinando os cultivos a serem produzidos, e por conseguinte, a monopolização da renda da terra.

Em relação ao desenvolvimento rural, faz parte das políticas do Banco Mundial no espaço agrário, cuja ideia central se internaliza mediante a retórica da pobreza. O banco concretiza as relações capitalistas pelos discursos ideológicos elaborados que perpassam a venda de políticas públicas⁴. Com isso, os investimentos são direcionados à melhoria da condição de vida dos pobres no campo. A saída para solucionar esta questão, é a defesa de uma exploração mais racional e produtiva das terras camponesas. Assim, alicerça diversos projetos em âmbitos como agricultura, infraestrutura, proteção social, educação, energia e abastecimento de água. Em Sergipe o banco desenvolve projetos direcionados principalmente a agricultura; um dos projetos atuais denominado *Projeto integrado do Estado de Sergipe: Pobreza Rural*. Propõe integrar as estratégias do desenvolvimento rural de Sergipe na busca de inclusão no cenário brasileiro. Entre as pautas do projeto está:

- (1) melhorar o acesso dos pobres rurais à infraestrutura socioeconômica básica;
- (2) aumentar a renda e os bens de capital, por meio de investimentos em atividades produtivas e aumento de vínculos entre pequenos produtores e mercados;
- (3) fortalecer a integração intersetorial de investimentos em áreas rurais através de um melhor planejamento participativo e monitoramento nos níveis local, municipal e estadual (BANCO MUNDIAL, 2008).

4 Ver João Márcio Mendes Pereira (2010). O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008).

O referido projeto atua como uma locomotiva no avanço de monoculturas, técnicas provenientes da agricultura moderna e em programas de assistência técnica no campo de Sergipe. Assim, corrobora com a territorialização da monocultura do milho, como uma produção vinculada ao mercado, uma estratégia para lançar o desenvolvimento rural como uma possibilidade de aposta na redução da pobreza. Ao mesmo tempo ocorre a uniformização de cultivos no campo como o milho, subordinado às relações de mercado. O BM, prescreve “a realização de uma agenda coerente nas reformas políticas, comercial, cambial e agrícola voltada para a promoção da liberalização comercial e da especialização produtiva voltada para a exportação de bens primários” (PEREIRA, 2010 p.246).

Seguramente, os empréstimos do banco direcionados à política para a ‘pobreza’ em Sergipe, acompanham o projeto de desenvolvimento agrícola posto no campo brasileiro. Destarte, o discurso da pobreza se reveste das facetas do capital em seu movimento de reprodução via subordinação das áreas de produção camponesa à agricultura mercantilizada controlada por grupos econômicos. O desenvolvimento local vulgariza as condições de exploração do campo e transforma os espaços para acumulação do capital com maior velocidade. Neste contexto, pode-se afirmar que ocorre um processo de desenvolvimento econômico no campo compatível com as perspectivas dos grupos dominantes que possuem o poder econômico e não das populações camponesas inseridas na cadeia produtiva de mercado. Esta política é na verdade promotora do aumento da exploração do trabalho no campo diante da racionalidade produtiva imposta pelo capital.

É nesta perspectiva que o capital constrói os mecanismos para sua territorialização no espaço agrário sergipano, nos últimos anos com o cultivo do milho em ascensão, o Estado tem ampliado as condições de investimentos e infraestruturas que viabilizam o

avanço deste monocultivo. Entre as políticas de incentivo destaca-se os *Programas de Distribuição de Sementes, Mecanização Agrícola, Agricultura Familiar* etc. Acrescenta-se que um fator muito importante para a expansão do cultivo do milho em Sergipe é o *crédito rural*. É este mecanismo que vem fomentando a expansão do agronegócio no Brasil, cujo projeto se viabiliza diante de forte financiamento do Estado e setores privados. Nos últimos anos os financiamentos para a prática de uma agricultura pautada na estrutura intrínseca ao projeto do agronegócio tiveram grande crescimento, principalmente destinados aos monocultivos.

Neste contexto, o projeto de modernização do campo sergipano, é respaldado por políticas públicas efetivadas pelo Estado. As diversas iniciativas que consolidam a expansão do monocultivo do milho incluem a distribuição de sementes a famílias camponesas para plantação de milho em territórios como do Alto Sertão Sergipano, permitindo a expansão deste cultivo, que tem atingido marcas históricas de produtividade no estado. A exploração da cultura de milho vem contribuindo para uma produção recorde nos últimos anos, chegando a 793,7 mil toneladas em 2017, em uma área colhida de 170,2 mil hectares e produtividade média de 4.663 kg/ha (EMDAGRO, 2017). Essa safra bateu o recorde de 2014, onde a produção de milho em grão atingiu 762, 4 mil toneladas. Deste modo ocorre a formação de novos territórios pelo capital, mediante a produção de milho, articulado às condições impulsionadas pelo Estado em Sergipe.

4. Monocultivo do milho no semiárido de Sergipe, o caso de Nossa Senhora da Glória

O município de Nossa Senhora da Glória, SE situa-se no Território do Alto Sertão Sergipano (TASS), que possui uma dinâmica produtiva associada à agropecuária. Esse território é composto por 7 municípios: Monte Alegre de Sergipe, Nossa Senhora da Gló-

ria, Canindé de São Francisco, Gararu, Nossa Senhora de Lourdes, Poço Redondo e Porto da Folha. A população do município de Nossa Senhora da Glória, segundo dados do IBGE no ano de 2017 corresponde a 36. 613 habitantes, um total de 22,5% da população do Território do Alto Sertão Sergipano que concentra 162. 692 habitantes, representando a maior população entre os municípios do território. Apresenta como características físicas a presença do clima semiárido, tendo a caatinga como vegetação dominante.

Em relação à dinâmica econômica, até a década de 1960 ocorria a predominância da policultura, com o cultivo do algodão, milho, feijão, além da pecuária. Estas atividades eram destinadas ao auto consumo e à comercialização em mercados locais. A estrutura fundiária predominante era o latifúndio; as pequenas roças de camponeses se desenvolviam em torno das grandes propriedades, sendo que as famílias constituíam mão de obra para os latifundiários. Mota et al. (2010) ao analisar a dinâmica agrária do município argumenta que é na década de 1980 a 1990, que ocorre a intensificação da atividade leiteira, diante da ação do Estado com as políticas públicas “Projeto Sertanejo e Chapéu de Couro”. Essas foram efetivadas mediante a decadência da lavoura de algodão pela praga do bicudo, subsidiadas com vultosos recursos creditícios a grandes pecuaristas. Assim, concomitante ao incentivo da produção leiteira, o cultivo do milho e do feijão continuará a se desenvolver para o consumo humano e animal.

Nesse percurso a inserção de políticas públicas sobre a atividade agropecuária, terá como um dos fundamentos a ampliação da utilização da técnica nos cultivos agrícolas. A inserção tecnológica nestas atividades irá modificar as formas de produção, aumentando a produtividade e a importância econômica do município no Sertão. É a difusão da mecanização com maior intensidade na primeira década do século XXI, associada aos incentivos do Estado, que irá promover uma reconfiguração à produção agrícola que inserida na cadeia produtiva do agronegócio, especializa-se na produção de

leite e no cultivo do milho como as duas principais produções agropecuárias do município. Deste modo, novas mudanças impulsionadas pelo Estado no âmbito do espaço agrário de Nossa Senhora da Glória, corroboram aos objetivos do projeto de desenvolvimento do agronegócio que se expande pelo campo sergipano sobre os cultivos agrícolas mais lucrativos, via territorialização do capital onde a busca de riquezas sobre a produção agrícola irá assumir centralidade no processo de transformação do espaço agrário na atualidade.

Em Nossa Senhora da Glória, o monocultivo do milho faz parte de um projeto que assume as múltiplas escalas do processo mundial de circulação de capital. O seu crescimento atende a circuitos econômicos específicos, a exemplo do *complexo agroindustrial⁵ de aves* em Pernambuco, que necessita da produção de milho em grãos para alimentação dos animais, bem como a cadeia produtiva do leite no Sertão de Sergipe que requer grandes quantidades deste cereal no período de estiagem. Por isto, a elevação do crescimento da produção de milho nos últimos anos no Nordeste, decorre de uma necessidade de mercado que gera uma demanda para o cultivo desta produção, Figura 1.

Figura 1 – Plantação de milho em Nossa Senhora da Glória



Fonte: Ana Paula Almeida Silva, trabalho de campo, 2018.

5 Ver José Graziano da Silva, em A nova dinâmica da Agricultura brasileira.

Em Nossa Senhora da Glória, a elevação da produção é resultado do processo de modernização de base técnica aliado a investimentos em infraestruturas que atingem o Sertão de Sergipe no curso do século XXI. Destaca-se que a modernização da produção se realiza de forma heterogênea e desigual, porém se espacializa pelo campo resultando em desdobramentos significativos nas relações de produção e trabalho.

Neste município, os dados do IBGE apresentam um crescimento significativo da presença de tratores, colheitadeiras, adubadeiras nos estabelecimentos agropecuários. O número de tratores existente no município em 2006, contabilizou 67 unidades, em 2017 este número saltou para 190 unidades representando um aumento de 183, 58%. Em relação à construção de infraestruturas em 2011 foi inaugurada a rodovia Mário Jorge Motta Melo que faz ligação entre os municípios de Nossa Senhora da Glória e Carira, este último um dos maiores produtores de milho em Sergipe. O objetivo do projeto rodoviário foi impulsionar as atividades comerciais entre os dois municípios, fornecendo assim um novo corredor de circulação interna no semiárido e no agreste auxiliando diretamente no escoamento da produção de milho e leite. Certamente são estas condições que proporcionam a territorialização da cultura do milho no semiárido de Sergipe. Essa realidade produtiva se reflete nos dados fornecidos pelo IBGE; no censo agropecuário de 2017 a produção de milho forrageiro em Nossa Senhora da Glória atingiu 259.988, 340 toneladas em uma área colhida de 8. 895, 152 hectares, sendo o município com maior produção de milho forrageiro no Estado.

A produção de milho em Nossa Senhora da Glória é impulsionadora de desdobramentos a relação sociedade natureza, pois ocorre metamorfoses nas relações de produção e trabalho. A transformação do cultivo do milho em uma produção uniformizada modifica

as práticas de produção camponesa. Assim, a espacialização da monocultura do milho é acompanhada pelo crescimento econômico presente na aceleração da modernização dos instrumentos técnicos aplicados no cultivo da produção, infraestruturas, agências bancárias para financiamento do cultivo, lojas de comercialização de insumos para a produção do milho. Cria-se um cenário que concerne aos elementos de uma agricultura moderna. Isso converge ao crescimento da produtividade do milho neste espaço agrário, onde a produção assume novos sentidos organizada de acordo com os direcionamentos do mercado.

Neste circuito de produção diversos grupos econômicos como bancos, empresas multinacionais, lucram com a territorialização deste cultivo no semiárido. Deste modo, ocorre a submissão do cultivo do milho ao capital, com a produção do espaço pensada mediante a geração de riquezas, via desenvolvimento econômico. Ressalta-se o Estado como fomentador do crédito, para a compra do pacote de insumos necessários à produção do milho uniformizada. Além disso, essa forma de produção promove a subordinação da produção camponesa, bem como a extração da renda da terra. Com isso determina a perda da autonomia camponesa no sentido de decidir o que produzir, o que comer, como plantar.

Para tanto, o monocultivo do milho ao viabilizar o crescimento econômico também suscita as contradições. A ampliação, modernização das forças produtivas, como o crescimento da mecanização da produção, ocasiona a redução de emprego aos trabalhadores no campo, produzindo um processo de mobilidade. Além disso, ocorre a valorização do preço da terra, através da especulação nas áreas produtoras deste monocultivo, dependência ao crédito, especialização em um cultivo bem como impactos socioambientais.

5. Considerações finais

O movimento de avanço do capital no campo, compreende as dimensões da reconfiguração do espaço nas diversas escalas de produção. A reprimarização acentua a maior dependência a produtos de base primária engendrando a territorialização de monoculturas e suas relações de produção no espaço agrário brasileiro.

Assim, o campo de Sergipe ao assumir a tendência a transformação da produção agrícola para o mercado como o caso do cultivo do milho, promove diversos desdobramentos à relação sociedade natureza. Dessa forma, o avanço do agronegócio no campo, subordina as relações de produção à geração de riquezas para poucos. A expansão do referido monocultivo pelas terras do semiárido do município de Nossa Senhora da Glória, compreende a racionalidade do capital na busca pelo que se considera desenvolvimento econômico, assumindo o discurso de superação da pobreza.

Por fim, a exploração de condições desiguais e as metamorfoses nas relações de trabalho e produção no campo, fazem parte dos imperativos de circulação e produção do espaço pelo capital nos liames da relação sociedade/natureza, de forma que o *Ornitorrinco* sempre manterá sua condição de evolução a *má formação*, tecendo da estrutura de reprodução do capital.

Referências

BANCO MUNDIAL. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/country/brazil> Acesso: 28 de junho 2018.

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. **A face feminina da pobreza em meio a riqueza do agronegócio:** trabalho e pobreza das mulheres em territórios do agronegócio no Brasil: o caso de Cruz Alta/RS. Buenos Aires: CLACSO, 2011.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A condição espacial.** São Paulo: Contexto, 2011.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. Expansão do agronegócio em Sergipe. **Geonordeste**, Ano XXII, n. 2, 2011.

DELGADO, Guilherme da Costa. Especialização primária como limite ao desenvolvimento. **Desenvolvimento em Debate**, v.1, n.2, p.111-125, 2010.

EMDAGRO. Relatório de atividades 2017. Aracaju/ Dezembro de 2017.

FAVARETO, Arilson. Concepções de desenvolvimento e de intervenção pública no Brasil rural sob o governo Temer e além. **Raízes**, v.37, n. 2, jul-dez/2017.

IBGE, **Produção da Pecuária Municipal 2018**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/> Acesso em: 28 de Agosto de 2018.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão, fev. 2006.

MEDEIROS, Paulo Vinicius Menezes de. Reprimarização da economia Latino-Americana: o discurso dos investimentos em infraestrutura de transporte como projeto modernizador e desenvolvimentista. **Anais do II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina**, 2016.

MENDONÇA, Marcelo. Complexidade do espaço agrário brasileiro: o agrohídronegócio e as (re)existências dos povos cerradeiros. **Terra Livre** São Paulo/SP Ano 26, V.1, n. 34 p. 1-281 Jan-Jun/2010.

MONTENEGRO GÓMEZ, Jorge R. **Desenvolvimento em (des)construção**: narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2006.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Capitalismo, Geografia e Meio Ambiente**. Tese de doutorado Departamento de Geografia, USP, Março de 2000.

MOTA, Dalva Maria da; SÁ, Cristiane Otto de; SÁ, José Luiz de. Dinâmica recente no espaço rural do município de Nossa Senhora da Glória/SE. **Revista Brasileira de Agroecologia** 5(2): 126-138, 2010.

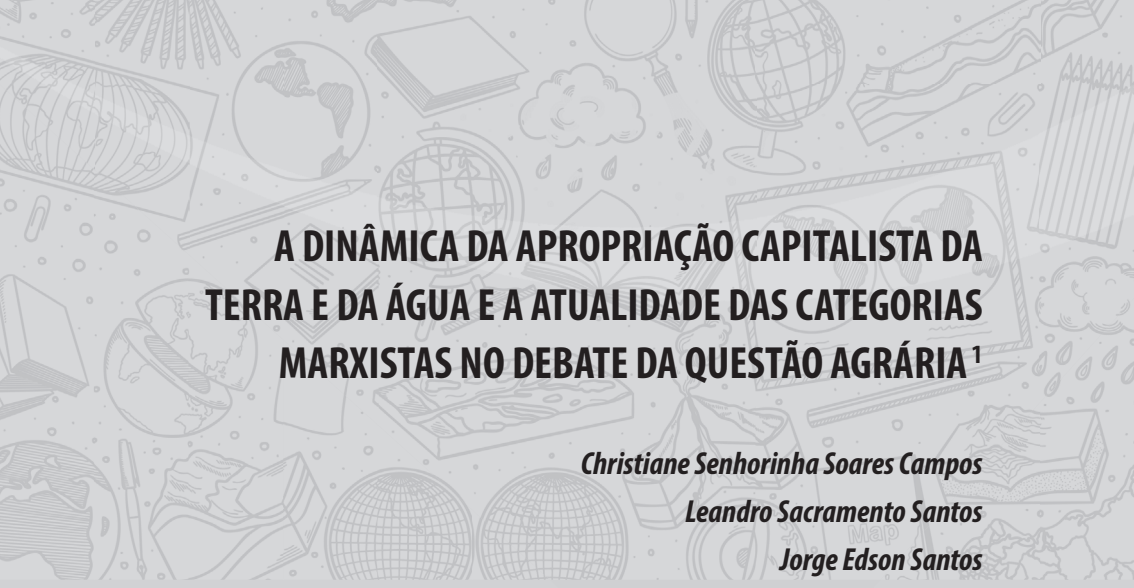
OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A mundialização do capital e a crise do neoliberalismo: o lugar mundial da agricultura brasileira. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 19, n. 2, p. 229-245, ago. 2015. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/102776>>. Acesso em 28 de Julho de 2018.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista**: o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2008.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

PRADA ALCOREZA, Raúl. **El círculo vicioso del extractivismo**. In: MASSUH, Gabriela (org.). *Renunciar al bien común- extractivismo y (pos)desarrollo em América Latina*. Buenos Aires: Dulce, 2012.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual**: natureza, capital e a produção de espaço. EDITORA BERTRAND BRASIL S.A, 1984.



A DINÂMICA DA APROPRIAÇÃO CAPITALISTA DA TERRA E DA ÁGUA E A ATUALIDADE DAS CATEGORIAS MARXISTAS NO DEBATE DA QUESTÃO AGRÁRIA¹

Christiane Senhorinha Soares Campos

Leandro Sacramento Santos

Jorge Edson Santos

1. Introdução

Este artigo tem como objetivo debater o desenvolvimento do capitalismo no campo, propondo o resgate de algumas categorias marxistas que serviram de suporte a análise da questão agrária, para debater essa questão no Brasil, particularmente no litoral de Sergipe, no contexto contemporâneo. Nos parece pertinente

¹ Este artigo foi originalmente apresentado na IV Conferência Internacional Greves e Conflitos Sociais – GT3 Lutas camponesas e mobilizações rurais. São Paulo – 10 a 13/07/2018. As contribuições do GT, na medida do possível, foram incorporadas nesta versão atualizada para esta publicação do PPGEIO. O Texto disponível no link [file:///C:/Users/C/Downloads/Texto%20Completo%20para%20GT%203%20da%20IV%20Confer%C3%Aancia%20Internacional%20Greves%20e%20Conflitos%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/C/Downloads/Texto%20Completo%20para%20GT%203%20da%20IV%20Confer%C3%Aancia%20Internacional%20Greves%20e%20Conflitos%20(3).pdf). O desenvolvimento da carcinicultura em Sergipe também foi o escopo do texto apresentado pelo mestrando Leandro Sacramento Santos no evento dos 35 anos do PPGEIO /UFS e os autores agradecem as contribuições do GT de agrária do evento.

refazer o questionamento de Kautsky, ao lançar o livro “A questão agrária” em 1900, numa perspectiva que incorpore a dimensão espacial e não apenas o setor de atividade econômica. O autor se pergunta: se o capital se apropria da agricultura como o faz? E encontra como resposta a industrialização da agricultura, e a partir dela aponta a tendência da proletarianização camponesa, mas também a viabilidade da reprodução da pequena propriedade ainda que sob o domínio do fenômeno da industrialização.

O que se propõe neste texto, considerando a dimensão espacial da acumulação capitalista que ao expandir as formas de acumulação produz também o espaço e não somente no espaço (SMITH, 1988), é colocar aquela questão nos seguintes termos: se o capital se apropria do campo como o faz?

A proposta é analisar o desenvolvimento capitalista no campo considerando a multiplicidade de formas de acumulação que foram se desenvolvendo neste espaço ao longo do século XX e neste início de século XXI. Portanto, parte-se do pressuposto que, considerando essa dimensão espacial, não haja uma única explicação como encontrou Kautsky.

A crítica ao desenvolvimento capitalista, evidenciando que é da natureza deste processo ser contraditório, é bastante consolidada no campo marxista, sobretudo a partir da concepção do desenvolvimento desigual e combinado do capital (MANDEL, 1982; SMITH, 1988). Nessa perspectiva, as contradições próprias da relação capital, alicerçada na propriedade privada, na subsunção da força de trabalho e na mercantilização de todas as coisas, inclusive dos bens comuns como água e terra reproduzem e aprofundam a desigualdade de classe e uma relação sociedade/natureza predatória para ambas. É a partir dessa perspectiva marxiana que se procura analisar o desenvolvimento capitalista no campo brasileiro, particularmente no litoral do Estado de Sergipe.

O espaço costeiro sergipano é o território de dezenas de comunidades de povos tradicionais que vivem da agricultura e da pesca. Há décadas convivem com os impactos do desenvolvimento da indústria petrolífera, da atividade canavieira, bem como da especulação imobiliária e de outras atividades vinculadas ao turismo e lazer. Na última década, além do acirramento destas formas de acumulação de capital, vem se intensificando a carcinicultura, a criação de camarão em cativeiro, que implica numa forma de apropriação da terra e da água que cria grandes obstáculos à reprodução social das comunidades. E esse processo de expansão capitalista vem sempre alicerçado na ideologia do desenvolvimento (CARDOSO, 1978), em que o desenvolvimento econômico é apresentado como algo positivo para todas as pessoas e todos os lugares.

Os procedimentos metodológicos utilizados foram a revisão bibliográfica e a estatística descritiva, por meio do levantamento e análise de dados secundários, e complementarmente a observação e o diálogo com lideranças de povos e comunidades tradicionais que participam do Programa de Educação Ambiental em Áreas Costeiras de Sergipe – PEAC, que é executado pela Universidade Federal de Sergipe através de projetos de pesquisa e extensão.

O texto está dividido em quatro partes além desta introdução. Na primeira se realiza um breve diálogo das categorias marxistas que serviram de base ao debate da questão agrária. Em seguida se debate as transformações no processo de desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro a partir da segunda metade do século XX. A terceira parte tem como escopo a análise da expansão da carcinicultura no litoral sergipano e seus rebatimentos para povos e comunidades tradicionais. E por fim são tecidas algumas considerações sobre a pertinência deste arcabouço conceitual marxiano para analisar a questão agrária no contexto contemporâneo, particularmente no recorte espacial estudado.

2. A questão agrária: um breve diálogo a partir das categorias marxistas

A questão agrária aparece em O capital vinculada sobretudo a duas categorias: acumulação primitiva e renda da terra. Na primeira Marx evidencia que o processo que separa os trabalhadores dos meios de produção, incluindo a terra e a água, é condição *sine qua non*, para que a força de trabalho se transforme em mercadoria e, portanto, para o desenvolvimento da relação capital. Nesta perspectiva, somente quando o/a trabalhador/a se torna completamente livre, não sendo escravo/a ou servo/a e não detendo propriedade de nenhum meio de produção, é que ocorre a subsunção formal e posteriormente a subsunção real do trabalho ao capital. Mas, o autor deixa evidente que esse processo não se restringe aos primórdios do capitalismo.

A relação-capital pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista se apoie sobre seus próprios pés, não apenas conserva aquela separação, mas a reproduz em escala sempre crescente (MARX, 1985a, p. 262).

Corroborando essa perspectiva de análise, Harvey (2004) analisa a intensificação desses mecanismos característicos da acumulação primitiva, no capitalismo contemporâneo e define esse processo como acumulação por espoliação. Fontes (2010) argumenta que as expropriações analisadas por Marx no livro I de O Capital não podem ser entendidas como um mecanismo característico somente daquela fase de gestação do modo de produção capitalista. Essa interpretação induz a uma suposição de que à medida que o capitalismo fosse amadurecendo deixaria de utilizar os métodos bárbaros e constituiria uma sociedade “civilizada”.

A autora defende a tese, com a qual concordamos, de que “expropriações constituem um processo permanente, condição da constituição e expansão da base social capitalista e que, longe de estabilizar, aprofunda-se e generaliza-se com a expansão capitalista” (FONTES, 2010, p. 45).

Nesse sentido, nos parece pertinente ao analisar a questão agrária recuperar essa compreensão marxista de que os processos de expropriações fazem parte da dinâmica de reprodução capitalista e, por isso, tendem a se aprofundar e ampliar com o desenvolvimento desse modo de produção. O que se verifica no campo brasileiro e em vários outros países latino-americanos, por exemplo, revelam que esse processo de separação dos trabalhadores dos meios de produção necessários a seu processo de trabalho segue em diferentes escalas e intensidades.

No caso dos povos e comunidades tradicionais do litoral sergipano essa separação ocorre, via de regra, pelo impedimento do acesso a bens comuns tais como cercamento e destruição das áreas de mangue, nas quais se desenvolve o trabalho de mariscagem; na imposição de obstáculos a livre navegação nas áreas em que se pratica a pesca artesanal; no cercamento das áreas de restinga em que ocorre o trabalho extrativista. Enfim, na limitação e/ou proibição de formas de trabalho que se alicerçam no uso comunal das riquezas naturais, dificultando ou inviabilizando a reprodução social destas populações em muitas localidades.

A outra categoria marxiana fundamental para analisar a questão agrária é a renda da terra. Para compreender essa categoria é necessário novamente recorrer a um dos pressupostos do modo de produção capitalista que é a propriedade privada. Portanto, a renda pressupõe a existência da propriedade fundiária.

O pressuposto no modo de produção capitalista, portanto, é o seguinte: os verdadeiros agricultores são assalariados,

empregados por um capitalista, o arrendatário, que exerce a agricultura apenas como um campo específico de exploração do capital, como investimento de seu capital numa esfera específica da produção. Esse capitalista-arrendatário paga ao proprietário da terra, ao proprietário do solo explorado por ele, em prazos determinados, por exemplo anualmente, uma soma em dinheiro fixada contratualmente pela permissão de aplicar seu capital nesse campo específico de produção. A essa soma de dinheiro se denomina renda fundiária, não importando se é paga por terras cultiváveis, terreno de construção, minas, pesqueiros, matas, etc. (...) A renda fundiária é aqui, portanto, a forma em que a propriedade fundiária se realiza economicamente, se valoriza. (MARX, 1985b, p. 125-126)

A renda é analisada por Marx (1985b) a partir de dois enfoques: como renda diferencial e como renda absoluta. A renda diferencial é uma forma de sobrelucro associada a características de localização e/ou maior produtividade. A renda diferencial I é quando as vantagens são decorrentes de características naturais como maior fertilidade do solo que garantem maior produção com mesmo investimento médio, ou de vantagens de localização como maior proximidade de centros consumidores, que reduzem custos de transportes. A renda diferencial II é quando as vantagens produtivas resultam de investimentos como por exemplo canais de irrigação. Em qualquer um dos casos o proprietário cobra uma maior renda porque o capitalista vai obter maior lucro, mesmo que os investimentos que propiciem a renda diferencial II tenham sido feitos em contratos de arrendamento anteriores.

A renda absoluta implica em considerar que ainda que uma determinada área não gere renda diferencial, ela possibilite a geração de renda, de modo que mesmo os proprietários das terras mais inférteis, das minas e pesqueiros menos produtivos, etc... também

possam obter renda. Nesse sentido, a renda absoluta está associada ao domínio do capital nos processos produtivos uma vez que é parte da mais valia obtida nesta atividade econômica. A renda absoluta, portanto, é “metamorfose dessa mais valia em renda fundiária, captação dela pelo proprietário da terra (...) (idem, *ibidem*, pg. 229).

Deste modo, esta forma de renda não pode ser dissociada da exploração da força de trabalho, das diferenças de composição orgânica do capital investido no setor primário da economia e das diferenças entre os preços dos produtos gerados e os preços de mercado.

O proprietário fundiário não obtém renda só por ter a propriedade jurídica do solo ou outra riqueza natural, mas pode subtrair ela do mercado de modo que quando há demanda de áreas em um determinado local para uma atividade econômica em expansão, o preço da terra se eleva tanto para venda quanto para arrendamento. Em vários municípios do litoral sergipano povos e comunidades tradicionais tem tido dificuldade de manter suas atividades produtivas porque áreas que antes eram de uso comum ou eram arrendadas a baixos preços agora são valorizadas pela demanda da carcinicultura ou da especulação imobiliária.

A partir destas duas categorias e considerando a lei geral da acumulação capitalista, segundo a qual os processos de concentração e centralização de capital implicam no controle dos mercados por um número cada vez menor de capitalistas, Kautsky (1980) se propõe a analisar a questão agrária no capitalismo, no final do século XIX, a partir da seguinte questão: se o capital se apropria da agricultura, como o faz? E para o autor a resposta a essa pergunta é o processo de industrialização da agricultura.

Ao longo da investigação o autor constata que tanto a grande quanto a pequena propriedade se reproduzem no modo de produção capitalista, e que o desenvolvimento do capitalismo resultou na industrialização da agricultura em todos os extratos de área. Para Kautsky (1980), este fenômeno da industrialização da

agricultura está na raiz das grandes transformações tanto na base técnica das atividades rurais, quanto no modo de vida das populações camponesas, configurando, no âmbito social, uma tendência à proletarianização dos camponeses, e, no âmbito geográfico, uma tendência de domínio da cidade sobre o campo. Interessante notar que, seguindo a perspectiva metodológica dialética, trata a proletarianização camponesa como uma tendência, não como algo inexorável.

Na segunda metade do século XX essa tese de que a apropriação do capital no campo ocorria por meio do processo de industrialização da agricultura ganha destaque na América Latina em geral, e no Brasil em particular, por meio do processo de modernização da agricultura, em que o Estado tinha um papel fundamental. Entretanto, ao final do século XX e neste século XXI o avanço do capitalismo no campo passou a ser dinamizado pelo agronegócio (CAMPOS, 2011; DELGADO, 2012), por meio de conglomerados capitalistas, muitos dos quais com atuação em escala mundial, o que implica em grandes mudanças no papel do Estado como se discutirá posteriormente.

A expansão do agronegócio, ainda que alicerçada no uso intensivo de equipamentos e insumos industrializados, vem ocorrendo por meio da apropriação crescente de riquezas naturais e com uma redução do processo de agroindustrialização em várias partes do Brasil. De modo que o crescimento do agronegócio nas exportações brasileiras teve como corolário o aumento da participação dos produtos primários na pauta exportadora do país e a intensificação da questão agrária (SÁ et al 2015).

No Brasil em geral e no estado de Sergipe em particular, o avanço da indústria petrolífera, do agronegócio e do agrohidronegócio (THOMAZ JR, 2010) vem configurando novas faces para o velho processo de acumulação capitalista. Este conceito de agrohidronegócio implica em considerar que ao processo

de monopolização da terra se sobrepõe o controle dos recursos hídricos. Essas formas de acumulação tornam mais complexo o debate da questão agrária, de modo que nos parece cada vez mais fundamental incorporar a dimensão espacial, que permite evidenciar as múltiplas formas de apropriação capitalista dos meios necessários aos processos de trabalho de povos e comunidades tradicionais, aprofundando e ampliando a expropriação de meios de produção, de bens comuns e reproduzindo a subsunção do trabalho e/ou a subordinação da renda destas populações ao capital (AMIN, 1986).

3. Desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro

Ao analisar o desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro Muller (1989, pg. 172) afirma que a burguesia agrária, que se consolida no período da modernização, entre 1960 e 1980, “ (...) encurralou a velha oligarquia agrária latifundiária e, mais do que nunca, os milhões de mini fundiários da agricultura atrasada. Encurralou, bloqueando seu acesso ao clube dos que se modernizaram, e aprofundando a pobreza e a exclusão social e política”.

Assim, para Muller (1989) o processo de industrialização da agricultura passa a ser uma tendência dominante, todavia uma grande parcela da agricultura não é integrada a esse dinamismo, de modo que o resultado foi a produção de novas desigualdades nos aspectos técnicos, econômicos, organizacionais e regionais. Tanto que este autor é categórico ao afirmar que o desenvolvimento é uma tragédia.

Segundo Graziano (1982) a modernização da agricultura brasileira pode ser caracterizada como dolorosa devido ao aprofundamento da concentração fundiária, do aumento do êxodo rural e de transformações das condições do mercado de trabalho rural que ampliam a vulnerabilidade com expansão do trabalho volante.

O autor destaca a modernização foi basicamente sustentada por subsídios estatais e esse processo apresentou avanços e recuos no seu desenvolvimento, resultando em consequências socioeconômicas dolorosas. Uma dessas consequências foi um movimento chamado por ele de 'engolimento' (1967-72). Neste processo as maiores propriedades se apossam das menores propriedades, acentuando a concentração fundiária. Neste sentido, a estratégia de desenvolvimento da agricultura brasileira é a da modernização conservadora, uma vez que, a estrutura fundiária concentrada é mantida.

Muller e Graziano destacam que a modernização da agricultura no Brasil implicou na constituição de uma indústria para a agricultura e na agroindustrialização. O que reforçaria a perspectiva de análise de Kautsky (1980) de domínio da agricultura pela indústria e a tendência da proletarianização camponesa. Mas, também evidenciam que continuou ocorrendo a reprodução camponesa uma vez que o processo era espacialmente seletivo e economicamente concentrado.

A partir da década de 1990, o desenvolvimento do capitalismo no campo adquire novas características, que Campos (2011) e Delgado (2012) caracterizam como a fase de predomínio do agronegócio. Estes autores chamam atenção para o fato de que no Brasil esse termo não pode ser entendido simplesmente como um encaideamento sistêmico de negócios agropecuários e agroindustriais, como em geral é entendido em inglês. Para Campos (2011, pg. 109), o agronegócio no país se define como uma

[...] complexa articulação de capitais direta e indiretamente vinculados com os processos produtivos agropecuários, que se consolida no contexto neoliberal sob a hegemonia de grupos multinacionais e que, em aliança com o latifúndio e o Estado, tem transformado o interior do Brasil em um *locus* privilegiado de acumulação capitalista, produzindo, simultaneamente, riqueza para poucos e pobreza para muitos e,

por conseguinte, intensificando as múltiplas desigualdades socioespaciais.

Nessa mesma perspectiva crítica, Delgado (2012) define o agro-negócio no Brasil como

[...]uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária. Essa associação realiza uma estratégia econômica de capital financeiro, perseguindo o lucro e a renda da terra, sob patrocínio de políticas de Estado” (DELGADO, 2012, p 94).

Para este autor (idem. 109), vigora no país neste século XXI um “novo pacto da economia política do agronegócio”, costurado pela “articulação público privada da política agrária e das estratégias privadas de acumulação de capital no espaço ampliado do setor agrícola tradicional e dos complexos agroindustriais perseguindo lucro e renda da terra”. Os efeitos deste pacto já estariam sendo sentidos por exemplo na elevação do preço da terra, na frouxidão da política fundiária, no aprofundamento da inserção externa das cadeias agroindustriais, entre outros (SÁ et al 2015, p. 7).

Para Campos (2011) a expansão territorial do agronegócio no Brasil não pode ser dissociada das reformas neoliberais, implementadas nos país a partir da década de 1990. A hegemonia neoliberal modifica não apenas a situação macroeconômica e o papel do Estado, mas também reconfigura as relações de poder nas cadeias de produção, implicando em maior poder dos grupos multinacionais em todos os elos da cadeia, desencadeando a intensificação dos processos de concentração e centralização de capital nos setores produtivos. Além disso, aponta uma transformação significativa do papel do Estado no desenvolvimento capitalista no campo, reduzindo seu papel no controle dos instrumentos de política agrícola, e ampliando sua atuação para

viabilizar a expansão de múltiplas formas de acumulação no espaço agrário.

Nesta mesma perspectiva de análise, Thomaz Jr (2010) argumenta a necessidade de considerar não apenas a monopolização da terra, mas também o controle dos recursos hídricos como condição fundamental para a ampliação do processo de acumulação de capital no campo. Por isso denomina este processo como agrohidronegócio. E este processo agrava, entre outras coisas, os problemas de saúde dos trabalhadores diretamente envolvidos nos processos de trabalho e das populações que utilizam essas águas para sua reprodução social.

Analisando esta dimensão territorial do desenvolvimento do capitalismo no campo Oliveira (2004) aponta dois fenômenos que marcam esse desenvolvimento: a territorialização do capital e a monopolização do território. O primeiro ocorre quando os camponeses são varridos do campo para a cidade, quer para trabalhar para a indústria, comércio ou serviços, quer para serem trabalhadores assalariados no campo. Consequentemente, o capital/proprietário de terra embolsa, juntamente, o lucro da atividade industrial e agrícola e a renda da terra gerada por essa atividade agrícola. Além disso, a monocultura se implanta e define o campo, transformando a terra em um “mar” de cana, soja e etc. (OLIVEIRA, 2004, p. 42).

O segundo mecanismo, que o autor define como a monopolização do território, acontece quando o capital cria, recria e redefine relações camponesas de produção, possibilitando que a economia camponesa se desenvolva. O campo continua povoado e pode até se expandir. Logo, o desenvolvimento camponês pode viabilizar a distribuição de renda na área rural e nas cidades. Além disso, o capital cria condições para que os camponeses se tornem fornecedores de matéria-prima para as indústrias e amplia o consumo dos bens industrializados no campo. Nesse caso, o capital sujeita a renda da terra gerada pelos camponeses à sua lógica (*idem, ibidem*).

Na visão do autor, tanto um quanto o outro mecanismo são marcados pelo conflito, no primeiro caso de forma mais explícita, por envolver expropriação da terra. Mas, a relação de subordinação e de constante disputa pela apropriação da renda também marca o segundo mecanismo. A seguir se analisa uma das formas de agronegócio, que por se desenvolver também com apropriação da água é definida como agrohidronegócio, que se expande no litoral sergipano por meio dos dois processos descritos por Oliveira (2004).

4. Carcinicultura: a mercantilização da natureza que se espalha pelo litoral sergipano sob a ideologia do desenvolvimento

Entendendo-se ideologia na acepção marxiana deste conceito, que considera que a função da ideologia é velar, inverter a realidade (Marx e Engels, 1991), parte-se do pressuposto que se difundiu ao longo do século XX uma ideologia do desenvolvimento, de modo que este aparece nos discursos acadêmicos, governamentais e empresariais e no imaginário social como associado a melhores condições de vida.

O debate do desenvolvimento econômico cumpre na história do capitalismo um papel que o economista brasileiro Celso Furtado (1974) definiu como de um mito, uma vez que se alicerça em postulados formulados fora de qualquer contexto social, sustentados em sistemas de valores e não em evidências históricas.

A crítica ao desenvolvimento, evidenciando que é da natureza desse processo ser contraditório, não vem da perspectiva estruturalista a qual Furtado se vincula, mas do campo marxista, sobretudo a partir da concepção do desenvolvimento desigual e combinado do capital (MANDEL, 1982; SMITH, 1988). Assim, as contradições próprias da relação capital, alicerçada na propriedade privada, na exploração da força de trabalho e na mercantilização de tudo, inclu-

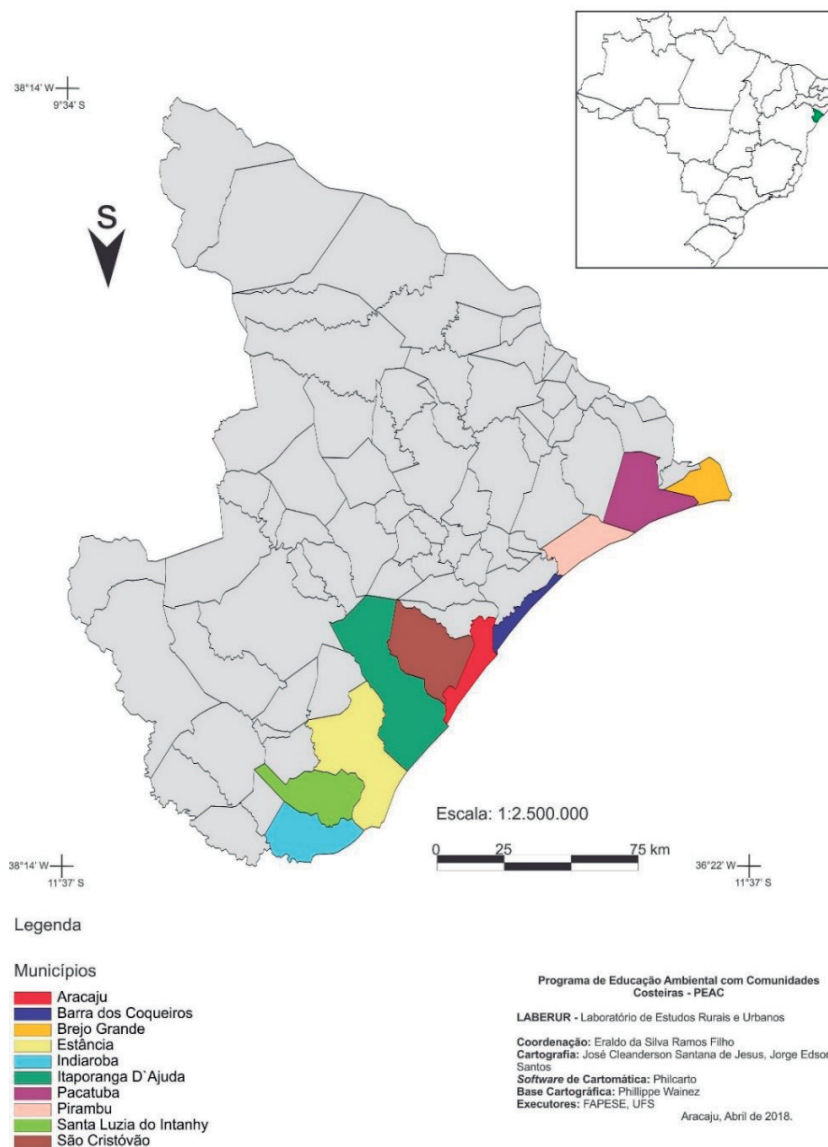
sive dos bens comuns como água e terra reproduzem e aprofundam a desigualdade de classe e uma relação sociedade/natureza predatória para ambas. É nesta perspectiva de análise que se discute a expansão da carcinicultura particularmente no Estado de Sergipe/BR. Nas áreas costeiras as populações mais afetadas pela expansão da carcinicultura são povos e comunidades tradicionais, que de acordo com o decreto federal 6.040/07 são definidos como

[...] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (BRASIL, 2007)

Tomando-se como referência a área de abrangência do Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras de Sergipe – PEAC², destacada no Mapa 1, existem cerca de 90 comunidades distribuídas em dez municípios do litoral do Estado.

2 O Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras – PEAC é um condicionante de licenciamento, realizado sob a exigência do IBAMA, para atividades de extração de petróleo e gás natural *Offshore* (afastado da costa) na bacia Sergipe/Alagoas. A execução do projeto é realizada pela Universidade Federal de Sergipe por meio de projetos de pesquisa e extensão viabilizados por convênio entre a PETROBRAS e a FAPESSE.

Mapa 1 - Sergipe - Municípios de abrangência do PEAC



No litoral sergipano os povos e comunidades tradicionais são constituídos por comunidades quilombolas, de camponeses, populações que praticam o extrativismo de frutas, sementes, raízes, pescadores e pescadoras artesanais, representando uma diversidade de formas de relação sociedade/natureza, mediadas pelo trabalho, que se espacializam pela costa sergipana imprimindo características próprias aos territórios.

A criação de camarão em cativeiro, denominada de carcinicultura, vem se expandindo de forma acelerada em todos municípios costeiros do Estado. Esta atividade econômica foi introduzida no país na década de 1970 no estado do Rio Grande do Norte. Baseando-se em tecnologias importadas, cujas validações e aprimoramentos contribuíram para a definição de um pacote tecnológico próprio (NATORI et al, 2011). Mas é a partir da década de 1990, no contexto de expansão do apoio do Estado aos investimentos capitalistas no espaço agrário, que se expande a carcinicultura no país.

É no litoral nordestino, especificamente, na zona costeira, que os empreendimentos da carcinicultura se desenvolveram entrando em conflito com o modo de vida das comunidades de pescadores e pescadoras artesanais. Como atestam os relatos de comunidades tradicionais da pesca artesanal apresentados no relatório “Conflitos Socioambientais e Violações de Direitos Humanos em Comunidades Tradicionais Pesqueiras no Brasil” produzido pelo CPP (Conselho Pastoral dos Pescadores)³: Conforme o documento em Abadia/BA, a expansão da carcinicultura promoveu

3 O Conselho Pastoral dos Pescadores é uma pastoral social ligada a Comissão Episcopal para o Serviço da Caridade Solidária, Justiça e Paz da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. O CPP é composto por agentes pastorais, leigos, religiosos e padres comprometidos com o Serviço junto aos pescadores e pescadoras artesanais na construção de uma sociedade justa e solidária. <http://www.cppnacional.org.br/node/3> Acessado em 03.05.2018.

Privatização de terras públicas; cercamento dos manguezais; carcinicultura; impedimento de acesso aos locais de trabalho – essa comunidade vem sendo fortemente impactada pela criação extensiva de camarão em cativeiro. Além do impacto ambiental a comunidade é impedida de acessar seus locais tradicionais de trabalho. A carcinicultura privatiza áreas de manguezais e apicuns e promove a contaminação do estuário com os produtos químicos que são utilizados na produção (CPP, 2016, p. 77)

Além dos impactos socioeconômicos a carcinicultura também é a causa de diversos impactos ambientais relacionados com a destruição do ecossistema manguezal. Por ser uma atividade econômica que se desenvolveu a partir da destruição do manguezal para ocupação de áreas costeiras inundáveis ela é responsável pela alteração hidrológica causadas pelas construções dos diques que modificam o fluxo e circulação das águas nos estuários; pela alteração da salinidade da água causada pela liberação dos efluentes dos viveiros; por processos de eutrofização da água; contaminação de aquíferos subterrâneos; introdução de patógenos que afetam os estoques pesqueiros selvagens; bio-invasão de espécies exóticas; contaminação ambiental por drogas terapêuticas e outros produtos químicos utilizados no manejo, dentre outros impactos causados.

Soma-se a esses os impactos socioeconômicos sentidos, principalmente, pelas comunidades tradicionais de pescadores e pescadoras artesanais, que por conta da sua relação direta com os recursos naturais - para sua reprodução social - estão no olho do furacão dessa atividade econômica, apontada por muitos como capaz de resolver o problema da miséria de grandes áreas litorâneas, principalmente no Nordeste.

(...) Estima-se que de 1-1.5 milhões de hectares de áreas baixas costeiras foram convertidas em cultivos de camarão, principalmente na China, Tailândia, Índia, Indonésia, Filipinas, Malásia, Equador, México, Honduras, Panamá e Nicarágua. A carcinicultura de fato gera impactos nos ambientes em que se implanta, cuja extensão e magnitude variam com condições que incluem geografia, destruição de habitats naturais, método de cultivo, capacidade de assimilação dos ambientes naturais, consumo de água, geração e tratamento de efluentes; tipo de substâncias químicas utilizadas como alimento ou medicamento e condições geológicas e hidrológicas (SENARATH and VISVANATHAN, 2001 apud MEIRELES, 2008).

Um impacto socioeconômico está relacionado a não viabilidade das promessas de geração de empregos feitas às comunidades no período de instalação das fazendas de camarão. De fato, os empregos gerados pela atividade não conseguem ultrapassar os empregos perdidos pela destruição de áreas de pesca e agricultura, somado ao fato da carcinicultura ser uma atividade concentradora de renda, com poucos benefícios às comunidades locais.

As favoráveis condições ambientais; o apoio do Estado viabilizando os grandes empreendimentos da carcinicultura através do desenvolvimento de políticas que, por um lado garantiam o fomento necessário ao desenvolvimento da atividade e, por outro, viabilizava o processo de privatização de extensas áreas do litoral brasileiro para instalação dos grandes empreendimentos; a utilização da técnica e do conhecimento científico incorporados às fases da produção do camarão, forjou uma cadeia de apoio à atividade; o apelo e a valorização da mercadoria camarão no mercado consumidor, foram fatores que contribuíram para a proliferação dos tanques de criação de camarão no litoral nordestino. Segundo Tahim e Júnior (2014) o Nordeste responde por 99,3% da produção

nacional e 92% do total de produtores, com destaque para os estados do Rio Grande do Norte e do Ceará.

A tentativa de construção do consenso em torno da viabilidade da carcinicultura, como geradora de renda para os pescadores e pescadores artesanais, bem como, alternativa de desenvolvimento para regiões pobres do Nordeste, é reforçada pelo argumento que defende que a pesca extrativista artesanal está com os dias contados, pela diminuição dos pescados em escala mundial. Essa argumentação é facilitada pela orquestração da construção de uma ideologia que justifique a carcinicultura e a defenda enquanto modelo de desenvolvimento viável.

Há uma ideologia aquícola no Brasil que possibilitou a expansão do setor nas duas últimas décadas sobre as seculares áreas da pesca artesanal, expulsando seus trabalhadores. Tal ideologia se tornou capaz de referendar processos de acumulação primitiva e a necessária luta de classes que o empresariado desfechou para consolidar-se, como tem sido o caso da carcinicultura (criação de camarão) nos manguezais do Nordeste. (RAMALHO, 2015, p. 523)

Segundo o IBGE⁴, a carcinicultura foi responsável, em 2015, por 20,6 % da produção da aquicultura no Brasil medida em 574.164 toneladas. Em 2015, foram produzidos 70.521.245 de kg de camarão no Brasil, dos quais, 70.046.579 kg foram produzidos na região nordeste. Os cinco maiores estados produtores de camarão, via carcinicultura, no país se encontram nessa região. Sergipe apesar de ser o menor estado da federação ocupa a 4ª posição na produção de camarão em cativeiro. Com uma produção, em 2015, de

4 <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3940#resultado> Acessado em 13.12.2018.

2.232.133 kg de camarão. Em 2017, de acordo com o IBGE⁵, Sergipe já ocupava a terceira posição nacional em produção de camarão em cativeiro, com um total de 2.785.727 Kg. Com destaque para o município de Brejo Grande, na foz do Rio São Francisco, que passou de uma produção de 180.000 kg em 2015 para 380.261 Kg em 2018, passando no período da sexta para a segunda colocação na produção de camarão via carcinicultura no estado.

Em Sergipe a criação comercial de camarão em cativeiros teve início a partir dos anos de 1990 (CARVALHO; FONTES, 2007). Levando-se em consideração fatores como número de produtores, produtividade e área ocupada é perceptível o avanço da carcinicultura no estado. Em 2004 Sergipe contava com um total de 69 produtores de camarão, em 2011 esse número saltou para 224 produtores, um crescimento de 225% no período. A produção em 2004 foi de 2.543 (t) e em 2011 de 2.973 (t). Com relação as aéreas ocupadas pelos empreendimentos da carcinicultura no estado ocorreu um aumento de 102% passando de 514 ha em 2004 para 1.040 ha em 2011, segundo informações da ABCC (2013).

Em 2013 a justiça federal concedeu liminar favorável a ação civil pública interposta pelo Ministério Público Federal em Sergipe e pelo Ministério Público Estadual de Sergipe que pedia a identificação de todos os carcinicultores do estado e a paralisação das atividades nos viveiros construídos em área de proteção permanente.

Em caráter definitivo ação do MPF-SE e do MP-SE solicita que os órgãos⁶ responsáveis pela fiscalização e licenciamento das atividades de criação de camarão garantam que a atividade aconteça

5 <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/pacatuba/pesquisa/18/16459?tipo=ranking>. Acessado em 13.12.2018.

6 A União, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e a Administração Estadual do Meio Ambiente (ADEMA) foram os órgãos ajuizados na ação pública. Fonte: <http://www.mpf.mp.br/se/sala-de-imprensa/noticias-se/mpf-e-mp-se-ajuizam-acao-para-regularizar-carcinicultura-em-sergipe> Acessado em 04.05.2018.

em, no máximo, 10% das áreas de apicuns e salgados existentes em Sergipe. E solicita ainda que os órgãos responsáveis regularizem a situação dos viveiros de camarão construídos antes de 22 de julho de 2008. A solicitação dos ministérios públicos quanto a regularização dos viveiros construídos até 22 de julho de 2008 e a liberação da carcinicultura em no máximo 10 % dos apicuns e salgados existente no estado está em consonância com o novo código florestal aprovado pelo congresso em 2012, que retira apicuns e salgados das áreas de proteção permanente.

Essa ação mobilizou os carcinicultores do estado que passaram a reivindicar a regularização da situação dos viveiros. Organizados em duas associações estaduais de criadores: Associação dos Criadores de Camarão de São Cristóvão, que estimava a presença de 700 viveiros de camarão em atividade no município sergipano em 2017,⁷ e Associação Norte Sergipana de Aquicultura (ANSA) com 90 associados.⁸ Com o apoio da Associação Brasileira de Criadores Camarão (ABCC) essas associações começam a pautar insistentemente a necessidade da regularização da atividade no estado e o melhoramento da produção com incremento de técnicas de manejos e a realização do workshops para produtores, como a primeira edição do workshop da carcinicultura do Baixo São Francisco, realizado em setembro de 2017. O evento contou com a participação de representantes de diversos estados, de representantes da ABCC e do governador do estado de Sergipe acompanhado pelo presidente da Assembleia Legislativa do estado, demonstrando a capacidade de articulação política das entidades representativas da carcinicultura em Sergipe.

7 Fonte: <http://www.clicksergipe.com.br/cotidiano/6/30014/sao-cristovao-produz-10-toneladas-de-camarao-por-mes.html> Acessado em 01.05.2018.

8 Fonte: <http://fanf1.com.br/criadores-de-camarao-em-viveiros-discutem-o-futuro-dos-negocios-em-sergipe> Acessado em 01.05.2018.

Capacidade comprovada com a aprovação do projeto de lei estadual 8327/2017 que institui a política estadual da carcinicultura pela Assembleia Legislativa do estado em novembro de 2017. Festejado pelos carcinicultores que entendem a provação do projeto como um passo largo no sentido da regularização e estabilidade jurídica da atividade no estado, o que garante mais aporte de investimentos através de convênios com entidade de fomento. Segundo Amiltom Amorim, presidente de ANSA, “essa lei trará segurança jurídica a quem produz e aos órgãos que licenciam e fiscalizam a atividade”⁹. O discurso de governo do estado de Sergipe faz coro com os argumentos defendidos pelas entidades que representam a carcinicultura no estado de que a criação de camarão em cativeiro é a alternativa ao bolsão de miséria situado na região do Baixo São Francisco.

Em evento realizado em 26 de janeiro de 2018 no município de Brejo Grande, para sanção da lei da carcinicultura, o governador do estado, Jackson Barreto (MDB) defendia a carcinicultura como “(...) a porta aberta para melhorar a qualidade da vida do povo do Baixo São Francisco...É preciso que as autoridades que estão vinculadas a questão do meio ambiente olhem para essa atividade sem preconceito (...) temos que dar uma saída para essa região. E a saída hoje é a carcinicultura.”¹⁰

De acordo com os resultados apresentados pela Fiscalização Preventiva Integrada do São Francisco em Sergipe (FPI-SE), há um total desrespeito à legislação ambiental, evidenciado pela destruição de extensas áreas de manguezal nos municípios do Baixo São Francisco. De acordo com a procuradora federal Livia Tinoco, em

9 Fonte: <http://www.infonet.com.br/noticias/politica/ler.asp?id=207884>. Acessado em 01.05.2018.

10 Fonte: <http://agencia.se.gov.br/noticias/governo/governador-sanciona-lei-que-regulamenta-politica-estadual-da-carcinicultura-e-e-homenageado-por-produtores-de-camarao>. Acessado em 01.05.2018.

entrevista¹¹ após as ações da FPI-SE: “Fizemos um sobrevoo na atividade da carcinicultura, partindo de Propriá até a Foz do São Francisco, e encontramos um quadro alarmante: desmatamento generalizado do manguezal da Foz do São Francisco no lado sergipano para a exploração da produção de camarão em cativeiro”. Ao todo a equipe aquicultura da FPI-SE interditou 18 fazendas de camarão em quatro municípios do baixo São Francisco e emitiu 45 notificações em 27 áreas fiscalizadas.

O município em que mais vem se expandindo a carcinicultura em Sergipe é Brejo Grande, em que os tanques de carcinicultura foram construídos até nas margens do rio São Francisco como ilustra a figura 1, o que evidencia a destruição das áreas de mangue.

FIGURA 1: Carcinicultura nas margens do Rio São Francisco em Brejo Grande/SE



Fonte: MPF/SE

11 Fonte: <http://jlpolitica.com.br/entrevista/livia-tinoco-vimos-a-caatinga-totalmente-desmatada>. Acessada em 01.05.2018

O município de Brejo Grande encontra-se às margens do rio São Francisco e distancia-se a 137 Km da capital sergipana. Conforme o censo demográfico de 2010 a população total era de 7.742 habitantes, sendo a população urbana de 4.022 e a rural de 3.723 (IBGE/cidades, 2018).

Os indicadores socioeconômicos do município já expõem a precariedade das condições de vida da maioria da população. A taxa de analfabetismo da população com 15 anos ou mais é de 37,6%, quando a taxa estadual gira em torno de 15%. O IDH-M é 0,54, considerado baixo enquanto o do Estado o IDH é médio, 0,665. E o PIB per capita de R\$ 8.100,59, enquanto o estadual era de R\$ 17.189,28, em 2015.

O município está localizado em um recorte territorial denominado Baixo São Francisco, que é uma das áreas em que se concentra a extrema pobreza em Sergipe. Entre 23 e 36% dos domicílios de Brejo Grande e outros municípios costeiros dessa região eram considerados como de extrema pobreza ao final da primeira década deste século (SEPLAG, 2011).

As principais atividades econômicas do município são agricultura, pecuária, piscicultura e produção de petróleo. Na agricultura, é cultivado e comercializado o arroz, coco, manga e mandioca. A pecuária está voltada para a criação de bovinos, equinos, ovinos, suínos. Segundo informações do caderno do perfil territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)¹² o município possui um índice de GINI que teve reduzida queda entre 2000-2010 passando de 0,52 para 0,51. No censo agropecuário de 2006 estavam cadastrados 332 estabelecimentos da agricultura familiar, tendo 1.377 pessoas ocupadas na agricultura familiar, mas destas

¹² Disponível em: http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_135_Baixo%20S%C3%83%C2%A3o%20Francisco%20-%20SE.pdf. Acessado em: 25/04/2018.

apenas 274 possuíam DAP - Pessoa Física, documento necessário para acessar crédito e outras políticas públicas, como o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, que prevê a compra de alimentos da agricultura familiar para merenda escolar.

No município há duas comunidades que são territórios de remanescentes de quilombos: Brejão dos Negros e Resina. Além da luta pelo reconhecimento do território quilombola, as comunidades enfrentam outros grandes desafios que perpassam pelo processo da salinização das águas do Rio São Francisco, decorrente do avanço do mar sobre o rio com a redução da vazão do rio por conta das barragens. A água salobra, além de imprópria para o consumo humano, inviabiliza a produção de arroz nas lagoas próximas ao rio e dificulta a criação de animais. Neste contexto, a Carcinicultura vem se expandindo, de modo que os povos e comunidades tradicionais da região estão com sua reprodução social comprometida pela apropriação das terras e das águas pelos arrendatários capitalistas que vem transformando o território em um grande viveiro de camarão.

Lideranças das comunidades costeiras do município já fizeram inúmeras denúncias aos órgãos ambientais e ao poder judiciário uma vez que para instalar os viveiros queimam os mangues, e os produtos químicos usados na fase da instalação, bem como as águas contaminadas com rações e outros produtos utilizados no processo de criação são jogadas nos rios, gerando grandes impactos socioambientais.

Também denunciam as dificuldades de reprodução social das famílias uma vez que a maioria arrendava terras para plantar suas roças, agora as terras são arrendadas para instalar viveiros de camarão, que propiciam maior renda aos proprietários fundiários. De modo, que não podem pescar porque as águas estão contaminadas e em muitos trechos os pequenos rios estão assoreados com a lama dos mangues que são destruídos para dar lugar aos viveiros.

E não podem praticar a agricultura porque as terras não são mais arrendadas para eles. O resultado, segundo relato das lideranças comunitárias, é a intensificação da pobreza no município por meio do processo que segundo o governo iria combater a pobreza, gerando aumento do emprego e da renda.

5. Algumas considerações

Buscou-se neste texto evidenciar a atualidade dos conceitos marxistas como suporte da análise da questão agrária. O primeiro conceito trabalhado foi o da acumulação primitiva, que consiste em processos de expropriação, que separam as populações trabalhadoras dos meios necessários à realização de seus processos produtivos. No litoral sergipano a acumulação primitiva se materializa por meio de diferentes formas de acumulação capitalista, que se apropriam da terra e da água, dificultando a reprodução social de povos e comunidades tradicionais. Neste sentido, segue a tendência prevista por Marx de que os processos, típicos da fase da acumulação primitiva, se intensifiquem com a reprodução ampliada do capital.

Neste artigo se analisou especificamente a carcinicultura, umas das formas de acumulação que se expande em escala crescente ao longo do litoral sergipano, bem como em outros estados nordestino. O uso de áreas cada vez maiores para esta atividade econômica vem dificultando e as vezes inviabilizando a reprodução social de comunidades costeiras que vivem da pesca artesanal, de práticas agrícolas camponesas e do extrativismo. A criação de camarão promove a apropriação de bens comuns como os mangues, impedindo o trabalho de marisqueiras e contamina as águas dos rios impactando todo o ecossistema e, por conseguinte, a pesca artesanal.

Outro conceito utilizado na análise da questão agrária na perspectiva marxista e que se mostra bastante relevante para explicar

o contexto atual, particularmente no recorte espacial estudado, é o de renda da terra. Seja na forma de renda diferencial, uma vez que os capitalistas usufruem de certas condições privilegiadas de acesso a água e de vantagens para realizar os investimentos. Seja na forma de renda absoluta, fruto da apropriação privada da terra e da água.

À medida que um determinado espaço se torna um território de uma forma de acumulação de capital a população tradicional que o utiliza vai sendo impedida de realizar seus processos produtivos porque a terra e a água passam a ser destinadas as atividades econômicas que geram maior renda aos proprietários fundiários. No litoral sergipano áreas que antes áreas arrendadas ou mesmo ocupadas por povos e comunidades tradicionais passam a ser arrendadas para instalação de tanques para criação de camarão, em muitos casos de propriedade de capitalistas de outros municípios e até de outros estados.

Por fim, considera-se relevante reiterar que estes conceitos permitem aprofundar a análise da dimensão espacial no processo de acumulação de capital, uma vez que as análises circunscritas ao setor econômico da agricultura, evidenciam importantes processos como a transformação dos camponeses em proletários, ou a manutenção camponesa de forma subordinada, como constata Kautsky (1980). Entretanto, a análise dos processos de expropriação e das formas de extração de renda permitem apreender distintos processos de acumulação de capital que não estão diretamente relacionados com a industrialização da agricultura, mas que ameaçam as múltiplas formas de vida de povos e comunidades tradicionais, sob a retórica do desenvolvimento econômico.

Referências B

ABCC. O Censo da carcinicultura nacional em 2011. **Revista Associação Brasileira de Criadores de Camarão**, v. 15, n. 1 p. 24-28, 2013.

AMIN, Samir. O capitalismo e a renda fundiária. In AMIN, Samir e VERGOPOULOS, Kostas. **A questão agrária e o capitalismo**. Paz e terra, Rio de Janeiro, 1986.

ANDRADE MEIRELES, A. J.; CASSOLA, R. S.; TUPINAMBÁ, S. V.; QUEIROZ, L. S. Impactos ambientais decorrentes das atividades da carcinicultura ao longo do litoral Cearense, Nordeste do Brasil. **Mercator - Revista de Geografia da UFC**, vol. 6, núm. 12, 2007, pp. 83-106.

BRASIL. Decreto lei decreto n. 6.040/07, de 7 de fevereiro de 2007. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm Acesso em: 03.03.2018.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O Conceito Histórico de Desenvolvimento Econômico**. Fundação Getúlio Vargas, 2006.

CAMPOS, Christiane S. S. **A face feminina da pobreza em meio à riqueza do agronegócio - trabalho e pobreza das mulheres em territórios do agronegócio no Brasil - o caso de Cruz Alta/RS**. Outras Expressões/Clacso, Buenos Aires, 2011.

CAMPOS, Christiane; CAMPOS, Rosana; CASTILHOS, Clarisse. Democracia, Capitalismo e Agronegócio - uma análise do papel dos poderes Executivo e Legislativo para a expansão do agronegócio no Brasil. **Anais do XXII Encontro Nacional de Economia Política – ENEP**, Campinas, SP, 2017.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. **A ideologia do desenvolvimento – Brasil: JK e JQ**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

CARVALHO, M. E. S.; FONTES, A. L. A carcinicultura no espaço litorâneo sergipano. **Revista da Fapese**, v.3, n. 1, p. 87-112, jan./jun. 2007.

CPP. CONSELHO PASTORAL DOS PESCADORES. **Conflitos socioambientais e violação de direitos humanos em comunidades tradicionais pesqueiras no Brasil**. ORG.: TOMAZ, A. F; SANTOS, G. Brasília, 2004.

DELGADO, Guilherme Costa. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio**. Porto Alegre, UFRGS/PGDR, 2012.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo. Teoria e história**. Ed. UFRJ, Rio de Janeiro, 2010.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 23. ed., São Paulo, Editora Nacional, 1989.

_____, **Teoria e política do desenvolvimento econômico**, 10. ed., São Paulo, Paz e Terra, 2.000.

HARVEY, David. **O novo imperialismo: acumulação por espoliação**. São Paulo: Loyola, 2004

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Proposta Editorial, São Paulo, 3. edição, 1980.

MÜLLER, Geraldo. **Complexo Agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: HUCITEC, 1989.

NATORI, M. M. et al. **Desenvolvimento da carcinicultura marinha no Brasil e no mundo: avanços tecnológicos e desafios**. Informações Econômicas, São Paulo, v.41, nº 2, fev. 2011.

MARX, K. **O capital**, livro I, tomo 2. Coleção: Os economistas. Abril Cultural, São Paulo, 1985a.

_____, **O capital**, livro III – tomo 2. Coleção: Os economistas. Abril Cultural, São Paulo, 1985b.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Geografia Agrária: perspectiva no início do século XXI. In MARQUES, Marta Inez e OLIVEIRA, Ariovaldo. **O campo no século XXI**. Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, São Paulo, 2004.

RAMALHO, C. W. N. Ideologia e Aquicultura: uma das faces da revolução azul. Contemporânea – **Revista de Sociologia da UFSCar**. São Carlos, v. 5, n. 2, jul.-dez. 2015, pp 521-544.

SÁ, Hellen; MORAIS, Letícia; CAMPOS, Christiane. Que desenvolvimento é esse? Análise da expansão do agronegócio da soja na área do MATOPIBA a partir de uma perspectiva furtadiana. **Anais do XXI Congresso Brasileiro de Economia**, 2015, Curitiba PR.

SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

TAHIM, E. F.; JUNIOR, I. F. A. A carcinicultura do nordeste brasileiro e sua inserção em cadeias globais de produção: foco nos APLs do Ceará. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v.52, nº 3 Jul./Set. 2014.

THOMAZ JUNIOR, A. O agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do Século XXI. **Campo Território**, 2010, v. 5, n. 10, p. 92-122.

DINÂMICAS TERRITORIAIS E DESENVOLVIMENTO

DINÂMICAS TERRITORIAIS E DESENVOLVIMENTO



FINANCEIRIZAÇÃO DA HABITAÇÃO NO BRASIL¹

*Vanilza da Costa Andrade
Ana Rocha dos Santos*

1. Introdução

As ações mais efetivas do Banco Mundial a partir da década de 1980, na área de desenvolvimento urbano e habitacional, foram iniciadas em uma “[...] “transição” das cidades para um modelo de políticas públicas “de mercado”, seguida por outra, caracterizada pela transposição da lógica das empresas para a gestão das cidades” (ARANTES, 2006, p 66), o que coloca a escala local (estados e municípios) como a responsável pela operacionalização das políticas e responsável pela gestão de seus problemas. Isso foi acompanhado por uma política de des-

¹ Esse texto é parte das discussões da tese de doutorado “Programa Minha Casa, Minha Vida: financeirização da política habitacional e relações patrimonialistas em Sergipe”, defendida em 09/07/2018, pelo Programa de Pós-graduação em Geografia – PPGEO/UFS sob orientação da Prof.^a Dr. Ana Rocha dos Santos.

centralização no Brasil, articulada ao neoliberalismo implantado no país nos anos 1990.

Seguindo as orientações do Banco tanto para o setor urbano como para o habitacional, foram introduzidos conceitos de governança e autonomia dos municípios, o que permitiu a abertura para que os próprios estados e municípios captassem recursos financeiros para desenvolverem políticas públicas. No Brasil, com o Plano Nacional de Habitação foi criado um ambiente legal para atender as orientações do Banco Mundial através da implantação da descentralização e a inserção do setor privado nas políticas habitacionais.

A legalidade da financeirização da habitação no Brasil se efetivou com a criação do Sistema de Financiamento Imobiliário em 1997 em pelo ajuste neoliberal no país, no qual a política de financiamento habitacional passou a ser gerida pela esfera privada, e ao mesmo tempo direcionada para atender as demandas do mercado imobiliário.

O presente artigo tem como objetivo analisar a financeirização da habitação no Brasil, diante das orientações do Banco mundial para o setor, partindo de uma leitura geográfica que permita compreender a totalidade concreta e as contradições do processo de financeirização da habitação no país. Para tanto, o materialismo histórico dialético é o método que sustenta a análise crítica da política de habitação e sua estreita relação com Estado e o capital financeiro na (re)produza de uma sociedade desigual, mesmo que na aparência, os propósitos da política habitacional sejam para garantir a moradia como indispensável à reprodução da vida.

2. Banco Mundial e suas orientações para o setor urbano e habitacional

No pós-segunda guerra mundial, período que o capitalismo obteve altos índices de crescimento nos chamados “trintas anos gloriosos do capitalismo”, foi também um momento histórico marcado pela afirmação da hegemonia norte-americana perante o mundo capitalista, pois os Estados Unidos se tornaram o banqueiro do mundo, em troca da abertura dos mercados.

O acordo de Bretton Woods, em 1944, permitiu que o dólar dos Estados Unidos se tornasse a moeda oficial do sistema econômico mundial, estabelecendo a regulação do mercado monetário tão necessário no período de expansão da economia mundial no pós-guerra, pois “[...] o sistema de Bretton Woods refletia a hegemonia absoluta dos EUA na concorrência intercapitalista, bem como a necessidade de preencher as enormes necessidades, herdadas da crise de 1929 e da Segunda Guerra Mundial, para financiamento da acumulação” (CHESNAIS, 1996, p. 250).

Com o acordo de Bretton Woods “[...] foi criado um conjunto de instituições internacionais – notadamente as Nações Unidas, o FMI e o Banco Mundial – em que os Estados Unidos conservaram o controle político, fornecendo o marco necessário para a manutenção da ordem” (WALLERSTEIN, 2003, p. 74). Foi na gestão de McNamara (1961 – 1981) que o Banco Mundial foi consolidado, passando a ser responsável por criar mecanismos que possibilitassem o crescimento econômico e “social” dos países periféricos, pois “a gestão de McNamara operou [...] em larga medida, o objetivo de consolidar o Banco como uma “agência de desenvolvimento”” (PEREIRA, 2009, p. 115).

A gestão de McNamara no Banco Mundial foi caracterizada também pelos investimentos em áreas sociais, “[...] como educa-

ção (tanto no meio urbano como no rural), fornecimento de água potável, saneamento básico, nutrição, saúde primária, habitação urbana e planejamento familiar” (PEREIRA, 2009, p. 116). O investimento na área social, no entanto, foi uma forma encontrada por McNamara para mascarar os reais objetivos do Banco que eram/são permitir a expansão da acumulação capitalista via financiamentos de projetos sociais.

Pereira (2009) afirma que para realizar o anunciado “assalto à pobreza”, McNamara estabeleceu como meta dobrar os empréstimos e créditos em cinco anos para chegar a pouco mais de US\$ 11 bilhões, mais do que havia sido desembolsado nos primeiros vinte anos de operações do Banco.

Os governos dos países em desenvolvimento passaram a se endividar com os empréstimos do Banco Mundial, sobretudo, os direcionados para as áreas sociais, em uma conjuntura marcada pelo excesso de empréstimos junto ao Banco, provocando ainda mais a “bola de neve” de endividamento dos países periféricos, principalmente.

Pereira (2009) destaca ainda que o Banco Mundial exaltava o capital privado como locomotiva do crescimento, em detrimento do papel desempenhado pelo setor público e pela ajuda externa ao desenvolvimento. Tratava-se, pois de mover a política de empréstimos dos BNDs do apoio ao crescimento “dirigido pelo Estado” para o apoio ao crescimento “conduzido pela empresa privada”. A mudança no balanço entre “Estado” e “mercado” expressava, como sempre, uma virada mais profunda na correlação de forças entre capital e trabalho e entre os Estados nacionais.

O Banco Mundial, desde sua criação, atua para permitir a manutenção do poder hegemônico dos Estados Unidos e acelerar a abertura de novos espaços que permitissem a acumulação capitalista. Desse modo, doravante os anos 1990 “[...] a totalidade das políticas domésticas praticadas na periferia deveria se adequar

rapidamente à neoliberalização, a fim de construir um ambiente plenamente ‘amigável ao mercado’” (PEREIRA, 2009, p. 198) e com isso acelerar o processo de difusão da ideologia neoliberal.

No que diz respeito à questão habitacional e urbana, as primeiras operações do Banco Mundial foram criadas em 1972 na gestão de McNamara e estavam “[...] diretamente relacionadas com as estratégias de ‘combate à pobreza’” (RIBEIRO FILHO, 2006, p.128), ou seja, as operações do Banco para a questão urbana estavam alicerçadas no panorama de “assalto à pobreza” que eram mascaradas por políticas, que tinham como discurso ideológico permitir o desenvolvimento dos países periféricos.

Na pauta de prioridades do Banco Mundial em combater a “pobreza” “[...] a questão habitacional também apareceu na agenda “social” da gestão de McNamara” (PEREIRA, 2009, p. 127). No início, as atribuições e empréstimos do Banco Mundial para o setor de políticas urbanas e habitacionais para os países em desenvolvimento foram propostas por sucessivas agendas do Banco.

No documento do Banco Mundial “Ciudades en transición: estrategia del Banco Mundial para los gobiernos urbanos y locales” de 2000, é destacado como o Banco age no setor de desenvolvimento urbano, dando ênfase à necessidade do fortalecimento e reforma das finanças urbanas como uma das formas do poder local resolver a problemática urbana e habitacional.

[...] Desde 1972, el Banco ha destinado entre el 3% y el 7% de sus operaciones crediticias a proyectos de desarrollo urbano: 1. Reforma de las finanzas municipales y fortalecimiento de la capacidad local; 2. Lineas de credito para inversiones municipales multi sectoriales; 3. Proyectos habitacionales y de tierras (financiamiento de viviendas, registro catastral, terrenos y servicios, reforma del régimen de propiedad); 4. Mejoras básicas de los servicios sociales y económicos y seguridad de la tenencia de la propiedad en vecindarios po-

bres (mejoramiento urbano); 5. Desarrollo de sistemas de saneamiento basico y tratamiento de residuos sólidos; 6. Operaciones de emergencia y de reconstrucción después de los conflictos. (BANCO MUNDIAL, 2000, p. 07 – 08).

A façanha do crescimento econômico, conseguido nos 30 anos gloriosos do capital, ruuiu com a crise da dívida dos anos 1980, tanto no meio rural como no urbano, e foi a partir dessa década que houve um aumento exponencial do poder de influência e de barganha das instituições multilaterais. No sistema habitacional, os discursos sobre descentralização passam a ganhar destaque, conforme afirma Arantes.

[...] um importante aumento da influência e do poder de barganha das instituições multilaterais nas políticas públicas dos países em crise. A ação do BID e do Banco Mundial deixa de ser realizada em termos de recomendações e passa à intervenção mais ativa, como parte das exigências dos acordos de renegociação da dívida, protagonizados pelo Fundo Monetário Internacional. A reforma do sistema habitacional, a descentralização das políticas públicas, a criação de fundos de financiamento onerosos e o “ajuste fiscal das cidades” foram partes importantes das reformas estruturais dos anos 80. Esse último pretendeu corrigir as “distorções” de preços dos serviços públicos (que passariam a cobrar seu custo real), realizar cortes nos subsídios e ampliar as taxas e impostos urbanos (2006, p.66).

Nesse sentido, na década de 1980, a descentralização passa a imperar nos discursos e orientações do Banco Mundial, colocando em pauta que a partir da redemocratização e descentralização das políticas públicas seria possível ter um completo desenvolvimento a partir da escala local, conforme é elucidado no documento do Banco nos anos 2000.

[...] Es por ello que, desde fines de los años ochenta, los proyectos urbanos se han concentrado en forma creciente en la reforma de políticas y los cambios institucionales, y se ha profundizado el dialogo del Banco sobre cuestiones de regulación, sistemas de incentivos y las modalidades de relaciones — entre los gobiernos locales, el sector privado, las organizaciones informales y las unidades familiares — que determinan cómo funcionan las ciudades. A medida que la democratización, la descentralización y la cooperación entre los sectores público y privado fortalecen la comunicación y colaboración entre estos participantes, se requiere un enfoque más holístico del desarrollo urbano que apunte la nueva estrategia del Banco (BANCO MUNDIAL, 2000, p. 08).

Doravante a virada neoliberal, o Estado atua com poderes de persuasão, cooptação, chantagem e ameaça para manter o clima de consentimento necessário à perpetuação de seu poder (HARVEY, 2008). De tal modo, que a ideologia da atual fase do capitalismo deu o suporte para que “[...] no ambiente de crise estrutural do sistema do capital, o discurso neoliberal iguala tudo que é estatal à ineficiência, à corrupção e ao desperdício, enquanto que a iniciativa privada aparece como seu oposto: a eficiência, a resolutividade”. (SANTOS, 2008, p. 20).

Desse modo, a nova estratégia do Banco Mundial para atingir o desenvolvimento urbano alicerça-se no processo de descentralização, dando ênfase ao poder local/municipal. Além disso, a esfera privada é exaltada, passando a ofertar serviços que sempre foram públicos e direcionados aos mais pobres.

O que se percebe é que o discurso do Banco Mundial para o desenvolvimento urbano, pautado nos imperativos do sistema capitalista pós-crise dos anos 1970, ou seja, o capitalismo com restrições de expansão geográfica passa a buscar em escalas menores seu espraiamento e as políticas públicas permitem que isso acon-

teça de forma mais rápida e mascarada, pois o Estado – principal parceiro do capitalismo – possibilita essa expansão.

No documento do Banco destaca a necessidade de exaltar a potencialidade dos municípios², pois “[...] cuando las ciudades y los pueblos [...] tienen potencialidades [...] las políticas públicas — sumadas a la acción de las comunidades, el compromiso del sector privado, un gobierno local responsable y el respaldo del gobierno central [...] y su contribución al desarrollo nacional (BANCO MUNDIAL, 2000, p. 10), colocando os sujeitos sociais com grande responsabilidade para atingir um desenvolvimento urbano eficaz com base na escala local.

Desse modo, “[...] A liberalização do financiamento habitacional [...] deverá estar de acordo com a liberalização geral do setor financeiro. De igual modo, a privatização da produção de habitação deverá realizar-se simultaneamente com a privatização geral das empresas do setor público” (BANCO MUNDIAL, 1994, p. 71). Em outras palavras, a orientação do Banco Mundial para a habitação é incentivar a liberalização, incentivar a privatização das empresas públicas em um contexto em que o setor privado é enaltecido.

O Banco Mundial como instituição que realiza os interesses hegemônicos, pode financiar políticas para atender a classe trabalhadora? Questiona-se porque, enquanto instituição atrelada aos interesses do capital, compreende-se que as políticas criadas são moldadas para mascarar esses interesses, “[...] como o Banco Mundial age junto ao Estado, com empréstimos e orientações, no sentido de melhorar as condições de habitação e saneamento jun-

2 Uno de los objetivos primordiales de la labor de desarrollo municipal del Banco es propiciar la interacción formal y periódica entre las autoridades locales y la población (incluso a través de organizaciones comunitarias y no gubernamentales) mediante, por ejemplo, programas participativos de planeamiento y elaboración del presupuesto y la supervisión pública de los gastos y la prestación de servicios (BANCO MUNDIAL, 2000, p.17).

to às populações de baixa renda, para tentar recuperar o ‘equilíbrio social’, ou seja, manter as condições de acumulação” (PERUZZO, 1984, p. 50). Nesse sentido, o Estado age junto ao Banco Mundial, colocando as políticas como benfeitorias para a classe trabalhadora, mas na verdade busca-se a acumulação ampliada do capital.

3. Plano Nacional de Habitação: ratificação da financeirização habitacional no Brasil

A partir dos anos 1970 e 1980 “[...] o Estado brasileiro promoveu mudanças para atender às existências do novo modelo de desenvolvimento. Dentre as mudanças propostas, encontrava-se o objetivo de implementar políticas e programas direcionados para o desenvolvimento” (CONCEIÇÃO, 2012, p. 136). Desse modo, o Estado no Brasil passou a atender as demandas pré-estabelecidas pelas agências multilaterais (como o Banco Mundial) de criar mecanismos para que as políticas públicas se adequassem às novas demandas do sistema do capital.

Com o processo de redemocratização brasileira a partir de 1988, o Estado acata as orientações e interesses do sistema do capital enquanto “[...] opção para a permanência do poder da classe hegemônica” (SANTOS, 2010, p. 1). A descentralização se tornou imprescindível, pois foi uma forma encontrada para que os Estados fossem adaptados aos “novos” imperativos do capital financeiro, no qual o poder e o espaço local foram redefinidos em uma tentativa de “salvar” o sistema do capital da crise estrutural do deste. O espaço local enquanto unidade subnacional foi “eleito” no intuito de abrir novos espaços para o processo de acumulação ampliada do capital.

Vainer (2000) afirma que a sociedade do pensamento único (era da globalização) tornou o espaço urbano em uma cidade-empresa. A analogia cidade-empresa não se esgota numa proposta simples-

mente administrativa ou, como muitas vezes pretendem apresentar seus defensores, meramente gerencial ou operacional. Na verdade, é o conjunto da cidade e do poder local que está sendo redefinido. Conceito de cidade, e com ele os conceitos de poder público e de governo da cidade são investidos de novos significados, numa operação que tem como um dos esteios a transformação da cidade em sujeito/ator econômico e, mais especificamente, num sujeito/ator cuja natureza mercantil e empresarial instaura o poder de uma lógica, com a qual se pretende legitimar a apropriação direta dos instrumentos de poder público por grupos empresariais privados.

A nova estratégia foi colocar as unidades subnacionais (estados e municípios) com competências fundamentais para a execução e gestão dos programas sociais, abrindo espaços para que grupos privados se espalhassem com mais facilidade em espaços cada vez mais longínquos. Vainer (2000) alerta para o fato de que a descentralização tende a preparar um projeto empresarial para o espaço local.

Tendo invocado em sua origem a necessidade de descentralização do poder, e sua consequência democratização na esfera municipal, o planejamento estratégico urbano e seu *patriotismo de cidade* desembocam claramente num projeto de eliminação da esfera política local, transformada em espaço do exercício de um projeto empresarial encarnado por uma liderança personalizada e carismática. Transfigurando-a em mercadoria, em empresa ou em pátria, definitivamente a estratégia conduz à destruição da cidade como espaço da política, como lugar de construção da cidadania. A reivindicação de poder para as comunidades e coletividades locais, conquistada numa luta travada em nome do autogoverno, se consuma como abdicação em favor de chefes carismáticos que encarnam o projeto empresarial. A cidade conquistou parte dos recursos políticos antes concentrados no poder central, mas não realizou o sonho do autogoverno (VAINER, 2000, p. 98).

Com a descentralização das políticas públicas, no que se refere à política habitacional brasileira, passou-se a incorporar conceitos de gestão democrática, colocando a responsabilidade aos sujeitos sociais enquanto capazes de transformação da realidade social a qual estão inseridos. A nova política federal de desenvolvimento urbano inclui a tendência descentralizadora (até 1988 a política estava centralizada no governo federal), assumindo o modelo de gestão participativa e democrática.

Com a Constituição de 1988 e a reforma do Estado, o processo de descentralização, um dos pontos principais do modelo proposto, ganha base para se efetivar. Dentro do processo de descentralização se estabelece uma redefinição de competências, passando a ser atribuição dos Estados e Municípios a gestão dos programas sociais, e dentre eles o de habitação, seja por iniciativa própria, seja por adesão a algum programa proposto por outro nível de governo, seja por imposição Constitucional (BRASIL, 2004, p. 10).

Segundo Arretche (1997), a definição de uma nova Política Federal de Desenvolvimento Urbano só veio a ocorrer efetivamente a partir de 1995, pois se considera que as necessidades de investimento nas principais áreas do desenvolvimento urbano são de tal ordem que o governo federal não pode mais cumprir o papel de principal financiador da expansão dos serviços que haviam cumprido quando da vigência do BNH. Desse modo, a abertura do setor aos investimentos privados, a utilização de recursos externos e o co-financiamento de estados e municípios impõem-se como uma necessidade.

Rodrigues (2011) nos mostra que os Artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), além de reafirmar a competência do município para a implementação da política urbana, explicitam o significado de função social da cidade e da propriedade

urbana. Remeteu, porém, a aplicação dos instrumentos que possibilitariam atingir a função social da cidade e da propriedade aos Planos Diretores – PD –, obrigatórios para os municípios com mais de 20 mil habitantes, ou seja, definiu o planejamento, em especial o PD como fundamento para a política urbana. O Estatuto da Cidade³ - Lei 10.237/2001 e medida provisória 2220, de setembro de 2011 (BRASIL, 2011), regulamentaram os artigos da Constituição Federal que tratam do tema.

Rolnik (2015) afirma que, apesar dos sucessos da política econômica – entre eles, o aumento do gasto público no setor de habitação e saneamento – e das promessas de descentralização e de extensão do direito à cidade presentes no Estatuto da Cidade, as marcas do modelo predatório e discriminatório de cidade continuam em plena vigência, constituindo o que podemos denominar hoje de crise urbana. Essa crise tem origem nas permanências e persistências de um modelo excludente, predatório e patrimonialista, ao mesmo tempo em que reverberam no nível local as mudanças mais globais.

Após a criação do Estatuto da Cidade (2001) que regulamenta os Artigos 182 e 183 da Constituição Federal e ao mesmo tempo

3 Lei nº 10.257, de 10 de Julho de 2001, foi criada com o objetivo de ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante diretrizes que tem por finalidade garantia do direito a cidades sustentáveis a partir da gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano; cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social; planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente; oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais; ordenação e controle do uso do solo funcionar como polos geradores de tráfego, sem a previsão da infraestrutura correspondente; integração e complementaridade entre as atividades urbanas e rurais, tendo em vista o desenvolvimento socioeconômico do município e do território sob sua área de influência, dentre outras.

estabelece diretrizes gerais da política urbana e a criação do Ministério das Cidades (2003), no qual este “[...] passa a ser o órgão responsável pela Política de Desenvolvimento Urbano e, dentro dela, pela Política Setorial de Habitação” (BRASIL, 2004, p. 12). A política habitacional brasileira passa a ter caráter descentralizado pautada na ação democrática.

[...] ampliaram-se as condições de autonomia e de iniciativa locais (estaduais ou municipais) na definição de agendas e implementação de políticas e, por outro, restringiu-se o acesso a recursos. Embora premidas pela escassez de recursos, as iniciativas em programas habitacionais por parte de administrações municipais disseminaram-se a partir do final dos anos 80, e ganharam maior legitimidade na medida em que foram também apoiadas pelas novas políticas de financiamento adotadas por organismos internacionais de fomento (BRASIL, 2004, p.11).

Desse modo, sob a lógica da Política Nacional de Habitação (PNH), o município passa a ser a unidade subnacional responsável em gerir as políticas habitacionais, pois a gestão municipal “[...] teria, ainda, a virtude de ser o nível de governo que permitiria uma maior integração entre as políticas de provisão de moradias e as políticas fundiárias e de controle do uso e ocupação do solo, o que ampliaria mais suas possibilidades de eficácia/eficiência” (BRASIL, 2004, p. 11). Sob essa perspectiva, o PNH dá as diretrizes para que os municípios possam se adequar no que diz respeito ao planejamento urbano e regulamentação do solo.

A Política Nacional de Habitação tem como principal instrumento o Sistema Nacional de Habitação que estabelece as bases institucionais e se divide em dois subsistemas: o de Habitação de Interesse Social e o de Habitação de Mercado, conforme segue.

[...] as bases do desenho institucional que se propõe participativo e democrático prevê a integração entre os três níveis de governo e com os agentes públicos e privados envolvidos com a questão; e define as regras que asseguram a articulação financeira, de recursos onerosos e não onerosos, necessária à implementação da Política Nacional de Habitação. Inclui ainda a criação de dois subsistemas: o de Habitação de Interesse Social e o de Habitação de Mercado (BRASIL, 2004, p. 29).

No Subsistema de Habitação de Interesse Social (SHIS), os recursos são destinados a subsidiar habitação para a classe mais baixa da renda, na qual se concentra a maior parte do déficit habitacional brasileiro (BRASIL, 2004) e o Subsistema de Habitação de Mercado (SHM) tem como objetivo reorganizar o mercado privado da habitação, tanto na ampliação das formas de captação de recursos, quanto no estímulo à inclusão dos novos agentes, facilitando a promoção imobiliária (BRASIL, 2004)

Enquanto no SHIS os recursos são captados de fundos institucionais, o SHM será captado via cadernetas de poupanças, investimentos institucionais e pessoas físicas e títulos securitizados o que demonstra que a criação do SHM serviu para “[...] complementar os atuais Sistema de Financiamento Imobiliário (SFI) e Sistema Financeiro da Habitação (SFH)” (BRASIL, 2004, p. 75).

O SHM contará com o Fundo de Liquidez de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) para servir como segurança “[...] desses papéis junto a investidores privados. Os bancos poderão financiar diretamente a produção por intermédio de incorporadores e construtores ou diretamente às pessoas físicas” (BRASIL, 2004, p. 75). Nesse sentido, os bancos ou companhias hipotecárias terão a facilidade de negociar seus créditos com companhias securitizadoras. Percebe-se que a PNH, com a criação do subsistema de Habitação de Mercado, apadrinhou a política de crédito habitacional, pois

legalmente os bancos foram liberados para adentrar ao Sistema Financeiro Habitacional e ao Sistema de Financeiro Imobiliário.

Rolnik (2015) destaca que, adotado por governos ou imposto como condição para a concessão de empréstimos internacionais por instituições financeiras multilaterais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), o novo paradigma se baseia principalmente na implementação de políticas que criam mercados financeiros de habitação mais fortes e maiores, incluindo consumidores de média e baixa renda, que até então deles estiveram excluídos.

Nesse sentido, com a descentralização e a criação da Política Nacional de Habitação, o município foi eleito enquanto unidade subnacional responsável em gerir e executar as políticas de habitação. Para tanto, é necessário que se produza uma conformidade entre os sujeitos locais, pois “[...] sem o consenso não há qualquer possibilidade de estratégias vitoriosas. O plano estratégico supõe, exige, depende de que a cidade esteja unificada, toda, sem brechas, em torno ao projeto” (VAINER, 2000, p. 91), colocando a ação dos sujeitos como fundamentais para o “sucesso” dessa política.

4. Financeirização da habitação no Brasil

Em relação ao modelo de financiamento de habitação, no Brasil, a partir de meados da década de 1960, o Estado passou a capturar investimentos para este setor através de duas modalidades de investimento: o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

O Banco Nacional de Habitação (BNH) e o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) criados em 1964, com objetivo de coordenar a política habitacional dos órgãos públicos e orientar a iniciativa privada, estimulando a construção das moradias populares; financiamento para aquisição da casa própria; eliminação de favelas; diminuição do déficit habitacional; aumento do investimento da

indústria de construção e estímulo à poupança privada e ao investimento (RODRIGUES, 1994).

Segundo Villaça (1986), o BNH marcou o início de uma nova etapa não só na história da habitação, mas na própria história econômica, no Brasil. Aquela caracterizada pela penetração do capital financeiro, representado pela associação entre o capital industrial e o bancário, no setor da moradia. O capital financeiro se fez necessário e surgiu em um determinado momento histórico para abreviar o ciclo de rotação de capital. Isso faz parte do movimento no sentido da plena transformação dos produtos de trabalho – da casa inclusive – em mercadoria.

Para Peruzzo (1984), a casa própria tem importância marcante na sociedade capitalista. No caso brasileiro, para o trabalhador urbano representa a principal aspiração. Para o Estado, a habitação popular é um dos instrumentos de controle social, um meio de legitimar o regime e de criar condições para a reprodução da força de trabalho e reprodução do capital. Assim, para sair da forte crise em que se encontrava a economia brasileira em 1964, dado o esgotamento do processo substitutivo de importações e a espiral inflacionária desestimuladora de investimentos, urgiu que se tomassem decisões para retomar o crescimento econômico. A construção das habitações populares foi escolhida para estimular esse processo. Optou-se por investir em obra de longa maturação, com alta absorção de mão de obra, e não prioritária à expansão econômica.

A criação do BNH permitiu que o Estado transferisse a problemática da falta de habitação para a população, colocando a classe trabalhadora como capaz de adquirir uma casa. Nesse sentido, a ideologia da casa própria teve papel fundamental no contexto da criação do BNH, é como afirma Rodrigues.

As transformações deste período permitiram e permitem ainda ao Estado garantir a manutenção da propriedade pri-

vada e manter as condições de exploração da força de trabalho. Esta legislação resolveu várias questões: instituiu um fundo proveniente das mudanças nas relações de trabalho; difundiu a ideia de que os trabalhadores teriam como resolver os problemas de habitação, implementando a ideologia da casa própria, trocou assim a estabilidade do trabalhador pela possibilidade remota de garantia de moradia; passou para a esfera governamental – BNH –, a responsabilidade de repasse da “indenização”, diminuindo, com isto, a responsabilidade do empregador, cuja obrigação passou a ser de depositar oito por cento do salário (desde 2001 passou a ser de 8,5%) de cada trabalhador no BNH (RODRIGUES, 2011, p. 3).

Desse modo, o modelo de financiamento do Brasil SFH, dourante os anos 1964 teve como lastre a captação de poupança “[...] tanto voluntária quanto compulsória e muito pouco no repasse de recursos orçamentários de origem fiscal” (ROYER, 2014, p. 46).

A partir da década de 1970, com a crise econômica do capitalismo e a queda da taxa de emprego formal e, conseqüentemente, a diminuição do recolhimento do FGTS, o BNH entrou em falência e as atribuições dos recursos passaram para a Caixa Econômica Federal (CEF), passando a operar como principal agente de financiamento habitacional no Brasil, pois “no final dos anos 60 já estava claro que o BNH não poderia financiar casas para a população com menos de três salários mínimos e havia dificuldades para o atendimento mesmo da população com renda mensal entre três e cinco salários mínimos” (VILLAÇA, 1986, p. 74).

[...]no final da década de 70, mais precisamente na de 80, os recursos tornam-se mais escassos, relacionados à crise econômica (desemprego): diminui o recolhimento do FGTS e os depósitos em poupança, e aumenta a retirada do FGTS à medida que aumenta o desemprego. Por outro lado, aumenta o número de inadimplentes, relacionado ao aumento do

desemprego e também ao aumento do valor das prestações (RODRIGUES, 1994, p. 59).

Com o término/falência do BNH e a transferência imediata das atribuições para CEF, os organismos internacionais passaram a atuar de forma mais direcionada na orientação da política habitação, “[...] como o Banco Mundial age junto ao Estado, com empréstimos e orientações, no sentido de melhorar as condições de habitação e saneamento junto às populações de baixa renda, para tentar recuperar o “equilíbrio social”, ou seja, manter as condições de acumulação” (PERUZZO, 1984, p. 50).

Desse modo, o Sistema de Financiamento Imobiliário (SFI)⁴ foi criado em 1997 “[...] em pleno período de consecução do ajuste neoliberal no Brasil, que pressupõe a livre negociação entre as partes, limitando-se o Estado a resolver as chamadas ‘falhas de mercado’” (ROYER, 2014, p. 46), ou seja, a política de financiamento imobiliário passa a ser gerida pela esfera privada, e ao mesmo tempo direcionada para atender as demandas do mercado imobiliário, é como afirma Shimbo (2012).

[...] nos governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC, 1995 a 2002) – quando se assume definitivamente a lógica privada na provisão e na produção de habitação. Essa lógica se mantém nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva, a despeito dos programas estritamente voltados para as faixas de renda de até três salários mínimos, regidos pelo caráter universal do direito a habitação (p. 31).

Para Shimbo (2012), desde os anos 1990 vêm se constituindo, no Brasil, mecanismos jurídicos e institucionais que prepararam o ter-

4 Lei nº 9514 de 20 de novembro de 1997.

reno para a ampliação e a consolidação da produção privada de moradias, inclusive para uma faixa de renda familiar que anteriormente não era atendida pelo mercado formal promovido por grandes empresas. Sem grande alarde, o mercado imobiliário passou a ocupar a posição de ator central na política brasileira recente de habitação.

A criação do Sistema de Financiamento Imobiliário (SFI) foi o primeiro passo concreto na direção do aperfeiçoamento do modelo de financiamento imobiliário. Assim como mostra a experiência internacional, a solução para a insuficiência de crédito de longo prazo para o mercado imobiliário estaria na sua maior integração com os mercados financeiros e de capitais. O instrumento básico para o funcionamento do SFI é o Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI), ou seja, títulos lastreados nos fluxos recebíveis gerados pelos financiamentos imobiliários, emitidos por Companhias Securitizadoras (BRASIL, 2004, p. 24).

A própria Lei 9514⁵ em seu Art. 4º é posto que “as operações de financiamento imobiliário em geral serão livremente efetuadas pelas entidades autorizadas a operar no SFI, segundo condições de mercado e observadas às prescrições legais”, ou seja, o SFI direcionou suas operações buscando adaptar a política habitacional e imobiliária à lógica do mercado. A justificativa de inserir a necessidade de financiamento habitacional estava pautada na colocação de ineficiência do Estado de aferir políticas públicas e que só o mercado poderia gerir e executar as políticas sociais.

Desse modo, “[...] o SFI tem como principais fundamentos a securitização dos créditos imobiliários e a maior segurança jurídica dos contratos. Ao contrário do SFH, o novo sistema vai captar

5 Lei 9.514, de 20 de Novembro de 1997. Dispõe sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário, institui a alienação fiduciária de coisa imóvel.

recursos no mercado e não dispõe de um *funding* cativo ou taxa de juros determinadas” (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2007, p. 9 – 10). O SFI dá um salto no que diz respeito ao crescimento do crédito imobiliário no Brasil, garantindo que a lógica do mercado prevaleça.

Segundo Sanfelici (2015), o mercado imobiliário brasileiro, mediante inspirações em experiências internacionais, a partir dos anos 1990, “deixou” de ser um mercado doméstico e “lançando-se” à lógica do mercado financeiro internacional.

A principal transformação ocorrida no mercado imobiliário brasileiro desde os anos 1990 foi, sem dúvida, sua crescente internacionalização. Por muito tempo, o mercado imobiliário havia sido um mercado estritamente local, geralmente sob controle de empresas comandadas por famílias influentes na região, que transferiam capitais acumulados em outros segmentos para investimentos em incorporação e construção. Nesse contexto de predomínio de mercados restritos, poucas empresas investiam capitais em projetos fora da sua região de origem e o setor imobiliário funcionava, prioritariamente, como um campo de acumulação auxiliar que permitia a preservação e expansão da riqueza excedente produzida em outros ramos de negócios (SANFELICI, 2015, p. 126).

A importância da abertura do mercado imobiliário brasileiro teve peso, pois esse mecanismo permitiu que o Estado, alicerçado sob a lógica do mercado, garantisse legalmente através do SFI a disseminação da lógica financeira no mercado imobiliário. Rolnik (2015) destaca como a política da ideologia da casa própria teve “peso” para concretizar a abertura da nova fronteira de acumulação capitalista, via financiamento habitacional no Brasil.

Com o apoio da força política da ideologia da casa própria, profundamente enraizada em algumas sociedades e recen-

temente infiltrada em outras, e da “socialização do crédito”, a inclusão de consumidores de média e baixa rendas nos circuitos financeiros e a tomada do setor habitacional pelas finanças globais abriram uma nova fronteira para a acumulação de capital. Isto permitiu a livre circulação de valores através de praticamente toda a terra urbana (ROLNIK, 2015, p. 27).

Sob essa perspectiva, Rolnik (2015) alerta que a tomada do setor habitacional pelo setor financeiro não representa apenas a abertura de mais um campo de investimentos para o capital “[...] trata-se de uma forma peculiar de reserva de valor, por relacionar diretamente a macroeconomia com os indivíduos e as famílias, e possibilitar, através dos mecanismos de financiamento que vários atores centrais do sistema financeiro global se interliguem” (ROLNIK, 2015, p. 28). Desse modo, inserir cada vez mais famílias na lógica internacional de acumulação de capital se torna fundamental na atual fase capitalista de crise estrutural.

O Banco Mundial foi um dos grandes incentivadores para que as políticas públicas passassem a ser geridas pelo mercado, colocando a inoperância e ineficiência do Estado em prover políticas de bem-estar social. É como afirma Royer,

O próprio Banco Mundial, sempre um militante do protagonismo do mercado, é um defensor da participação ativa do Estado na criação das condições efetivas para o desenvolvimento do financiamento imobiliário. Assim, mesmo os mais sofisticados sistemas de crédito tendem a depender do Estado para impulsionar a acumulação de capital, de modo que a apropriação privada da riqueza e da renda pelos agentes econômicos envolvidos nos sistemas (2014, p. 30 – 31).

O Estado é o principal agente que permite a fluidez do sistema capitalista, e no neoliberalismo as políticas públicas se tornam ne-

cessárias para estabelecer o pressuposto imprescindível para a expansão geográfica do capitalismo mediante o mascaramento das políticas que na maioria das vezes são caracterizadas pelo sistema de crédito individual. Sendo que “[...] o crédito é necessário para lubrificar a circulação do capital e das receitas e para equilibrar a relação entre eles” (HARVEY, 2013, p. 390).

É como afirma Harvey (2013).

[...] o Estado pode também achar necessário estimular alguns tipos de fluxo de crédito por razões econômicas e sociais (o financiamento de moradia é em geral colocado de lado como um tipo especial de mercado de crédito por essa razão). O Estado pode até estabelecer instituições de crédito com propósitos especiais (para crédito agrícola, desenvolvimento de projetos em áreas carentes, empréstimos para pequenos negócios, empréstimos para estudantes etc.). O sistema de crédito é, portanto, um importante campo de ação para a política estatal (HARVEY, 2013, p. 370 – 371).

Desse modo, com o aprofundamento e expansão da ideologia neoliberal no Brasil, a política habitacional passa a operar inspirado no modelo norte-americano, “[...] centrado na captação de recursos privados via mercado de capitais [...] aportando a racionalidade das finanças na organização do financiamento da política de crédito imobiliário, inclusive o habitacional” (ROYER, 2014, p. 15). Com a criação do SFI foram instituídos alguns instrumentos financeiros no intuito de articular a entrada e acelerar a lógica de financeirização habitacional e imobiliária no Brasil.

[...] o SFI buscava deslanchar o crédito imobiliário com o uso de instrumentos financeiros inovadores como o Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI), a Letra de Crédito Imobiliário (LCI) e a Cédula de Crédito Imobiliário (CCI), buscando introduzir, ainda que em menor escala, um mer-

cado de financiamento habitacional semelhante ao modelo norte-americano, provendo as condições necessárias ao desenvolvimento de um mercado secundário de hipotecas, que teria como função primordial transformar a concessão de crédito imobiliário em um investimento dotado de segurança e liquidez (ROYER, 2014, p. 15).

Com o avançar da política neoliberal e consequentemente da migração da política habitacional para o mercado financeiro, “[...] a provisão habitacional migrou, paulatinamente, do discurso universalista dos direitos fundamentais para a lógica seletiva dos mercados, articulando-se de maneira inovadora com a arquitetura financeira dos novos padrões de acumulação de capital” (ROYER, 2014, p. 13), ou seja, a adequação da política habitacional à lógica financeira possibilitou a extração de lucros que são gerados mediante o crédito habitacional.

Na perspectiva em que o SFI foi criado houve uma indução para o cidadão passar a ser um “mero” cliente do sistema bancário. O que isso quer dizer? Os sujeitos, mediante esse sistema, são colocados enquanto “fregueses”, mas para que esses consigam usufruir das políticas habitacionais e para atender as diretrizes estipuladas pelo sistema de crédito podem ser “[...] incluído ou excluído das modalidades de financiamento. O risco do financiamento, as garantias pessoais e reais oferecidas, o nome limpo na praça viram um problema de quem demanda a mercadoria” (ROYER, 2014, p. 29). Desse modo, entraves são criados pela lógica desigual do mercado, no qual, muitas vezes, os sujeitos que compõem o déficit habitacional não se adéquam à lógica imposta, pois o mercado é quem dita as regras de financiamento imobiliário para atender as demandas do capitalismo financeiro.

Royer (2014) afirma que o SFI tencionou criar um ambiente de negócios capaz de atender a todo tipo de demanda imobiliária,

disseminando uma nova forma de riqueza imobiliária. À sua forma, o SFI reforça a era do “*real estate*” como “*business*” no Brasil. O SFI foi criado como uma possibilidade real de estabelecer um mercado importante no país para o financiamento de empreendimentos imobiliários; a ‘ausência do sistema ‘nervoso’ para ‘deslanchar’ o setor imobiliário no Brasil.

Desse modo, a produção de moradia passa a ser uma “habitação social de mercado⁶” (SHIMBO, 2012, p. 18), pois as políticas habitacionais são negociadas sob a forma de crédito imobiliário, sendo assim uma fração de negócio dentro da lógica de financeira capitalista.

[...] o conceito de “habitação”, como fração do negócio imobiliário, compreende toda edificação destinação ao uso residencial e que possa ser transacionada no mercado. A possibilidade de transação do imóvel residencial no mercado é crucial para o mercado de crédito, já que as operações de financiamento costumam utilizar o próprio bem financiado como garantia (ROYER, 2014, p. 45).

É necessário compreender que o sistema de crédito na questão habitacional e imobiliária é uma demanda básica para aquisição de financiamento, no entanto este “[...] necessita imobilizar capital por um prazo relativamente longo e, por isso, demanda financiamento específico” (ROYER, 2014, p. 105). É assim que esse financiamento pode ser efetuado; e havendo a possibilidade de lucro para os financistas, ao manter, dessa forma, a continuidade do ciclo do capital.

[...] os consumidores que querem adquirir o valor de uso de um objeto (como uma casa) por um longo período de tem-

6 Shimbo (2012) defende a tese de que a habitação social foi moldada para atender o mercado privado de habitação.

po podem também procurar fazê-lo realizando pagamentos periódicos “a crédito”. Em todos esses aspectos, o sistema de crédito permite a continuidade da circulação do dinheiro, ao mesmo tempo, que aceita a descontinuidade na produção, na circulação e no consumo das mercadorias. Por meio do sistema de crédito, todos os tempos de circulação são reduzidos a “tempo de circulação socialmente necessário” (HARVEY, 2013, p. 350).

Os empreendimentos imobiliários caracterizados pela lógica do SFI fomentam o sistema de crédito, pois este passa a garantir em essência o retorno com juros gerados mediante transações realizadas dentro do circuito do capital financeiro. Desse modo,

O SFI prevê, em seu modelo teórico, que o coração do sistema seja a captação de recursos em mercado secundário de títulos de créditos e recebíveis imobiliários. Para isso, conta com instrumentos financeiros destinados a fazer essa ponte entre o mercado de capitais e o mercado imobiliário (ROYER, 2014, p. 108).

A lógica do SFI está baseada na captação de recurso mediante o financiamento de crédito imobiliário “[...] junto ao mercado de capitais por meio da securitização⁷ e busca garantir a segurança jurídica das transações, especialmente quanto à rápida execução da garantia real, por meio da alienação fiduciária”⁸ (ROYER, 2014, p. 114).

7 A securitização de créditos imobiliários é a operação pela qual tais créditos são expressamente vinculados à emissão de uma série de títulos de crédito, mediante Termo de Securitização de Créditos, lavrado por uma companhia securitizadora. (Lei nº 9.514 - capítulo I, seção V, Art. 8º).

8 A alienação fiduciária regulada por esta Lei é o negócio jurídico pelo qual o devedor, ou fiduciante, com o escopo de garantia, contrata a transferência ao credor, ou fiduciário, da propriedade resolúvel de coisa imóvel. (Lei nº 9.514, capítulo II, Art. 22).

Destarte, “[...] a manipulação das hipotecas pouco tinha a ver com uma política habitacional agressiva, de caráter includente, como poderia parecer aos menos desavisados. Ligava-se, objetivamente, a um processo de acumulação de capital, tinha no sistema de crédito a sua força propulsora” (ROYER, 2014, p. 25). Assim, o SFI criado no final da década de 1990, tornou-se um mecanismo legal que possibilitou a expansão do capital imobiliário e financeiro no Brasil mediante ampliação do mercado privado, via políticas de habitação, pois o

[...] financiamento habitacional no Brasil, seja aquela articulada pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH), seja aquela articulada pelo Sistema Financeiro Imobiliário (SFI), deveria ter como objetivo principal o atendimento as necessidades habitacionais do país. No entanto, nos últimos anos, o enfrentamento dessas necessidades, ou mesmo do déficit de novas unidades habitacionais, parece ter mudado de função. De meta objetiva das políticas do setor, o ‘combate ao déficit’, expressão largamente utilizada na mídia impressa e televisiva, tem sido utilizado como pretexto para a criação de novos instrumentos de crédito, mais vocacionados à acumulação financeira de capital que à universalização do direito à moradia (ROYER, 2014, p. 25).

A relação da política habitacional gerida pelo setor privado sempre existiu, no entanto, essa relação “[...] se redesenhou com a entrada do capital financeiro nas grandes empresas construtoras e incorporadoras e com o aumento de recursos dos principais fundos públicos e semipúblicos” (SHIMBO, 2012, p. 17 – 18). O SFI foi apresentado e colocado em prática como uma “[...] *commodity*, negociada em bolsa, e tendo como pretexto o desenvolvimento de instrumentos financeiros voltados à acumulação financeira” (ROYER, 2014, p. 18 – 19). A institucionalização do SFI possibi-

tou ampliação da hegemonia financeira via crédito habitacional e imobiliário no Brasil.

5. Considerações finais

O sistema de crédito é um importante componente do sistema do capital, pois segundo Sanfelici (2013) “[...] o capitalismo não poderia existir sem um sistema de crédito cada vez mais sofisticado para atender suas necessidades de reprodução” (p. 29). Desse modo, as orientações do Banco Mundial, diante do processo de descentralização, permitiram que o sistema de crédito imobiliário e habitacional passasse a ser individualizado, garantindo as demandas do setor privado.

A criação do Sistema de Financiamento Imobiliário foi o marco enquanto mecanismo jurídico para a consolidação da provisão privada de moradias, centralizando as demandas e decisões para o mercado privado imobiliário. O Estado teve papel imprescindível, pois permitiu a fluidez e disseminação das necessidades do setor privado, mantendo a hegemonia nas políticas habitacionais, inclusive facilitando o sistema de crédito.

Desse modo, com a descentralização da política habitacional, a criação do Sistema de Financiamento Imobiliário e o aprofundamento da ideologia neoliberal no Brasil, a política habitacional do Brasil passou a operar no sentido salvaguardar os interesses privados através da expansão do crédito, ampliando a hegemonia financeira via crédito habitacional e imobiliário, transformando a habitação em um ativo financeiro

Referências

ARANTES, Pedro Fiori. O ajuste urbano: as políticas do Banco Mundial e do BID para as cidades. In. **Pós**. N. 20, São Paulo, 2006.

ARRETCHE, Marta T. S. O mito da descentralização: maior democratização e eficiência das políticas públicas? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, no. 31, 1996, p. 1 – 27.

BANCO MUNDIAL, **Ciudades en transición Estrategia del Banco Mundial para los gobiernos urbanos y locales**, 2000. Disponível em: <http://documentos.bancomundial.org/curated/es/2000/01/5188835/cities-transition-executive-summary-strategic-view-urban-local-government-t-issues-ciudades-en-transicion-resumen-estrategia-del-banco-mundial-para-los-gobiernos-urbanos-y-locales>, acessado em 22 de outubro de 2016.

BANCO MUNDIAL, **Vivienda: un entorno propicio para el mercado habitacional**, 1994. Disponível em: <http://documentos.bancomundial.org/curated/es/1994/02/12188769/housing-enabling-markets-work-vivienda-un-entorno-propicio-para-el-mercado-habitacional>, acessado em 12 de março de 2016.

BRASIL, **Política Nacional de Habitação**, Ministério das Cidades, Brasília, 2004.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. Estado, políticas públicas e o reordenamento social e territorial do trabalho. In: ANDRADE, Eliziário Souza; SILVA, Francisca de Paula Santos da. **Estado e políticas públicas: a construção do consenso liberal**. Salvador: EDUNEB, 2012, p. 135 – 159.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Crédito imobiliário no Brasil: caracterização e desafios**. São Paulo: FGV projetos, março de 2007.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HARVEY, David. **Os limites do capital**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944 – 2008)**. Tese de doutorado, Universidade Federal Fluminense Instituto de Ciências Humanas e Filosofia – Departamento de História, 2009.

PERUZZO, Dilvo. **Habitação: controle e espoliação**. São Paulo: Cortez, 1984.

RIBEIRO FILHO, Geraldo Browne. **O Banco Mundial e as cidades: construindo instituições na periferia – o caso do PRODUR, Bahia**. Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro - Curso de Doutorado do Programa de Pós- Graduação em Planejamento Urbano e Regional, 2006.

RODRIGUES, Arlete Moysés. A Política urbana no governo lula. In. **Sim-
pósio Nacional de Geografia Urbana**. 12, 2011, Belo Horizonte.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras**. 5 ed. São Paulo: contexto, 1994 (Coleção Repensando a Geografia).

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

ROYER, Luciana de Oliveira. **Financeirização da política habitacional**: limites e perspectivas. São Paulo: Annablume, 2014.

SANFELICI, Daniel. As escalas da acumulação na produção das cidades. In. CARLOS, Ana Fani Alessandri; VOLOCHKO, Danilo; ALVAREZ, Izabel Pinto (orgs). **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2015.

SANFELICI, Daniel. Financeirização e a produção do espaço urbano no Brasil: uma contribuição ao debate. In. **Eure**. Vo. 39, n. 118, setembro de 2013.

SANTOS, Ana Rocha dos. A descentralização e (des) envolvimento local: o município na centralidade da gestão do território. In. **Encontro Nacional de Geógrafos**: “O espaço não para. Por uma AGB em movimento”, 15, 2008, São Paulo.

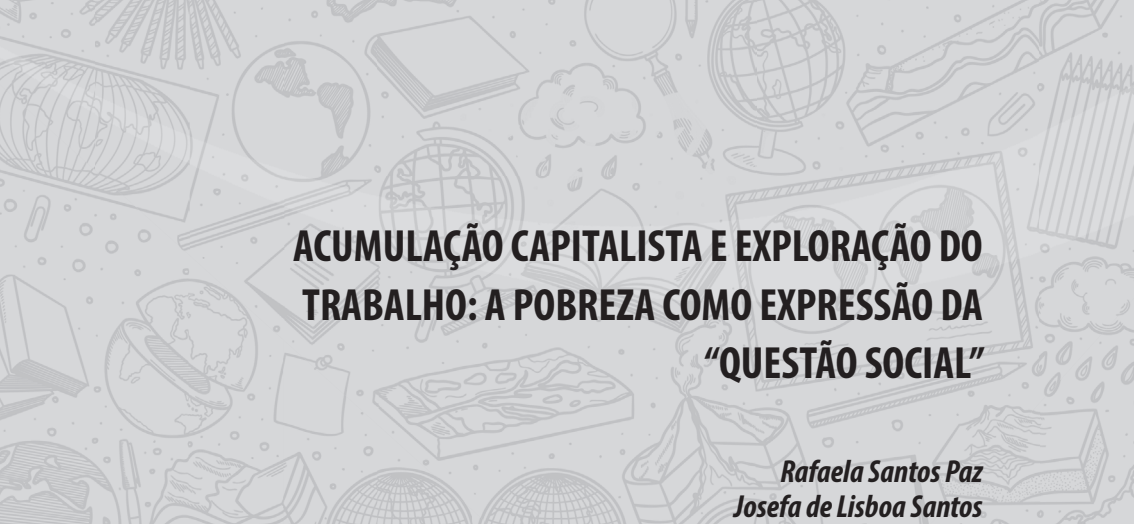
SANTOS, Ana Rocha dos. **O desvelar das contradições do modelo de des-
centralização**: as interfaces escalares na conformação do sistema único de saúde em Sergipe. 2008, 348 f. (Tese de Doutorado), Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2008.

SHIMBO, Lúcia Zanin. **Habitação social de mercado**: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro. Belo Horizonte: C/Arte, 2012.

VAINER, Carlos Bernardo. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In. ARANTES, Otília; VAINER, CARLOS, Bernardo Vainer; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

VILLAÇA, Flávio. **O que todo cidadão precisa saber sobre habitação**. Rio de Janeiro: 1 ed. Global, 1986.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Mundialização ou era de transição?** Uma visão de longo prazo da trajetória do sistema-mundo. In. CHESNAIS, François; DUMENIL, Gerard; LEVY, Dominique; WALLERSTEIN, Immanuel. São Paulo: Xamã, 2003

The background of the top section is a light gray with a dense, repeating pattern of small, stylized line drawings. These drawings include various educational and social symbols: globes, books, pencils, clouds, raindrops, a map of South America, a lightbulb, a magnifying glass, a stack of papers, a pencil sharpener, and a small figure of a person. The overall theme is a mix of education and social issues.

ACUMULAÇÃO CAPITALISTA E EXPLORAÇÃO DO TRABALHO: A POBREZA COMO EXPRESSÃO DA “QUESTÃO SOCIAL”

*Rafaela Santos Paz
Josefa de Lisboa Santos*

1. Introdução

Neste estudo, buscamos retomar parte da discussão realizada na pesquisa de mestrado sobre trabalho infantil, intitulada “Entre a exploração e a sobrevivência: espacialização e precariedade do trabalho de crianças e adolescentes em Sergipe”. Compreendemos que a exploração do trabalho infantil, hoje, figura as contradições do modo de produção capitalista, como resultado do processo de exploração do trabalho, apropriação da riqueza, cujo corolário é o aprofundamento da pobreza da população, quadro que obriga a inserção da classe que vive do trabalho a se subordinar a formas contemporâneas de dominação.

Nesse artigo discutimos de forma breve os conceitos de trabalho, questão social e pobreza, que ajudam a entender o funcionamento do modo de produção capitalista. Dito isso, este artigo está dividido

em três seções, além dessa introdução e das referências. Na primeira seção realizamos uma análise da relação homem-natureza, na qual evidenciamos a centralidade do trabalho, como produtor do homem enquanto sujeito social e como este passa a ser alienado no modo de produção vigente. Na segunda seção discutiremos a lei geral da acumulação capitalista, a centralidade do trabalho-mercadoria e as expressões da questão social, entre elas, a pobreza. Por fim, apresentaremos como conclusões uma reflexão sobre o aprofundamento da pobreza no cenário de limite do capitalismo.

A lei geral da acumulação, de modo geral, está diretamente relacionada a criação da questão social, neste quadro, as contradições do modo de produção capitalista (necessidade de ampliação do exército de reserva), a crise estrutural por que ele passa no quadro atual, a reestruturação produtiva e as repercussões no mundo do trabalho, têm contribuído para a redução do trabalho formal e para a submissão da classe que vive do trabalho a precárias formas de exploração. As expressões da “questão social” que aqui discutiremos, são rebatimentos do processo de acumulação capitalista.

2. A essencialidade do trabalho na relação Homem/Natureza

O espaço é produto das relações sociais determinadas pelas condições materiais e objetivas dadas pelo modo de produção ao qual está subjugada a sociedade. Por meio do trabalho, o homem se produz produzindo o espaço. Sobre esse aspecto, Lefebvre (2010), ao analisar o conceito de produção, atribui a ele um duplo sentido, um de caráter abstrato, subjetivo, em seu sentido *latu sensu* como produção do humano como ser genérico e produção no sentido *stricto sensu*, como produção no sentido material de objetos. O conceito de produção, assim, possui relação direta com a categoria trabalho, que também possui dupla dimensão, é fonte criadora do homem como sujeito social e fonte criadora de objetos materiais.

Godoy (2008) contribui com essa análise ao afirmar que,

Embora o conceito de ‘produção’ encontre-se além da materialidade, a categoria central que o fundamenta é, sem dúvida, a categoria Trabalho. Na concepção de Marx, o conceito de Trabalho pode ser entendido como aquele ligado a atividade teleológica de transformação da natureza e como síntese inseparável da natureza objetiva, circundante, e a natureza subjetiva do homem. O trabalho constitui o “princípio gerador” do homem e não apenas uma atividade produtiva, mas de constituição de uma natureza objetiva e de um horizonte de apreensão e transformação da realidade. O conceito apresenta dupla dimensão: a de transformação da natureza e de constituição de objetos, estes trazem o momento da objetividade de sua produção (2008, p 126).

Godoy (2008) é assertiva quando problematiza a preocupação de Lefebvre sobre a relação entre produção e trabalho, chamando a centralidade do trabalho para à cena. Para a autora:

Embora o conceito de produção implique necessariamente em realização efetiva de trabalho, este se apresenta muito mais decisivo para a fundamentação da concepção sobre a ‘produção do espaço’, do que o próprio conceito de produção. A categoria Trabalho, na visão de Lefebvre, estabelece, em princípio, uma forma de analisar e entender a sociedade, o Estado, o capital, o poder, a produção e as relações espaço/sociedade (2008, p 126).

O trabalho aparece como categoria central da reprodução do homem enquanto ser social, da mesma forma que a produção do espaço. O trabalho é, portanto, ação necessária à sobrevivência humana e a produção das condições dessa sobrevivência, não no seu sentido abstrato, mas historicizando a natureza e ao mesmo

tempo criando as condições de sua reprodução, conforme Marx sinaliza:

O trabalho é em primeiro lugar um processo entre a natureza e o homem, processo em que este realiza, regula e controla sua própria ação [...] e ao mesmo tempo em que age sobre a natureza exterior a ele e a transforma, transforma também sua própria natureza (1987 p 202).

O que se extrai da análise de Marx é que é na mediação do trabalho com a natureza que natureza e sociedade entram em simbiose, se tornam uma unidade. Tal unidade implica a existência recíproca de um e outro, o que torna a natureza a própria condição do homem se fazer homem e o trabalho, a possibilidade da existência da sociedade.

O homem como parte da natureza retira desta as condições para sua sobrevivência, contudo, a natureza não lhe fornece tudo que precisa em quantidade e na qualidade necessária, assim o homem desenvolve por meio do trabalho as ferramentas e meios ou objetos que possam ser capazes de transformar essa primeira natureza numa segunda, que atenda seus interesses de reprodução social. O trabalho em sua dimensão ontológica, assim se coloca no seu sentido criador.

Produzindo valores de uso que permitam a reprodução humana, o homem naturaliza-se. Assim, por meio do trabalho se dá o processo de naturalização do homem e de humanização da natureza. À medida em que a natureza primeira é alterada e transformada numa segunda natureza por meio do trabalho humano, esta passa a se inserir na história dos homens, transformando-se numa natureza imbuída de história.

Essa criação se realiza pelo trabalho concreto, que cria valores de uso para a sociedade. Assim, a construção de abrigos, de ferramentas de caça e coleta de alimentos, a confecção de armas para

proteção contra animais e inimigos, a invenção da agricultura, a domesticação de animais, a domínio do fogo, os represamentos e a criação de canais de irrigação, dentre outros, foram fruto do trabalho humano, a fim de facilitar sua reprodução social.

É possível identificar nas obras de Marx (1987) que o trabalho se apresenta como uma atividade própria do ser humano seja ele material, intelectual ou artístico. O homem é também o único capaz de criar meios e instrumentos de trabalho, afirmando ser essa atividade caracteristicamente humana. Ele é capaz de criar valores de uso em qualquer formação social. Trata-se de uma necessidade natural de realização do intercambio material homem-natureza.

Contudo, no modo de produção capitalista, a apropriação da natureza e dos meios de produção por parte de alguns, obriga a submissão do homem pelo homem por meio da venda da força de trabalho.

3. Trabalho-mercadoria no capitalismo

Nas sociedades primitivas e pré-capitalistas a relação homem natureza primava pela harmonia. Tratava-se de uma sociedade menos destruidora, já que o tempo da transformação da natureza era mais lento. As demandas pautavam-se no valor de uso, no consumo dos bens de primeira necessidade dos homens. Com o advento do capitalismo essa relação foi sendo alterada aceleradamente e destrutivamente.

Ocorreu a separação do homem em relação aos meios de produção da vida material. Houve a expropriação do camponês em relação à sua terra, de onde ele extraía seu consumo. Foram retirados os meios de produção dos artesãos, forçando a concentração dos homens no “império do capital”, a cidade (MOREIRA, 1982).

O capital promoveu a ruptura Homem-Natureza, colocando-os em lados opostos. Uma vez afastado dos meios de produzir,

o homem continuou necessitando de bens para reproduzir-se, passando a vender sua força de trabalho (necessário a reprodução capitalista) tornou-se “livre” para se colocar à disposição das formas de exploração pelos capitalistas, que se tornaram os donos dos recursos naturais ou dos meios de produção.

A apropriação por uns, faz os demais alienarem-se do processo de produção e distanciam-se cada vez mais da natureza fonte de reprodução social. O afastamento do homem em relação à natureza é condição necessária da acumulação no modo de produção capitalista, já que o homem fica obrigado a vender a única mercadoria que lhe pertence, sua força de trabalho. Ocorre daí uma ruptura na relação que antes era orgânica e agora passa a se constituir condição de alienação do trabalho, expondo, dessa maneira uma lógica contraditória capital/trabalho que se coloca capaz de produzir a desigualdade.

No capitalismo ocorre a subversão da relação de simbiose homem/natureza, passando a ser dirigida numa relação estranhada e alienada, na qual o homem não reconhece o fruto do seu trabalho como seu. É necessário que se compreenda que a alienação não é uma dimensão essencial do homem, mas um fenômeno criado, a partir das relações sociais de produção capitalistas, estabelecidas no decorrer do seu processo histórico. Segundo Diniz (1999), o processo de alienação é resultado de produções históricas como a propriedade privada, a divisão social do trabalho, a generalização das trocas mercantis, dentre outros. Segundo a autora, “expressavam um conjunto de determinações históricas, produzidas socialmente que resultavam naquele “estranhamento”, naquela alienação do sujeito diante do processo e dos produtos de suas objetivações” (DINIZ. 1999, p 18).

A análise marxiana nos mostra como o trabalho passa de atividade recriadora do homem para seu carrasco, um objeto de tortura. Segundo Konder (2008), Marx mostra que esse processo se

inicia com a divisão social do trabalho, com a propriedade privada dos meios de produção que tem como desdobramento o aparecimento das classes sociais. Para Marx, as condições criadas pela divisão do trabalho e pela propriedade privada deram início ao estranhamento entre o trabalho e o trabalhador e nessas condições na sociedade capitalista o trabalho em vez de realizar o homem, aliena-o.

O trabalhador torna-se uma mercadoria, o que leva Silva (2016) a afirmar que:

O trabalhador é guiado para a produção de mais-valia a serviço da acumulação do capital. Assim, quanto mais valores cria mais sem prestígio, infelicitado, exaurido e irrealizado se torna; a riqueza do capital sustenta, contraditoriamente, o empobrecimento do trabalhador que se torna “inferior” ao fazer “superiores” os representantes do sistema do capital (IBID, p 43).

Com o advento da propriedade privada aparecem os possuidores e os não possuidores da “natureza”. Homem e natureza aparecem separados. Uma vez destituído de bens naturais, resta ao homem a sua força de trabalho, a qual ele disponibiliza para o mercado. Nesse processo, o homem é alienado de sua própria produção e não mais se reconhece como produtor de coisas que deveriam lhe pertencer. A riqueza produzida por estes é apropriada por outros e como o trabalho humano é a única fonte criadora de riqueza, apenas por meio da compra da força de trabalho é possível gerar essa riqueza, que não passa de trabalho expropriado do trabalhador, ou mais-valia.

É no debate sobre trabalho que compreendemos que sob o capitalismo a relação homem-natureza foi alterada. A relação homem/natureza deixa de ser em essência uma relação de realização da vida, para se transformar em uma relação estranhada,

e mediada pelo dinheiro, quando o homem não reconhece o resultado do seu trabalho como seu. Não se percebe na relação com a natureza. O capital passa a ser a relação de mediação, na troca da mercadoria força de trabalho, pela mercadoria dinheiro, que lhes permite a troca por outras mercadorias.

Nesta alienação e apropriação da riqueza produzida socialmente se produz ao mesmo tempo, a pobreza e a desigualdade, expressões da “questão social” que tomaremos como produto da relação homem/natureza no capitalismo. Diz respeito a um processo dialético de produção da riqueza de alguns e produção da pobreza é que se dá a produção de diferentes espaços, apropriados por diferentes classes sociais. Ruy Moreira, observa que na paisagem local pode-se ler a natureza de classe do espaço,

Cada classe social define seu espaço próprio de existência. Mesmo onde os estratos entrecruzam-se, as diferenciações de classes são espacialmente visíveis. A corriqueira expressão “ponha-se no seu lugar” com que o dominante refere-se ao dominado numa sociedade de classes tem clara significação espacial (Ibidem, p. 92 - 93)

O trabalho assume função distinta deixando de ser o metabolismo entre homem e natureza, passando a servir à valorização do capital, tornando-se trabalho abstrato a partir da extração da mais-valia. A natureza se converte em recursos naturais e o homem em trabalhador e produtor de trabalho excedente ou mais-valia. A apropriação da riqueza produzida é desigual porque corresponde à realidade de cada uma das classes resultantes da relação capital/trabalho. Assim, a materialidade do espaço produzido, reflete as diferenças de classes.

Essa é a relação capital-trabalho no sistema sociometabólico do capital. Somente a sua compreensão permite identificar a desigualdade de classes e a indissociabilidade entre a produção da

riqueza de uns e da pobreza dos produtores de mercadorias. É no espaço produzido que a materialidade da pobreza se expressa. De um lado vivem as camadas pobres, que vendem sua força de trabalho, no outro, os possuidores dos meios de produção. O que explica essa desigualdade na apropriação do espaço produzido é a lei geral da acumulação capitalista. É a partir dela que discutiremos a produção da pobreza.

A fase atual do modo de produção capitalista, busca novas formas de produzir e gerir o trabalho em duas direções; pela redução quantitativa de emprego formal e correspondente ampliação da informalidade e precarização. O desemprego estrutural resultante da crise que se instala no capitalismo desde a década de 1970, aponta alterações profundas no mundo do trabalho, com alteração qualitativa das formas de trabalho, por meio da terceirização, precarização, e como denomina Antunes (2006) hifenização das formas de trabalho.

Assim no capitalismo contemporâneo amplia-se o uso de uma força de trabalho barata, o trabalho autônomo, o trabalho doméstico, o trabalho infantil, o trabalho clandestino e as múltiplas expressões de serviços precarizados.

4. Na lei geral da acumulação, a pobreza como expressão da questão social

Ao apresentar a lei geral da acumulação capitalista, Marx (2014) anuncia que a acumulação do capital só é possível quando há a separação entre o homem e os meios de produção. A partir dessa dissociação é possível obter-se o resultado da exploração da mais-valia produzida pela classe trabalhadora.

Para chegar a esta afirmativa, Marx (2014), em sua obra *O Capital*, Livro 1 volume 2, demonstra a partir dos conceitos de capital

constante e capital variável¹ como os capitalistas se valem deste último para extração do trabalho não pago, portanto da mais-valia. Segundo as proposições de Marx (2014) a acumulação do capital só pode se dá por meio da exploração da força de trabalho, uma vez que o trabalho é a única fonte criadora de valor. Os meios de produção e, portanto, as máquinas, apenas transferem valor à mercadoria, ao mesmo tempo, somente o trabalho humano vivo gera valor. Destas concepções propostas por Marx, compreendemos que a expansão da acumulação só pode se dá pelo processo de ampliação da exploração do trabalho, uma vez que o capital apropriado da classe trabalhadora só pode crescer com nova exploração de trabalho.

Marx (2014) ao dissertar sobre as formas de exploração do capital variável para acumulação capitalista, afirma que,

[...] o desenvolvimento do modo capitalista de produção e da força produtiva de trabalho, causa e efeito ao mesmo tempo da acumulação, capacita o capitalista a pôr em ação maior quantidade de trabalho com o mesmo dispêndio de capital variável, explorando mais, extensivo ou intensivamente, as forças de trabalho individuais. [...] ele compra mais força de trabalho com o mesmo capital, ao substituir progressivamente trabalhadores qualificados por trabalhadores menos hábeis, mão de obra amadurecida por mão de obra incipiente, a força de trabalho masculina pela feminina, a adulta pela de jovens ou crianças (2014, p. 747).

Da extração da mais-valia resulta a apropriação por uma classe, da riqueza produzida pela classe que vive do trabalho. Esse

1 Para Marx (2014) o preço da mercadoria é determinado por dois condicionantes o capital constante e capital variável, o primeiro é determinado pela soma dos meios de produção e do segundo constituído do valor da força de trabalho.

processo expõe a acumulação capitalista como condição e causa do crescimento da pobreza da classe que vive do trabalho, ainda que desempregada, uma vez que os salários da grande maioria da classe trabalhadora, deve apenas manter sua sobrevivência e reprodução, mantendo seus corpos e mentes tão cansados a ponto de não lhes oferecer tempo para o questionamento das condições impostas. Para Marx (2014) a acumulação do capital e a riqueza dos capitalistas se perpetuam pelas condições de precariedade dos trabalhadores, pois:

Quanto maior a produtividade do trabalho, tanto maior a pressão dos trabalhadores sobre os meios de emprego, tanto mais precárias, portanto, sua condição de existência, a saber, a venda da própria força para aumentar a riqueza alheia ou a expansão do capital (MARX, 2014, p. 756).

A apropriação da riqueza por uma classe, a que detém os meios de produção, garante a esta o controle do trabalho. Esse controle só foi possível pela separação do homem em relação aos meios de produção.

Os homens, expropriados ficaram à mercê dos capitalistas que o subjugam como mercadorias úteis. Esse processo garantiu a formação do exército industrial de reserva e da superpopulação relativa em suas fases flutuante, latente ou estagnada, que têm como função pressionar a classe trabalhadora e manter os níveis de submissão, exploração e os baixos salários que garantem a acumulação capitalista: “quanto maiores essa camada de lázaros da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior, usando-se a terminologia oficial, o pauperismo. *Esta é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista*” (Grifos do autor, MARX, 2014, p. 756). A citação anterior reforça e sintetiza a compreensão da exploração a que está submetida à classe trabalhadora e a pobreza como condições de perpetuação da acumulação capitalista.

A redução de gastos com capital variável produziu uma repulsão muito maior que atração de novos trabalhadores. O exército industrial de reserva cresceu impulsionando a concorrência entre os trabalhadores e pressionando para baixo os rendimentos daqueles trabalhadores absorvidos pelo mercado. Como afirma Siqueira (2013, p 165) “a população trabalhadora ao produzir a acumulação do capital, produz em proporções crescentes, os meios que fazem dela uma população supérflua”.

O processo de acumulação capitalista é segundo as acepções de Marx (2014) acompanhado pelo processo de degradação da classe trabalhadora. A produção da riqueza é condição da produção da pobreza e vice-versa, “Acumulação de riqueza num polo é, ao mesmo tempo, acumulação de miséria, de trabalho atormentado, ou escravatura, ignorância, brutalização e degradação moral, no polo oposto, constituído da classe cujo produto vira capital” (MARX, 2014, p. 757).

Esse quadro nos dá a dimensão de que a pobreza não pode ser vista por nós como um produto natural, mas como um resultado das relações sociais, estabelecidas pelo modo de produção que rege a sociedade.

A denominada “questão social” tem como base a lei geral da acumulação. Netto (2001) apresenta-nos um panorama do surgimento do conceito de “questão social” a partir da terceira década do século XIX, com a generalização do fenômeno da pobreza na Europa. Após a população camponesa ser expropriada das terras onde vivia no campo, a venda de sua força de trabalho nas cidades aparece como a única opção de reprodução desta, contudo os salários pagos a esses trabalhadores eram extremamente baixos, sendo criadas, inclusive, diversas leis que puniam as empresas que pagassem acima de determinado valor.

A baixa remuneração obrigava mulheres e crianças a se inserirem nos postos de trabalho, a fim de ajudarem no sustento fami-

liar. Sobre a inserção de mulheres e crianças no trabalho, Santos (2012) afirma que “era comum o emprego de mulheres e crianças nas fábricas. No caso inglês, mais da metade dos trabalhadores dos engenhos de algodão entre 1834 e 1847 era de mulheres e crianças também do sexo feminino [...]”. Mulheres e crianças eram funcionais por que não só apareciam com “menos resistência à disciplina própria dos novos processos de trabalho[...], como ajudavam a “*superar as pequenas crises que resultavam na queda da taxa de lucro* (p. 36, grifos da autora).

A situação de pobreza a que estavam submetidas às famílias era suficiente para que essas mulheres e as crianças ofertassem sua força de trabalho em condições sub-humanas aos donos dos meios de produção. Apesar do avanço das forças produtivas no primeiro quartel do século, e da produção de bens como nunca antes se havia produzido, era a primeira vez que se tinha registro de que

a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas. Tanto mais a sociedade se revelou capaz de progressivamente produzir mais bens e serviços, tanto mais aumentava o contingente de seus membros que, além de não ter acesso efetivo a tais bens e serviços, viam-se despossuídos das condições materiais de vida que dispunham anteriormente (Ibid, p. 42-43 grifo do autor).

A literatura das ciências sociais como é o caso do Serviço Social, coloca a discussão sobre pobreza como umas das principais expressões da “questão social”, esta é entendida como um conceito que aglutina um conjunto de expressões da desigualdade existente a partir do modo de produção capitalista. Expressões como a pobreza, o desemprego, a violência urbana, o trabalho infantil, entre outras, denotam a desigualdade na sociedade atual e se apresentam como condição *sine qua non* da acumulação.

O que se designa por “questão social” não é a desigualdade e a pobreza indistintamente, mas sim aquelas que têm sua existência fundada pelo modo de produção capitalista (SANTOS, 2012). Quer-se dizer que a pobreza já existia antes do surgimento do modo de produção capitalista, contudo, tratava-se de uma pobreza relacionada “ao baixo desenvolvimento das forças produtivas” (ibidem, p. 29). Já no capitalismo, a pobreza é resultado direto da produção da riqueza, e da apropriação desta, pelos capitalistas. Também Siqueira (2013), pensa a produção da pobreza dentro do modo de produção vigente, percebendo que

A pobreza não é um resquício de sociedades pré-capitalista, ou um produto de um insuficiente desenvolvimento. Ela é *um produto necessário ao MPC*. O capitalismo, como sistema social de produção de valores, tem como resultado seu próprio desenvolvimento a acumulação de capital por um lado, e a pauperização absoluta e relativa por outro. (SIQUEIRA, 2013, p. 164, grifo da autora).

A explicação da pobreza deve partir de uma análise estrutural, sendo necessário entender a forma de produção do seu par dialético, a riqueza. Ela é resultado da extração da mais valia e da divisão injusta da renda entre as classes sociais. Piana (2009), identifica aquilo já explicado por Marx, nos alertando que o que fundamenta o sistema de desigualdades sociais é a “produção da riqueza que, na sociedade capitalista, se sustenta sobre a propriedade privada dos meios de produção e nas contradições de classe (2009, p. 40).

A luz de Siqueira (2013) a força de trabalho permanece sendo a única mercadoria da maior parte da população, logo o desemprego apresenta-se como um agravante da situação de pobreza desta, pois, sem emprego, o trabalhador mergulha no processo de pauperização. A pauperização se divide em absoluta e relativa. A primeira é caracterizada pela expulsão e/ou exclusão do mercado de

trabalho, o que lhe impede de obter os próprios meios de sustento. Já a pauperização relativa denota o distanciamento entre o valor produzido pelo trabalhador e a parcela apropriada por este. Assim, mesmo o país mais desenvolvido no qual o desemprego não perturbe a classe trabalhadora, promovendo a pauperização absoluta, a riqueza produzida socialmente não é distribuída de forma equivalente, resultando no processo ininterrupto da pauperização relativa. Como ressalta Siqueira (2013)

No capitalismo quanto mais se desenvolvem as forças produtivas, maior acumulação de capital, e maior pobreza (absoluta ou relativa) (...) quanto mais riqueza produz o trabalhador, maior é a exploração, mais riqueza é expropriada (do trabalhador) e apropriada (pelo capitalista). Assim não é a escassez que gera a pobreza, mas a abundância (concentrada a riqueza em poucas mãos), que gera desigualdade e pauperização absoluta e relativa (p. 183).

Logo sob o capitalismo, quanto maior a produção de riqueza e a acumulação desta, maior a pauperização da classe trabalhadora. Como afirma Duarte (2017, p. 49) “É dinâmica inerente ao capitalismo e sua contradição fundamental: a produção de riqueza sob a forma de capital na mesma proporção que produz pobreza e desigualdade”.

Campos (2011, p. 51) chama atenção para que “[...] a pobreza não é um fenômeno natural inerente à existência da totalidade ou de uma parcela da humanidade em um determinado tempo e lugar; ao contrário, a pobreza é produzida e reproduzida socialmente”. Ela resulta da desigual distribuição de recursos na sociedade. No caso do Brasil, o principal entrave é a distribuição da renda e da produção, uma vez que a riqueza produzida no país está concentrada nas mãos de poucas famílias enquanto a maioria da população que produz a riqueza se encontra nas camadas mais baixas da sociedade. Para Campos

[...] a desigualdade na distribuição de renda é apenas a “ponta do *iceberg*”, é o que é mais visível, uma vez que nas sociedades capitalistas as relações de consumo são mediadas pela mercadoria dinheiro. Todavia uma análise mais aprofundada das causas da desigualdade de renda revela que ela é uma consequência da concentração das riquezas (das terras, fábricas, bancos, imóveis urbanos e rurais, títulos públicos e assim por diante) nas mãos de uma parcela muito pequena da população (Ibid, p. 67).

O discurso de que a pobreza persiste no mundo em função da falta de recurso suficiente para a população não se sustenta, pois na história da humanidade nunca se produziu tanta mercadoria, no entanto milhares de pessoas ainda morrem de fome, sede, frio e outras mazelas que assolam a população mais pobre da sociedade. Nem mesmo nos seus 30 anos dourados (1946-1963), o capitalismo conseguiu evitar o incremento. No caso brasileiro, o desenvolvimento das forças produtivas no referido período conseguiu elevar os níveis de urbanização, de industrialização e de produtividade (Milagre Brasileiro). Por sua vez, a expropriação camponesa (“modernização conservadora”), a favelização, e a desigual distribuição da riqueza, manifestam a natureza contraditória do industrialismo no país.

Segundo Campos (2011), na história do modo de produção capitalista

[...] o avanço das forças produtivas que possibilita a geração de maior excedente econômico e, por conseguinte a redução da escassez, não se traduz em bem-estar para o conjunto da população. Tanto que na América Latina, a exemplo do que ocorre em outras partes do mundo, a urbanização e a industrialização promoveram elevação da capacidade produtiva, resultando em aumentos do Produto Interno Bruto – PIB e da renda *per capita*, mas isso não promoveu a elimi-

nação da pobreza, ao contrário intensificou-a e engendrou novas formas (CAMPOS, 2011, p. 52).

A concentração da riqueza tem relação direta com a fase do capitalismo monopolista e a emergência do capitalismo financeiro. Os ganhos de produtividade conquistados com o avanço técnico-científico e informacional, não foram repartidos com a população. Intensificou-se o grau de concentração de rendas no longo período.

Aqui interessa destacar que as crises econômicas inerentes ao modo de produção capitalista foram marcadas na história, por momentos de ascensão econômica, seguidas de redução das taxas de lucro, superprodução, subconsumo, depressão e desemprego em massa. No decorrer do processo histórico, as crises eram consideradas conjunturais, uma vez que eram provocadas por uma série de fatores que passados alguns anos e tomadas algumas medidas, se extinguíam e o crescimento voltava a se realizar com taxas de lucro ainda maiores que as anteriores. Contudo, a crise experimentada a partir da década de 1970 é entendida por muitos autores como Mészáros (2011) e Chesnais (2005) por exemplo, como uma crise estrutural do sistema, sem possibilidades de superação dentro do capitalismo. Para esses autores o sistema do capital tem se valido de reestruturações e reorganizações em todas as esferas para permanecer se reproduzindo.

Ao apontar as justificativas para a afirmação de que a crise que vivenciamos é estrutural, Mészáros (2011) chama atenção para a incapacidade das medidas tomadas pelo Estado para sua superação, ao afirmar que

A grave crise em curso de nossa época é estrutural no sentido de não poder ser superada nem mesmo com os muitos trilhões das operações dos Estados capitalistas. Assim, cada vez mais aprofunda crise estrutural do sistema combinada

ao fracasso comprovado de medidas paliativas sob a forma de aventureirismo militar em escala inimaginável, torna o perigo de autodestruição da humanidade ainda maior do que antes (Ibid, p. 137).

As economias dos países regidos pelo modo de produção capitalista têm vivenciado momentos de aparente estabilidade, logo freados por novas recessões e crises. O período desde a década de 1970 é entendido como de crise estrutural, porque o avanço das forças produtivas no setor produtivo, cresceu de tal forma que o trabalho humano (vivo), não possibilita as taxas de lucro que historicamente o modo de produção obtinha no ramo produtivo, as taxas de crescimento não mais alcançaram os níveis anteriores, o desemprego passou a ser uma realidade ininterrupta. Nas palavras de Mészáros (IBID), a crise estrutural é marcada por um Continuum depressivo. No que concerne ao desemprego crônico sob a crise estrutural, o autor avalia que

[...] o novo padrão emergente de desemprego como uma tendência socioeconômica que adquire o caráter de um indicador do aprofundamento da crise estrutural do capitalismo atual. [...] o problema não mais se restringe à difícil situação dos trabalhadores não qualificados, mas atinge também um grande número de trabalhadores altamente qualificados, que agora disputam, somando-se ao estoque anterior de desempregados, os escassos – e cada vez mais raros – empregos disponíveis (Ibid, p. 69).

O setor financeiro apresentou-se como uma saída para a fuga do capital do setor industrial e a possibilidade de novos lucros, muito embora esse novo setor não possa se sustentar por muito mais tempo, uma vez que a lei geral da acumulação capitalista discutida por Marx (2014) em “O capital” aponta para que a acumula-

ção só pode vir do emprego da força de trabalho humana. Quanto maior for o número de trabalhadores explorados, maior será a extração de mais-valia e a acumulação do capital. O setor financeiro se sustenta à base das taxas de juros pelo empréstimo do capital, advindo do setor produtivo. Porém a constante fuga de capitais do setor de produção de mercadorias para a acumulação financeira, tende a impor limites a esse processo.

Sob a crise estrutural a instabilidade, a insegurança, a perda de direitos, tornam-se máximas constantes da sociedade atual, dessa forma, o sistema do capital por não ter limites para sua expansão, acaba se mostrando incontrolável e profundamente destrutivo, por sua vez, tende a aprofundar a pauperização, ampliando o exército industrial de reservas, a exploração da força de trabalho de adultos, jovens, mulheres e crianças ou pela incorporação de novas máquinas que dispensem trabalho vivo, aumentando assim o quantitativo de trabalhadores desempregados e o rebaixamento da força de trabalho. Esse processo é fundamental à acumulação, mas também é denunciativo dos limites absolutos desse modo de produção.

5. Conclusões

A análise aqui empreendida busca de forma breve refletir sobre como no modo de produção capitalista, o processo de alienação homem-natureza, por meio da exploração do trabalho, tem como objetivo a acumulação capitalista e como rebatimentos principais, a expansão das expressões da “questão social”, tais como as discutidas aqui, o desemprego e a pobreza, que corroboram para aprofundar outras dessas expressões, como a disseminação da violência, o encarceramento de jovens, a exploração do trabalho infantil, dentre outras.

O trabalho é fonte criadora do ser humano enquanto sujeito social que satisfaz suas necessidades. É também fonte criadora de va-

lor, nesse sentido, a criação da propriedade privada, que separa os sujeitos entre possuidores dos meios de produção e vendedores de sua força de trabalho, garante a disseminação da relação capital/trabalho, na perspectiva dos ganhos do capital. Portanto, nesse modo de produção, a pobreza não é transitória, mas estrutural e resultado do seu próprio desenvolvimento, este, que produz e multiplica as expressões da “questão social”. Logo, o fenômeno da pauperização se alastra na mesma proporção que se amplia a produção social da riqueza, o que denota que a “questão social” e suas expressões não podem ser solucionadas enquanto persistir esse modo de produção.

Referências

ANTUNES, Ricardo. A era da informatização e a época da informalização: riqueza e miséria do trabalho no Brasil. In: **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. A pobreza como uma produção social. In: **A face feminina da pobreza em meio a riqueza do agronegócio: trabalho e pobreza das mulheres em territórios do agronegócio no Brasil: o caso de Cruz Alta/RS -1.ed.**—Buenos Aires : CLACSO, 2011.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo, Xamã, 1996.

DINIZ, Nadjá Leite. **A acidez dos laranjais: o trabalho infantil na ótica das crianças e adolescentes trabalhadores da citricultura em Boquim/SE**. Dissertação de mestrado do Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, São Cristóvão, 1999.

DUARTE, Kamilla Alves. **Decifrando o enigma: a pobreza na raiz da financeirização e da mediação do Agroamigo no rural do município de Arapiraca – AL**. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. PPSS da Universidade Federal de Sergipe – UFS. São Cristóvão, 2017.

GODOY, Paulo Roberto Teixeira de. **A produção do espaço: uma reaproximação conceitual da perspectiva Lefebvriana**. Geousp – São Paulo, pp 125-131, 2008.

KONDER, Leandro. **O que é dialética** / Leandro Konder. — São Paulo: Brasiliense, 2008.

LEFEBVRE, Henri. **A Reprodução das Relações de Produção**. Tradução: Antônio Ribeiro e M. do Amaral. Porto (Portugal): Publicações Escorpião – Cadernos O Homem e a Sociedade, 2010.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: livro 1 volume 2. – 27. ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

_____. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo. Difel, 1987.

MOREIRA, R. **O que é Geografia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

NETTO, José Paulo. **Cinco notas a propósito da “Questão Social”**. Temporalis, Brasília, Abepss, Graflina, ano 2, n 3, 2001.

OLIVEIRA, Vanessa Dias de. A informalidade do/no mundo do trabalho e os trabalhadores informais precarizados em Itabaiana/SE. **GEONORDESTE**, Ano XXII, n.2, 2014.

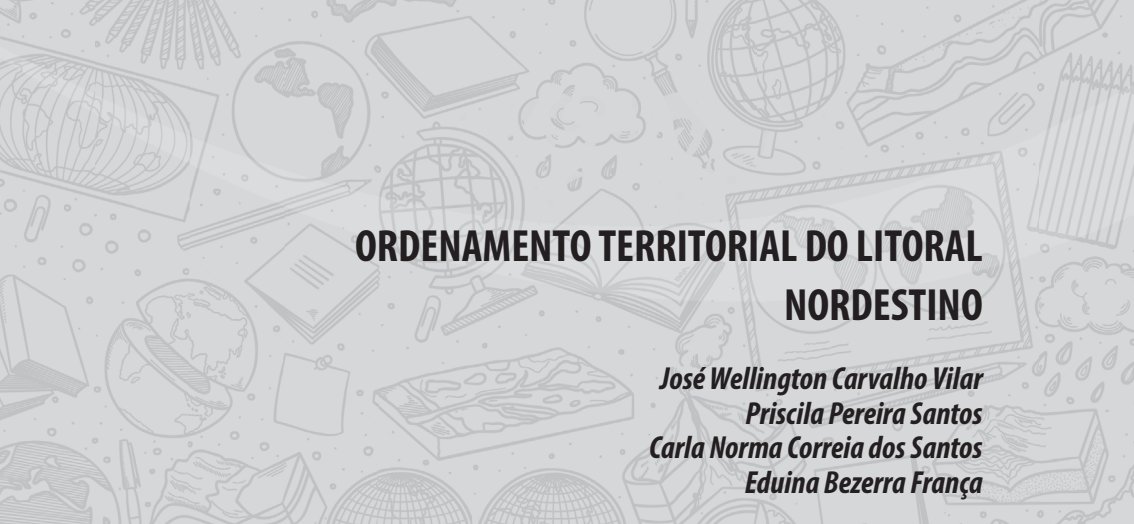
PIANA, Maria Cristina. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p. ISBN 978-85-7983-038-9. Available from SciELO Books .

SANTOS, Josiane Soares. **“Questão Social”**: particularidades no Brasil. São Paulo: - Editora Cortez, 2012.

SILVA, Genivânia Maria da **O (des) mascaramento do discurso do desenvolvimento local/sustentável no (des) envolvimento das indústrias de cerâmica vermelha e olarias no estado de Sergipe**. Dissertação de mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGEO da Universidade Federal de Sergipe – UFS. São Cristóvão, 2016.

SILVA, Maria Carolina Rodrigues. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. **Rev. Katál**. Florianópolis v. 13 n. 2 p. 155-163 jul./dez. 2010.

SIQUEIRA, Luana. **Pobreza e Serviço Social: diferentes concepções e compromissos políticos**. 1 ed. – São Paulo: Cortez, 2013.



ORDENAMENTO TERRITORIAL DO LITORAL NORDESTINO

*José Wellington Carvalho Vilar
Priscila Pereira Santos
Carla Norma Correia dos Santos
Eduina Bezerra França*

De todos os cantos do mundo
Amo com um amor mais forte e mais profundo
Aquele praia extasiada e nua
Onde me uni ao mar, ao vento e à lua.
(Mar de Sophia de Mello Breyner Andresen)

1. Introdução

O presente capítulo trata de questões inerentes ao ordenamento territorial de ambientes costeiros, tendo como referência empírica três regiões situadas no Nordeste brasileiro: Litoral Norte da Bahia, Litoral Sul de Sergipe e Litoral Sul de Alagoas, mais especificamente no município de Piaçabuçu. Esses recortes territoriais foram selecionados tendo em vista as pesquisas realizadas no âmbito do GESTAC (Gestão Territorial de Ambientes Costeiros)

que agrega atividades tanto do IFS (Instituto Federal de Sergipe) como da UFS (Universidade Federal de Sergipe). Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado já foram defendidas no PPGeo/UFS (Programa de Pós-Graduação em Geografia) e no PPMTUR/IFS (Programa de Pós-Graduação em Turismo) ou se encontram em fase de conclusão, tendo essa faixa costeira como área de estudo. Aqui se pretende sistematizar alguns conhecimentos adquiridos ao longo de mais de dez anos de pesquisa no litoral entre Salvador, Aracaju e Maceió, envolvendo, principalmente, as seguintes temáticas: atividades de exploração turística, conflitos ambientais e unidades de conservação no contexto do ordenamento territorial (OT).

Algumas questões iniciais norteiam a discussão sobre OT de ambientes costeiros em alguns Estados da região Nordeste do Brasil. Em primeiro lugar, questiona-se o significado da valorização territorial do litoral. Em segundo lugar, é preciso entender as transformações das paisagens e das configurações litorâneas que sofrem forte influência da urbanização, a ponto de receber denominações próprias: urbanização litorânea (VILAR; VIEIRA, 2014) e urbanização turística (VERA REBOLLO; RODRIGUES SÁNCHEZ, 2011). Uma terceira questão perpassa a reflexão aqui proposta: o capital imobiliário tem exercido um papel chave nessas transformações geográficas. Valorização social e cultural, urbanização costeira e forte presença do capital imobiliário resumem bem a complexidade, a conflitividade e a dinâmica geográfica do espaço litorâneo, composto por atores bem diversos, com desejos, valores, necessidades, interesses e visões de mundo bastante diferenciadas.

Em termos metodológicos, o trabalho foi levado a cabo a partir das seguintes estratégias: revisão da literatura com destaque para dissertações, teses e artigos publicados em periódicos sobre litoral em geral e sobre o litoral nordestino em particular; busca em sites oficiais do poder público estadual e federal dos instrumentos de ordenamento territorial do litoral da Bahia, Sergipe e Alagoas;

e, por último, definição dos critérios de análise das iniciativas das políticas públicas incidentes sobre o litoral: atividade turística e mudanças na configuração territorial; tipos de conflitos e impactos ambientais; e dificuldades e avanços da gestão de UC costeira através do decálogo proposto pelo geógrafo espanhol Barragán Muñoz (2014).

O texto está dividido em duas grandes partes, além dessa introdução e das considerações finais. A primeira parte está dedicada a uma discussão teórica acerca do litoral enquanto território da gestão. Assume-se que o espaço litorâneo apresenta uma face complexa e diversificada e suas transformações paisagísticas recentes, juntamente com os conflitos e a valorização sociocultural, convidam ao ordenamento territorial enquanto política pública que tenta equacionar, nem sempre com sucesso, os problemas ambientais e de ocupação rápida e intensa.

A segunda parte do capítulo está preocupada com as iniciativas de ordenamento territorial (OT) nos três recortes espaciais selecionados. Nesse segundo momento, a discussão gira em torno do ordenamento turístico no Litoral Norte da Bahia, dos conflitos provocados pelas políticas territoriais no Litoral Sul de Sergipe e da gestão de unidades de conservação (UC) no Litoral Sul de Alagoas, mais especificamente na APA de Piaçabuçu. Em síntese, pretende-se discutir as iniciativas de ordenamento territorial tendo o turismo, os conflitos das políticas territoriais e a gestão de UC como referência analítica em três regiões litorânea do Nordeste do Brasil.

2. Território, Litoral e Gestão

O território assume hoje um protagonismo entre as categorias analíticas da geografia. Embora não seja de domínio exclusivo da ciência geográfica, os avanços teóricos na discussão sobre território são evidentes e permitiram refinar o tratamento analítico-

-empírico de vários recortes espaciais, aí inserido o litoral, em suas mais variadas dimensões. Autores estrangeiros e brasileiros do quilate de Raffestin (1993) e Sack (2013), Souza (1995), Saquet (2011) e Haesbaert (2004), para nos limitarmos a alguns poucos pensadores, deram contribuições inegáveis sobre o território, definido em termos de relações de poder espacialmente delimitadas, territorialidade e identidade, abrindo assim caminhos férteis para o entendimento das transformações paisagísticas e da configuração territorial, e também das formas de resistência comunitária e das tentativas de homogeneização espacial, sobretudo, via forças da globalização.

Vale ressaltar inicialmente as ideias de Sack (2013) sobre o significado da territorialidade: é socialmente construída, uma forma de controle sobre o espaço humano na qual não há neutralidade.

A territorialidade para humanos é uma poderosa **estratégia geográfica para controlar** pessoas e coisas por meio do controle de área. [...] Territorialidade é uma expressão geográfica primária de poder social. É o meio pelo qual espaço e sociedade estão inter-relacionados (SACK, 2013, p. 63, grifo nosso).

A territorialidade forma o pano de fundo para as relações espaciais humanas e concepções de espaço e indica que as relações espaciais humanas **não são neutras** (SACK, 2013, p. 87, grifo nosso).

Numa visão mais elástica, Saquet (2011) encara a territorialidade de maneira multidimensional:

Sucintamente, a territorialidade (humana) significa **relações de poder**, econômicas, políticas e culturais; diferenças, identidades e representações; apropriações, domínios, demarcações e **controles**; interações e redes; degradação e

preservação ambiental; **práticas espaço-temporais** e organização política, que envolvem, evidentemente, as apropriações, as técnicas e tecnologias, a degradação, o manejo, os pertencimentos etc. (SAQUET, 2011, p. 16-17, grifo nosso).

Essas ideias sobre territorialidade podem ser pensadas na análise do litoral. Mas inicialmente, para falar de litoral numa perspectiva geográfica é necessário concebê-lo como espaço de transição entre dois mundos diferentes: o mar/oceano (a hidrosfera salgada) e o continente (a litosfera terrestre). A esses dois mundos é necessário acrescentar a atmosfera, coroando um espaço fundamentalmente de transição. É justamente essas características de ecótono, de indefinição e “espaço de fronteira” que vai trazer à tona a complexidade física das zonas costeiras, sua fragilidade natural e riqueza em termos de biodiversidade. Vale ressaltar que a ocupação humana e as formas de controle, uso, práticas espaciais, identidade e posse do litoral, ou seja, as territorialidades, se darão sobre essa base complexa, num planeta cada vez mais urbano e costeiro.

Ao propor uma geografia do litoral, Barragán Muñoz (1997; 2009; 2014) defende uma visão complexa, dinâmica e integrada a partir da formação de três subsistemas: físico e natural; social e econômico; e político e administrativo. No primeiro caso, há interesse em conhecer as características básicas do cenário natural. Para Barragán Muñoz (1997), o caráter seletivo e sintético da análise deve ser complementado por uma visão sinóptica e inter-relacionada dos fenômenos da natureza. A vulnerabilidade e os riscos aos efeitos das mudanças climáticas tampouco devem ser descon siderados nessa análise do litoral. Na perspectiva do ordenamento territorial de zonas costeiras, o litoral como sistema físico apresenta características básicas de um cenário ambiental. Nesse sentido, o litoral é um espaço que alberga meios de distintas naturezas, seja litosfera, hidrosfera salgada ou a atmosfera; é um lugar que apre-

senta uma dinâmica bastante complexa com interfaces e mudanças, às vezes rápidas e intensas, e que possui alta produtividade e diversidade biológica, já que se trata de uma zona de transição entre meios geográficos diferenciados. O subsistema físico apresenta atributos naturais inter-relacionados com funções ambientais variadas que sofrem ameaças antrópicas também diversificadas. Mas não se deve olvidar a função precípua de proteção que o meio físico, principalmente em seus componentes geológicos e geomorfológicos, oferece ao continente.

No segundo caso, há uma preocupação com os usos humanos e as atividades econômicas no espaço litorâneo. Além de um espaço natural, o litoral pode ser entendido como espaço de assentamentos, patrimônio histórico, suporte de instalações e infraestruturas. Ademais, o litoral pode ser usado como espaço de emissão e recepção de resíduos e rejeitos e como território estratégico. Por outro lado, atividades extrativas, de processamento, industriais, ligadas ao transporte marítimo e ao lazer e turismo complementam esse quadro da geografia humana. Em todas essas formas de uso e atividades econômicas, o valor dos recursos naturais e culturais deve ocupar um lugar especial enquanto pressuposto de sustentabilidade.

Por último, o subsistema político administrativo tenta regular a relação entre os subsistemas anteriores, definindo marcos regulatórios e estratégias de ação. No Brasil, predomina o modelo misto de estrutura jurídico-administrativa para o Gestão Integrada de Áreas Litorâneas (GIAL), caracterizado pela existência de Lei básica e específica sobre o litoral (Lei 7.661/1988 que estabelece o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – PNGC) e com convergência de distintas legislações setoriais (BARRAGÁN MUÑOZ, 1997; MORAES, 2007). As questões associadas ao caráter público da costa, as intervenções privadas no litoral, os modelos de gestão utilizados, a legislação incidente e as competências do poder público assumem relevo no subsistema jurídico administrativo.

O geógrafo espanhol Barragán Muñoz (1997; 2009; 2014), de maneira muito acertada, entende o litoral como um espaço problema e de conflitos, resultante do modelo de desenvolvimento adotado. Para esse estudioso da GIAL, os principais problemas do litoral são: a) localização inadequada de certos usos do solo e atividades econômicas; b) alteração do equilíbrio físico-natural; c) transformação ou perda de habitats e da morfologia costeira; d) degradação da paisagem natural; e) técnicas inapropriadas ou uso inadequado dos recursos; f) sobre-exploração dos recursos; g) perda de biodiversidade; h) contaminação de águas doces e marinhas; i) perda do caráter público do espaço e dos recursos litorâneos; e j) deficiente administração e gestão.

Se num passado histórico não muito distante a imagem social das praias era de repulsa, medo e “invisibilidade”, hoje é de uma valorização e valoração inegáveis, porque são estabelecidas novas relações da sociedade com o mar/oceano, com o espaço litorâneo e principalmente com as praias. A valorização dos espaços litorâneos se dá não somente pela força econômica do capital imobiliário, mas também pelos símbolos, significados e representações de uma sociedade que deseja o mar. Do território do vazio, para usar a expressão clássica de Corbin (1989), passa-se ao estatuto do mundo cheio no litoral, dominado por vetores de ocupação do espaço, por práticas hedonistas e iniciativas de controle social por meio do ordenamento.

Fazendo referência ao século XVIII, Gilberto Freyre, em sua obra mais geográfica, “Nordeste: Aspectos da influência da Cana sobre a Vida e a Paisagem do Nordeste do Brasil”, é enfático sobre a mudança de significado social da praia em nossa região:

A água nobre é hoje a do mar. [...]. E, entretanto, faz pouco mais de um século que essas praias ilustres não eram senão imundície. Faz pouco mais de um século que nelas só se fazia

atirar o lixo e o excremento das casas; se enterrar negro pagão; se deixar bicho morto; se abandonar esteira de bexiguento ou lençol de doente da peste (FREYRE, 2004 [1937], p. 72).

Hoje, o litoral está dominado por, no mínimo, cinco vetores de ocupação do espaço: urbanização, metropolização, industrialização, turismo e segunda residência (MADRUGA, 1992; VILAR, 2011). Mas vale destacar as ações do Poder Público no processo de territorialização do litoral. O papel do Estado nesse processo está bastante evidenciado na literatura consultada (BARRAGÁN MUÑOZ, 1997; MORAES, 2007, ZAMORANO WISNES, 2013). Na visão de Moraes (2007, p. 17), o Estado atua através da legislação, por meio do planejamento e da gestão, e como produtor de espaços através, por exemplo, de grandes obras de engenharia.

O Estado é - através dos seus diferenciados órgãos - o maior agente impactante da zona costeira, com capacidade de reverter tendências de ocupação e gerar novas perspectivas de uso, principalmente pela imobilização de áreas (através de sem tombamento) e pela instalação de grandes equipamentos ou dotação de infraestrutura (como estradas, portos ou complexos industriais). E, em face de uma grande mobilidade demográfica, como a observada no Brasil, tal papel se exacerba em sua função indutora do povoamento, processo visível em todos os quadrantes do litoral.

A zona costeira brasileira circunscreve um espaço com especificidades territoriais e vantagens locacionais, configurando um território finito, um espaço híbrido, escasso, de usos múltiplos e atividades variadas, além de ser relacional e registrar marcas de tempos passados, as rugosidades, de que tanta fala Milton Santos (2006). Tal multidimensionalidade permite considerar as territorialidades e as qualidades geográficas particulares. Segundo Mo-

raes (2007), o litoral é um lugar incomum, de multiuso, raro e com localização estratégica:

Na região Nordeste o padrão colonial dos assentamentos deixou marcas que ainda hoje são evidenciadas na estrutura de povoamento, na urbanização, na industrialização, que priorizou as cidades, sobretudo as capitais e metrópoles regionais, e na ocupação litorânea pós-segunda Guerra Mundial, ao valorizar sobremaneira os terrenos à beira-mar e contribuir fortemente para a reestruturação territorial das zonas específicas de praias e do litoral como um todo. Forma-se uma nova organização espacial paralela à zona de praia, tendo como base de densificação geográfica, o aeroporto e as vias costeiras que permitem desdobramentos territoriais sobre o litoral e fora dele (DANTAS, 2010; PEREIRA, 2014).

Além das territorialidades como formas humanas de controle, uso e posse do litoral, está registrada na literatura brasileira as noções de Maritimidade, proposta por Dantas (2010), e de litoraneidade, defendida por Diniz (1981). No primeiro caso, as práticas marítimas modernas, representadas pelos banhos de mar, vilegiatura (a “moda de morar na praia”) e pelo turismo litorâneo dão o tom da proposta de nova Geografia do Litoral. Partindo do pressuposto que a emergência de novos valores, hábitos e costumes transformaram o mar, o território “invisível”, do vazio e do medo, em espaço atrativo, Dantas (2010) defende que o “triunfo” do mar, o desejo pelos espaços marítimos e a “corrida” às praias transformam o mar num fenômeno social.

Essa visão de Dantas (2010), embora lastreada por vasta literatura, principalmente da geografia francesa, não consegue captar a natureza mesma da questão, uma vez que não se trata do mar, esse vasto mundo, e sim do litoral, esse espaço de contato. Dantas (2010) se equivoca ao dar peso demasiado à dimensão cultural e esquece que o fenômeno da territorialização do litoral é multidimensional, incluindo, portanto, outras dimensões de análise que

tem condições, através de um olhar integrado, de realizar aquele sonho do geógrafo de fazer um estudo verdadeiramente geográfico, porque inclui o natural, o social, o econômico e o histórico a partir do espaço. Propor uma Geografia do Litoral, tão culturalizada, não parece ser um caminho para avançar no estudo geográfico desse mosaico complexo chamado litoral. O espaço litorâneo não admite análises setoriais.

No caso da litoraneidade, Diniz (1981), ao estudar as “Áreas Agrícolas do Nordeste Meridional” e bem ao estilo da geografia regional francesa, advoga pelo conjunto de condições econômicas e ambientais, submetidas ao processo histórico: povoamento antigo; clima quente e úmido; e solos pobres e relevo suave.

O fato de estar junto ao mar lhe dá fisionomia própria e explica uma série de fatos ligados à ocupação do espaço. Não que o importante seja o mar propriamente dito, ou melhor, apenas ele em si, mas um conjunto de características associadas a essa posição, quer de relevo e solo, quer de clima, de povoamento ou atividade econômica. Não podemos esquecer que a posição marítima foi extremamente importante na fase de povoamento, e que aí se implantaram os primeiros núcleos de colonização. Devem-se considerar também os solos pobres, lixiviados pela intensa pluviometria que aí ocorre. Mas o próprio mar também concorre com a fisionomia regional, com suas extensas praias cobertas de coqueirais, os estuários largos e assoreados que viram o florestamento de antigos portos hoje em decadência, os povoados de pescadores que dele retiram sua sobrevivência (DINIZ, 1981, p. 43).

A fragilidade da proposta de Diniz (1981) também é evidente, porque peca pelo simplismo de tudo querer abordar, pelo casuísmo e pela falta de capacidade de generalização, embora se tenha tentado uma visão unitária, bem aos moldes dos nossos clássicos fundadores.

Seja como for, maritimidade ou litoraneidade, a natureza do espaço de contato entre tantos mundos geográficos convida a análises híbridas numa forma integrada de pensar sobre essa espacialidade tão rica, fluida e tão viva na atualidade (VILAR, 2011). O litoral é por excelência um espaço complexo, singular, multifuncional e cenário ativo de conflitos. A articulação entre o global e o local parece ser um caminho para entender esse novo litoral, tão desejado e tão densificado, e ao mesmo tempo, o olhar relacional, múltiplo e aberto, sempre em construção, indica novas sendas para a construção da Geografia do Litoral que não despreze as territorialidades do ordenamento e as pistas “espaciais” deixadas por Doreen Massey (2008).

Enquanto território da gestão, o litoral apresenta toda sua faceta, ao mesmo tempo complexa e diversificada. Barragán Muñoz (2014) fala claramente de uma crise global das áreas litorâneas e Zamorano Wisnes (2013) reitera a gestão integrada como novo paradigma da ação do poder público sobre o litoral, um espaço tão sensível à ação antrópica contemporânea.

O ordenamento territorial de ambientes costeiros incide sobre aspectos formais, metodológicos, estratégicos, operativos e instrumentais e de análise técnica. Suas abordagens variaram ao longo do tempo e do espaço, mas são reconhecidas algumas pautas que orientam a construção de modelos de ação atuais sobre o espaço litorâneo, que, grosso modo, se resume à gestão integrada e compartilhada, à visão sistêmica, à participação social e ao respeito ao princípio da precaução (BARRAGÁN MUÑOZ, 1997; 2009).

Em síntese, o desenvolvimento do litoral passa necessariamente pelas estratégias e ações de planejamento e gestão integradas e assume uma importância vital no ordenamento territorial a ponto de Pérez-Cayeyro (2013) propor os fundamentos epistemológicos de uma nova disciplina: a Gestão Integrada de Áreas Litorâneas (GIAL). Tal disciplina, ainda em processo de consolidação, cami-

nha entre um paradoxo: de um lado, a perspectiva de gestão estratégica, aberta, dialógica e participativa, e de outro, a persistência do planejamento tecnoburocrático.

E no momento atual brasileiro, dominado pelas incertezas e por um governo que ainda não traçou claramente as trilhas reitoras que irão iluminar os passos da gestão do espaço litorâneo, é muito preocupante essa indecisão, indiferença ou simples anacronismo. O litoral brasileiro em geral e nordestino em particular não merecem um retrocesso em termos de sua gestão territorial. Já navegamos muito em direção aos “mares tranquilos” da democracia participativa para recuar para estratégias tanto abstrusas, como confusas e obscuras.

3. Iniciativas de ordenamento territorial no litoral Nordeste

3.1 Ordenamento turístico no litoral norte da Bahia

O planejamento territorial turístico da Bahia estruturou, no ano de 1991, o Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia, o PRODETUR-BA. Concomitantemente, o Governo Federal criava o PRODETUR Nordeste (PRODETUR-NE). Segundo Mendonça (2002, p. 172), a inventariação dos atrativos turísticos da Bahia foi o movimento inicial do planejamento, “buscava-se então fazer um mapeamento das melhores localizações para a implantação de Centros Turísticos Integrados (CTI), concebidos para funcionar como indutores do desenvolvimento do turismo para toda uma região circunvizinha”. O PRODETUR-BA criou cinco regiões turísticas: Litoral Norte, Baía de Todos os Santos, Litoral Sul, Litoral Extremo Sul e Chapada Diamantina. A partir dessas regiões turísticas foram definidas setes Zonas Turísticas, quatro Centro Turísticos, doze Complexos Turísticos e dois Circuitos Ecoturísticos com Zonas de Interesse Turístico (ZIT) na Chapada Diamantina (SPÍNOLA, 2000).

Segundo Santos (2006), as Zonas Turísticas foram estruturadas tendo como base de planejamento territorial Destinos Âncoras. Assim tem-se na relação as seguintes Zonas Turísticas/Destinos Âncoras: Costa dos Coqueiros – Praia do Forte; Baía de Todos os Santos – Salvador; Costa do Dendê – Morro de São Paulo; Costa do Cacau – Ilhéus; Costa do Descobrimento – Porto Seguro; Costa das Baleias – Prado; e Chapada Diamantina – Lençóis (Quadro 1). A predominância de espaços litorâneos nessa definição de Zonas Turísticas na Bahia é evidente.

Quadro 1: Ordenamento Territorial Turístico da Bahia

Regiões Turísticas	Zonas Turísticas	Municípios Turísticos	Centros Turísticos/Circuitos Ecoturísticos	Complexos Turísticos/Zonas de Interesse Turístico
Litoral Norte	Costa dos Coqueiros* Destino âncora: Praia do Forte	Lauro de Freitas, Camaçari, Mata de São João, Entre Rios, Esplanada, Conde e Jandaíra até os limites com o Estado de Sergipe	Forte-Sauípe	Praia do Forte, Velho Nambu e Sauípe
Baía de Todos os Santos	Baía de Todos os Santos Destino âncora: Salvador	Salvador, Vera Cruz, Itaparica, Jaguaripe, Salinas da Margarida, Saubara, Santo Amaro, Cachoeira, São Félix, São Francisco do Conde, Madre de Deus e Maragogipe	*	Ponta de Meringote e Ponta de N. Sra de Guadalupe
Litoral do Baixo Sul	Costa do Dendê Destino âncora: Morro de São Paulo	Valença, Taperoá, Cairú, Nilo Peçanha, Ituberá, Igrapiúna, Camamu e Maraú	*	Ponta do Curral, Garapuá e Campinhos
Litoral do Baixo Sul	Costa do Cacau Destino âncora: Ilhéus	Itacaré, Uruçuca, Ilhéus, Una e Canavieiras	Itacaré-Ilhéus	Itacarezinho
Litoral Extremo Sul	Costa do Descobrimento Destino âncora: Porto Seguro	Santa Cruz de Cabrália, Porto Seguro e Belmonte	Porto Seguro-Caraíva	Caraíva e Coroa Vermelha
Litoral Extremo Sul	Costa das Baleias Destino âncora: Prado	Prado, Alcobaça, Caravelas, Nova Viçosa e Mucuri, até o Estado do Espírito Santo	Ponta das Baleias – Abrolhos	Ponta das Baleias
Chapada Diamantina	Chapada Diamantina Destino âncora: Lençóis	Lençóis, Andaraí, Mucugê, Palmeiras, Iraquara, Itaetê, Seabra, Rio de Contas, Érico Cardoso, Piatã e Abaíra	Circuito Ecoturístico do Diamante	Morro do Pai Inácio, Lençóis, Parque Temático da Lapa Doce, Parque Temático de Igatu
			Circuito Ecoturístico do Ouro	Monte Tromba, Rio de Contas, Mato Grosso, Rio Brumado.

*As zonas turísticas da Baía de Todos os Santos e Costa do Dendê não tiveram centros turísticos previstos

Fonte: Spínola, 2000, p. 42

Com a incorporação do PRODETURBA ao PRODETUR/NE, a partir de 1994, além dos recursos do Tesouro do Estado da Bahia, o Programa passou a receber também os recursos do Governo Federal e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) através do Banco do Nordeste (BNB) (MENDONÇA, 2002). Ademais, ainda segundo Santos (2006), o PRODETURBA obteve recursos do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), da Caixa Econômica Federal (CEF) e da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR).

No PRODETUR/NE II, as zonas turísticas da Bahia foram economicamente agrupadas em Polos Turísticos, sob a perspectiva da lógica de crescimento e desenvolvimento de Perroux (1967). A Zona Turística Costa dos Coqueiros e Baía de Todos os Santos integrou-se ao Polo Salvador e Entorno. A Costa do Dendê e a Costa do Cacau passou a fazer parte do Polo Litoral Sul. A Zona Turística Costa do Descobrimento e a Costa das Baleias configuram o Polo Descobrimento e a Zona Turística Chapada Diamantina tem o Polo com o mesmo nome agrupando os Circuitos Ecoturísticos do Diamante e do Ouro (Quadro 2).

Quadro 2: Polos Turísticos regionalizados no PRODETUR/NE II na Bahia

Polos Turísticos	Zonas Turísticas
Litoral Sul	Costa do Dendê e Costa do Cacau
Descobrimento	Costa do Descobrimento e Costa das Baleias
Chapada Diamantina	Circuito do Diamante e Circuito do Ouro
Salvador e Entorno	Costa dos Coqueiros e Baía de Todos os Santos

Fonte: Santos, 2006, p. 93

O Polo Salvador e Entorno, especificamente a Zona Turística Costa dos Coqueiros, teve as suas dinâmicas socioespaciais, fundiárias e ambientais modificadas entre os anos 1970 e 1980 com

a implantação da Estrada do Coco (BA-099), a industrialização, a conexão territorial da Região Metropolitana de Salvador e o planejamento privado para investimentos em projetos turísticos e imobiliários. Nesse período, as praias de Lauro de Freitas, Camaçari e Mata de São João ainda com ocupação rarefeita, rompem com esse modelo de organização territorial e nesse contexto, os primeiros condomínios de segunda residência e equipamentos de lazer começam a ser construídos nas bordas do mar (MELLO E SILVA; SILVA; CARVALHO, 2008).

A Praia do Forte, no município de Mata de São João, destaca-se entre a década de 1970 e 1980, pela elaboração de um planejamento turístico privado, pela instalação de complexo hoteleiro vinculado à rede internacional, e com estratégias de *marketing* territorial articulado à preservação e conservação ambiental com apelo para ao turismo ecológico. Em outras palavras, a Praia do Forte foi a localidade do Litoral Norte que primeiro vivenciou, à luz da globalização, a fragmentação territorial, a segregação socioespacial e os demais desdobramentos territoriais desenhados pela atividade turística na articulação reticular e zonal entre as verticalidades e as horizontalidades.

Nos anos 1990, é inaugurada a “Linha Verde”, segundo trecho da rodovia BA-099. Essa segunda etapa estende-se da Praia do Forte até Mangue Seco, município de Jandaíra, na divisa com Sergipe. O Governo Estadual à época divulgou a rodovia como a primeira estrada ecológica do Brasil (GOMES SOBRINHO, 2011). Certamente, esse *marketing* verde deve-se ao cumprimento dos requisitos de proteção ambiental, e uma das medidas mitigadoras cumpridas foi a criação da Área de Proteção Ambiental (APA) Litoral Norte no ano de 1992 (CRUZ, 1999).

O Decreto Estadual Nº 1046/1992, ao considerar a Linha Verde um eixo indutor de desenvolvimento socioeconômico do Litoral Norte da Bahia e ressaltar a importância do patrimônio natural

dessa área, entende que a APA adequa-se à dinâmica socioeconômica regional, tendo em vista que possibilita “ocupação e utilização ordenada do solo, favorecendo o desenvolvimento de atividades sócio-econômicas, tais como o turismo, lazer, habitação, pesca, reflorestamento, fruticultura e outras, segundo as exigências do desenvolvimento sustentado” (BAHIA, 1992, s/p.). Ademais, o Decreto salienta a estreita relação entre o desenvolvimento turístico no Litoral Norte da Bahia e a política de desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador.

Concomitante à implantação da Linha Verde e à criação da APA Litoral Norte observam-se ações do planejamento turístico e o início dos investimentos do PRODETURBA em articulação com o PRODETUR/NE I. Os incentivos fiscais e financeiros do Governo Federal, os investimentos em infraestrutura urbana pelo PRODETUR, a localização do Aeroporto Internacional de Salvador no limite territorial com o Litoral Norte e a disponibilidade de terras nas bordas do mar transformaram a Zona Turística Costa dos Coqueiros no “paraíso” dos investimentos turísticos e imobiliários do capital nacional e internacional.

O processo recente de configuração territorial do litoral norte da Bahia assume a tríade conceitual evidenciada no presente trabalho: valorização espacial, urbanização costeira e conflitos ambientais. Nesse tripé o ordenamento territorial é chamado a desenvolver um papel ambíguo: por um lado tenta organizar a ocupação rápida e acelerada, e por outro, estimula com ações programadas a intensificação do uso do solo que é acompanhada pelo fenômeno geográfico da segregação socioespacial.

3.2 Conflitos ambientais a partir de políticas públicas no litoral sul de Sergipe

A atração pelos ambientes costeiros torna as cidades litorâneas do Nordeste espaços privilegiados que passam a ser explorados como mercadorias turísticas, tanto pela iniciativa privada, quanto pelo Estado, através do fomento de políticas públicas que inserem as zonas de praia à lógica da valorização turística, induzindo assim a ocupação e a incorporação de novas áreas ao longo do litoral (DANTAS, 2010). No Litoral Sul de Sergipe, que de acordo com a classificação do GERCO estadual está composto pelos municípios de São Cristóvão, Itaporanga D'Ajuda, Estância, Santa Luzia do Itanhy e Indiaroba, a crescente valorização do espaço contribuiu para que políticas territoriais fossem implantadas produzindo novas configurações territoriais, em consequência da dinamização da atividade turística e imobiliária que despontam como perspectiva econômica para o estado.

Os municípios desta porção do litoral sergipano, cuja economia é baseada tradicionalmente na agropecuária, no extrativismo e na pesca tradicional, passaram também a alojar atividades que promovem uma maior rentabilidade do solo e elevam demasiadamente o preço da terra, que adquire um novo valor social, e estão na base da explicação de vários tipos de conflitos ambientais.

O Litoral Sul de Sergipe configura-se atualmente como polo turístico de grande potencial, onde foram realizados investimentos com recursos do Estado e do Governo Federal, qualificando a região como destino turístico. Nessa perspectiva, foram realizadas ações públicas de planejamento, de formulação de planos, programas e projetos, para dotar tais áreas de acessibilidade e favorecer a exploração econômica, o que ocasiona um crescente aumento populacional que é acompanhado de desequilíbrios ambientais.

Entre as políticas territoriais empregadas no Litoral Sul de Sergipe destacam-se: o Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro (GERCO), que buscou orientar a utilização racional dos recursos da Zona Costeira, de forma a melhorar a qualidade de vida de sua população e a proteger seu patrimônio natural, histórico, étnico e cultural; o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste I (PRODETUR-NE), criado com a finalidade de consolidar o turismo como um instrumento de desenvolvimento regional, tendo idealizado ações direcionadas à infraestrutura básica que viabilizasse os empreendimentos turísticos na forma de Polos de Desenvolvimento Integrados de Turismo; e o Projeto Orla, criado para implementar uma política que harmonize e articule as práticas patrimoniais e ambientais com o planejamento de uso e ocupação desse espaço que constitui a sustentação natural e econômica da Zona Costeira.

O GERCO Sergipe inicialmente teve como foco de atuação o Litoral Norte, entretanto em virtude do impacto ambiental ocasionado pelo asfaltamento das Rodovias SE-100 Sul e SE-318, formadores da Linha Verde sergipana, e pelos Planos de Desenvolvimento Turístico no litoral de Estância e Itaporanga D'Ajuda, o Programa passou a atuar também no Litoral Sul. A partir da mudança do eixo de prioridade deste programa para o Litoral Sul, inicia-se uma nova fase do Gerenciamento Costeiro sergipano, pautada em planos de gestão e na democratização de seus instrumentos.

As potencialidades turísticas e ecoturísticas do litoral sergipano passam a ser discutidas a partir da elaboração do Diagnóstico Simplificado da Zona Costeira de Sergipe e do Gerenciamento Ambiental do Litoral de Sergipe. Tais discussões são de grande relevância, uma vez que embora seja uma atividade geradora de emprego e renda, o turismo mostra-se impactante tanto do ponto de vista ambiental quanto econômico. Dessa forma, as oficinas e os eventos realizados pelo GERCO/SE nos últimos anos, envolvendo

a sociedade civil e algumas instituições de ensino e pesquisa, ajudaram a sistematizar ações de gerenciamento costeiro do litoral sergipano.

A equipe técnica do GERCO/SE elaborou o ZEE (Zona Ecológico-Econômico) do Litoral Sul, um instrumento técnico, político, ambiental e econômico de ordenamento territorial, que busca o desenvolvimento socioeconômico planejado, e delimitou 15 zonas de usos e restrições de ocupação do espaço. Contudo, de acordo com a GEOCONSULTORIA (2001), após a elaboração do ZEE Litoral Sul, não houve a participação popular no ordenamento e planejamento territorial, pois o documento síntese não foi apresentado aos municípios para que fosse diagnosticado e legitimado pela comunidade local, o que enfraqueceu o instrumento normativo.

O PRODETUR I (1996/2000) em Sergipe teve a maior parte dos investimentos direcionados para as obras de saneamento, embora também tenha investido na execução de infraestrutura básica que viabilizasse o turismo em Aracaju e em alguns municípios localizados no Litoral Sul, a exemplo de Indiaroba, onde através dos recursos do Programa foi construído um atracadouro no povoado Terra Caída e outro no povoado Pontal. No Litoral Sul de Sergipe o PRODETUR I investiu ainda na urbanização da orla da Caueira, no município de Itaporanga D'Ajuda, e na praia do Abaís, no município de Estância, e também na pavimentação asfáltica de parte da Rodovia Estadual SE-100 no trecho SE-318/Terra Caída e no trecho entroncamento Terra Caída divisa com a Bahia (MORAES, 2010).

A pavimentação da rodovia SE-100 possibilitou a continuidade da Linha Verde (BA-99), uma articulação territorial entre o litoral sergipano e o norte da Bahia, o que ocasionou um incremento do adensamento demográfico, por meio da expansão de loteamentos residenciais, sobretudo para segunda residência e veraneio. Nesse contexto, ocorreu um aumento do número de visitantes e turistas no Litoral Sul, favorecido pela continuidade da Linha Verde (BA-

099) através da SE-100, o que maximizou o fluxo de veículos e a especulação imobiliária, contribuindo assim para uma ocupação desordenada e uma consequente degradação ambiental.

Apesar da redução da pobreza e da desigualdade social serem um dos objetivos do PRODETUR I, não foram realizados investimentos em redes de esgoto, abastecimento de água e coleta de lixo, o que comprometeu a qualidade de vida da população residente, uma vez que houve o aumento do número de moradores, visitantes e turistas nos municípios do Litoral Sul. Assim ocorreu a ocupação de áreas de restinga, retirada de areia das dunas e aumento do descarte inadequado de resíduos sólidos e líquidos, ocasionando a contaminação do solo e de corpos hídricos.

O turismo no Litoral Sul foi beneficiado através da consolidação de obras de infraestrutura viária e fluvial, viabilizados por investimentos do Ministério do Turismo a partir de 2008, bem como pela implantação de sistemas de abastecimento de água e esgoto em alguns povoados e pela implementação de sinalização turística e locais de hospedagem. A construção da Ponte Joel Silveira, sobre o Rio Vaza-Barris, inaugurada em março de 2010, interligando Aracaju a Itaporanga D'Ajuda, teve como meta promover o desenvolvimento econômico e do turismo no Litoral Sul de Sergipe. Esta obra, embora tenha facilitado e aumentado o fluxo de visitantes, acentuou a especulação imobiliária neste território que já vem sendo usado há algum tempo para a construção de pousadas e segundas residências.

No Litoral Sul de Sergipe, o Ministério do Turismo, com a administração dos recursos pelo Governo do Estado, beneficiou o município de Indiaroba com a pavimentação da rodovia Conven-to-Pontal, com 8,5 km de extensão. O Ministério do Turismo também investiu na pavimentação da rodovia que comunica a sede municipal de Santa Luzia do Itanhhy ao povoado Crasto, e na implantação e melhoria da infraestrutura turística.

Tais ações aumentaram a atratividade e a oferta de produtos complementares ao turismo, porém, do ponto de vista ambiental, a construção de empreendimentos turísticos e imobiliários sobre um ecossistema frágil formado por praias, dunas, restingas, terraços, lagoas, estuários e manguezais provocou uma progressiva degradação, posto que se observou o aumento do problema do desmatamento, desmonte de dunas, aumento da geração de lixo, geralmente acondicionado em locais inadequados, e lançamento de dejetos sanitários *in natura* nos rios, lagoas e no oceano.

A ponte Gilberto Amado, inaugurada em 2013, sobre o Rio Piauí, interliga Estância a Indiaroba (Porto do Cavalo à Terra Caída) e foi construída visando conectar plenamente o litoral sul sergipano e encurtar o trajeto Sergipe/Bahia em cerca de 30 km. Esta obra foi realizada com recursos do Governo Federal, através do Ministério do Turismo e BNDES, e contrapartidas do Governo do Estado de Sergipe, e tornou possível o acesso à Aracaju pela Linha Verde, ampliando assim a interação territorial entre o Litoral Sul de Sergipe e o Litoral Norte da Bahia. A finalidade da construção foi beneficiar os empreendimentos turísticos, hoteleiros e imobiliários já existentes e ampliar o espaço para novos investimentos através da criação desse eixo rodoviário entre Sergipe e Bahia.

A construção da ponte Gilberto Amado promoveu a conexão territorial de Indiaroba com os demais municípios sergipanos e com outros Estados e aumentou a acessibilidade ao município, porém, de acordo com o relato dos gestores municipais, também ocasionou problemas ambientais.

O Projeto Orla ao ser implantado em Itaporanga D'Ajuda procurou estabelecer diretrizes de ordenamento de uso e ocupação da orla marítima, destacando a questão urbanística, a qualificação das atividades comerciais e a abertura de acessos às praias e a sincronização das ações de ordenamento e monitoramento ambiental para conferir eficiência ao sistema (MORAES, 2010). Contudo,

nesse município foram diagnosticados problemas relacionados à ocupação territorial, à apropriação de recursos naturais, e à infraestrutura básica e aos serviços urbanos, que refletem na ocupação desordenada do espaço litorâneo, sobretudo no trecho da Orla onde se observam conflitos e impactos relacionados à apropriação desordenada da faixa de praia por comerciantes, ocupação de áreas de restinga, retirada da areia das dunas, destruição de atributos naturais de preservação permanente e ausência de local adequado para destinação de resíduos.

No município de Estância, o objetivo geral do Plano de Intervenção da Orla Marítima foi procurar disciplinar o uso e ocupação do solo e dos recursos naturais, visando assegurar igualmente o acesso público às praias e dinamizar o turismo sustentável, garantindo a preservação e ou conservação dos recursos naturais e a valorização da cultura local. No município existe uma grande quantidade de lagoas, canais fluviais, vegetação de restinga, manguezais, dunas e ecossistemas preservados que estão constantemente ameaçados pela ação antrópica, pelos loteamentos imobiliários, pela segunda residência, pela retirada da vegetação nativa e pelo crescente trânsito de veículos, que comprometem a manutenção da biodiversidade, o que torna necessária a atuação do Estado enquanto agente regulador do espaço.

Na tentativa de minimizar o processo de degradação ambiental, associada à intensa ocupação e uso dos recursos naturais pelas atividades econômicas, foi implantada nesta porção do litoral sergipano a APA Litoral Sul com a finalidade de compatibilizar a conservação da geobiodiversidade com o uso sustentável dos recursos. No entanto, a quantidade de resíduos sólidos coletados na APA tem aumentado devido ao turismo e ao veraneio de finais de semana, bem como pela construção de edificações para tal fim. Tais resíduos têm sido depositados irregularmente no sopé de dunas, nos terraços e diretamente nos manguezais. Outros proble-

mas ambientais que comprometem tanto a preservação como a conservação também são observados, como a retirada de areias de dunas, pesca em época de defeso, viveiros irregulares de camarão e ocupação em áreas de preservação permanente (manguezais, dunas e estuários).

A ausência de um planejamento integrado nessa área reflete a falta de articulação entre os diversos setores da Administração Pública que deveriam mediar conflitos onde os atores sociais se apropriam, dominam e usam os territórios da APA numa relação contraditória, tendo em vista diversos interesses econômicos e sociais, em geral oponentes e difusos. A intensa ocupação do litoral para atender as demandas do turismo está transformando esta área em um espaço onde se percebe claramente indícios de uma urbanização difusa, que resultará diretamente na exaustão dos recursos naturais. A falta de sensibilidade ambiental e a ausência de mecanismos adequados de gestão territorial, na perspectiva de ordenar o uso e a ocupação do solo na APA Litoral Sul, contribuíram para o desenvolvimento de atividades que colocam em risco as potencialidades paisagísticas locais.

3.3 Gestão da APA de Piaçabuçu - Litoral Sul de ALagoas

As unidades de conservação são territórios onde se aplicam medidas de proteção e conservação dos aspectos naturais, culturais e históricos, e, no Brasil, são de uso sustentável ou de proteção integral, além de apresentar Planos de Manejo e Conselhos Consultivos ou Deliberativos.

A gestão dessas áreas protegidas ainda sofre alguns embates que variam desde conflitos socioambientais às dificuldades de ação do poder público o que conduz a uma série de problemas, em especial nos ambientes litorâneos, dada sua fragilidade, indus-

trialização e ocupação rápida e acentuada nas últimas décadas em função principalmente, como já foi dito, da urbanização, da metropolização e do turismo.

Na perspectiva de discutir e dar encaminhamentos para esses problemas, se direciona olhares para aplicação de metodologias e políticas de ordenamento territorial que venham a mitigar os conflitos e efetivar as atuações no território. Tais políticas atuam no processo de reestruturação espacial que consiste em mecanismos de ações no contexto da proteção da natureza, uma vez que visa planejar o uso do solo e orientar o manejo dos recursos naturais.

No Brasil, as unidades de conservação são instrumentos da Política de Ordenamento Territorial (POT) e da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) que garantem a posição do poder público e a importância do planejamento e gerenciamento do território.

No ano de 2007, as unidades de conservação passaram por um processo de reestruturação na área ambiental do governo federal a partir da fragmentação do órgão de controle ambiental. Essa fragmentação gerou duas visões, a primeira consiste no enfraquecimento do Sistema Nacional do Meio Ambiente com a redução das atribuições do IBAMA, órgão responsável pela execução da PNMA, e a segunda, considera que a criação do ICMBIO reduz as atribuições executivas do IBAMA e melhora a gestão das UCs federais (FERREIRA, 2012). Nesse contexto, a reestruturação se materializa enquanto um território de poder e de conflitos dado os interesses individuais que dificultam a atuação da gestão e implicam no (des) ordenamento territorial.

A APA de Piaçabuçu está localizada no município de Piaçabuçu, Litoral Sul de Alagoas, enquadrada na esfera federal, de uso sustentável, atualmente gerenciada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) A área abrange espaços rurais e urbanas do município de Piaçabuçu e as porções de terra mais significativas compreendem o Distrito do Pontal do Peba, e

os povoados Potengy, Bonito e Pixaim, esse último, uma comunidade quilombola.

A unidade em tela corresponde à primeira APA do Estado de Alagoas e a segunda UC mais antiga do referido Estado. A princípio foi conduzida sob tutela jurídica-administrativa legal do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (1983-2007). Conforme informações coletadas em *in situ*, no período da gestão do IBAMA as ações integravam diretamente os usuários da região da APA e consistiam em orientações às comunidades e pescadores sobre o manejo dos recursos naturais, e em ações de educação ambiental envolvendo visitantes/turistas e comunidades, especificamente na região do Pontal do Peba. Além disso, as reuniões do Conselho Consultivo eram mais frequentes, quando comparadas ao órgão gestor atual.

A criação da APA de Piaçabuçu se deu em consonância com a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6.938 de 1981) e com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei 9.985 de 2000). O intuito da implantação da APA consiste, sobretudo, em ordenar as atividades na área de forma harmônica e efetiva. Porém, os resultados ainda são insuficientes, uma vez que a inserção institucional da APA na vida das comunidades ainda não é bem compreendida, em função da falta de diálogos, do pouco envolvimento da gestão com as comunidades, bem como a falta de participação em ações da gestão e pela forma de atuação administrativa.

Desde sua implantação, a APA de Piaçabuçu passa por conflitos ambientais. Esses conflitos são dinâmicos em termos territoriais, porque envolvem grupos sociais com modos diferenciados de uso e ocupação do espaço. As atividades na APA que se destacam como alvo de conflito e impactos ambientais são: turismo desordenado, responsável pela degradação ambiental; extrativismo ilegal; direito pela água; uso e ocupação do espaço que se materializa em necessidade de regulamentação e fiscalização contínuas; tráfego

irregular de automóveis, em especial no Povoado Pontal do Peba e na foz do São Francisco; e as possíveis degradações ambientais que coloca em situações de risco os moradores.

Esses conflitos geram impactos desfavoráveis à preservação e conservação da biodiversidade e dos ecossistemas presentes, e necessitam de medidas de ordenamento territorial que sejam passíveis de soluções e/ou mitigação. Assim, a gestão da UC se encarrega de preencher os requisitos necessários para seu gerenciamento. Melo e Souza (2007) defende que o principal objetivo do planejamento e gestão costeira deve consistir em uma política integrada, no monitoramento eficiente e na participação efetiva das comunidades e dos setores envolvidos.

O desempenho da efetividade da gestão se dá em consonância com a governança participativa, e se faz necessário a abertura de diálogos com uma gestão que promova uma relação harmônica e menos conflitiva, e que agilize o trabalho administrativo, bem como o manejo adequado das atividades cotidianas das comunidades tradicionais e do uso e ocupação do solo.

Aqui será utilizado como instrumento metodológico, o decálogo da gestão, proposto por Barragán Munõz (2014), para discutir, ainda que brevemente, o gerenciamento costeiro da Área de Proteção Ambiental de Piaçabuçu-AL a partir dos seguintes elementos: política, participação, estrutura normativa, instituições, competências/gestores, informação, recursos, educação, estratégias e instrumentos:

Política: refere-se às políticas públicas como um conjunto de decisões que envolve as esferas administrativas do federalismo brasileiro. Na APA são de instância federal, estadual e municipal, tais como: revitalização do São Francisco; saneamento dos municípios da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, implantação de entrepostos de pesca e Projeto Cultura Viva - Olha o Chico (ICM-BIO, 2010). Vale destacar que as políticas específicas de zona cos-

teira, a exemplo do GERCO e do Projeto Orla, estão em fase de estudo para sua implementação.

Participação: esse elemento resulta na essência do decálogo enquanto instrumento indispensável no processo de governança da APA de Piaçabuçu. A participação atual na unidade se resume praticamente à reunião no Conselho Consultivo. Conforme o SNUC (2000), a participação efetiva das populações locais deve ser assegurada desde a sua criação à gestão das unidades de conservação. Em contrapartida, a falta de diálogos, reuniões, informações e de interesses dificulta a interação dos envolvidos e, consequentemente, o ordenamento territorial da APA. A inexistência das reuniões do Conselho Consultivo e as formas de atuações do órgão gestor são fortes indicadores do afastamento das comunidades do gerenciamento costeiro na atualidade.

Estrutura normativa: proporciona o conhecimento da base jurídica, normativa e regulatória que atua nas esferas federal, estadual e local. No que se refere às normatizações municipais e específicas do território da APA de Piaçabuçu, ainda não existem instrumentos legais sobre o gerenciamento costeiro. Em contrapartida, o município possui instrumentos que também auxiliam a proteção do território e se coadunam com a finalidade direta da APA, tais como o Plano Municipal de Saneamento Básico de Piaçabuçu, a Lei Orgânica Municipal, o Código Municipal de Meio Ambiente de Piaçabuçu; e o Código Municipal de Turismo (ICMBIO, 2010).

Instituições: de acordo com o Plano de Manejo, as instituições atuantes na área são de caráter público e privado, municipal e estadual e visam cooperar com a APA de Piaçabuçu, e em sua maioria se destinam às práticas de sensibilização e conscientização

ambiental, conservação, proteção e pesquisa. Cabe salientar que algumas ações institucionais desenvolvidas na APA nem sempre são em parceria, e algumas vezes o órgão gestor não tem conhecimento da sua realização.

Competências/Gestores: se expressam pelo empoderamento estratégico e operativo de governo e gestão. Neste caso, se refere à coordenação e cooperação dos envolvidos. A APA de Piaçabuçu tem como órgão gestor atual o ICMBio. Ademais, o modelo organizacional do território favorece para que sobre o mesmo espaço se exerçam competências de diferentes administrações públicas.

Informação: esse elemento está vinculado à gestão e serve para alimentar o processo e iniciativas na APA de Piaçabuçu, e são de caráter bibliográfico, documental, cartográfico, fotográfico, estatístico e oral. A maioria das informações da APA de Piaçabuçu é gerada pela administração pública. Assim sendo, os órgãos públicos mais relevantes na geração de dados e informações são: ICMBIO, IBAMA, IBGE, IMA de Alagoas e MMA.

Recursos: de maneira geral, a infraestrutura da sede da APA é inadequada e as verbas nem sempre contemplam as necessidades. Há um descompasso entre os recursos existentes e os recursos necessários, o que de fato limita a capacidade de gestão.

Educação: a educação ambiental visa à sensibilização e à conscientização e é um tipo de ação pedagógica voltada em especial para crianças e adolescentes, prática articulada nas escolas do Município de Piaçabuçu e incentivada pela Secretaria Municipal de Educação e pela Secretaria Municipal de Turismo, Ambiente e Recursos Hídricos, em sua maioria com práticas em parceria com Instituto do Meio Ambiente de Alagoas (IMA). Atualmente, as

ações de educação orientadas para o meio ambiente são também desenvolvidas pela Associação Olha o Chico, a Associação de Informantes de Turismo de Piaçabuçu e a Prefeitura Municipal.

Estratégias: se destina aos instrumentos de gestão de alcance superior vinculado às políticas públicas que abrangem as três esferas. De acordo com o ICMBIO (2010), no âmbito federal o Ministério do Meio Ambiente possui duas ações significativas na área: o Programa Nacional de Capacitação e o Fundo Nacional do Meio Ambiente.

Instrumentos: os instrumentos estratégicos de gestão existentes na APA de Piaçabuçu são: o Plano de Manejo, o Zoneamento e o Conselho Consultivo. Os dois primeiros se encontram fora do prazo legal de vigência e o último precisa de atualização.

Além dos instrumentos específicos da gestão da APA discutidos no decálogo, o município de Piaçabuçu conta com instrumentos de planejamento do Baixo São Francisco (2015); Plano Municipal de Saneamento Básico de Piaçabuçu (2017); Plano de Ações Estratégicas e Integradas para o Desenvolvimento do Turismo Sustentável na Bacia do Rio São Francisco (2006); e o Plano Plurianual para o quadriênio 2018/2021 (2017).

Em suma, a APA de Piaçabuçu atualmente reflete um desafio estratégico de atuação e proteção do território, haja vista as dificuldades de suporte político, financeiro, estrutural e humano que acentuam a fragilidade da gestão e dificultam sua atuação.

4. Considerações finais

O estudo das iniciativas de ordenamento territorial tendo como referência três setores litorâneos do Nordeste do Brasil revelou problemas nas atividades de exploração turística, conflitos ambientais e dificuldades de gestão na APA de Piaçabuçu.

Os recortes territoriais do litoral estudado se apresentam com alto nível de complexidade e com diferentes e variados níveis de conflitos o que evidencia a dinâmica territorial produzida basicamente pela valorização social, especulação imobiliária, turismo e urbanização difusa, e pela presença da segunda residência, seja na forma tradicional ou pelo atual imobiliário turístico, a forma mais avançada e refinada que o capitalismo encontrou para produzir espaços costeiros. O litoral no Nordeste brasileiro, pelo menos nos três estados aqui abordados, se constitui assim num verdadeiro laboratório a céu aberto para experiências de dinamização territorial tendo como base o desejo social pela praia, a valorização dos espaços costeiros e a urbanização/metropolização comandada pelas capitais estaduais.

No processo de ordenamento territorial de ambientes costeiros na região Nordeste, o Estado tem desempenhado um papel chave, seja através de políticas públicas, a exemplo do Gerco, do Projeto Orla e do PRODETUR, com resultados nem sempre favoráveis às comunidades tradicionais, e sem a devida prática de conservação ambiental, seja através de ações de monitoramento e fiscalização, que sofrem pelas dificuldades de ações continuadas e efetivas.

Referências

BARRAGÁN MUÑOZ, J. M. **Política, Gestión y Litoral**. Una nueva visión de la Gestión Integrada de Áreas Litorales, Madrid: Editorial Tebas Flores, 2014.

BARRAGÁN MUÑOZ, J. M. **Medio ambiente y desarrollo en las áreas litorales**. Introducción a la Planificación y Gestión Integradas. 3ª edição, Cádiz, Servicio de Publicación de la Universidad de Cádiz, 2009.

BARRAGÁN MUÑOZ, J. M. **Medio ambiente y desarrollo en las áreas litorales**. Guía Práctica para la Planificación y Gestión Integradas. Barcelona: OIKOS-TAU, 1997.

BRAGHINI, C. R. **Gestão territorial de unidades de conservação no litoral sergipano**. Tese de Doutorado em Geografia - PP GEO, UFS. 2016.

BAHIA, PDITS. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável Salvador e Entorno**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo – SCT/ Superintendência de Investimentos Turísticos –SUINVEST/ Empresa de Turismo da Bahia S.A. – Bahiatursa, 2003?

BAHIA. Decreto Estadual Nº 1046/1992. **Cria a Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte do Estado da Bahia e dá outras providências**. Disponível em: < <https://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/83859/decreto-1046-92>>. Acesso em: 31 de agosto de 2018.

BRASIL. Lei n. 9985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, critérios e normas para a criação, implantação e gestão de unidades de conservação. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=322>> Acesso: abril de 2017.

CORBIN. A. **O território do vazio**. A praia e o imaginário ocidental. São Paulo: Companhia das Letras. 1989. [1988].

CRUZ, R. de C. A. da. **Políticas de turismo e (re)ordenamento de territórios no litoral do Nordeste do Brasil**. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999.

DANTAS, E. W. C. **Maritimidade nos trópicos: por uma geografia do litoral**. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

DINIZ, J. A. F. **Áreas agrícolas subcosteiras do Nordeste Meridional**. Recife: SUDENE, 1981.

FERREIRA, H. S. **Avaliação dos modelos de gestão das unidades de conservação federais: a mudança IBAMA - ICMBIO e seus impactos na Amazônia Ocidental**. Dissertação de Mestrado – PPGAPA. Manaus: INPA, 2012.

FREYRE, G. **Nordeste: Aspectos da influência da Cana sobre a Vida e a Paisagem do Nordeste do Brasil**. 7. ed., revista, São Paulo: Global, 2004 [1937].

GEOCONSULTORIA. **Zoneamento ecológico-econômico do litoral sul de Sergipe**. Aracaju, 2001.

GOMES SOBRINHO, L. **Luzes e sombras no Litoral Norte da Bahia: os efeitos territoriais, socioambientais e econômicos da implantação das redes hoteleiras espanholas e portuguesas**. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2011.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**. Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

ICMBio - Instituto Chico Mendes de Biodiversidade. **Área de Proteção Ambiental, Plano de Manejo**. ICMBIO-IBGE, Alagoas, 2010.

MADRUGA, M. **Litoralização**: da busca da liberdade ao consumo autofágico. Dissertação de Mestrado em Geografia. FFLCH-USP, 1992.

MASSEY, D. Pelo Espaço. **Uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. [2005].

MELLO E SILVA, S. B. de; SILVA, B. N.; CARVALHO, S. de S. Metropolização e turismo no Litoral Norte de Salvador: de um deserto a um território de enclaves? In: CARVALHO, I. M. M.; PEREIRA, G. C. (Org). **Como anda Salvador e sua região metropolitana**. 2. ed. rev. ampl. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 189-211.

MELO e SOUZA, R. **Redes de monitoramento socioambiental e tramas da sustentabilidade**. São Paulo: Annablume/Geoplan, 2007.

MENDONÇA, L. O desempenho do turismo baiano nos anos 90. In: **Superintendência de estudos econômicos e sociais da Bahia**. Dez anos de economia baiana. Salvador: SEI, 2002.

MMA/SQA. **Projeto Orla**: Fundamentos para uma gestão integrada. Brasília: MP/SPU, 2002.

MMA/SQA. **Projeto Orla**: Subsídios para um projeto de gestão. Brasília: MMA e MPO, 2004.

MORAES, A. C. R. **Contribuição para a gestão da zona costeira**. Elementos para uma geografia do litoral brasileiro. 2. ed., São Paulo: HUCITEC, 2007.

MORAES, L. B. B. de. **O turismo de sol e praia no Litoral Sul de Sergipe**: uma análise sob a perspectiva dos modelos do SISTUR e TALC. Tese de Doutorado. São Cristóvão: UFS, Sergipe. 2010.

MOREIRA, RUY. Reestruturação espacial e as novas formas de sujeitos e conflitos nas relações geográficas deste começo de século. **Terra Livre**. Presidente Prudente, Ano 24, v.1, n.30, p.171-184, Jan-Jun/ 2008.

PÉREZ-CAYEIRO, M. L. **Gestión integrada de áreas litorales**. Análisis de los fundamentos de la disciplina. Madrid: Ediotrial Tébar, 2013.

PDITS – Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável da Costa dos Coqueirais. **Sergipe**: Banco do Nordeste, 2002. Disponível no site http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/prodetur/downloads/ge-rados/pdits_sergipe.asp

PEREIRA, A. Q. **A urbanização vai à praia**: vilegiatura marítima e metrópole no Nordeste do Brasil. Fortaleza: Edições UFC, 2014.

PERROUX, F. **A economia do século XX**. Lisboa, Portugal: Herder, 1967.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. [1980].

SACK, R. D. O significado de territorialidade. IN: DIAS, L. C.; FERRARI M. (Orgs.). **Territorialidades Humanas e Sociais**. Florianópolis: Insular, 2013. p. 63-89.

SAQUET, M. A. **Por uma geografia das territorialidades e temporalidades**: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SANTOS, C. N. C. dos. **Entre o Litoral Sul de Sergipe e o Litoral Norte da Bahia**: onde as Políticas Territoriais se encontram. Tese de Doutorado em Geografia - PPGeo, UFS, 2017.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: HUCTEC, 1996.

SANTOS, P. P. **Entre a casa de praia e o imobiliário-turístico**: a segunda residência no litoral sergipano. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-graduação em Geografia – PPGeo, São Cristóvão: UFS, 2015.

SANTOS, T. M. S. dos. **Urbanização turística e a produção do espaço nos centros do lazer**: um estudo sobre Praia do Forte – Bahia. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

SOUZA, M. L. de. O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. et al. (Orgs.) **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995. p. 77-116.

SPÍNOLA, C. O PRODETUR e a descentralização do turismo baiano. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, Ano 2, n. 3, p. 36-47, jan., 2000.

VERA REBOLLO, F.; RODRIGUES SÁNCHEZ, I. (Editores). **Renovación y reestructuración de destinos turísticos en áreas costeras**. Marco de análisis, procesos, instrumentos y realidades. Valencia: PUUV, 2012.

VILAR, J. W. C. **Geografía de los litorales**: diferentes enfoques. Conferência Regional da UGI: Santiago do Chile. 2011.

VILAR, J. W. C.; VIEIRA, L. V. L. (Orgs.). **Conflitos ambientais em Sergipe**. Aracaju: EDIFS, 2014.

ZAMORANO WISNES, J. **La ordenación del litoral**. Una propuesta de gestión integrada. Madrid: La Ley. 2013.

A dense, light-gray collage of various icons related to education, urban planning, and transportation. It includes multiple globes, books, pencils, a magnifying glass, a cloud with rain, a map, a compass, a ruler, a stack of papers, a lightbulb, and various geometric shapes. The icons are scattered across the top half of the page, creating a textured background for the title.

SISTEMAS DE TRANSPORTE URBANO E VIOLÊNCIA NO TRÂNSITO EM ARACAJU/SE

Nelson Fernandes Felipe Junior

1. Introdução

Os sistemas de transporte urbano são relevantes para as interações espaciais, com destaque aos deslocamentos e à mobilidade de pessoas nas cidades. Inseridos nesse contexto, os acidentes de trânsito representam uma das principais causas de lesões corporais e óbitos no Brasil e em vários países, com reflexos na sociedade (especialmente nas vítimas e seus familiares) e no Sistema Único de Saúde (SUS). Sua ocorrência está relacionada, em muitos casos, a atitudes e posturas dos motoristas e pedestres que elevam os riscos de acidentes, mas também às condições inadequadas das infraestruturas (sobretudo das vias públicas), à precarização do transporte público e outros.

Os acidentes de trânsito podem resultar em incapacidades e outras implicações para as vítimas, ademais, geram no setor da

saúde elevados gastos com atendimento hospitalar, internações, assistência e reabilitação. Estes acidentes atingem, principalmente, os adultos em faixa etária produtiva, com reflexos físicos e psicológicos muitas vezes graves. Os países periféricos apresentam os maiores índices de acidentes de trânsito no mundo, sendo muitos fatais.

Diante disso, o objetivo do presente capítulo é analisar as principais causas da violência no trânsito em Aracaju/SE e sua relação com os sistemas de transporte urbano. Considerando o preocupante contexto dos acidentes na capital sergipana, destaca-se a problemática da precarização do transporte público e os pontos de estrangulamento que prejudicam a mobilidade, a acessibilidade e a fluidez intraurbana, caso, por exemplo, das deficiências nas infraestruturas. O texto está dividido em três partes, quais sejam: *Planejamento e mobilidade urbana em Aracaju/SE*; *Precarização do transporte público e violência no trânsito em Aracaju/SE*; e *Os acidentes de trânsito na capital sergipana: causas e consequências*, além da *Conclusão* e das *Referências*.

Este capítulo é resultado de uma pesquisa realizada sobre “A violência no trânsito em Aracaju/SE¹”. No que tange aos procedimentos metodológicos adotados, têm-se: a pesquisa bibliográfica (em livros, revistas eletrônicas, jornais, *sites* e outras fontes de informação que tratam da temática proposta); os trabalhos de campo e as entrevistas (na Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito – SMTT, no Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros do Município de Aracaju – SETRANSP e nos terminais de integração de Aracaju/SE) a coleta de dados (no Sistema Único de Saúde – SUS, no Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde – DATASUS, na Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito – SMTT, no Sindicato das Empresas de Transpor-

1 Esta pesquisa foi desenvolvida no Núcleo de Estudos sobre Transportes (NETRANS), nos anos de 2017 e 2018.

te de Passageiros do Município de Aracaju – SETRANSP etc.) e a elaboração de matrizes e diagramas a partir dos dados estatísticos obtidos.

2. Planejamento e mobilidade urbana em Aracaju/SE

O planejamento é imprescindível na busca pela melhor estruturação do espaço urbano, todavia, os planos, os projetos e as ações não são neutros, ou seja, são conduzidos muitas vezes pelos interesses dos grupos hegemônicos, como resultado das alianças estabelecidas entre o grande capital e o Estado. O planejamento eficiente (de qualidade) de médio e longo prazos é relevante considerando as demandas por mobilidade, acessibilidade e fluidez no espaço urbano (logística de Estado), com reflexos na reprodução social (notadamente na força de trabalho).

A “acessibilidade” refere-se aos fixos que compõem o espaço geográfico, como as infraestruturas, as edificações etc., e as condições existentes para os indivíduos alcançarem as diversas áreas da cidade; enquanto que a “mobilidade” é um atributo daquilo que é móvel, com ênfase aos deslocamentos (fluxos) existentes no espaço urbano (pessoas, veículos, mercadorias etc.). A acessibilidade reflete a facilidade de atingir os destinos desejados, podendo ser mensurada através de alguns aspectos, quais sejam: a) os números e os tipos de destinos que podem ser alcançados em uma determinada cidade; b) os custos incorridos nos deslocamentos; c) o tempo esperando, caminhando, efetuando baldeações e no próprio percurso dentro do veículo, podendo refletir a carência de investimentos em infraestruturas exclusivas para o transporte público (COCCO, 2011; VASCONCELLOS, 2001).

No que tange às demandas da população aracajuana e brasileira na atualidade, destaca-se a busca por maior mobilidade e acessibilidade no espaço urbano. Nesse sentido, a fluidez é importante

para alcançar os locais de moradia, os estabelecimentos privados (supermercados, lojas etc.) e os equipamentos de consumo coletivo (escolas, creches, hospitais, postos de saúde e outros). Isso elucida a relevância do transporte público urbano para a reprodução social e para fomentar as interações espaciais nas cidades.

Não obstante, o atendimento dessas necessidades (mobilidade e acessibilidade) em Aracaju/SE e no Brasil, muitas vezes, é negligenciado pelo poder público visando atender aos interesses da elite e dos segmentos corporativos. A infraestrutura e, em especial, o sistema viário, tem uma importante função no espaço urbano. A qualidade dos fixos e das vias diferencia-se de acordo com os bairros e com a renda de cada grupo social. Tais diferenças se manifestam de diversas formas: na sinalização das vias, na iluminação, na conservação e/ou existência da pavimentação asfáltica e outros. O investimento público acaba atendendo de forma mais eficiente os bairros em que o deslocamento é realizado predominantemente pelo transporte individual (sobretudo pelos automóveis). As vias que atendem as áreas privilegiadas de Aracaju/SE (bairros Jardins, Atalaia, Farolândia, Coroa do Meio, Grajeru, 13 de Julho etc.) têm, em geral, maior qualidade em comparação àquelas presentes nos subespaços de menor renda (periferia desestruturada) (zonas norte e noroeste da capital sergipana – bairros Porto Dantas, Lamarão, Soledade, Bugio, Jardim Centenário, Olaria, Capucho e outros).

A produção de cidades segregadas e fragmentadas ganha destaque com a lógica do consumo desigual, em que surgem espaços exclusivos para atender demandas de classes sociais também específicas, o que influencia a circulação e as interações espaciais urbanas. Os locais de consumo das classes de maior renda são dotados de meios de consumo coletivos de melhor qualidade (ônibus mais novos, terminais de integração, mais linhas do transporte público etc.), enquanto há uma grande parcela da população que carece de mobilidade e acessibilidade. A zona sul de Aracaju/SE e,

mais precisamente, o bairro Jardins possui melhores vias e mais ônibus em circulação quando comparado aos bairros da zona norte, todavia, grande parte da população utiliza o veículo individual.

As vias dos bairros privilegiados da capital sergipana fazem ligações importantes com outras avenidas que permitem acesso a diferentes pontos da cidade, isto é, favorecem os deslocamentos através do transporte particular aos destinos desejados. Os subespaços mais articulados visam atender às demandas dos segmentos mais favorecidos economicamente, contudo, essa integração não conecta todos os espaços da cidade de maneira homogênea, visto que é altamente seletiva. Por conseguinte, essa seletividade corrobora a valorização de alguns bairros e a desvalorização de outros (reforça a desigualdade).

O direcionamento dos fluxos é influenciado pelo conjunto das vias que atendem as diferentes áreas das cidades. Os bairros onde se encontram importantes avenidas atraem maior intensidade de fluxos e possuem geralmente grande oferta de serviços e equipamentos coletivos (caso, por exemplo, das avenidas Hermes Fontes e Gonçalo Prado Rolemberg). Os bairros pobres e as vias com limitações (estreitas, sem duplicação, com sinalização inadequada, mal conservadas etc.) são menos atrativos ao capital e possuem menor oferta de linhas do transporte público.

Segundo Lojkin (1997), as contradições inerentes às cidades elucidam os problemas do sistema capitalista, com o estabelecimento de trocas e acessos desiguais. Isso é resultado das diferenças quanto aos fluxos e da concentração-falta dos fixos, determinados de acordo com a lógica de valorização/desvalorização capitalista do espaço urbano (interesses do capital imobiliário, principalmente).

A renda é um fator imprescindível para entender o papel que o indivíduo desempenha enquanto produtor e consumidor do espaço, a qual o permitirá usufruir de uma porção maior ou menor dos

objetos distribuídos espacialmente. Um eficiente sistema de circulação é capaz de proporcionar aos indivíduos acesso aos bairros que concentram os equipamentos e os serviços de consumo coletivo, com maior mobilidade e acessibilidade. Além disso, é fundamental – com base no planejamento e nos investimentos – ampliar espacialmente a distribuição dos empregos e dos fixos nas cidades, especialmente para os bairros periféricos. Essa estratégia, ao mesmo tempo, arrefece os fluxos exacerbadamente concentrados nas áreas centrais das cidades e reduz a desigualdade no espaço urbano (VASCONCELLOS, 2001).

No entanto, a seleção dos pontos onde são instalados os terminais do transporte coletivo, a duplicação de vias, os corredores exclusivos para ônibus e outros, é realizada mediante escolha que considera uma série de fatores e que envolve diversos agentes, os quais muitas vezes não têm como premissa satisfazer as demandas coletivas, mas sim atender aos interesses da elite privilegiada da cidade. É comum nos espaços urbanos brasileiros a criação de corredores exclusivos para ônibus em áreas de interesse do capital (financeiro, comércio, serviços, indústrias e imobiliário), em detrimento das áreas periféricas que concentram a população de baixa renda (VASCONCELLOS, 2001).

As decisões no âmbito do planejamento urbano e do planejamento de transportes acerca do sistema de circulação, além de impactarem a relação entre produção e distribuição, muitas vezes tornam a estrutura das cidades ainda mais desigual, favorecendo os deslocamentos das classes de maior renda que utilizam o transporte individual, em detrimento dos grupos menos abastados que necessitam do transporte público. O sistema viário e a organização do transporte (logística) – especialmente em Sergipe e no Brasil – não são realizados, em geral, para garantir que o deslocamento ocorra com maior conforto e em menos tempo no espaço urbano, mas sim atendendo aos interesses do mercado imobiliário.

Decisões e ações que resultaram no estabelecimento de algumas formas nas cidades têm até a atualidade influência significativa sobre o cotidiano dos cidadãos, devido aos impactos na mobilidade e acessibilidade. Os bairros Jardins e Grajeru, em Aracaju/SE, são exemplos elucidativos, pois apresentam vias em melhores condições em comparação às áreas de menor renda, fato que gera reflexos na fluidez intraurbana. Santos (2002) revela que há uma “inércia dinâmica das formas”, pois, apesar de estarem fixas, influenciam as interações existentes no espaço urbano, favorecendo-as (ou não) dependendo da sua densidade.

A construção de grandes condomínios fechados voltados às classes média e alta, por exemplo, modificam os subespaços que os recebem e, devido à consequente valorização imobiliária, pode induzir à saída da população para bairros periféricos desvalorizados do ponto de vista do mercado imobiliário. Com a substituição da população e a mudança do padrão dos novos moradores, a valorização se torna atrativa para novos investimentos, mediante a implantação de infraestruturas e serviços (como ocorreu na zona sul de Aracaju/SE – bairros Jardins, 13 de Julho, Grajeru e Coroa do Meio – e em parte da zona oeste – Jabotiana).

O aumento da população urbana impactou a dinâmica metropolitana brasileira, porém em geral foi desacompanhada de melhoria na infraestrutura. A elevação da frota de veículos e a prioridade ao transporte individual, por um lado, e a falta de um planejamento que acompanhe o crescimento das necessidades dos usuários, por outro, implicou/implica na precariedade do transporte público e na existência de diversos pontos de estrangulamento que prejudicam a mobilidade urbana. A escassez de investimentos no transporte coletivo no Brasil e, especialmente em Aracaju/SE, resulta em muitos prejuízos, sobretudo à classe trabalhadora e às pessoas de menor renda, já que são os principais usuários do sistema.

O planejamento urbano deve contemplar a organização espacial dos usos do solo e das vias de tráfego, permitindo uma melhor convivência entre condutores, usuários do transporte coletivo e pedestres, principalmente para arrefecer os acidentes de trânsito nas cidades brasileiras. Nesse sentido, destaca-se que a mobilidade e a acessibilidade dependem da articulação adequada entre as demandas por deslocamentos (fluxos) e a capacidade do sistema de transporte e infraestrutura (COCCO, 2011).

O planejamento deve valorizar, portanto, o transporte público urbano, além de investir em transportes alternativos e saudáveis como a bicicleta, por exemplo. Além disso, é importante incentivar o uso racional do automóvel, o que contribuirá para melhorar a mobilidade e a fluidez no espaço. Calçadas e ciclovias devem ser projetadas e construídas para atender a todos, independentemente de classe social ou bairro. A valorização do transporte coletivo resulta em diversas vantagens à sociedade, como a redução da poluição, dos ruídos, dos congestionamentos, dos acidentes de trânsito, entre outros.

3. Precarização do transporte público e violência no trânsito em Aracaju/SE

O território brasileiro caracteriza-se pela forte desigualdade no que se refere à provisão de serviços e infraestruturas adequadas de transportes públicos, considerando a grande maioria das cidades que perfazem a formação socioespacial brasileira. Atualmente, as políticas voltadas ao transporte coletivo e à mobilidade urbana tornam-se urgentes frente às dinâmicas da reestruturação produtiva, da localização dos equipamentos comerciais e de serviços, da expansão da produção imobiliária, além das demandas dos grupos sociais desfavorecidos (notadamente os moradores de

bairros pobres e periféricos), assim, são necessários sistemas de transportes eficientes (redes, infraestruturas, materiais rodantes etc.) (COCCO, 2011).

De acordo com Draibe (1993), o transporte coletivo é necessário para melhorar o acesso aos equipamentos sociais, não apenas para seus usuários – os doentes ou os alunos, por exemplo – mas também aos profissionais que trabalham nesses espaços. Isso elucida a importância de uma nova postura em relação ao transporte público por parte dos poderes constituídos no Brasil, tratando este serviço como um importante vetor de desenvolvimento social e urbano, principalmente considerando as interações espaciais que este propicia.

O contexto das cidades brasileiras e, sobretudo de Aracaju/SE, apresenta diversos pontos de estrangulamento nos sistemas de transportes, com prejuízos à reprodução social (especialmente dos grupos de baixa renda). A falta de planejamento das vias públicas também impede maior fluidez, mobilidade e acessibilidade na capital sergipana, além de gerar diversos acidentes de trânsito no espaço urbano.

Lojkin (1997) destaca três aspectos basilares da segregação socioespacial, quais sejam: a segregação na habitação; a segregação nos equipamentos coletivos (creches, hospitais, escolas etc.); e a segregação no transporte urbano. Tem-se um “gargalo permanente” no transporte público brasileiro (prejudicando, sobretudo, os segmentos menos abastados), contrastando com os “privilégios burgueses” referentes ao uso do automóvel. Em relação à Aracaju/SE, verifica-se, especialmente a partir da década de 1970, uma infraestrutura viária que se expandiu em direção aos bairros constituídos pelos segmentos de média e elevada renda (orla e suas proximidades), caso da Atalaia, Coroa do Meio, Jardins, 13 de Julho, Grageru e outros.

Há uma nítida iniquidade infraestrutural em Aracaju/SE, em que os grupos sociais mais abastados são favorecidos com maior mobili-

dade e acessibilidade (incluindo-se os equipamentos de uso coletivo, como hospitais, escolas etc.). Todavia, os bairros de menor renda possuem serviços deficientes e sofrem diariamente com um transporte público precário (prejudicando a reprodução da força de trabalho). Nesse sentido, destaca-se não apenas a falta de conforto no transporte coletivo (terminais e ônibus), mas também a insegurança (assaltos e abuso sexual), atrasos nos horários dos ônibus, entre outros.

Em Aracaju/SE, o precário serviço de transporte público demonstra como a desigual distribuição dos meios de consumo coletivo pode afetar sistemas urbanos e, conseqüentemente, as interações espaciais na cidade. Como reflexo desse contexto, elevam-se os acidentes de trânsito na capital sergipana, pois muitos trabalhadores adquirem veículos individuais para reduzir ou mesmo acabar com a dependência do transporte coletivo. A priorização histórica do poder público pelo transporte particular gera, conseqüentemente, impactos negativos no transporte coletivo e altos índices de violência no trânsito, especialmente no espaço urbano.

As interações espaciais efetuadas mediante sistemas de transporte público são amplamente prejudicadas pela carência de investimentos e de intervenções urbanas, conseqüentemente, há impactos na mobilidade casa-trabalho, casa-centro de compras, casa-escola, casa-creche, casa-hospital etc. Soma-se ainda, o incremento dos acidentes de trânsito, muitos deles fatais, com custos elevados ao Sistema Único de Saúde (SUS).

A violência no trânsito brasileiro está relacionada diretamente à precarização do transporte público, sendo este último um meio de consumo coletivo imprescindível para fomentar o desenvolvimento urbano e satisfazer as demandas de reprodução social, na medida em que proporciona a mobilidade e a acessibilidade necessárias às diversas atividades diárias. No espaço da cidade, esta acessibilidade é desigual, uma vez que o transporte público revela-se em estado de “crise permanente” no país.

A baixa eficiência do transporte público (desvalorizado pelo Estado) – como ocorre em Aracaju/SE – prejudica as condições físicas e psicológicas do trabalhador, caso, por exemplo, do desgaste decorrente dos morosos deslocamentos diários e da falta de conforto nos terminais e nos ônibus. Em relação aos acidentes de trânsito na capital sergipana, muitos estão relacionados aos abusos/irresponsabilidades por parte dos motoristas e à precariedade das vias e da sinalização.

A carência de equipamentos e meios de consumo coletivos em Aracaju/SE evidencia a contradição entre a política pública e a socialização das forças produtivas. O processo de urbanização representa as formas da divisão social e territorial do trabalho (elementos-chave das relações de produção e circulação). Diante disso, os problemas relacionados ao transporte público – enquanto meio de consumo coletivo – acabam afetando a qualidade de vida da população usuária do serviço, pois restringem as possibilidades de deslocamento no espaço urbano. Tal fato é resultado da falta de planejamento, do modelo de concessão neoliberal (Estado não regulador) e dos baixos investimentos existentes no setor (historicamente insuficientes).

O transporte público é, ao mesmo tempo, um reprodutor indireto do capital (permite o deslocamento da mão de obra da sua casa ao local de trabalho – indústria, comércio e serviços) e um reprodutor social (garante a acessibilidade das pessoas a outros equipamentos de consumo coletivos, como hospitais, escolas, creches, postos de saúde etc.). Assim, infere-se que a qualidade do serviço prestado é de interesse, por exemplo, do capitalista industrial (para que a força de trabalho chegue à fábrica descansada e sem atrasos), bem como da coletividade (satisfação das necessidades diárias).

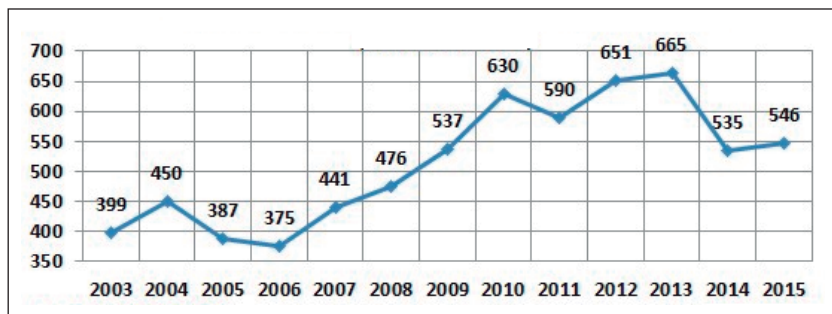
Restrições à circulação humana no espaço (especialmente urbano) – resultantes da necessidade de incrementar a acumulação

por parte dos capitais ligados ao transporte público (empresas concessionárias) – prejudicam a mobilidade e a acessibilidade. Soma-se a isso, a violência no trânsito que caracteriza as principais cidades brasileiras e, em especial, Aracaju/SE, pois a falta de políticas públicas efetivas no setor prejudica a reprodução social e a redução expressiva dos acidentes no trânsito, sobretudo aqueles de maior gravidade. No Brasil, atualmente, demanda-se uma eficiente articulação entre a política de mobilidade urbana e a política de combate à violência no trânsito, visando alcançar resultados mais expressivos.

O modelo de mobilidade adotado em muitos países (especialmente no Brasil) é ineficaz para manter as pessoas seguras durante seus deslocamentos, ou seja, a valorização do transporte individual em detrimento do coletivo prejudica a fluidez no espaço urbano e resulta em muitos acidentes de trânsito, com lesões graves e mortes. A mobilidade é um dos direitos fundamentais garantidos pela Constituição Federal de 1988, sendo essencial para o desenvolvimento urbano e para a inclusão social. Pensar a mobilidade é mais que tratar apenas de transporte e trânsito, isto é, deve-se compreendê-la como um fenômeno social complexo e interdisciplinar, que envolve as áreas da saúde, do planejamento urbano, do transporte, do trânsito, da legislação, da educação, entre outros.

Os acidentes de trânsito devem ser entendidos como um problema de saúde pública, cuja causa precisa ser enfrentada por diversos órgãos/instituições e envolver toda a sociedade. O aumento do uso de motocicletas, sobretudo entre 2003 e 2013, em face de sua mobilidade na cidade, é apontado como fator que contribuiu para o crescimento dos acidentes de trânsito no estado de Sergipe e no Brasil (gráfico 1).

Gráfico 1: Total de óbitos no trânsito no estado de Sergipe (2003-2015).



Fonte: Datasus

Houve grande incremento dos óbitos resultantes de acidentes de trânsito no estado de Sergipe, sobretudo entre 2006 e 2010 (gráfico 1). No que tange ao número de vítimas fatais no trânsito no Brasil, em 2015, destaca-se a faixa etária entre 30-44 anos (39% dos óbitos), sendo seguida pela idade entre 15-29 anos (21% das mortes). Os índices elevados são resultantes de problemas que envolvem o excesso de velocidade, a embriaguez e o uso de drogas, atravessar o sinal vermelho do semáforo, condutores de veículos que desrespeitam a faixa de pedestres, veículos que estacionam em áreas não permitidas, ultrapassagem em local proibido, “buracos” e problemas nas vias, sinalização deficiente, falta de manutenção dos veículos, desrespeito às regras de tráfego, entre outros.

Segundo Cruz (2012), a lógica de produção e consumo da cidade impacta na acessibilidade dos cidadãos aos meios de consumo coletivos de acordo com o modal de transporte que utilizam. Nas cidades brasileiras, os que possuem menor renda são os mais prejudicados devido à estrutura deficiente do transporte público, cujas lacunas e problemas resultam em dificuldades de acesso por parte dos passageiros a outros bairros da cidade, devido aos longos trajetos, demora nas conexões nos terminais de integração, veículos “lotados”, alto preço da tarifa (o preço elevado da passagem

é incompatível com a baixa qualidade do serviço prestado), falta de conforto, insegurança, escassez de linhas e horários em áreas periféricas etc. Infere-se, portanto, que a mobilidade e a acessibilidade estão atreladas à renda, determinando a maneira como cada indivíduo consome e se desloca no espaço.

No Brasil, a “cultura relacionada à circulação” tem o automóvel como base. O crescente número de veículos e a reduzida eficiência do transporte público comprometem a mobilidade urbana e, por consequência, a qualidade de vida dos cidadãos. Muitas vezes o limite de pessoas dentro dos ônibus não é respeitado e o número de coletivos é insuficiente em relação à quantidade de usuários (oferta menor que a demanda). Os terminais, por sua vez, encontram-se em condições inadequadas (iluminação deficiente, são pequenos considerando o quantitativo de passageiros, falta de conforto e segurança etc.).

4. Os acidentes de trânsito na capital sergipana: causas e consequências

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), em 2016, morreram 1,2 milhão de pessoas por causa da violência no trânsito, e mais de 50 milhões sofreram lesões em todo o mundo (tabela 1). O Brasil está na primeira posição na América do Sul quando se trata da taxa de mortalidade por 100 mil habitantes. Ademais, países de baixa e média renda, possuidores de 54% da frota de veículos, são responsáveis por 90% das mortes no trânsito.

Tabela 1: Principais países em número de mortes no trânsito, 2015.

Países	Total de mortes no trânsito
Índia	145.082
China	58.176
Nigéria	53.339
Brasil	43.869

Fonte: OMS, 2016.

O Brasil, em 2015, ocupou a quarta posição no número de óbitos resultantes de acidentes de trânsito, fato que elucida um grave problema nacional. Países da Ásia (Índia e China) e da África (Nigéria) apresentam os maiores índices (tabela 1). Os acidentes de transportes terrestres matam mais de 43 mil pessoas por ano no Brasil, representando uma das principais causas de óbito no país. Os acidentes nas rodovias federais respondem por 20% dessas mortes (8 mil, em 2015), com fortes impactos sobre o orçamento público e a renda das famílias envolvidas.

Os custos com auxílios-doença, aposentadorias por invalidez e pensões por morte contabilizaram 31,4 bilhões de reais, entre 2003 e 2015 no Brasil, de acordo com os dados da Organização Mundial da Saúde (OMS). Além disso, considerando a população entre 15 e 29 anos, os acidentes de trânsito são a causa principal de óbito no país, com os homens representando 8 de cada 10 vítimas dentro dessa faixa etária.

Em Aracaju/SE, os acidentes de trânsito correspondem à segunda maior causa de morte devido a causas externas (que são os óbitos por motivo não natural), atingindo 32% do total. Segundo a Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito (SMTT), na capital sergipana, em 2014, foram registrados 7.644 acidentes de trânsito, sendo 77 vítimas fatais. Em 2015, ocorreram 5.736 acidentes, com 66 mortes.

Em relação às principais causas de acidentes de trânsito na capital sergipana, têm-se:

- Excesso de velocidade;
- Embriaguez e uso de drogas;
- Atravessar o sinal vermelho do semáforo;
- Veículos individuais transitando nos corredores exclusivos de ônibus;
- Condutores de veículos que desrespeitam a faixa de pedestres;
- Veículos que estacionam em áreas não permitidas;
- Ultrapassagem em local proibido;
- “Buracos” e problemas nas vias;
- Sinalização deficiente;
- Infraestrutura inadequada;
- Falta de manutenção dos veículos etc.

Os acidentes de transportes terrestres representam uma das principais causas de óbito no estado de Sergipe e no país. A expansão da frota de veículos (principalmente de motocicletas), a falta de planejamento e de políticas mais efetivas, os gargalos da infraestrutura, a imprudência dos motoristas etc., possuem relação direta com os acidentes de trânsito. As vendas de motocicletas, por exemplo, tiveram crescimento três vezes superior ao incremento do produto interno bruto (PIB) brasileiro entre 2000 e 2015 (IPEA, 2016). Esse tipo de veículo, por características intrínsecas, apresenta baixa proteção aos usuários em caso de colisão e queda, agravando a situação da mortalidade no trânsito.

Assim como as motocicletas, mas em uma intensidade menor, as vendas de automóveis tiveram crescimento duas vezes maior do que o aumento do produto interno bruto (PIB) brasileiro no mesmo período. O acréscimo da quantidade de veículos nas vias pode elevar os riscos no trânsito e, conseqüentemente, os índices de acidentes com vítimas fatais, principalmente nas rodovias brasileiras (onde ocorre a maior parte dos acidentes com óbitos no país) (IPEA; PRF, 2015).

Os acidentes de trânsito geram perdas de 50 bilhões de reais por ano no Brasil, com destaque à perda de produtividade das vítimas e aos gastos com atendimento médico-hospitalar e reabilitação das pessoas envolvidas (IPEA; PRE, 2015). Os acidentes de trânsito se constituem em uma das principais causas de morte nas faixas etárias inferiores e médias no país. Isso se intensificou nos últimos quinze anos, sobretudo com os usuários de motocicletas (muitas vezes são pessoas jovens), pois formam o principal grupo de vítimas fatais de acidentes de trânsito no Brasil.

Independentemente dos custos financeiros dos acidentes, a grande quantidade de mortos e feridos no trânsito brasileiro gera fortíssimos impactos para as famílias envolvidas, e para a sociedade em geral, com destaque aos reflexos emocionais/psicológicos negativos que podem se estender ao longo da vida. É fundamental compreender esse fenômeno para que políticas adequadas de redução dos acidentes e das vítimas no trânsito tenham êxito no país. Nesse sentido, são imprescindíveis as estratégias/ações com base na interdisciplinaridade e as políticas eficientes de médio e longo prazos (com continuidade), como mostram os exemplos de outros países, caso do Japão, Coreia do Sul, França e Alemanha.

Para isso, é essencial haver maior articulação entre os governos federal, estaduais e municipais, visando implementar políticas efetivas e de resultados satisfatórios ao longo do tempo. É necessário um planejamento qualificado e grandes investimentos públicos e privados, visando, sobretudo, melhorar as condições de segurança e mobilidade no território, além de valorizar a educação para o trânsito no Brasil (desde a infância até a fase adulta).

Várias causas de acidentes fatais podem ser combatidas pela realização maciça de campanhas educativas e avanços na área da educação (como a realização de projetos e pesquisas, debates sobre a temática etc.). Essas ações, no Brasil, devem chamar a atenção das pessoas para os principais motivos associados aos acidentes, como

a desatenção no trânsito (o uso de celular, por exemplo), o consumo de álcool e drogas e o desrespeito às normas de trânsito (ultrapassagens em locais proibidos, excesso de velocidade etc.). Entretanto, as campanhas não podem ser esporádicas (como geralmente ocorre), isto é, elas devem ser permanentes e focar o público-alvo.

Outro grupo importante de medidas refere-se às questões regulatórias e às estruturas de gestão e fiscalização do trânsito. A fiscalização nas vias e o uso das tecnologias de informação e comunicação (TICs) são relevantes para inibir as infrações e garantir mais segurança aos usuários. Assim, o órgão gestor deve ter uma estrutura adequada de coleta e tratamento das informações sobre os acidentes ocorridos na sua área de jurisdição, caso, por exemplo, da Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito (SMTT), inclusive com o mapeamento georreferenciado da ocorrência de cada um dos acidentes, buscando identificar os pontos críticos e a escolha das estratégias/medidas adequadas visando melhorar a fluidez e a segurança viária.

No que tange à legislação de trânsito, o Brasil apresenta um arcabouço de qualidade, contudo, há ainda uma sensação de impunidade com relação à penalização de motoristas que provocam acidentes graves em função de negligência, ingestão de álcool e drogas ou comportamento perigoso no trânsito, como o excesso de velocidade. A justiça brasileira tende a aplicar penas pouco proporcionais aos danos causados às vítimas (e seus familiares), mesmo que esses indivíduos tenham assumido o risco de produzir acidentes graves, sendo isso mais evidente quando se trata de pessoas de alta renda.

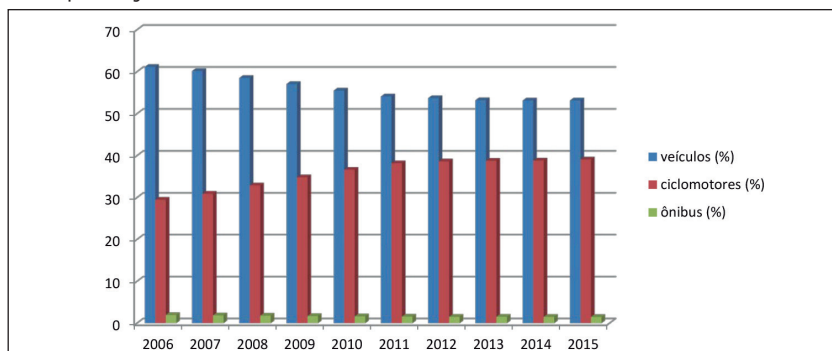
A infraestrutura deficiente que caracteriza o espaço urbano no Brasil e, especialmente a cidade de Aracaju/SE, é um fator que também contribui para a elevação do número de acidentes no trânsito, sendo resultado da falta de planejamento, do crescimento urbano desordenado (sobretudo das regiões metropolitanas) e dos insuficientes investimentos públicos e privados. Ademais,

a desvalorização do transporte público na capital sergipana e no país, bem como o privilégio do transporte individual, são fatores indutores da violência no trânsito que aflige a sociedade brasileira.

Segundo Viana (2013), as determinações de caráter psíquico e cultural referentes à violência no trânsito brasileiro elucidam a questão da “mentalidade burguesa” (dominante na sociedade), sendo esta competitiva, mercantil e burocrática. Em relação ao aspecto competitivo, manifesta-se frequentemente (diariamente) no trânsito, além da existência de uma “consciência coisificada” (fria), o que explica muitos abandonos das vítimas de acidentes no país. Em casos específicos, a competição é o que gera com relativa facilidade discussões, brigas e até assassinatos no trânsito. A mentalidade competitiva (estrutural em nossa sociedade) reproduz a lógica capitalista, marcada pela competição social em todos os setores e áreas da vida.

A retomada do crescimento da economia brasileira, entre 2003 e 2013, fomentou a aquisição de veículos (motocicletas, principalmente), com destaque aos incentivos decorrentes da expansão do crédito/financiamento, da redução do desemprego, da elevação relativa da renda, entre outros (gráfico 2).

Gráfico 2: Frota de ciclomotores (motocicletas), veículos (automóveis) e ônibus no estado de Sergipe, entre 2006 e 2015 (porcentagem).



Fonte: Denatran, 2016.

Entre 2006 e 2015 houve um declínio da frota de automóveis e, neste mesmo período, um aumento dos ciclomotores (motocicletas). Com relação aos ônibus, verifica-se que pouco foi investido na sua ampliação, uma vez que no período se manteve abaixo de 2,0% da frota veicular total, o que impacta na reduzida mobilidade urbana da capital sergipana (gráfico 2). No município de Aracaju/SE, tem-se um crescimento da frota de ciclomotores, elucidando uma pressão maior por mobilidade e fluidez no espaço urbano. Por conseguinte, as vias que apresentam os maior índices de acidentes na capital são aquelas de fluxos diários mais intensos (tabela 2).

Tabela 2: Variação dos acidentes de trânsito nas principais avenidas de Aracaju/SE (2014 e 2015).

Posição	Logradouro	2014	2015	Va	Vr (%)
1°	Av. Pres. Tancredo Neves	419	368	-51	-12,17
2°	Av. Pref. Heraclito Rolemberg	215	202	-13	-6,05
3°	Av. Beira Mar	240	163	-77	-32,08
4°	Av. Gal. Euclides Figueiredo	117	162	45	38,46
5°	Av. Hermes Fontes	138	101	-37	-26,81
6°	Av. Augusto Franco	73	73	0	0
7°	Av. Desembargador Maynard	99	72	-27	-27,27

Fonte: Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito (SMTT), 2016.

Obs: Va (valor absoluto); Vr (valor relativo).

A avenida Tancredo Neves é a primeira do *ranking* de acidentes, porém a avenida General Euclides Figueiredo destaca-se por apresentar um acréscimo de 38,46% de 2014 para 2015. A avenida Augusto Franco não apresentou variação e as demais reduziram em relação ao ano anterior (tabela 2). Alguns fatores explicam a queda dos acidentes nessas vias públicas, caso da maior fiscalização no espaço urbano (implantação e funcionamento de radares eletrônicos em pontos estratégicos) e alguns resultados positivos das campanhas educativas (Semana Nacional de Trânsito e Maio Amarelo, por exemplo). Entretanto, ainda são elevados os índices apresentados, com destaque aos óbitos do sexo masculino (tabela 3).

Tabela 3: Distribuição das vítimas fatais procedentes de acidentes de trânsito em Aracaju/SE, 2015.

Sexo	Feminino	11
	Masculino	55
Categoria dos vitimados	Pedestre	25
	Condutor de automóvel	0
	Passageiro	3
	Motociclista	28
	Ciclista	7
Zonas	Norte	20
	Sul	20
	Oeste	15
	Centro	8
	Expansão	3

Fonte: Setor de óbitos – Instituto Médico Legal (IML/SE), 2016.

Há um predomínio significativo das pessoas do sexo masculino nos acidentes fatais em Aracaju/SE, com ênfase aos pedestres e motociclistas (são mais vulneráveis), bem como uma concentração nas zonas norte e sul da cidade, sendo reflexo da dinâmica do emprego e demográfica, com grandes fluxos diários da força de trabalho (tabela 3). No que tange aos óbitos ocorridos nos bairros da cidade, o centro principal da capital sergipana apresenta os maiores índices, resultado da sua própria dinâmica, ou seja, grande circulação de pessoas e veículos diariamente (tabela 4).

Tabela 4: Óbitos por bairro procedentes de acidentes de trânsito em Aracaju/SE (2014 e 2015)

Bairros	2014	2015
13 de Julho	5	2
Atalaia	6	3
Centro	8	7
Jabotiana	5	5
Siqueira Campos	6	2

Fonte: Setor de óbitos – IML/SE; Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito (SMTT), 2017.

Nos anos de 2014 e 2015 houve mais mortes no trânsito no centro de Aracaju/SE, comparando-se a outros bairros da cidade, sendo reflexo dos intensos fluxos de pedestres e veículos cotidianamente. A dinâmica do comércio e dos serviços gera consequências no espaço central da cidade, como a grande pressão por mobilidade, acessibilidade e fluidez, número de acidentes elevado e outros. Além disso, destaca-se o desrespeito às normas de tráfego por muitos motoristas (tabela 4).

Há uma insuficiência de projetos e ações com a finalidade de reduzir a violência no trânsito em Aracaju/SE. Isso deveria fazer parte de um grupo seletivo de prioridades das políticas públicas brasileiras, sergipanas e aracajuanas, pois trata-se de uma questão que envolve a saúde coletiva, os recursos públicos e a valorização da vida dos cidadãos. Além dos acidentes graves e fatais, destacam-se também outros tipos de violência no trânsito na capital sergipana, como os assaltos (principalmente nos ônibus e terminais), abusos sexuais, diversas formas de agressões físicas e psicológicas, práticas de racismo e outros.

Ademais, a gestão do trânsito envolve, antes de tudo, um adequado conhecimento da cidade e do próprio trânsito. Para isso, é fundamental o desenvolvimento de bancos de dados e informações do sistema viário local, de estatísticas de acidentes de trânsito, contagens de volumes de tráfego e de pedestres, mapeamentos dos deslocamentos e da sinalização viária, entre outros, por meio dos quais se elabora o planejamento, o projeto e a implantação das medidas mitigadoras/saneadoras dos problemas existentes, com o objetivo de fomentar a fluidez intraurbana e a segurança dos indivíduos.

5. Conclusão

O Brasil apresenta altos índices de violência no trânsito, elucidando um grave problema nacional. Diante disso, é necessário expandir e qualificar as ações públicas e valorizar a participação de toda a sociedade visando reduzir esse alarmante quadro. São elevados os números de acidentes, especialmente graves, na capital sergipana, o que revela um contexto delicado sobre a violência no trânsito e as consequências aos acidentados, às suas famílias, ao Estado (Sistema Único de Saúde – SUS) e à própria sociedade.

Diversos fatores geram os acidentes de trânsito no Brasil e, notadamente em Aracaju/SE, como o excesso de velocidade, embriaguez, uso de drogas, sono e “dormir ao volante”, infraestrutura inadequada (vias com “buracos”, asfaltamento deficiente, sinalização precária etc.), veículos com falta de manutenção, atravessar o “sinal vermelho” do semáforo, desrespeito às regras de tráfego, ultrapassagens incorretas, insuficiente fiscalização e punição, entre outros.

O aumento da frota veicular está intimamente ligado ao cenário de crescimento econômico brasileiro, sobretudo entre 2003 e 2013, que apresenta, como um dos seus efeitos mais evidentes, o rápido incremento da taxa de motorização nas cidades brasileiras. A forte influência da elevação da frota de veículos individuais em prejuízo do transporte público é um fator relevante para compreender a violência no trânsito brasileiro e, em especial, na capital sergipana.

O aumento do contingente de veículos particulares nas ruas e avenidas das cidades brasileiras é associado a diversos fatores, sendo alguns deles locais, outros macroeconômicos, caso das políticas de âmbito nacional que facilitaram a aquisição de veículos individuais, sobretudo entre 2003 e 2013 (redução do imposto so-

bre produtos industrializados – IPI e expansão do crédito/financiamento), além de alguns estímulos à fluidez (como a abertura de novas vias urbanas).

Como resultado do contexto geral de baixa qualidade do transporte público, além das tarifas elevadas que não condizem com o nível do serviço prestado, tem-se a “solução” dos problemas dos deslocamentos pelos indivíduos mediante a aquisição de veículos particulares (automóveis e motocicletas), e para os mais pobres, o uso da bicicleta ou os fluxos a pé. A precariedade do transporte coletivo no Brasil (falta de conforto e segurança, atrasos, trajetos morosos etc.) gera reflexos físicos e psicológicos negativos, sobretudo na classe trabalhadora.

Várias estratégias/ações adotadas pelo poder público no Brasil e, sobretudo em Aracaju/SE, seguem na contramão do que muitas cidades europeias e asiáticas estão implementando. Algumas delas, inclusive, recorrem à inutilização de sistemas viários e sua conversão em espaços destinados a passeios de pedestres, em prol do desestímulo à utilização de automóveis em determinados trechos do espaço urbano, caso, por exemplo, de Seul (na Coreia do Sul). Tal fato, somado aos investimentos e avanços no transporte coletivo, contribuem com a redução da violência no trânsito e valorizam a reprodução social.

Os pontos de estrangulamento nos sistemas de transportes prejudicam a economia e a sociedade. Restrições à circulação humana no espaço (especialmente urbano) dificultam a mobilidade e a acessibilidade. Soma-se a isso, a violência no trânsito que caracteriza as principais cidades brasileiras e, em especial, a capital sergipana, pois a escassez de políticas públicas efetivas no setor impede a redução expressiva dos acidentes no trânsito, sobretudo aqueles de maior gravidade.

O aumento da população urbana impactou a dinâmica metropolitana, porém, em geral, foi desacompanhado de melhoria na

infraestrutura (principalmente viária) e no transporte coletivo. A elevação da frota de veículos (principalmente de motocicletas), por um lado, e a falta de um planejamento que acompanhe o crescimento das necessidades dos usuários, por outro, implica na precariedade do transporte público e na reduzida fluidez e mobilidade intraurbana. A escassez de investimentos no transporte coletivo no Brasil e, especialmente em Aracaju/SE, traz muitos prejuízos sobretudo às pessoas de menor renda, já que são os principais usuários do sistema.

O planejamento urbano precisa elaborar estratégias para fomentar a mobilidade e a acessibilidade no espaço, beneficiando toda a população. Independentemente dos custos financeiros dos acidentes, a grande quantidade de mortos e feridos no trânsito brasileiro gera significativos impactos psicológicos/emocionais nas famílias envolvidas. Deve-se compreender esse fenômeno para que políticas adequadas de redução dos acidentes e das vítimas no trânsito tenham êxito em Aracaju/SE e nas cidades brasileiras.

Assim, é essencial haver maior articulação entre as várias instâncias do poder público, visando implementar políticas que assegurem resultados positivos a médio e longo prazos. Criar estratégias para estimular a conscientização dos condutores e pedestres – como a realização de campanhas educativas permanentes (nos meios de comunicação, nas escolas, nas universidades, nas empresas etc.) – e aumentar a fiscalização no trânsito (radares eletrônicos, por exemplo), são importantes para arrefecer os acidentes, principalmente no espaço urbano.

Referências

ALMEIDA, Nemésio D. V. Promoção e divulgação de medidas educativas em circulação humana: em questão o fenômeno trânsito. In: **Revista Psicologia Argumento**, v. 24, n. 46. PUC/PR. Curitiba, 2006.

ARACAJU. **Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros do Município de Aracaju (SETRANSP)**. Aracaju, 2016, 2017.

ARACAJU. **Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito (SMTT)**. Aracaju, 2016, 2017.

BRASIL. **Departamento de Informática do SUS (DATASUS)**. Brasília, 2016, 2017.

BRASIL. **Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN)**. Brasília, 2016, 2017.

BRASIL. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)**. Informações e dados estatísticos sobre acidentes de trânsito. Brasília, 2015, 2016, 2017.

BRASIL. **Polícia Rodoviária Federal (PRF)**. Informações e dados estatísticos sobre acidentes de trânsito. Brasília, 2015, 2016, 2017.

BRASIL. **Sistema Único de Saúde (SUS)**. Brasília, 2016, 2017.

CARLOS, Ana F. A. [et al.] (Org.). **Dilemas urbanos**: novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2003.

COCCO, Rodrigo G. **Interações espaciais e sistemas de transporte público**: uma abordagem para Bauru, Marília e Presidente Prudente. Dissertação de Mestrado em Geografia. FCT/UNESP. Presidente Prudente, 2011.

COCCO, Rodrigo G. **Transporte público e mobilidade urbana**: contradições entre políticas públicas e demandas por mobilidade na região metropolitana de Florianópolis-SC. Tese de Doutorado em Geografia. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2016.

CORRÊA, Roberto L. **A rede urbana**. São Paulo: Ática, 1989.

CORRÊA, Roberto L. Interações Espaciais. In: CASTRO, I. E.; CORRÊA, R. L.; GOMES, P. C. C. (Org.). **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 279-314.

COSTA, José E.; SANTOS, Valdemir. O desenvolvimento do sistema integrado de transporte coletivo de Aracaju. In: **Revista de Política e Cultura da Seção Sindical de Docentes da UFS**, ano IX, v. 13 e 14. São Cristóvão: ADUFS, 2006. p. 77-83.

COSTA, José E.; SANTOS, Valdemir. O transporte coletivo urbano em Aracaju. In: ARAÚJO, H. M. [et al.] (Org.). **O ambiente urbano**: visões geográficas de Aracaju. São Cristóvão: DGE, 2006, p. 163-180.

CRUZ, Dayana A. M. O. **Transporte público coletivo em Presidente Prudente/SP**: planejamento, mobilidade e acessibilidade no consumo do

espaço urbano. Dissertação de Mestrado em Geografia. FCT/UNESP. Presidente Prudente, 2012.

DAHLBERG, Linda L.; KRUG, Etienne G. Violência: um problema global de saúde pública. In: **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 11. Associação Brasileira de Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, 2006, p. 1163-1178.

DRAIBE, Sônia M. As políticas sociais e o neoliberalismo: reflexões suscitadas pelas experiências latino-americanas. In: **Revista USP – Dossiê Liberalismo/Neoliberalismo**, n. 17, 1993, p. 86-101.

FARRET, Ricardo L. Impactos sobre a estrutura urbana das intervenções no sistema de transporte. In: **Revista dos Transportes Públicos**, n. 26. São Paulo, 1984, p. 21-33.

GOMES, Ordeli S. **Código de Trânsito Brasileiro comentado e legislação complementar**. Curitiba: Juruá, 2015.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

HOFFMANN, Maria H.; CRUZ, Roberto M.; ALCHIERI, João C. **Comportamento humano no trânsito**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

LIMEIRA, Márcio L. C.; DONATO, Roberto S. A implantação de políticas públicas para o trânsito seguro. In: COSTA, M. M. M.; RODRIGUES, H. T. (Org.). **Direito e Políticas Públicas VIII**. Curitiba: Multideia, 2013.

LOJKINE, Jean. **O Estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MARTINS, Evandro T; BOING, Antonio F; PERES, Marco A. Mortalidade por acidentes de motocicleta no Brasil: análise de tendência temporal, 1996-2009. In: **Revista de Saúde Pública**. Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, v. 47, n. 5, 2013, p. 931-941.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Informações e dados sobre acidentes de trânsito. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/>. Acesso em: dezembro/2016 e março/2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Informações e dados sobre acidentes de trânsito. Disponível em: <https://www.who.int/eportuguese/countries/bra/pt/>. Acesso em: novembro/2016 e fevereiro/2018.

SALDANHA, Raphael F. **Violência no trânsito e crescimento econômico no Brasil**. Dissertação em Saúde Coletiva. Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2017.

SALDANHA, Raphael F; BASTOS, Ronaldo R. Distribuição espacial da mortalidade no trânsito brasileiro, triênio 2011-2013. In: **Anais do VII**

Simpósio Nacional de Geografia da Saúde. Universidade de Brasília. Brasília, 2015, p. 717-726.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, Valdemir. **Da organização à crise do sistema integrado do transporte coletivo na Grande Aracaju.** Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2016.

SERGIPE. **Instituto Médico Legal de Sergipe (IML/SE).** Informações e dados estatísticos sobre acidentes de trânsito. Aracaju, 2016, 2017.

SILVEIRA, Márcio R. (Org.). **Circulação, transportes e logística:** diferentes perspectivas. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

VARGAS, Ronaldo L.; MAZZARDO, Luciane F. Violência no trânsito versus comportamento seguro: o cidadão no foco das políticas nacionais de trânsito. In: **XII Seminário Nacional sobre Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea.** Universidade de Santa Cruz do Sul. Santa Cruz do Sul, 2012.

VASCONCELLOS, Eduardo A. **Transporte público urbano nos países em desenvolvimento:** reflexões e propostas. São Paulo: Editoras Reunidas, 1996.

VASCONCELLOS, Eduardo A. **Transporte urbano, espaço e equidade:** análise das políticas públicas. São Paulo: Annablume, 2001.

VIANA, Nildo. Economia Política da violência no trânsito. In: **Élisée**, v. 2, n. 1. Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2013, p. 24-43.

VILLAÇA, Flávio. A problemática do transporte urbano no Brasil. In: SILVEIRA, M. R. (Org.). **Circulação, transportes e logística:** diferentes perspectivas. São Paulo: Outras Expressões, 2011, p. 377-381.



PARTE 05

DINÂMICA AMBIENTAL





O CLIMA DO SEMIÁRIDO: DIVERSIDADE, CAMINHOS E DESAFIOS DE ANÁLISE

Josefa Eliane Santana de Siqueira Pinto

Elayne Mirele Sabino de França

Riclaudio Silva Santos

1. O Semiárido Brasileiro: questões climáticas e o contraditório

Conhecer mais adequadamente o complexo geográfico e social dos sertões secos e fixar atributos, as limitações e as capacidades dos seus espaços ecológicos nos parece uma espécie de exercício de brasilidade, o germe mesmo de uma desesperada busca de soluções para uma das regiões socialmente mais dramática das Américas (AB'SÁBER, 1999, p.7).

As questões climatológicas envolvidas na Dinâmica Ambiental apresentam diversidade de conhecimentos e de temas, o que propicia questões e hipóteses plurais, ao tempo que instigam estudos e pesquisas múltiplas. Trata-se, outrossim de tema recorrente e atual, em escalas que vão do Global ao local.

Este trabalho pretende mostrar resultado de pesquisas, tendo como amostra o semiárido, ao mesmo tempo que faz um paralelo

entre localidades municipais de agreste e do sertão, extrapolando divisas e classificações.

Perceber a Região Nordeste como uma “questão” implica, tanto em termos semânticos como em termos objetivos, aceitá-la como tema de reflexão e como um problema a ser equacionado. Como elementos subjacentes à percepção dessa “questão” encontra-se a pobreza da massa trabalhadora, os baixos rendimentos da atividade agrícola, o baixo nível de industrialização, o domínio político da burguesia agrário-mercantil, a falência dos municípios... e dos estados, ambos subjugados a uma legislação centralizadora e perversa, que os torna cada vez mais dependentes dos favores do governo da União (CASTRO, 1992, p. 57-58).

Pensado a partir de leituras e experiências, englobando buscas do estado da arte, verifica-se: Condicionantes de eventos de seca e impactos; Variabilidade pluviométrica e produtividade agrícola do algodão no semiárido; Determinação de regiões pluviométricas homogêneas em bacia hidrográfica; Eventos extremos de precipitação, impactos na paisagem e potencialização do processo de arenização; Capacidade adaptativa a partir de mudanças climáticas; Interações morfo-bio-climática em trechos de serra; Análise microclimatológica de manguezais em unidades de conservação;

A indústria da seca é também tema de interesse associada à própria seca, para todos que estudam a região Nordeste do Brasil. Existem alguns artigos que afirmam a falta de vontade política para a solução dos problemas nordestinos advindos dela. Tais estudos não se enquadram somente no campo da Climatologia ou da Climatologia Geográfica. Existem área de Economia, Sociologia, Agronomia e outras afins, pesquisas sobre recursos destinados à seca. São poucos documentos ou bibliografias destinadas a acompanhar

a eficiência no uso dos programas de combate à ela, da solução e da população que teoricamente deve ser beneficiada (PINTO, 1997, p. 99).

Há que se fazer algumas reflexões na produção de relatórios técnicos e nas pesquisas acadêmicas. Há desafios, portanto haverá contribuição no campo do conhecimento geográfico em geral, no que vem a se constituir dinâmica ambiental e socioambiental. Há limitações técnicas na pesquisa climatológica e na aplicação de modelos.

Se faz necessário esforço de análise conjuntiva e interdisciplinar “As tentativas de síntese não aparecem independentemente, pois cada síntese prepara o caminho para a seguinte, resumindo as forças e as opiniões do tempo” (KARL MUNHEIN, *apud* MONTEIRO, 2000).

Encara-se como desafios na pesquisa: conhecimento, políticas públicas, gestão, comunidade, percepção, produção econômica, atividades de engenharia, resiliência, vida urbana, vida agrária, bacias hidrográficas e qualidade de vida.

2. Condicionantes Meteorológicos e Climáticos de Garanhuns – Agreste Pernambucano

As condições atmosféricas contribuem para a constituição de determinada expressão climática. Fatores diferentes influem sobre as condições durante certo período alternando a característica padrão de ocorrência, pois o “comportamento atmosférico nunca é igual de um ano para outro e mesmo de uma década para outra, podendo-se verificar flutuações a curto, a médio e a longo prazo” (CONTI, 2000, p. 19).

Diante disso cabe destacar, quanto à circulação atmosférica, os mecanismos que provocam chuvas no Nordeste. Dentre esses:

Zona de Convergência Tropical (ZCIT), Frente Fria, Vórtice Ciclônicos de Altos Níveis, Linhas de Instabilidade e Ondas de Leste.

Na ZCIT, configurada através do encontro entre os ventos alísios do setor Norte e Sul do globo terrestre, os ventos quentes e úmidos ascendem formando estado adequado a formação de nuvens, constituindo atividade de chuvas. Sistema responsável pelas chuvas do Nordeste brasileiro (NEB) e zona Equatorial, a depender do posicionamento voltado mais para o Norte ou Sul equatorial, está influenciada pelas anomalias da Temperatura da Superfície do Mar (TSM), ou seja, atuação do El Niño e El Niña. O comportamento migratório mensal da ZCIT revela condições de anos secos no NEB quando acontece em Fevereiro para Março e chuvosos de Abril para Maio (MELO; CAVALCANTI; SOUZA, 2009).

A formação de nuvens de chuvas, na confluência do ar frio e quente, mais densa (frio) faz ascender a menos densa (quente), em Novembro e Janeiro provém da Frente Fria que toma sentido para as latitudes dos trópicos (FERREIRA; MELLO, 2005).

Para Ferreira e Mello (2005) o Vórtice Ciclônico de Altos Níveis corrobora outro mecanismo de atuação que traz chuvas ao Nordeste. Originado no oceano Atlântico configurado pelo movimento circular das nuvens, fazendo precipitar nas bordas do círculo.

Mas o destaque está nas Linhas de Instabilidade, gerada através da intensa radiação dos raios solares, que trazem as chuvas. Havendo o incremento da atuação do ZCIT, em Fevereiro e Março, fortifica o seu desempenho (FERREIRA; MELLO, op cit).

Além do mais os Distúrbios Ondulatórios de Leste ou Ondas de Leste trazerem chuvas, deslocando-se do oeste da África no oceano Atlântico, ocorrendo geralmente de Julho a Setembro. Sua ação estaria apoiando a formação de Linhas de Instabilidade (MACHADO; FERREIRA LAURENT; DIEGHIOU, 2009).

Os sistemas meteorológicos mencionados, ZCIT, Frente Fria, Vórtice Ciclônicos de Altos Níveis, Linhas de Instabilidade e Ondas

de Leste, têm a incumbência de trazer chuvas dentro da normalidade e também por eventos extremos para o NEB.

A variabilidade de ocorrência destes sistemas atmosféricos, indicado no quadro 1, tem período de atuação por diferentes meses ao longo do ano. Mesmo que venha acontecer em meses distintos isso não inviabiliza a manifestação concomitante entre dois ou mais mecanismos de circulação atmosférica.

Quadro 1: Variabilidade de ocorrência destes sistemas atmosféricos.

SISTEMAS DE CIRCULAÇÃO ATMOSFÉRICOS	PERÍODO DE OCORRÊNCIA NO NEB
ZCIT ¹	Março-Abril / Agosto-Setembro
Frente Fria	Novembro e Janeiro
Vórtice Ciclônicos de Altos Níveis ²	Dezembro a Fevereiro
Linhas de Instabilidade	Fevereiro e Março
Ondas de Leste	Julho a Setembro

Fonte: Melo, Cavalcanti e Souza, 2009. Organização: Elayne M. S. de França, 2017.¹

Assim como fenômenos originados no oceano Pacífico, mas que também atuam no Atlântico Equatorial tem direta responsabilidade na ocorrência ou não de chuvas no NEB, trata-se do El Niño (esfria a TSM no pacífico) causador de seca no NE, porque faz descender ar quente e incidindo sobre a posição do ZCIT, configurando falta de chuva; e, em contra partida, El Niña (aquece a TSM no pacífico) proporciona chuvas para o NE (KAYANO; ANDREOLI, 2009).

A cidade de Garanhuns, geograficamente pertence ao agreste de Pernambuco, fica no ponto de transição da parte úmida proveniente de leste do estado e, a oeste, o semiárido pernambucano. Somando ainda por estar na parte alta do Planalto da Borborema.

1 A ZCIT se manifesta sazonalmente, por conta do seu deslocamento entre as latitudes Norte - Sul, onde ora fica em torno 14° Norte nos meses de agosto-setembro e ora próximo dos 2° Sul de março a abril (MELO; CAVALCANTI; SOUZA, 2009).

2 Tem sua formação nos meses da primavera, verão e outono. Desloca-se para nordeste, onde no Brasil tem ocorrência atuante entre dezembro a fevereiro (FERREIRA; RAMIREZ; GAN, 2009).

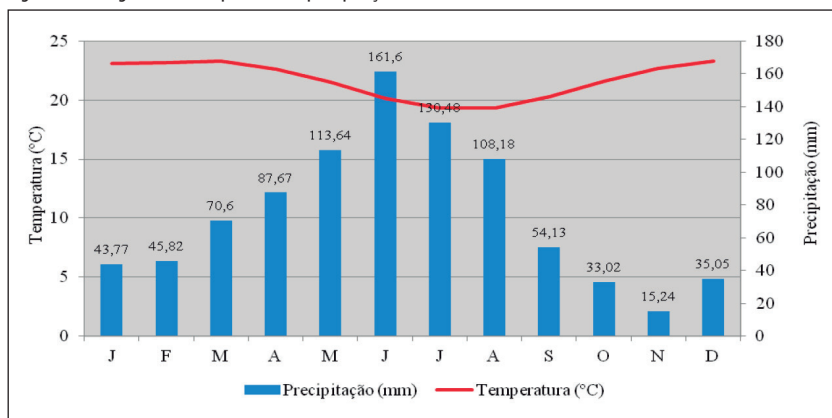
Então, a influência de duas características distintas, de um lado quente e seco e do outro com carga úmida, e o contexto geomorfológico concede situação de interferência na circulação atmosférica que exerce influência na consolidação climática.

A temperatura média compensada chega a 19,33°C em Julho, mês em que as temperaturas têm os menores índices no ano. Assim, tendo pelo menos um mês com temperatura inferior a 20°C, traz evidência da interface da superfície elevada do Planalto da Borborema em período de redução da radiação solar.

No trimestre de Junho, Julho e Agosto a temperatura média fica por volta em 20,14, 19,33 e 19,34°C, respectivamente, num total de média trimestral de 19,60°C compreendendo os meses de baixas temperaturas, ao serem comparados aos demais meses dos anos.

Esses números podem ser mais bem visualizados no traçado da temperatura média na figura 1. O trimestre expõe as temperaturas amenas, representando a consolidação do inverno quando o sol apresenta-se mais afastado do zênite, diminuindo a radiação que penetra na superfície terrestre.

Figura 1: Climograma de temperaturas e precipitações médias mensais de Garanhuns, PE (1995-2015).



Fonte: INMET; Agritempo. Organização: Elayne M. S. de França, 2017.

A estação mais chuvosa da cidade se concentra entre os meses de Maio, Junho, Julho e Agosto apresentando taxas de maior expressão pluvial e acima dos 100 mm de chuvas nas datas constatadas. Destaque para Junho que tem saldo pluvial de maior quantidade perante os outros meses, com 161,6 mm de precipitação média.

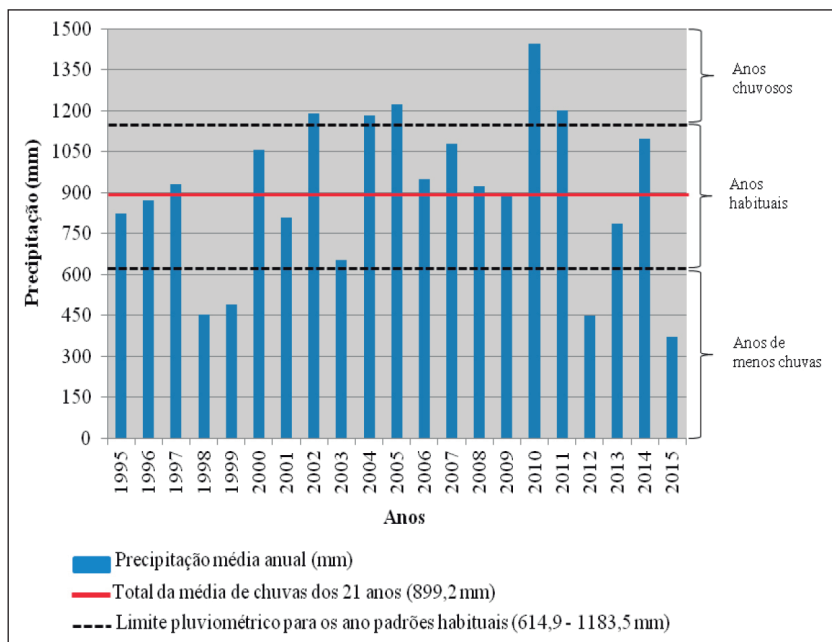
A chuva tem o regime influenciado pelos sistemas meteorológicos, visto que o máximo pluviométrico ocorre no inverno, principalmente no período de atuação da ZCIT, conjugados a El Niño-Oscilações Sul e Ondas Leste (KAYANO; ANDREOLI, 2009).

Torna-se evidente o poder de resposta e interação entre a temperatura e chuva, quando a primeira começa a aumentar, ficando em Setembro com média acima de 20,27 °C, logo é perceptível refletir nos resultados da precipitação, com 54,13 mm em Setembro.

Em virtude do comportamento atmosférico pelas variações do tempo, correspondendo às condições do clima, manifestarem alternâncias de precipitação no tempo e espaço demonstrando características consideradas dentro da normalidade e outras conferindo ora chuva ora seca (BARRIOS; HERNANDES, 1992).

Assim, com os dados mensais e anuais das médias totais pluviométricas, mediante o cálculo das médias e depois a definição dos anos padrões, foram descritos os anos chuvosos, habituais e menos chuvosos na série dos vinte e um anos analisados (figura 2).

Figura 2: Precipitações médias mensais de Garanhuns, PE (1995-2015) para determinação de anos padrões habitual.



Fonte: INMET; AgriTempo. Organização: Elayne M. S. de França, 2017.

Com a finalidade de diagnosticar a dinâmica climática da área territorial que abrange a Microbacia Hidrográfica do Riacho Flamengo fez-se o balanço hídrico da cidade de Garanhuns, compreendendo uma série histórica que abarca de 1995 a 2015 (figura 3).

Figura 3: Síntese da série histórica.

ANOS	MESES												TOTAL
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
1995	0	16,5	46,4	106,4	136,5	175,9	144,9	50	31	2,4	84,7	28	822,7
1996	10,8	52,7	9,6	161	138,1	160,5	128,9	138,9	21,9	9,2	37,6	1,9	871,1
1997	78	64	83,2	130,8	137,3	55,7	124	108,3	96	0	8,5	46,9	932,7
1998	6,5	13,1	15,8	49,7	69,9	80,1	110,4	77,1	26,3	3,6	0,7	0	453,2
1999	1,2	21,9	1,8	14,6	81,1	41,6	94	67,9	27,1	92,4	0	44,7	488,3
2000	85,3	46,1	31,4	75,4	85	181,2	153,3	166,1	135,1	6,8	10,9	81	1057,6
2001	14,8	0,7	81,1	36,7	10,5	225,8	146,5	101,7	21,4	123	2,9	42	807,1
2002	216,4	15,4	75,9	83,8	171,3	170,6	109,9	124,4	16	19	15,3	172,9	1190,9
2003	28,9	43,9	67,7	55,7	56,9	103,4	116,7	51,7	80,1	19	9,1	18,8	651,9
2004	191,8	115,8	62,3	59,6	81,5	247,7	204,5	91,3	113,2	4,3	5,4	6,3	1183,7
2005	19,7	69	195,6	49,2	191,9	325,3	125,4	146,6	39,9	2,3	0,4	58,6	1223,9
2006	4,1	37,5	115,8	72,8	148	212,8	161,1	88,9	62,7	8,7	36,7	0,3	949,4
2007	17,8	133,4	79,8	78,2	110,3	194,6	134,6	198,4	102,3	5,1	15	8,8	1078,3
2008	2,8	25,8	240,1	70,3	203,9	84,7	114,8	92,9	19,2	17,7	0	49,6	921,8
2009	17,3	61	9	146,9	165,9	131,3	102,8	153,1	9,9	32,2	15,8	50	895,2
2010	110	44,8	119,9	220,7	43,6	427,5	147,5	112,9	123,6	83,7	1,7	10,4	1446,3
2011	64,1	78,8	150,9	120,8	206,6	140,7	208,5	82,6	101,1	13,6	32,1	0	1199,8
2012	16,6	24,6	3,8	37	64,8	72,7	90,1	115,1	11	7,5	1,4	6	450,6
2013	13,6	4,5	14,4	114,5	66,3	117,8	177,5	97,9	21,5	58,8	25,8	74,3	786,9
2014	13,8	20,9	62,1	152,8	176,5	120,8	144,7	131,3	68,4	173,6	16,1	17,9	1098,9
2015	5,6	71,9	15,9	4,2	40,5	122,8	0	74,7	9	10,6	0	17,6	372,8
MÉDIA	43,77	45,82	70,60	87,67	113,6	161,6	130,5	108,2	54,13	33,02	15,24	35,05	899,20

Fonte: INMET; AgriTempo. Anos habituais (amarelo), anos de menos chuvas (laranja) e anos chuvosos (azul). Organização: Elayne M. S. França, 2017.

A visualização dos resultados de precipitação no período analisado exibe a variabilidade com que as chuvas têm-se comportado a cada ano no recorte temporal. O saldo de 2010 exibe destaque significativo de maior índice de chuvas, registrando 1446,3 mm.

Esse evento extremo que atingiu o NEB, repercutindo em precipitação acima da média normal, segundo o Climanálise (2010)

corresponde à ocorrência de perturbações atmosféricas caracterizadas pelos Vórtices Ciclônicos de Altos Níveis, Linhas de Instabilidade e Ondas de Leste.

Atuação conjugada desses sistemas atmosféricos desencadeou intensas chuvas desde a costa leste de Pernambuco até municípios do interior do estado, que por sua vez receberam quantidade espacial e temporal de pluviosidade acima do esperado para o período de inverno.

Na faixa representativa de anos chuvosos compostos por cinco anos alternados, estabelecendo-se acima dos 1180 mm, o que aproxima a patamares de áreas sobre influência de características climáticas diferentes da apresentada, pois o local de ocorrência está no Agreste, ou seja, transição entre úmido e semiárido.

Seguindo para o outro extremo, dos anos de menos chuvas, 2015 desponta como sendo menor valor notado em 21 anos, gerando acúmulo de 372,8 mm. A diferença para o máximo de chuvas, em 2010, chega aproximadamente a três vezes mais do que está no ano de menor expressão pluvial.

O perfil da linha de cinco anos com menos chuvas expõe que 1998, 1999, 2012 ficaram acima de 450 mm, exceto 2015 com 372,8 mm. Foram necessários doze anos, entre 2000 e 2011, para haver um ano de quebra do padrão para outro.

Embora exista variabilidade da precipitação entre os limites chuvosos e menos chuvosos, pois a atmosfera corresponde às incertezas no tempo, há também anos habituais dos quais correspondem dentro da faixa do desvio padrão na média.

Os anos de precipitação habitual chegaram aproximadamente 57% da série, deixando a outra parcela de 24% com chuvoso e 19% menos chuvoso, conferindo 12 anos de chuvas dentro das características e saldos normais que a área já está acostumada a receber, não culminando qualquer alerta sobre a disponibilidade ou escassez hídrica.

Conforme Nimer (1879, p.341) “é de notável significância o papel da orografia no condicionamento climático [...], principalmente no que afeta a precipitação”, ponto de interferência na distribuição da duração de períodos secos.

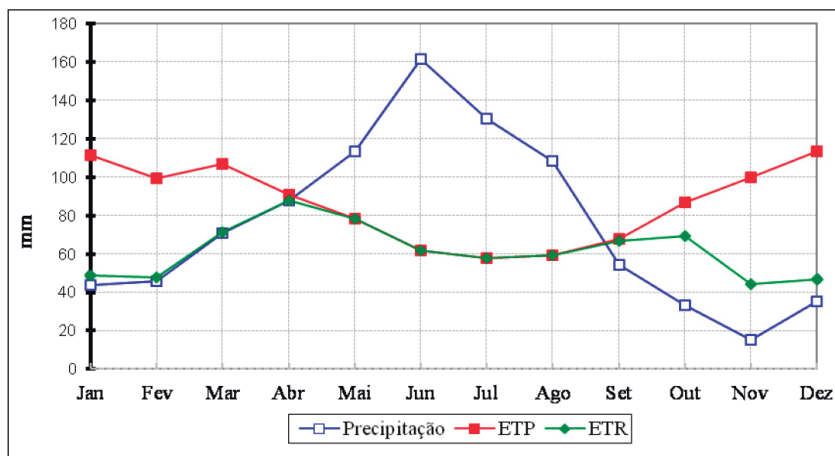
Os desequilíbrios por vezes constatados nas variantes de chuvas além da normalidade esperada, tanto para extremos de precipitação quanto a ocorrência de secas, vem a ser influenciador do balanço hídrico do solo. Esses fatos são responsáveis por gerar implicações positivas e negativas ao homem no contexto social, econômico (BARRIOS; HERNANDES, 1992) e ambiental.

Quando colocado em realce a precipitação e temperatura do ar Moraes e Galvani (2012) alegam que o balanço hídrico climatológico proporciona subsídio para compreensão das condições hídricas (excedentes e deficiências), bem como a disponibilidade da água no solo associada a temperatura do ar.

Para Pinto (2003) o balanço hídrico trata da quantidade de água que chega, por meio da precipitação e irrigação, e quando sai, com a evapotranspiração das plantas, do solo. É dependente do clima e afirma-se como determinante para a disponibilidade hídrica.

No balanço hídrico normal mensal de Garanhuns, a figura 4 aponta que do mês de Maio (113,6mm) em diante a pluviometria atinge marca acima dos 100 milímetros, contemplando início do período de inverno chuvoso, persistindo até Agosto (108,2mm).

Figura 4: Balanço hídrico mensal de Garanhuns, PE (1995-2015).



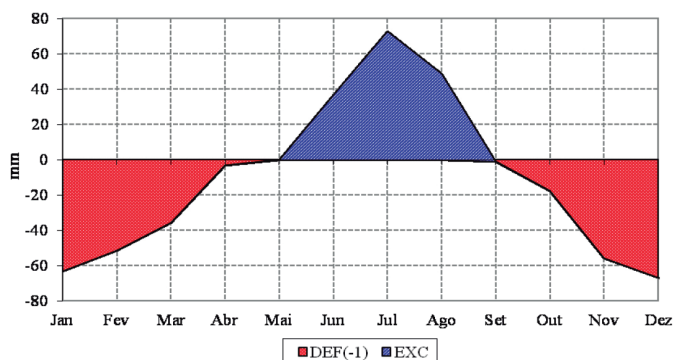
Fonte: INMET. Organização: Elayne M. S. de França, 2017.

Entre os meses de chuva, o destaque vai para Junho com maior resultado, expondo saldo de 161,6 mm, tendo em segundo plano Julho com 130,5 mm. Isso então reflete período de inverno (de chuvas e diminuição da temperatura) definido, o que Nimer (1989) afirma que a região Nordeste tem a ocorrência de registros de chuvas neste bimestre.

Dada à interação direta da precipitação (P), permanecendo ascendente em Abril para 87,7 mm, a evapotranspiração potencial (ETP) e real (ETR) demonstram retração que segue até Setembro quando fica abaixo dos 55 mm. Mas, obviamente, está vinculada também a redução da temperatura que influi na diminuição da ETP e ETR.

Devido a condição amena da temperatura, queda da ETP e ETR e aumento da P em Maio, a deficiência com relação a água chega a zero e, posterior, assume saldo positivo com excedente chegando ao pico de 72,9 mm em Julho. A figura 5 indica o trimestre (Junho, Julho e Agosto) com carga de excedente hídrico e os outros registram carência ou mesmo nível zero.

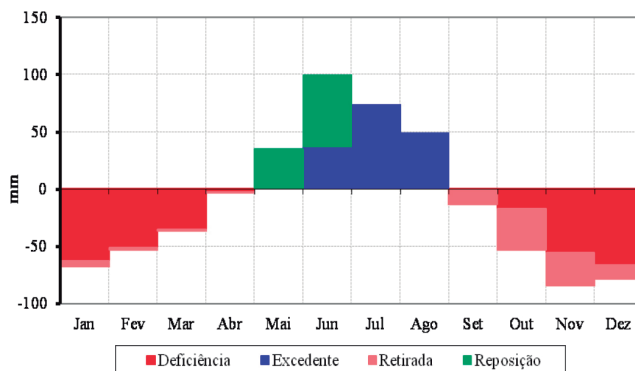
Figura 5: Extrato do balanço hídrico mensal de Garanhuns, PE (1995-2015).



Fonte: INMET. Organização: Elayne M. S. de França, 2017.

Desse período em que há deficiência e excedente a figura 6 traz em detalhe a retirada e reposição hídrica. Os três primeiros meses do ano passam por intensa restrição de água porque a deficiência toma proporção crescente até Janeiro e queda na remoção, tendo em vista que Setembro inicia essa retirada e Outubro já expõe a fragilidade hídrica, porque a tendência é a retirada da água aumentar como também o nível de deficiência até atingir baixíssima retirada.

Figura 6: Deficiência, excedente, retirada e reposição hídrica em Garanhuns, PE (1995-2015).

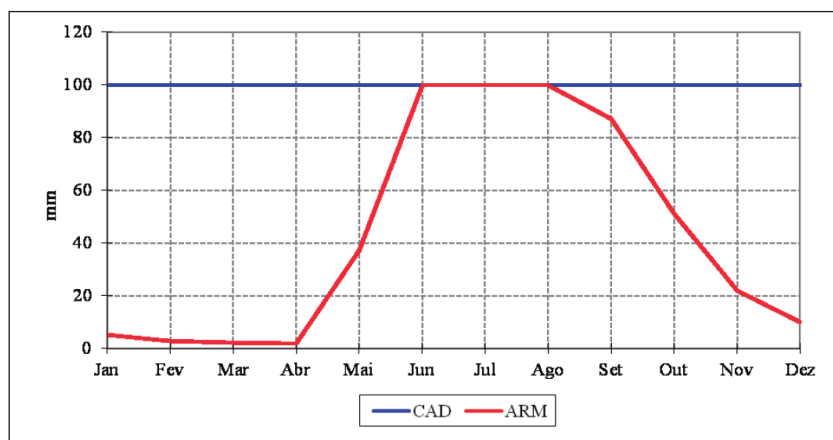


Fonte: INMET. . Organização: Elayne M. S. de França, 2017.

Frente à situação, somente no outono-inverno que ocorre a inversão do caso, pois é tempo de recuperação do sistema. Na visualização da figura 6, em Maio é revertida a deficiência para a reposição dada interação das condições atmosféricas favoráveis.

Aliás, ainda em Junho (72,9 mm) o quadro hídrico aponta saldo excedente que se confirma até Agosto (48,9 mm). Pela figura 7 nota-se que o armazenamento mensal atinge valor máximo da capacidade de armazenamento, ou seja, os 100 mm configurando trimestre (Junho, Julho e Agosto) excepcional.

Figura 7: Capacidade de armazenamento (CAD), armazenamento mensal (ARM) em Garanhuns-PE (1995-2015).



Fonte: INMET. Organização: Elayne M. S. de França, 2017.

Posterior a esse máximo, os meses seguintes serão responsáveis pela manutenção da necessidade por água a partir do que está armazenado. É o semiárido caracterizado em sua derivação e irregularidade.

Do que foi dito, através das reflexões e dos dados indicados, compete trazer algumas considerações: devido à condição dos patamares de altitude da Borborema e da ocorrência de ventos alísios, dão condição para que a temperatura média anual não ultrapasse os 25°C; O componente orográfico incide sobre a distri-

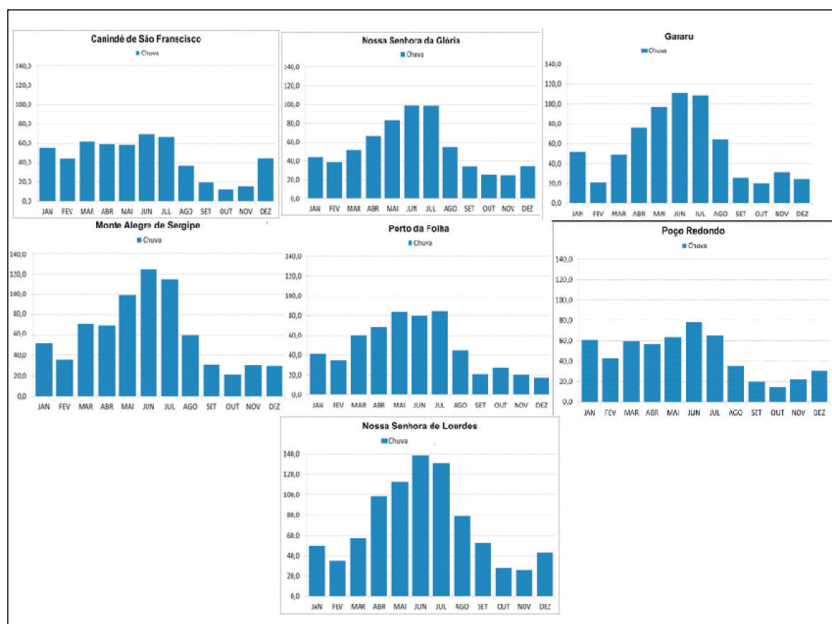
buição da precipitação; Conforme os dados do balanço hídrico os meses de Maio, Junho, Julho e Agosto somam resultados positivos de excedente de água, confirmado pela reposição e excedente do armazenamento mensal.

3. O Semiárido do Alto Sertão Sergipano

O clima é uma característica deveras importante para o entendimento da estrutura dos componentes naturais e sociais do Alto Sertão Sergipano, em seu fator pluviométrico e sua variabilidade intra-anual, considerando o seu regime concentrado e comportamento padrão.

Têm-se um período seco de Primavera-Verão e um período chuvoso de Outono-inverno, as chuvas são irregulares durante o ano e se concentram num período de aproximadamente quatro meses. Ao observar a Figura 8, os dados trabalhados por Oliveira, Pinto e Mendonça (2016), correspondente a série histórica de 1976 a 2008 os totais de chuvas dos municípios do território em questão apresentam as máximas pluviais entre os meses de Abril, Maio, Junho e Julho. E são nesses períodos que ocorrem o plantio dos cultivos agrícolas.

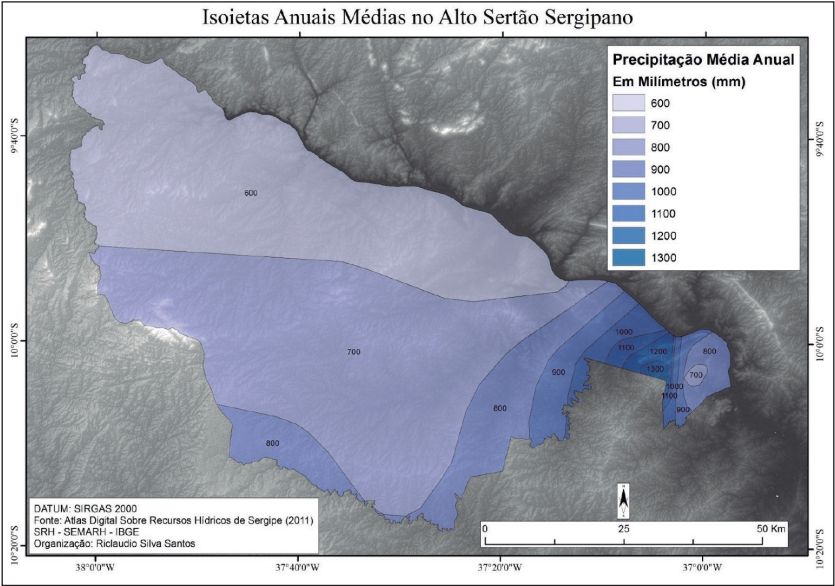
Figura 8: Climograma dos municípios do Alto Sertão Sergipano.



Fonte: Adaptado de Oliveira et al. 2016; Dados do Centro de Meteorologia da SEMARH, 1976-2008.

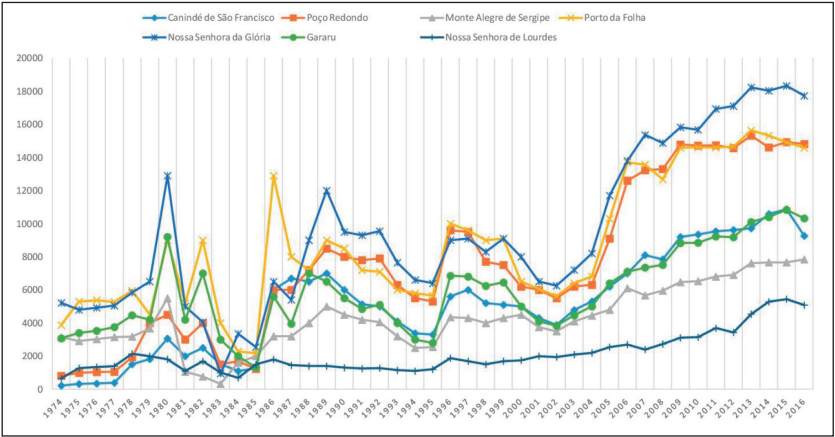
As isoietas de precipitações pluviométricas médias anuais variam entre 600 mm a 1300 mm (Figura 9), apresentando os maiores índices nos municípios de Gararu e Nossa Senhora de Lourdes, diminuindo os níveis das precipitações ao longo do território em sentido NO, na direção ao semiárido, de características mais severas.

Figura 9: Isoietas anuais médias no Alto Sertão Sergipano.



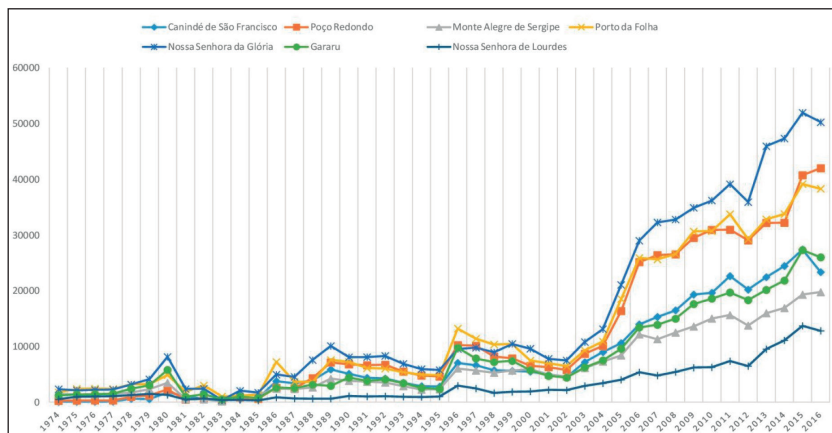
Fonte: Atlas Digital Sobre Recursos Hídricos de Sergipe - SRH - SEMARH - IBGE - 2011. Elaboração: Riclaudio Silva Santos

Gráfico 1: Número de vacas ordenhadas (cabeças) nos municípios do Alto Sertão sergipano. No período de 1974 a 2016.



Fonte: IBGE, Produção da Pecuária Municipal 1974 a 2016; CILEITE - Centro de Inteligência do Leite. Adaptado pelo autor.

Gráfico 2: Produção de leite de vaca (mil litros) nos municípios do Alto Sertão sergipano. No período de 1974 a 2016.



Fonte: IBGE, Produção da Pecuária Municipal 1974 a 2016; CILEITE - Centro de Inteligência do Leite. Adaptado pelo autor.

Como é possível observar no gráfico 1, o rebanho de gado leiteiro do Alto Sertão sergipano apresenta um significativo crescimento ao longo das últimas décadas. O referido gráfico trata do total de vacas mestiças ou de raça (de corte, de leite ou de dupla aptidão) existentes e que foram ordenhadas em algum período no ano de referência da pesquisa, quer seja para autoconsumo, transformação em queijos, manteiga etc., quer seja para venda.

No ano de 1974 o município de Nossa Senhora da Glória apresentava o maior número de cabeças de gado (5.214) entre os municípios, entre 1975 e 1978 Porto da Folha assume essa posição (com 5.950 cabeças em 1978), com o retorno de Nossa Senhora da Glória entre 1979 e 1980 (atingindo 12.897 cabeças em 1980), entre os anos de 1981 a 1987 o município de Porto da Folha apresentava novamente os maiores índices de criação do gado leiteiro no território (8000 cabeças em 1987), entretanto, a partir de 1988 o município de Nossa Senhora da Glória assume papel de destaque (sendo ultrapassado apenas entre 1996 a 1998 por Porto da Folha e

Poço Redondo) e segue enquanto polo da bacia leiteira até os dias atuais (com 18.320 cabeças em seu auge, em 2015).

Os maiores crescimentos podem ser identificados nos anos de 1980, 1982, 1986, 1989, 1996, 2005, e após esse, com crescimento constante (com queda apenas em 2012) nos números dos rebanhos até 2015. Dentre esses anos cabe destaque o ano de 1980 onde o rebanho teve um aumento significativo (em Nossa Senhora da Glória o número de cabeças passou de 6.500 em 1979 para 12.897 cabeças em 1980, representando um aumento de 98,42% no rebanho).

Os anos que apresentaram quedas nos números do rebanho foram 1981, 1983, 1987, 1990, 1992, 1993, 2001, 2002, 2012 e 2016. Somente no município de Nossa Senhora da Glória, em 1981 o rebanho teve um decréscimo de -61,18%, a maior queda percentual registrada em todos os anos (passando de 12.897 para 5.006 vacas ordenhadas). Pode-se associar a redução do rebanho nos anos citados aos eventos climáticos que afetaram o nordeste brasileiro, com destaque para as mais fortes ocorrências do El Niño, principalmente o ocorrido em 1983 (PINTO, 1999).

Porém, de maneira geral, o rebanho de gado leiteiro vem aumentando significativamente no território a partir do ano de 2003, mesmo apresentando pequenas baixas. Temos atualmente, do maior para o menor rebanho de gado leiteiro entre os municípios do território do Alto Sertão sergipano, Nossa Senhora da Glória, Poço Redondo, Porto da Folha, Gararu, Canindé de São Francisco, Monte Alegre de Sergipe e Nossa Senhora de Lourdes.

À guisa de conclusão pode-se dizer que os gráficos mostraram a supremacia de Nossa Senhora da Glória em relação aos demais municípios, e que o município de Nossa Senhora de Lourdes apresenta números proporcionais ao tamanho do seu território. O que chama atenção é o município de Canindé de São Francisco, que mesmo possuindo um território extenso, tem sua produção inferior a outros municípios de menor tamanho.

Ao analisar o gráfico 2 é elementar a relação entre a quantidade de vacas ordenhadas e a produção de leite nos municípios pesquisados. Os anos que apresentam aumento do rebanho correspondem aos anos de maior crescimento na produção do leite, e consequentemente quando há uma redução do rebanho os níveis da produção diminuem.

Assim como ocorre com o número de vacas ordenhadas, a produção do leite apresenta uma relação com as ocorrências do El Niño e sua intensidade. No quadro 2 pode-se perceber como as diferentes intensidades de ocorrência do El Niño estão ligadas as taxas de produção do leite no Município de Nossa Senhora da Glória.

Quadro 2: Relação entre a ocorrência do El Niño e a produção de leite no município de Nossa Senhora da Glória (1976 a 2016).

Relação entre a ocorrência do El Niño e a produção de leite no município de Nossa Senhora da Glória (1976 a 2016).		
Ano de ocorrência do El Niño	Intensidade do evento	Variação na produção de leite (em porcentagem)
1976-1977	Fraca intensidade	Crescimento 2,55%
1977-1978	Fraca intensidade	Crescimento 40,05%
1979-1980	Fraca intensidade	Crescimento 98,17%
1982-1983	Forte intensidade	Queda -84,22%
1986-1988	Intensidade moderada	Queda -8,36%
1990-1993	Forte intensidade	Queda -19,89%
1994-1995	Intensidade moderada	Queda -3,03%
1997-1998	Forte intensidade	Queda -8,79%
2002-2003	Intensidade moderada	Queda -3,85%
2004-2005	Fraca intensidade	Crescimento 60,52%
2006-2007	Fraca intensidade	Crescimento 37,61%
2009-2010	Intensidade moderada	Crescimento 3,77%
2015-2016	Forte intensidade	Queda -3,25%

Fonte: INPE, CILEITE - Centro de Inteligência do Leite, 2017. Adaptado: Riclaudio Silva Santos

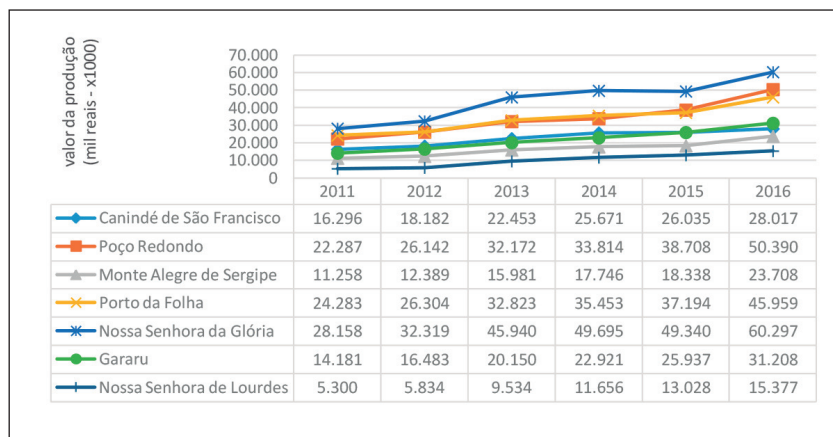
Ao observar o quadro 2 é possível verificar que nos anos de ocorrência do El Niño de forte intensidade a produção do leite sofre uma queda nos seus níveis, tendendo a se recuperar nos anos em que este evento climático não interfere diretamente no sertão

sergipano ou quando o mesmo ocorre de maneira menos intensa. Esta mesma relação pode ser observada para os demais municípios que compõem a bacia leiteira sergipana. E não apenas pela oferta hídrica, o El Niño também interfere na oferta de alimento para o gado, com a diminuição das pastagens, provocando o aumento dos custos de produção do leite, já que sem as pastagens será necessário a compra de ração para manter os animais.

Concomitante às problemáticas que envolvem o semiárido existe a busca por sistemas tecnificados de produção de leite, que visam não apenas buscar soluções para os entraves postos pelo meio natural, como também alcançar as exigências regulamentares que envolvem a análise de qualidade do leite cru e derivados. Alcançando assim o mercado consumidor e reduzindo os efeitos negativos das questões ambientais.

O leite tem um forte papel na economia dos municípios em estudo. No Gráfico 3 é apresentado o valor da produção do leite (em mil reais) nos municípios do Alto Sertão sergipano.

Gráfico 3: Leite de vaca, valor da produção (mil reais) nos municípios do Alto Sertão sergipano. No período de 2011 a 2016.



4. Considerações finais

Configurações físico-naturais revelam potencialidades e limitações, visto que são resultantes dos condicionantes ambientais, caracterizadores de forma ímpar do semiárido nordestino. Tal obstáculo revela-se, perante a Dinâmica Ambiental, de modo negativo ao interferir também no contexto socioeconômico.

As demandas, de ordem climatológica, constituem escopo de investigação também quando relacionadas a questões da produção pecuária. Deve-se auxiliar: eventos extremos e dentro da normalidade e sua disposição hídrica. Assim, aplicação de ferramentas e técnicas variadas compõe estratégia para avaliação e diagnóstico dos fatores interdependentes geradores de variabilidades pluviais.

Concernente a isto, demonstrou-se o comportamento atmosférico em região semiárida, aplicada em diferentes escalas geográficas, revelando contrastes meteorológicos e climáticos variados e sua repercussão, em curto prazo, na transformação da paisagem frente à disponibilidade hídrica.

Para tanto exprimem carências a serem superadas para gestão ambiental e produtividade agropecuária, mesmo com o advento tecnológico, a inserção de técnicas e equipamentos favoráveis à ampliação da produção está sujeito a entraves quando o clima tem participação quanto às atividades implementadas pela atuação antrópica.

Por sua vez a relação sociedade – tecnologia – produção – clima deve ser objeto de análise em sua pluralidade ou singularidade, haja vista os diferentes condicionantes ambientais, bem como atuação antrópica com vias de interesses múltiplos.

Em face das pesquisas, acima elencadas, torna-se estratégico a apreensão da realidade vigente e subjetiva dos lugares com a finalidade de apreender as inter-relações sócio-econômico-ambientais. E por fim estabelecer planos e medidas a fim de mitigar o dis-

curso da seca da indústria e descentralizar práticas que atentam as perspectivas de contextos diversos.

Referências

AB'SÁBER, Aziz Nacib. **Sertões e sertanejos**: uma geografia humana sofrida. *Estud. av.* v.13, n.36. São Paulo, May/Aug.1999.

BARRIOS, Neide Aparecida Zamuner; HERNANDES, Maria Cristina Martinez. Aplicação de Técnicas para Escolha de Anos Padrão como base de Estudo Dinâmico das Chuvas no Extremo Oeste Paulista. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente - SP, v. 14, 1992. p. 119-157.

CASTRO, Iná Elias. **O mito da necessidade**: discurso e prática do regionalismo nordestino. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

CONTI, José Bueno. Considerações sobre mudanças climáticas globais. In: SANT'ANNA NETO, João Lima; ZAVATINI, João Afonso (Org.). **Variabilidade e mudanças climáticas**: implicações ambientais e socioeconômicas. Maringá: Eduem, 2000.

FERREIRA, Antonio Geraldo; MELLO, Namir Geovanni da Silva. Principais sistemas atmosféricos atuantes sobre a região Nordeste do Brasil e a influência dos oceanos Pacífico e Atlântico no clima da região. **Revista Brasileira de Climatologia**, v. 1, n. 1. 2005.

KAYANO, Mary Toshio; ANDREOLI, Rita Valéria. Clima da região Nordeste. In: CAVALCANTE, Iracema Fonseca de Albuquerque; FERREIRA, Nelson Jesus; SILVA, Maria Gertrudes Alvarez Justi da; DIAS, Maria Assunção Faus da Silva (Org.). **Tempo e clima no Brasil**. São Paulo: Oficina de Textos, 2009.

MACHADO, Luiz Augusto Toledo; FERREIRA, Nelson Jesus; LAURENT, Henri; DIEGHIOU, Arona. Distúrbios adulatorios de Leste. In: CAVALCANTE, Iracema Fonseca de Albuquerque; FERREIRA, Nelson Jesus; SILVA, Maria Gertrudes Alvarez Justi da; DIAS, Maria Assunção Faus da Silva (Org.). **Tempo e clima no Brasil**. São Paulo: Oficina de Textos, 2009.

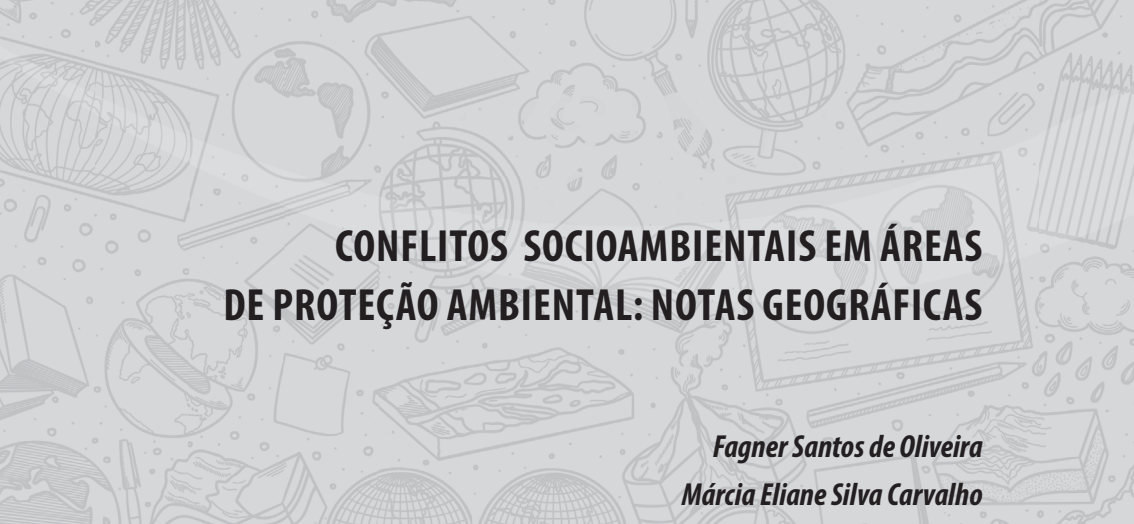
MELO, Anna Bárbara Coutinho de; CAVALCANTE, Iracema Fonseca de Albuquerque; SOUZA, Paula Pereira. Zona de convergência intertropical do atlântico. In: CAVALCANTE, Iracema Fonseca de Albuquerque; FERREIRA, Nelson Jesus; SILVA, Maria Gertrudes Alvarez Justi da; DIAS, Maria Assunção Faus da Silva (Org.). **Tempo e clima no Brasil**. São Paulo: Oficina de Textos, 2009.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. **Geossistemas: a historia de uma procura**. São Paulo: Contexto, 2000.

NIMER, Edmon. **Climatologia do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

OLIVEIRA, Alberlene Ribeiro de; PINTO, Josefa Eliane Santana de Siqueira; MENDONÇA, Francisco de Assis. A desertificação no Alto Sertão de Sergipe/Brasil: abordagem na perspectiva das vulnerabilidades socioambientais. **Investig. Geogr.** 2016. p. 139-149.

PINTO, Josefa Eliane Santana de Siqueira. A climatologia aplicada aos estudos ambientais. **X Simpósio Brasileiro de Geografia Física aplicada**. 2003. p. 170-179.



CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS EM ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL: NOTAS GEOGRÁFICAS

Fagner Santos de Oliveira
Márcia Eliane Silva Carvalho

1. Introdução

As relações entre o homem e a natureza se confundem com a origem das espécies. Os conflitos socioambientais têm suas raízes mais remotas nessa relação. Desde o neolítico, há cerca de 10 mil anos a. C., o hominídeo, na luta pela sobrevivência, estabeleceu uma relação de dominação, controle e uso dos recursos encontrados na natureza. A fixação do hominídeo em determinado território, e a conseguinte aglomeração dos mesmos em pequenas tribos até o surgimento das primeiras cidades, na Mesopotâmia, possibilitou a intensificação das relações entre o homem e a natureza e entre si mesmos.

Esse processo de surgimento de novas cidades foi crescendo ao longo dos séculos e ganhou novo impulso com o advento da Revolução Industrial, na Inglaterra, no século XVIII. O marco dessa

Revolução se deu com a criação das máquinas a vapor, em 1784, na chamada 1ª Revolução Industrial, transformando o modo de produção do sistema feudal manufaturado em modo de produção capitalista industrializado. Outras fases se sucederam, evidenciando o surgimento de novas tecnologias, tendo em vista o aumento da produção industrial.

Em 1870 tivemos o surgimento da energia elétrica, favorecendo o aumento da produção. Isto caracterizou a 2ª Revolução Industrial. A 3ª Revolução se deu, na década de 1970, mediante a criação da eletrônica e da automação. Atualmente vivemos a 4ª Revolução com os sistemas *ciber* físicos e com as novas tecnologias.

Tudo isso fez com que as pessoas migrassem do mundo rural para os centros urbanos. No século XVIII, quando do início da Revolução das Indústrias, cerca de 3% da população mundial habitavam nos centros urbanos. No século XIX esse percentual progrediu para a margem de 15%. E, na primeira década do século XXI, pela primeira vez na história, a humanidade se tornou majoritariamente urbana.

Outrossim, esse processo contribuiu no aparecimento e ampliação dos conflitos socioambientais. Entrementes, não havemos de restringi-los ao universo urbano. Eles estão presentes em ambas realidades, mas nos centros urbanos eles ganharam nova dinamicidade e extensão. Ademais, outro elemento se impõe como *conditio sine qua non* para a existência dos conflitos: o homem em relação. Quando o homem se relaciona com o meio ambiente e com os seus semelhantes, e quando os interesses e as vontades se evidenciam nessas relações, aparecem divergências de visões de mundo e de *modus vivendi*, eclodindo os mais distintos conflitos.

Destarte, o interesse pelo estudo e aprofundamento do entendimento desses fenômenos paulatinamente adquiriu importância. Como resultado dos estudos sobre os conflitos, ao longo dos séculos, surgiu vasta literatura acerca dessa temática. Em decor-

rência da variedade de áreas de apreciação, e dado a amplitude de sua abrangência, os conflitos socioambientais possuem uma abertura peculiar para a interdisciplinaridade. Recentemente esse tema tem ganhado destaque nas áreas da Sociologia, Geografia e Economia Política.

Neste sentido, este artigo tem como objetivo contribuir com reflexões teóricas sobre os conflitos socioambientais e buscar compreender estes conflitos na Área de Proteção Ambiental do Litoral Sul, com destaque para o município de Estância. Para tal, foram realizados levantamentos bibliográficos em fontes primárias e secundárias para embasar este manuscrito.

2. Uma breve análise sobre o termo

De acordo com o entendimento de Acselrad (2004), o conflito socioambiental se evidencia mediante disputa travada por diferentes grupos por uma mesma base material, isto é, pela utilização de um mesmo bem. Tal embate impossibilita que o grupo “derrotado” tenha acesso ao recurso ambiental “disputado”. Por outro lado, os conflitos também podem se originar da disputa por bases empíricas distintas, porém conectadas e interdependentes aos seus respectivos ecossistemas.

Ainda segundo Acselrad (2004), diante dos conflitos socioambientais é possível identificarmos quatro dimensões, as quais caracterizam-no. Elas refletem a dinamicidade dos mesmos, quais sejam: 1) a apropriação simbólica; 2) a apropriação material; 3) a durabilidade de sua existência estrutural; e, 4) a interatividade das distintas práticas sociais.

Entrementes, geralmente os recursos naturais não podem ser definidos como sendo propriedade particular de um indivíduo. Por sua própria condição, eles dizem respeito aos interesses da coletividade, ou seja, são bens difusos, pertencentes a todos. Por isso,

carecem da intervenção das autoridades competentes para dirimir tais conflitos (PLATIAU, 2005).

Na concepção de Little (2001) o conflito denominado como socioambiental surge quando a origem do conflito gira em torno das interações ecológicas, o que deve interagir também com seu meio biofísico. Paul Little (2001, p. 107) ainda enfatiza com outras palavras:

Podemos definir os conflitos socioambientais como disputas entre grupos sociais derivadas dos distintos tipos de relação que eles mantêm com seu meio natural. O conceito socioambiental engloba três dimensões básicas: o mundo biofísico e seus múltiplos ciclos naturais, o mundo humano e suas estruturas sociais, e o relacionamento dinâmico e interdependente entre esses dois mundos.

Portanto, o conflito socioambiental nessa perspectiva se evidencia em dois mundos, o natural e o humano, os quais interagem entre si, constituindo uma dinâmica relacional, porém interdependente. A presença de diferentes grupos sociais comunica a expressão de diversos interesses, os quais, em convergência relacional por vezes se tencionam e divergem, eclodindo os conflitos socioambientais.

A ação do homem no meio natural nunca foi tão fortemente sentida. Ao longo da história o ser humano demonstrou não se preocupar com a interferência de seu *modus vivendi* na natureza. Ele acreditava que suas ações não afetavam diretamente o meio natural. Por isso, agiu de modo soberbo em relação a ele, ou seja, agiu como aquele que dominava sem tomar cuidado com as consequências desse comportamento.

Hodiernamente percebemos o quanto ele estava errado. Suas ações repercutem diretamente na dinâmica e no equilíbrio do meio natural. De modo que, suas interferências e as consequên-

cias destas, extrapolam os limites da escala local e regional, alcançando limites planetários e de alta complexidade. Assim sendo, tal como nos adverte Little (2001, p. 108): “a temática dos conflitos socioambientais, então, representa um campo de estudo e, ao mesmo tempo, um campo de ação política”.

O entendimento do conflito socioambiental nos leva a identificá-lo e tipificá-lo segundo a classificação de Little (2001, p. 108), a qual evidencia-se em três grupos, quais sejam: “(1) os conflitos em torno do controle sobre os recursos naturais, (2) os conflitos em torno dos impactos ambientais e sociais gerados pela ação humana e natural, e (3) os conflitos em torno do uso dos conhecimentos ambientais”.

Essa tipificação trata-se de uma ferramenta heurística, isto é, capaz de fazer descobertas, identificar, classificar. Porém, ela precisa ser utilizada com flexibilidade, dado a dinamicidade e variabilidade dos conflitos socioambientais em diferentes ambientes e escalas possíveis. Por isso, sua finalidade é fornecer elementos de identificação e análise dos conflitos socioambientais, tendo em vista ações que possibilitem sua resolução.

As soluções podem ser resultado de diferentes investidas, pelos mais distintos atores sociais. Esse entendimento nos faz vislumbrar soluções que emanem além das emitidas pela via governamental, inclusive admitindo a possibilidade de mecanismos econômicos de gestão. De acordo com Drummond (2001, p. 139):

Em situações complexas ou emergenciais de degradação ambiental, pode parecer, portanto, que a única solução possível é a restrição às atividades poluidoras por via da autoridade governamental – executiva, legislativa ou judiciária. Às vezes, no entanto, é possível combinar mecanismos de autoridade ou de comando e controle – leis e regulamentos que vigiam, proíbem, limitam e punem – com mecanismos de mercado ou instrumentos econômicos – soluções espon-

tâneas ou incentivadas, ou que geram benefícios privados para alguém.

Afinal, o homem realiza o modo de produção do espaço fazendo uso dos recursos naturais à sua disposição. Isso gera uma tensão constante no equilíbrio do meio ambiente, uma vez que a ação antrópica de transformação do espaço natural se reveste da justificativa da retirada da flora e, da conseguinte, extinção da fauna, para fins de sobrevivência, habitação e desenvolvimento econômico.

Portanto, o modo como esse processo de apropriação e ocupação acontece gera uma gama de desequilíbrios ambientais, principalmente por conta da poluição ocasionada pela ação antrópica. Nesse sentido, os ambientes litorâneos são os que mais padecem pela ação antrópica. Isso se deve ao seu processo histórico de ocupação.

3. Os conflitos socioambientais no Litoral Sul de Sergipe: apontamentos iniciais

Os conflitos socioambientais do litoral sul de Sergipe não são fenômenos recentes. Eles encontram suas raízes mais remotas no seu processo histórico de ocupação, o qual remete aos idos de 1575, quando do surgimento das primeiras aldeias litorâneas por influência dos evangelizadores jesuítas. Segundo Santos (2012, p. 1131):

O processo de ocupação do Litoral Sul de Sergipe teve início em 1575, quando os jesuítas portugueses fundaram aldeias nas proximidades dos rios Piauí, Real e Vaza-Barris, o que demonstra a importância dos estuários como eixos de ocupação e de articulação territorial do Estado.

Os cursos dos rios, partindo do litoral para as terras continentais, foram extremamente relevantes nesse processo de desbrava-

mento e ocupação. Desse modo, novas povoações foram paulatinamente constituídas. A atividade econômica primordial encontrou respaldo na pecuária e, posteriormente, no cultivo canavieiro.

A fundação da cidade de Aracaju, em 1855, foi determinante para se tornar um grande centro de atração das atividades econômicas e de crescimento populacional. Isto nos é atestado por Santos (2012, p. 1131):

Em 1855 é fundada a cidade de Aracaju, projetada pelo engenheiro José Basílio Pirro e construída numa área de mangues, lagoas e dunas. Esta cidade foi criada para exercer funções políticas, administrativas, comerciais e portuárias, consolidando o movimento em direção ao litoral que se configura como uma área de grande atração econômica e populacional.

A partir da década de 1970 foram adotadas pelo Estado sergipano políticas públicas de intensificação no desenvolvimento de infraestruturas de transportes e comunicações, atraindo indústrias que se instalaram em Aracaju e nas cidades litorâneas meridionais de Sergipe, entre as quais, Estância (SANTOS, 2012). Atrelado a isto nós tivemos o aumento da informalidade e, por conseguinte, o progressivo loteamento clandestino das áreas do litoral sul sergipano.

A atuação do Estado foi determinante nesse processo. Seu papel é crucial no ordenamento do território, especialmente no litorâneo. Para Moraes (2007) o Estado é o agente mais impactante no processo de ocupação do litoral, pois possui a prerrogativa de ordená-lo, imobilizando terras ocupadas ilegal ou irregularmente ou mesmo instituindo atrativos locais.

Desse modo, paulatinamente o processo de ocupação do litoral sul de Sergipe foi se intensificando e diversificando. De acordo com Vilar (2010, p. 3):

O Litoral Sul de Sergipe é um espaço formado por cinco municípios com certa homogeneidade interna. Mas há um mosaico bem complexo de situações nessa área. Problemas de natureza ambiental, social, fundiária e econômica são responsáveis pela homogeneidade da área e ao mesmo tempo a heterogeneza.

Essa complexidade interna nos remete às raízes históricas do seu processo de ocupação. Isso se deu desde o surgimento das primeiras aldeias, dos povoamentos e colônias de pescadores, até o incremento da construção das casas de segundas residências e de veraneio, intensificando-se com os diversos empreendimentos imobiliários instalados e em processo de instalação.

Segundo Santos (2012, p. 1132):

Esses mesmos espaços costeiros alojam as segundas residências para veraneio e turismo que evidenciam a consolidação no Litoral Sul com atividades que promovem uma maior rentabilidade do solo, como os empreendimentos imobiliários, que elevam demasiadamente o preço da terra nessa região. A crescente valorização das zonas de praia contribuiu para que condomínios de veraneio e demais infraestruturas de turismo fossem instaladas nessa área, com o intuito de explorar ao máximo os valores paisagísticos costeiros. Entretanto, tais residências costumam obedecer a estruturas urbanas convencionais, incompatíveis com a elevada fragilidade ambiental dos manguezais, dunas e restingas.

Portanto, esse processo de reestruturação litorânea acontece mediante intervenção de ações públicas e privadas. Elas potencializam esse fenômeno ocupacional, porém, ele carece de análise, planejamento, organização, ordenamento. Do contrário, originarão e intensificarão os conflitos socioambientais existentes, latentes e mesmo até então inexistentes.

Por outro lado, considerando a biodiversidade do recorte em discussão, o mesmo fora inserido no Sistema de Nacional de de Unidade de Conservação (SNUC), instituído pela Lei 9.985/2000, cujo objetivo fora, dentre outros, criar unidades de conservação visando a manutenção dos ecossistemas sem as alterações antrópicas, permitindo o uso indireto dos seus atributos naturais.

Dentre estas unidades, a APA (Área de Proteção Ambiental) constitui-se de uma Unidade de Uso Sustentável, com as seguintes características: área extensa; possui certo grau de ocupação humana; e, é dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais importantes. Entre seus principais objetivos estão: proteger a diversidade biológica; disciplinar o processo de ocupação; e, assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

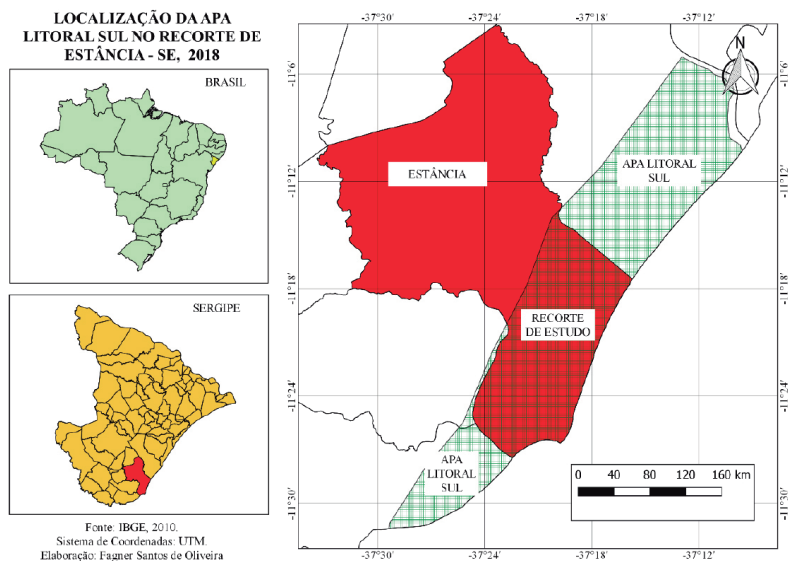
Entrementes, conforme salientam Silva e Souza (2010, p. 4):

O SNUC não prevê processo de desapropriação fundiária para as APAs, podendo ser constituídas de terras públicas ou privadas. Essa característica tem contribuído para a multiplicação dessas unidades ao longo dos últimos anos, tornando-os caros os custos com sua criação, gestão e implementação bem mais acessíveis se comparados com outras categorias. Todavia, também têm sido consideradas como inoperantes, por grande parte das literaturas, pois acabam não cumprindo as finalidades ecológicas pelas quais foram criadas devido a falta de planejamento no contexto de conservação ambiental.

Diante deste contexto, a Área de Proteção Ambiental (APA) do Litoral Sul de Sergipe, que compreende a faixa costeira dos municípios de Itaporanga d'Ajuda, Estância, Santa Luzia do Itanhi e Indiaroba, foi instituído pelo Decreto nº 13.468, de 22 de janeiro de 1993. Ela abrange uma área de 54 mil hectares, situada entre a foz do Rio Vaza Barris e a desembocadura do Rio Real, com cerca

de 55,5 km de costa e largura variável de 10 a 12 km, do litoral para o interior (Figura 01).

Figura 01 – Localização da APA Litoral Sul no recorte de Estância - SE



Não obstante a APA Litoral Sul ter sido criada há 25 anos ela ainda carece de mecanismos de gestão ambiental. De acordo com Silva e Souza (2010, p. 6):

[...] apesar de ter sido criada em 1993 ainda não dispõe de mecanismos de gestão ambiental, como: o plano de gestão e de manejo, e o zoneamento ecológico econômico, capazes de ordenar o uso do território. A falta desses instrumentos de gestão tende a facilitar a dilapidação dos recursos naturais, sendo que grande parte da vegetação original já foi desmatada em função da agropecuária, e mais recentemente para atender as demandas do turismo predatório e exclu-

dente que vem se configurando neste território, tendo como reflexo a espoliação e/ou exclusão das comunidades locais e tradicionais, como: marisqueiras, pescadores, quilombolas e catadoras de mangaba que usam os recursos naturais como substrato de vida.

Especificamente sobre o litoral de Estância, Oliveira (2014, p. 241) ressalta que: “[...] apresenta ambientes naturais marcantes que vem sendo degradados por conta de atividades humanas, diferenciadas pelos vários tipos de uso (...)”. Isso coloca em xeque a conservação de sua rica biodiversidade, sendo premente estudos que possam contribuir para minimizar os impactos dos processos de ocupação desordenada que afetam todo o litoral brasileiro.

Ao longo da costa litorânea de Estância encontramos as praias do Abaís, da Boa Viagem, das Dunas e do Saco. A retirada da cobertura vegetal de sua faixa costeira, para fins de moradia e exploração econômica de seus recursos naturais e minerais, tem impactado fortemente esse meio natural e comprometido a sua sustentabilidade.

O aumento da especulação imobiliária se intensificou com a inauguração da Ponte Gilberto Amado, em 29/01/2013 (Figura 02). Ela liga os municípios de Estância e Indiaroba e é a maior ponte da região Nordeste, totalizando 1.712 metros de extensão. Essa obra foi planejada pelas autoridades políticas para potencializar e desenvolver o turismo e a economia da região sul de Sergipe e interligar sua malha rodoviária com a do Estado da Bahia.

Tal como nos afirma Santos (2015, p. 253): “A especulação imobiliária aumenta nos espaços litorâneos de Estância em um ritmo frenético”. Tudo isso gera um desequilíbrio da flora e fauna nativas ainda existentes, bem como intensifica a sua devastação e, conseqüente, extinção.

Dessa forma, faixas do que restou da Mata Atlântica nessa região, inclusive nas Áreas de Proteção Ambiental, bem como do ecossistema dos manguezais, estão paulatinamente subtraídas

para os referidos intentos. Semelhante ação nociva tem comprometido as águas dos rios, riachos, canais fluviais e lagos desse meio natural, principalmente por conta do despejo de esgotos nas mesmas, bem como pela poluição do seu lençol freático.

Figura 02 – Ponte Gilberto Amado sobre o Rio Piauí/Sergipe



FONTE: OLIVEIRA, Fagner Santos de. 2018.

No litoral estanciano isso decorre sobremodo do aumento progressivo da população nata ou turística, a qual busca estabelecer ali residência e/ou segunda residência. Daí as casas de veraneio edificadas, em sua maioria, desordenada e ilegalmente, e a crescente especulação imobiliária nessa área. De acordo com Santos (2011, p. 16) isso leva ao surgimento de problemas ambientais “(...) que podem trazer contaminação do solo, das águas superficiais e subterrâneas e poluição do ar comprometendo a qualidade ambiental e, conseqüentemente, a qualidade de vida dos cidadãos estancianos”.

Ademais, algumas iniciativas foram relevantes para o litoral sul de Sergipe, tais como o GERCO (Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro), o PRODETUR I e II (Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste), o Projeto ORLA, o Programa

Sergipe Cidades, o PDITS (Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Polo Costa dos Coqueirais), o Plano de Intervenção da Orla Marítima do Município de Estância, entre outras.

Essas ações públicas foram responsáveis pelas maiores transformações que essa região litorânea passou nas últimas décadas. Elas geraram importantes obras de infraestrutura e atividades econômicas, como a pavimentação das Rodovias SE-100 e SE-318, integrando-as a Linha Verde, a construção da orla do Abaís, obras de infraestrutura fluvial, expansão do turismo, implantação de sistemas de água e esgotos, construção da Ponte Joel Silveira sobre o Rio Vaza-Barris (inaugurada em março de 2010), e da Ponte Gilberto Amado sobre o Rio Piauí (inaugurada em 2013), entre tantas outras.

Conforme nos advertem Fonseca; Vilar; Santos (2008, p. 12), a APA Litoral Sul,

compreende ainda uma área de grande fragilidade ambiental formada por dunas, lagoas e manguezais, que vem sofrendo impactos em virtude das atividades turísticas e econômicas do Litoral Sul, notadamente após a abertura e pavimentação asfáltica da rodovia SE-100.

Essa gama de iniciativas governamentais e de expressiva estruturação do litoral sul sergipano influenciaram no desenvolvimento do turismo local e no alarmante aumento da especulação imobiliária, sobretudo no município de Estância. Conforme salientam Silva e Souza (2010, p. 7):

O território da APA Litoral Sul vem sendo usado para o fortalecimento do turismo, principalmente pelos órgãos governamentais, via controle, na perspectiva de administração da APA e instalação de infraestrutura; por empreendedores ligados a atividade turística; pelos grandes latifundiários que

têm suas propriedades valorizadas em função da especulação imobiliária; como moradia pelos moradores fixos e de veraneio; para o comércio formal e informal; pelos turistas e visitantes, enquanto espaço de lazer e recreação em contato direto com a natureza; e pelas comunidades locais e tradicionais para prática extrativista.

A construção da Ponte Gilberto Amado foi um divisor de águas nesse processo. Ela possibilitou a integração rodoviária de todo o litoral sul de Sergipe com o litoral norte da Bahia, através da Linha Verde. Isso possibilitou o aumento do turismo local, das ocupações desordenadas e da construção de inúmeros condomínios fechados e de alto padrão (Figura 03).

O Plano de Intervenção da Orla Marítima do Município de Estância possui relevante importância no tocante a organização do uso e ocupação do solo e dos recursos naturais locais. Conforme nos salientam Santos e Vilar (2012, p. 1135-1136):

No município existe uma grande quantidade de dunas e ecossistemas preservados que estão constantemente ameaçados pela ação antrópica, sendo ameaçados pelos loteamentos imobiliários, pela segunda residência, pela retirada da vegetação nativa e pelo crescente de trânsito de veículos. Este Plano de Intervenção identificou e caracterizou conflitos presentes no município de Estância, em especial nos trechos do Molhe das Pedras e Ponta do Saco, onde a atividade turística e a segunda residência vem privatizando áreas de uso comum e assim dificultando o acesso público à praia, além de acentuar os impactos ambientais nessa área.

Figura 03 – Condomínio fechado na APA Litoral Sul em Estância/SE



FONTE: OLIVEIRA, Fagner Santos de. 2018.

A análise do litoral estanciano nos permite constatar o poder transformador que o homem exerce sobre a natureza. Desse modo, os seres humanos vão ampliando suas ações no meio natural, extraindo os recursos de que necessitam para seus interesses, ou mesmo exercendo sobre eles o controle, ou ainda articulando a decisão sobre a sua utilização. Consiste, portanto, em um paulatino processo de interação humano-natural, no qual interesses dominantes se impõem sobre as limitações ambientais.

Como resultado desse aumento vertiginoso de ocupação litorânea temos o surgimento de diferentes conflitos socioambientais. Conforme Silva e Souza (2010, p. 11):

[...] no território da APA a natureza dos conflitos envolve simultaneamente as dimensões política, territorial, econômica, cultural, e socioambiental, havendo necessidade de medidas mitigadoras que coíbam os efeitos oriundos das atividades predatórias que comprometem a biodiversidade na APA.

Conforme destacam Silva e Souza (2010), no cerne dos conflitos existentes na APA Litoral Sul de Sergipe estão presentes três grupos de atores sociais, quais sejam: 1) os institucionais (representado pela gestora da APA, a Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos); 2) os institucionais não-governamentais (representados pelo Comitê Gestor da APA e pelo Movimento das Catadoras de Mangaba); e, 3) não institucionais (constituído pelo setor turístico, hoteleiro e imobiliário, pelos proprietários de terras, pelas comunidades urbanas, locais e tradicionais).

Dessa forma, sua variedade expressa a complexidade inerente a fragilidade natural dos espaços litorâneos. Por isso, identificá-los, junto aos seus atores responsáveis, para em seguida tipificá-los faz-se extremamente relevante, tendo em vista a adoção de ações que permitam o uso sustentável dessa área. Ponto este que será alvo de pesquisas mais aprofundadas.

4. Ponderações finais

A APA Litoral Sul Sergipano, a exemplo de outros recortes territoriais litorâneos brasileiros, tem sido alvo de ação antrópica desordenada, emergindo conflitos expressos ou latentes que necessitam ser desvendados.

Tais conflitos socioambientais são decorrentes da imposição de interesses econômicos que se sobrepõem às interações ecológicas. No convívio social e nas interações da sociedade com o meio ambiente travam-se embates entre os mais distintos interesses e vontades. Uns subjugam-se a outros. O viés econômico, por vezes, exerce influência preponderante sobre os mesmos.

Neste jogo, o arcabouço legal instituído pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) muitas vezes não é posto em prática. Acredita-se que cabe a ciência geográfica o desvelar destas

interações, desvelando realidades socioambientais mascaradas pela falácia do desenvolvimento econômico imediato.

Referências

ACSELRAD, Henri. **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 2004.

BRASIL. **Lei nº 9885, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília/DF, 18 jul., 2000.

DRUMMOND, José Augusto. **Conceitos básicos para a análise de situações de conflito em torno de recursos naturais**. In: BURSZTYN, M. (Org.). A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

FONSECA, Vania; VILAR, José Wellington C.; SANTOS, Max Alberto N. **Reestruturação territorial do litoral de Sergipe, Brasil**. São Cristóvão: UFS, 2008.

LITTLE, Paul Elliot. **Os conflitos ambientais: um campo de estudo e ação política**. In: BURSZTYN, M. (Org.). A difícil sustentabilidade – política energética e conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2001.

MORAES, Antonio Carlos R. **Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil: elementos para uma geografia do litoral brasileiro**. São Paulo: Annablume, 2007.

OLIVEIRA, Anízia Conceição C. de Assunção. **Análise do estado ambiental da planície costeira de Estância-Sergipe como subsídio de ordenamento territorial**. Estudos Territoriais, São Paulo, p. 3240-3264, set. 2014.

PLATIAU, A. F. B. *et al.* Uma crise anunciada. In THEODORO, S. H. (Org.) **Mediação de Conflitos Socioambientais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005, p. 68-71.

SANTOS, Carla N. C.; VILAR, José Wellington C. O Litoral Sul de Sergipe: contribuição ao planejamento ambiental e territorial. **Revista Geonorte**, Edição Especial, v. 3, n. 4, 2012.

SANTOS, Marcelo Alves dos. **Análise geoambiental do município costeiro de Estância – Sergipe**. 2011. 145 f. (Tese Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE. 2011.

SANTOS, Priscila Pereira. **Entre a casa de praia e o imobiliário-turístico: a segunda residência no litoral sergipano**. 2015. 282 f. (Tese Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE. 2015.

SERGIPE. **Decreto nº 13.468, de 21 de janeiro de 1993**. Institui a Área de Proteção Ambiental do Litoral Sul do Estado de Sergipe. Aracaju/SE, 21 jan., 1993.

SILVA, Maria do Socorro F. da.; SOUZA, Rosemeri Melo e. **Território usado e implicações do turismo na APA Litoral Sul em Sergipe**. São Cristóvão/SE: UFS, 2010.

VILAR, José Wellington C.; ARAÚJO, Hélio Mário de. Iniciativas de ordenamento territorial no litoral sul de Sergipe. In: ARAÚJO, Hélio Mário; VILAR, José Wellington C. (Org.). **Território, meio ambiente e turismo no litoral sergipano**. São Cristóvão: Editora UFS, 2010.



SOBRE OS AUTORES

Alexandrina Luz Conceição

Possui graduação em Geografia (1973) e mestrado em Geografia (1991) pela Universidade Federal de Sergipe Doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo FFLCH (2001). Professora Emérita da Universidade Federal de Sergipe; Ex Presidenta Nacional da Associação dos Geógrafos Brasileiros Gestão (2008 - 2010). Sócia Honoris Causa do Sindicato dos Trabalhadores de Educação do Estado de Sergipe. Foi Professora da rede estadual de Ensino do Estado de Sergipe 1972 -1992, Professora do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Sergipe até o ano de 2006. É Professora do Programa de Pós Graduação da Universidade de Sergipe desde o ano de 1992. Coordena o Laboratório de Agrária/LEA/PPGEO/UFS. É líder do Grupo de Pesquisa Estado, Capital, Trabalho e as Políticas de reordenamentos territoriais. (Blog: <https://www.grupogpect.org/>), Consultora da Fundação de

Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Epistemologia da Geografia, Teoria da Geografia, Geografia Agrária, atuando principalmente nos seguintes temas: Pensamento Geográfico, Estado, Políticas Públicas, Movimentos Sociais, Teoria e Método, teoria crítica.

Email: alexandrina.luzconceicao@gmail.com

Ana Paula Almeida Silva

Professora da Rede pública do estado da Bahia. Mestranda em Geografia (PPGEO/ UFS). Possui Graduação, Licenciatura em Geografia UFS (2017), Campus Universitário Professor Alberto Carvalho. Membro do Grupo de Pesquisa Relação Sociedade Natureza e Produção do Espaço Geográfico (PROGEO/CNPQ/PPGEO) e do Laboratório de Estudos Territoriais (LATER/PPGEO/UFS). Tem experiência na área de Geografia Humana, atuando principalmente com Geografia Agrária e Ensino de Geografia.

Email: paula17sonata@gmail.com

Ana Rocha dos Santos

Licenciada (1990), bacharel (1994), mestre (1999) e doutora (2008) em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe, instituição na qual é professora do Campus Prof. Alberto Carvalho e do Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO). Atualmente é Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Geografia. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Relação sociedade-natureza e produção do espaço geográfico. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Política e Ensino de Geografia, atuando principalmente nos seguintes temas: Estado, descentralização, política pública, gestão do território, política educacional, formação de professores, prática docente, metodologia de ensino.

E-mail: ana.rochaufs@gmail.com

Carla Norma Correia dos Santos

Possui licenciatura em Geografia, mestrado em Geografia e Doutorado em Geografia (2017) pela Universidade Federal de Sergipe (2005). Atualmente é professora de geografia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS). Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia, atuando principalmente nos seguintes temas: litoral, turismo, impactos ambientais, urbanização; expansão urbana; infra-estrutura, Aracaju; reciclagem; lixo; natureza; sociedade e jogos; mapas; localização. E-mail: carla.norma@ifs.edu.br

Christiane Senhorinha Soares Campos

Professora do Departamento de Economia, do Programa de Pós-Graduação em Economia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFS (Universidade Federal de Sergipe). Tem Doutorado em Geografia (UFRGS, 2009), Mestrado em Geografia (UFG, 1999). Graduação em Ciências Econômicas (UCG, 1993) e Graduação em Comunicação Social - Jornalismo (UFG, 1994). Foi bolsista sênior do Programa CLACSO-CROP Estudos de Pobreza (2008). É líder do Grupo de Pesquisa sobre Economia e Transformações do Espaço - ECOE da UFS, pesquisadora do Núcleo de Estudos Agrários - NEAG da UFRGS e do Núcleo de estudos sobre Democracia e Desigualdade da UFSM. Participa da coordenação acadêmica do Programa de Educação Ambiental em Comunidades Costeiras de Sergipe - PEAC-UFS, sendo responsável pelo projeto Observatório Social dos Royalties. Participa do Grupo de Trabalho de Estudos Críticos ao Desenvolvimento Rural do CLACSO. Email: christianescampos@gmail.com

Eduina Bezerra França

Mestrado em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO), Universidade Federal de Sergipe (UFS). Especialista em Geoprocessamento e Georreferenciamento. Licenciada

em Geografia pela Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL/Campus III), onde integra o Laboratório de Estudos Ambientais e Cartográficos (LEAC) e do Grupo de Pesquisa em Gestão Territorial de Ambientes Costeiros (GESTAC), Instituto Federal de Sergipe (IFS). Desenvolve pesquisa na área de Geografia, Geografia Humana, Planejamento territorial, regional e urbano, Geografia Costeira, Ensino e Cartografia. Atualmente Pesquisa: Geografia Costeira, Governança, UC, Ordenamento Territorial, Gestão Integrada de Ambientes Litorâneos (GIAL), Gerenciamento Costeiro (GERCO), Proteção e Conservação, Planejamento Territorial e Regional.

E-mail: eduina.franca@hotmail.com

Fagner Santos de Oliveira

Mestrando em Geografia no Programa de Pós graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe. É pós-graduado *Latu Sensu*, em nível de Especialização, em Filosofia, pelas Faculdades Integradas de Jacarepaguá, do Rio de Janeiro/RJ, no ano de 2011; e, em Sagradas Escrituras, pelo Claretiano Centro Universitário, de Batatais/SP, no ano de 2014. Possui Bacharelado em Filosofia pelo Instituto de Filosofia e Teologia Santo Alberto Magno, de União da Vitória/PR, sendo graduado em 2005; Bacharelado em Teologia pelo Instituto de Filosofia e Teologia Santo Alberto Magno, de União da Vitória/PR, graduando-se em 2009; Bacharelado em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, de Curitiba/PR, obtendo colação de grau em 2011; Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe, de São Cristóvão/SE, formando-se em 2013; e, Licenciatura em Filosofia pela Faculdade Católica de Anápolis, de Anápolis/GO, graduando-se em 2014. Atualmente cursa Bacharelado em Direito, pela Faculdade Pio Décimo, em Aracaju/SE. Também integra o Grupo de extensão e pesquisa sobre Direitos Fundamentais, da Faculdade Pio Décimo. E-mail: fagnerdeoliveira@hotmail.com

Jorge Edson Santos

Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO/UFS 2017). Graduando em Geografia Bacharelado na Universidade Federal de Sergipe (UFS). Graduado em Geografia Licenciatura pela Universidade Federal de Sergipe (UFS 2009-2014). Integrante do Laboratório de Estudos Rurais e Urbanos (LABERUR-DGE-UFS). Colaborador do Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA-SE). Prestou assessoria ao projeto do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial: Agroecologia, Gênero e Participação política no campo brasileiro em Sergipe (NEDET-SE 2015-2017). Analista do projeto Observatório Social dos Royalties (OSR) pelo Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC). Discente pesquisador do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA). Desenvolve pesquisa na área de Geografia Humana, com ênfase na relação campo-cidade e movimentos sociais. Bolsista do Programa de Iniciação Científica (PIBIC 2012-2014). Bolsista Voluntário do Programa de Iniciação Científica (PIBIC - 2009). Tem experiência no Programa Bolsa Trabalho da UFS (2010-2012).

Email: jorgeedsonsantos87@gmail.com

Josefa de Lisboa Santos

Tem Doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe, onde também fez Licenciatura e Mestrado. Realizou Estágio Pós-Doutoral na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - FCT/UNESP, Campus de Presidente Prudente, junto ao Centro de Estudos de Geografia do Trabalho-CEGeT. É professora Associada do Depto. de Geografia do Campus Prof. Alberto Carvalho e do Programa de Pós-Graduação em Geografia, onde coordena o Laboratório de Estudos Territoriais (LATER) e é líder do Grupo de Pesquisa Relação Sociedade Natureza e Produção do Espaço-PROGEO/UFS/CNPq; Foi Coordenadora do Programa de Pós-

-Graduação em Geografia, gestão 2013-15 e Vice-Coordenadora na Gestão 2009-13; 2013-15; Coordenou o Comitê de Pós-Graduação em Ciências Humanas (2014-15) e o Programa de Educação Tutorial de Geografia (PET/MEC, 2010-2015). Desenvolve pesquisas sobre Formação de Professores, Questão Agrária, Políticas Públicas e Pobreza. Tem experiência e atua nas áreas de Formação de Professores, Geografia Agrária, Teoria Regional e Geografia de Sergipe. E-mail: josefalisufs@gmail.com

José Borzacchiello da Silva

Professor Titular e Emérito da Universidade Federal do Ceará. Professor dos Programas de Pós Graduação em Geografia da UFC e PUC-RIO, Pós-doutor em Geografia Humana pela Université de Paris IV - Sorbonne. Doutor e mestre em Geografia Humana pela USP. Coordenou a área de Geografia da CAPES (2008/2010). Presidiu a AGB (1986-1988). Presidiu a ANPEGE (2003-2005). Atua na área de Geografia Urbana, especialmente no enfoque dos Movimentos Sociais. Membro da Comissão Brasileira de Justiça e Paz da CNBB. Exerceu a função de Assessor do Ceará Periferia. É conselheiro do CETRA. Realizou Expertise e Consultoria Internacional para o Conseil Scientifique da Open Edition que desenvolve a Plataforma Revue.org. Editou o livro *French-Brazilian Geography - The Influence of French Geography in Brazil*, pela Springer Briefs in Latin American Studies. Integra o projeto PRINT/CAPES Integrated socio-environmental technologies and methods for territorial sustainability: alternatives for local communities in the context of climate change. Integra Comissão Editorial de revistas nacionais e estrangeiras. Email: borza@secrel.com.br

José Wellington Carvalho Vilar

Possui graduação em Geografia Licenciatura pela Universidade Federal de Sergipe (1987), graduação em Geografia Bacharelado pela

Universidade Federal de Sergipe (1991), mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (1991) e doutorado em Análisis Geográfico en la Ordenación del Teritorio pela Universidade de Granada (2000), Espanha. Atualmente é especialista em avaliação - Secretaria de Ensino Tecnológico do MEC. Professor Titular do Instituto Federal de Sergipe, IFSE/SE e do PPGE (Programa de Pós-graduação em Geografia) da UFS (Universidade Federal de Sergipe). Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: ambientes litorâneos, saneamento ambiental, ordenamento territorial de ambientes costeiros, ordenamento territorial e condições de vida. Professor do Instituto Federal de Sergipe (IFS)
E-mail: wvilar@yahoo.com.br

Leandro Sacramento Santos

É mestrando no Programa de Pós-graduação em Geografia – PPGE/UFS. Possui graduação em Licenciatura em Ciências biológicas pela Universidade Federal de Sergipe (2010). Atualmente atua na equipe técnica do projeto Observatório Social dos Royalties do Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC).

E-mail: peldocabrunco@yahoo.com.br

Márcia Eliane Silva Carvalho

Professora do Departamento de Geografia, do Programa de Pós-Graduação em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais (PROFCIAMB) e do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGE) da Universidade Federal de Sergipe. Possui doutorado (2010) e mestrado (2005) em Geografia pelo PPGE/UFS, especialização em Gestão de Recursos Hídricos e Meio Ambiente/UFS (2000) e graduação em Ciências Biológicas/UFS (1999). O Pós-

-doutoramento foi concluído em 2017 no LABOCLIMA/UFPR com a temática Geografia e Saúde. Atua nas áreas de Análise Ambiental, Recursos Hídricos e Planejamento Territorial, Ambiente e Saúde, Educação Ambiental, Geobiodiversidade e Formação de Professores, tendo sido coordenadora de área do PIBID/GEOGRAFIA/UFS. Pesquisadora do GEOPLAN - Grupo de Pesquisa em Geoecologia e Planejamento Territorial/CNPq/UFS. Orienta o Grupo de Estudos: Geografia, Recursos Hídricos e Problemas Socioambientais.
E-mail: marciacarvalho_ufs@yahoo.com.br

Maria Augusta Mundim Vargas

Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (1974), mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (1988) e doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1999). Ocupou cargos na administração acadêmica no Departamento de Geografia e no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente e, nas Pró-Reitorias de Assuntos Estudantis (Codae) e de Extensão (Cecac). Atualmente é profa. voluntária do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO). Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Análise Regional e Geografia Cultural. Coordena o grupo de pesquisa Sociedade & Cultura atuando principalmente nos seguintes temas: cultura, território, sustentabilidade, meio ambiente, agricultura familiar.
Email: guta98@hotmail.com.br

Maria Geralda de Almeida

Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais, mestrado e doutorado em Geografia pela Université de Bordeaux III, pós doutorado em Geografia Humana pela Universidad de Barcelona, em Geografia Cultural pela Université Laval, Universita Degli Studi Di Genova e Universite de Paris IV Paris-Sor-

bonne. Foi presidente da Associação Nacional de Pós graduação e Pesquisa em Geografia (ANPEGE) de 2009 a 2011. Atualmente é professora colaboradora da Universidade Federal de Sergipe, professora titular da Universidade Federal de Goiás onde é pesquisadora do Laboratório de Estudos e Pesquisas das Dinâmicas Territoriais-LABOTER, e no CNPq, o Grupo de Pesquisa Geografia Cultural: territórios e identidade. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Cultural, atuando principalmente nos seguintes temas: manifestações culturais, turismo, territorialidade, sertão. Redes nas quais participo: NEER- Núcleo de Estudos sobre Espaço e Representações. 18 pesquisadores de 12 instituições brasileiras. RETEC- Red internacional de estudios de territorio y cultura.- Brasil, Chile, Colômbia, Espanha, França, México, Peru,Venezuela RELISDETUR- Red latinoamericana de investigadores en desarrollo y turismo- Argentina, Brasil, Chile,Colômbia, Costa Rica, Guatemala, México. RIEF - Red Internacional de Investigadores en Estudios de Fiesta, Nación y Cultura. RIEF-. Una Red con más de 150 investigadores de varias naciones. GI-1871: Grupo de Investigación de Análises Territorial, da Universidad de Santiago de Compostela-EspanhaProfa da Universidade Federal de Goiás.

Email: mgdealmeida10@gmail.com

Marleide Maria Santos Sérgio

É Licenciada e Bacharel em Geografia. Possui Mestrado e Doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe, onde atua como professora adjunta no Depto. de Geografia do Campus Professor Alberto Carvalho. É membro do Laboratório de Estudos Territoriais - LATER/PPGEO e do Grupo de pesquisa PROGEO/DGEI/UFS - Relação Sociedade Natureza e Produção do Espaço Geográfico, com atuação nas seguintes linhas: Políticas Públicas e Ordenamento Territorial, Questão Agrária e Movimentos Sociais

e Educação e Ensino de Geografia. Atua na área de Geografia Humana, com ênfase no ensino de Geografia e Geografia Agrária e regional, principalmente nas temáticas relativas à questão agrária, aos movimentos sociais e às políticas territoriais. É parecerista dos periódicos Geonordeste/UFS e Sciencia Plena.

Email: marleidesergio@gmail.com.br

Nelson Fernandes Felipe Junior

Possui graduação em Geografia (2005) (licenciatura e bacharelado) pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT), campus de Presidente Prudente. É mestre (2008) e doutor (2012) pela mesma instituição, com a tese sobre transporte marítimo e portos no Brasil. Tem experiência na área de Geografia Econômica e Geografia da Circulação, Transportes e Logística, atuando principalmente nos seguintes temas: transporte hidroviário e intermodal, infraestruturas, circulação, redes, fluxos e logística. Atualmente, é docente da Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA), Instituto Latino-americano de Tecnologia, Infraestrutura e Território (ILATIT), e membro do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Pesquisador do Grupo de Estudos em Desenvolvimento Regional e Infraestruturas (GEDRI), do Laboratório de Circulação, Transportes e Logística (LABCIT) e coordenador do Núcleo de Estudos sobre Transportes (NETRANS). É parecerista da Revista Geonordeste (PPGEO-UFS), da GeoUECE (Programa de Pós-Graduação em Geografia da UECE) e da Revista Geofronter (UEMS).

Email: nelfelipejr@bol.com.br

Priscila Pereira Santos

Mestre e Doutora em Geografia pelo Programa de Pós Graduação em Geografia – PPGEO na Universidade Federal de Sergipe. Bacha-

rel em Turismo pelo Instituto Federal de Sergipe. Integra o Comitê editorial da Revista Geonordeste. Foi Bolsista da Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe (FAPITEC).

E-mail: p.p.s2902@gmail.com

Rafaela Santos Paz

Mestre em geografia pela Universidade Federal de Sergipe. Graduada em Geografia também pela Universidade Federal de Sergipe, Campus Professor Alberto Carvalho. Discente do curso de especialização em Direitos Humanos e Contemporaneidade, pela Universidade Federal da Bahia - UFBA. Foi estudante bolsista do Programa de Educação Tutorial de Geografia - PET entre os anos de 2013-2016. É membro do Laboratório de Estudos Territoriais - LATER, vinculado ao Grupo de Pesquisa Relação Sociedade Natureza e Produção do Espaço Geográfico - PROGEO. Cursa doutorado em Política Social pela Universidade Federal. Realizou mobilidade acadêmica junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia de Presidente Prudente, por meio do Programa de Estímulo a Mobilidade e ao Aumento da Cooperação Acadêmica da Pós-Graduação em Instituições de Ensino Superior de Sergipe - PROMOB (EDITAL CAPES/FAPITEC/SE N° 10/2016). Tem interesse na área de Geografia Humana, atuando principalmente com geografia regional, agrária e ensino de geografia. Trabalha na gestão como Coordenadora do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS Enéas Santos, no município de São Domingos, SE.

E-mail: rafa-geo94@hotmail.com

Rafaela dos Santos

Licenciada, Bacharel e pela Universidade Federal de Sergipe. Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia na mesma instituição. Atualmente é professora da rede pública

do estado de Sergipe e no estado de Alagoas. É membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Alimentos e Manifestações Tradicionais-GRUPAM/UFS/CNPq. Pesquisa Alimentos tradicionais, manifestações culturais; Políticas públicas PNAE; metodologias de ensino em Geografia. Coordenou Projetos de Pesquisa PIBIC-Júnior financiado pela FAPITEC/CNPq envolvendo discentes da educação básica do município de Aquidabã com estudos sobre a Feira local.

E-mail: rafaela.fhs@gmail.com

Riclaudio Silva Santos

Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (Linha de Pesquisa: Dinâmica Ambiental). Graduado em Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe, Campus Professor Alberto Carvalho. Estudante no Grupo de Pesquisa em Geomorfologia do Quaternário Continental e Modelagem Ambiental - QUA-COMA, da Universidade Federal de Sergipe. Tem interesse na área de Geografia Física, atuando principalmente com ensino de geociências, geomorfologia, dinâmica ambiental, sensoriamento remoto e geoprocessamento. Usuário de informática avançado, com curso em manutenção de hardwares e redes, e uso de softwares.

E-mail: riclaudio.silva@gmail.com

Sônia de Souza Mendonça Menezes

Professora Associada do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Sergipe. Doutorado, Mestrado e Licenciatura em Geografia – UFS. Atualmente realiza Estágio Pós-doutoral na Universidade Federal de Goiás, vinculada ao Laboter. Coordenadora Adjunta do Programa de Pós-Graduação em Geografia. Coordenou o Programa de Pós-Graduação em Geografia no biênio 2017-2019. Coordenou os Programas PIBID no período de 2015-2018 e Residência Pedagógica 2018-2019. Participa como membro

do Conselho Editorial da Revista Geonordeste. É líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Alimentos e Manifestações Tradicionais-GRUPAM/UFS/CNPq. Coordena pesquisas relacionadas aos estudos sobre a produção, circulação e consumo de alimentos, SIAL-Sistema Agroalimentar Localizados; Soberania Alimentar; Geografia cultural e Ensino da geografia. Atualmente coordena o Projeto PROMOB: Análise das novas territorialidades no espaço rural nos estados de Sergipe, Minas Gerais e Goiás financiado pelo Edital CAPES/FAPITEC N° 10/2016 - PROMOB.

Email:soniamendoncamenezes@gmail.com

Vanilza da Costa Andrade

Graduada (2010), mestre (2013) e doutora (2018) em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe. Professora de Geografia da Secretaria de Educação do Estado de Sergipe - SEED/SE. Pesquisadora do Laboratório de Estudos Territoriais - PPGeo/UFS.

E-mail: vanilza_geo@hotmail.com.

Vera Lúcia Alves França

Possui graduação em Licenciatura E Bacharelado Em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (1980), mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (1988) e doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1997). Atualmente é professor aposentado da Universidade Federal de Sergipe e continua desenvolvendo atividades docentes no Núcleo de Pós-graduação em Geografia (NPGEO). Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Urbana e Regional, atuando principalmente nos seguintes temas: crescimento urbano, desenvolvimento urbano, políticas públicas, metropolização e desenvolvimento. Além disso, tem desenvolvidos estudos agrários, com ênfase em políticas públicas e agricultura familiar. Nos estudos regionais destacam-se aqueles referentes ao Estado

de Sergipe. Ainda tem experiência em planejamento urbano e regional, com intensa participação na elaboração de planos diretores, relatórios de impacto ambiental e de vizinhança, elaboração de planos de habitação de interesse social, entre outros.

E-mail: verafranca@gmail.com

Formato	15cm x 21cm
Tipografia	Utopia
Software de editoração	Adobe InDesign
Número de páginas	397
Tiragem	300 exemplares
Edição	Editora UFS